

PROJETO ORVIL

As Tentativas de Tomada do Poder

Volume I



CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXÉRCITO

Projeto ORVIL

AS TENTATIVAS DE TOMADA DO PODER

Volume I

CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXÉRCITO

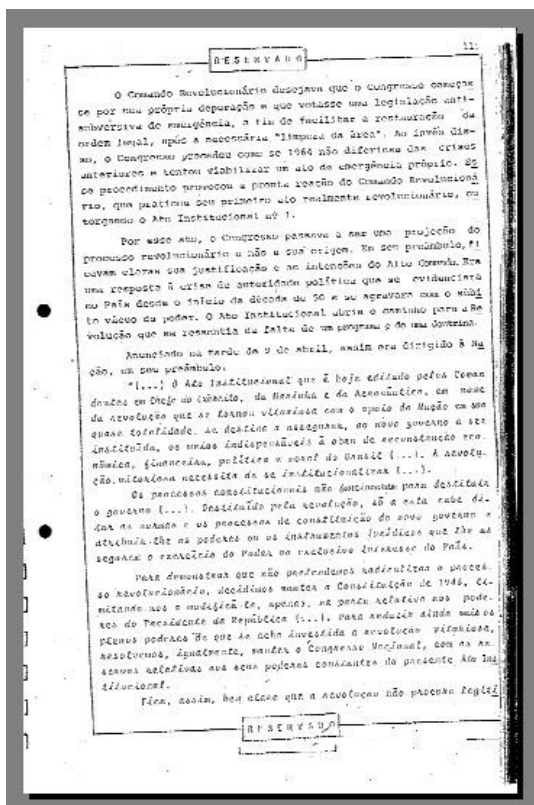
EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Luis Valentin Vallejo

2016

Prefácio da Edição Digital

Esta edição em formato PDF é fruto de um trabalho exaustivo para transformar a edição disponibilizada na Internet, na forma da figura abaixo, em uma forma que mais se aproxima de um livro impresso. Existe a edição desse livro, mas está esgotada e os possuidores não se animaram a digitalizá-lo.



Houve a necessidade de usar-se OCR, que não realizou a conversão de forma satisfatória, obrigando a correção manual, bem como todos os textos em itálico do documento, por não serem reconhecidos pelo OCR, tiveram que ser integralmente reescritos.

Eis um exemplo do material que foi preciso editar, em quase 70% do original da Internet:

O próprio Vladimir Palmeira que, dentro de poucos anos,viria a ser um dos maiores líderes estudantis no Rio de Ja neiro, testemunhou:
"Ape.)>all d.ll>|> O, al.!Jult|> de. 110|>, Uia.ll> potr..
e.inpúl..ll.l/110 do que.
potr.. outlla CO.ll>lt, llaõ aCII.e.dltã.vet/llol>, já. e.ntão, em
l.lo.tuc;Ôel.l pacZ-
6,i,cal> pa /ta lt pILO b Lemát.lca /ta cf6 11a!. N o IHo me...nt o cf o
9 o l.p C?, t.{. li/utmol>
UUla V-|l>ão que. não podemol> con|>,Ldella./L
tr..evol.Uc..lolláll..{.a, ma.6 com , ..

Nesta edição, igualmente foram corrigidos alguns erros – como, por exemplo, o uso abusivo e incorreto da vírgula – e inseridas notas de rodapé de nossa autoria, sinalizadas pela sigla (nota do editor – NE).

Em nossa opinião a importância desse livro é tamanha no combate ao comunismo, para esclarecimento da verdade do que realmente se passou - nos anos atuais com versão totalmente deturpada e mentirosa - e para que sirva de advertência aos que imaginam que ideologias semelhantes não trazem perigo à liberdade, que achamos ser obrigação com a Pátria e a Liberdade, difundi-lo de todas as maneiras, inclusive disponibilizando versões gratuitas, como estamos fazendo agora.

Resolvemos ainda inserir no trabalho original do Exército, um "APÊNDICE" no final do Volume 3, com a finalidade de ilustrar e detalhar algumas passagens narradas no livro.

O original PDF que agora foi editado eletronicamente está disponível na internet em vários locais e conta com 953 páginas tamanho ofício. A numeração das páginas do arquivo PDF não combina com a numeração que está no papel, que vai apenas até 919. Nesse arquivo estão faltando a "Bibliografia" e o "Índice Onomástico" que constam no Índice do livro. Esse último foi refeito durante nossa editoração eletrônica, apesar dos nomes poderem ser consultados com a ferramenta de pesquisa do soft de leitura. Vamos disponibilizar o "Índice Onomástico" em edição separada devido a enorme lista de nomes.

Por motivos puramente técnicos de editoração eletrônica, a obra aqui foi dividida em 3 volumes, porém, continuando sempre inteiramente fiel ao original.

Link para baixar esse e outros livros:

<http://cloneclock.blogspot.com.br/2010/01/downloads.html>

Email:

lsvltn@ojooo.com

lsvltn@gmail.com

Luis V Vallejo – editor

Outono- 2016



O editor em seu escritório-2016

Sobre a Obra

O "Orvil", ("livro" escrito ao contrário) cujo título original é "As tentativas de tomada do poder", é um trabalho de fôlego. *"A mando do general Leônidas Pires Gonçalves, o projeto foi desenvolvido pelo Centro de Informações do Exército (CIE). Cerca de uma dúzia de oficiais trabalhou em segredo no Orvil durante três anos. Como o livro não foi publicado entrou na lista dos documentos sigilosos das Forças Armadas."*

Numa entrevista, o jornalista Lucas Figueiredo comenta:

"O Exército põe o dedo numa ferida que boa parte da esquerda sempre jogou debaixo do tapete: todos os grupos que participaram da luta armada queriam instalar uma ditadura de viés comunista ou socialista. Ninguém pensava em reconduzir ao poder o presidente deposto, João Goulart. Mas a esquerda acabou criando a lenda de que todos os grupos buscavam a democracia. Outra questão é o envolvimento – pequeno, mas verdadeiro – de guerrilheiros de esquerda com o terrorismo, ou seja, com ações contra a população, e não apenas o inimigo militar. Por fim, estão relatados casos em que militantes de esquerda foram assassinados por seus próprios companheiros, como Márcio Leite de Toledo e Carlos Alberto Maciel Cardoso, ambos da ALN (Aliança Libertadora Nacional), e Francisco Jacques Moreira de Alvarenga, da RAN (Resistência Armada Nacional). O justicamento de companheiros de luta, praticado por alguns grupos, ainda hoje é um tabu para a esquerda."

Esta obra narra a história real do que aconteceu no Brasil, numa época em que o mundo se perguntava se o caminho para a humanidade não seria o comunismo, que era mostrado pela imensa máquina de propaganda de âmbito mundial, como a solução definitiva dos problemas sociais. Mentindo deslavadamente – o comunista, antes de tudo, sempre é um mentiroso crônico – a propaganda dizia assim:

"Erguendo bem alto a tocha do socialismo, o povo soviético deu início a uma nova era na história do mundo (...) A força do comunismo é inesgotável (...) A revolução está triunfando

(...) *O socialismo é o presente para centenas de milhões de pessoas e o amanhã para o resto da humanidade* (...)"¹

Em 1967 a URSS comemorou o 50º aniversário da revolução comunista na Rússia, inundando o Ocidente com maciça propaganda - só propaganda e mentirosa, bem ao estilo comunista – que foi contestada e totalmente aniquilada pelo trabalho de Eugene Lyons, "*The Workers Lost Paradise*" (O Paraíso Perdido dos Trabalhadores, que disponibilizamos um resumo no final do Volume 3) onde mostrou a realidade da economia em colapso daquele regime.

À época, como sempre, o livro foi chamado pelos fanáticos militantes de "propaganda imperialista", mas as constatações do livro eram apenas os fatos primordiais que sinalizavam para a implosão do regime em um futuro que se revelou bem próximo, pois apenas em cerca de 20 anos (o muro caiu em 9 de novembro de 1989 e o fim da URSS se deu em 26 de dezembro de 1991) a URSS acabaria mansamente, afundando e levando com ela as utopias comunistas.

A lição que ficou dessa experiência é esclarecedora e inquietante: quando se precisar de um regime de governo para escravizar e destruir um povo, utilize-se o comunismo.

Aliás, aqueles que vivenciaram o comunismo e racionalmente o abandonaram - diante de suas características extremamente perniciosas, inviáveis economicamente, desestruturadoras de conceitos morais e civilizados – cansaram-se em advertir o mundo livre do tremendo perigo que é perder a liberdade para ser dirigido por um governo controlado por um Partido desse jaez.

George Orwell, que na juventude foi comunista fanático, ao ficar mais crescidinho e esperto, abandonou a seita e escreveu, entre outros, "*Animal Farm*", uma "fábula" explicando o que é o comunismo, na qual mostra uma fazenda onde os animais são convencidos por um "grupo político", os porcos, de que são explorados e maltratados pelos humanos que a dirigem e que, ao se revoltarem, perderão a

¹ Eugene Lyons - "*The Worker's Paradise Lost*" - Twin Circle Editions – 1967 – "Folheto" de 30 páginas comemorando os 50 anos de Comunismo na URSS.

condição de “empregados” e passarão a ser donos da fazenda coletivizada. Os animais se revoltam, expulsam os donos humanos e se apoderam da fazenda. E então notam que, mesmo sendo os novos donos, terão que continuar a trabalhar para mantê-la. Nessa hora surgem os porcos que os convencem de que, para que o trabalho seja feito, é preciso que haja uma direção e eles mesmos manobram para ficar como dirigentes. No final, os porcos dirigindo a fazenda, além de ficarem tão parecidos com os antigos dirigentes humanos, criam tantas regalias e vantagens para si próprios, que os animais, para manter os privilégios dos dirigentes, são obrigados a sofrer muito mais do que sofriam antes da “revolução”.

Milovan Djilas, ex dirigente do Partido Comunista da Iugoslávia, escreveu em 1957 “A Nova Classe” onde explica detalhadamente em que os “revolucionários” comunistas se transformam quando passam à classe dirigente. A sua devastadora conclusão é que males, como o terror dos expurgos, o trabalho escravo e o controle das consciências, decorrem inevitavelmente da ideologia comunista. Diz ele que, quando o comunismo alcança a vitória, tem de produzir *“uma nova classe de proprietários e exploradores, formada por aqueles que têm privilégios especiais e prioridade econômica em virtude do monopólio administrativo que exercem”*.

O escritor comunista russo Bóris Pasternack (Dr. Jivago) relatou em suas memórias:

“Em 1930 muitos escritores de Moscou partiram para o campo para relatar o modo de vida dos camponeses coletivizados nesse novo mundo trazido pelo comunismo. O que eu vi não pode ser expresso em palavras. Era tamanha a inimaginável e desumana miséria, um tamanho terrível desastre, que se configurava como algo abstrato, que ultrapassava os limites da consciência. Fiquei doente. Não pude escrever por um ano inteiro.”²

Já Eugene Lyons em seu “*Workers Lost Paradise*”, ainda com relação ao 50 anos de comunismo na URSS, explica quem são os partidários do comunismo:

² Conquest, R: “The Harvest of Sorrow” – Oxford University Press, 1986, pág: 10. (NE)

*"Quem são esses partidários que apoiam tudo na União Soviética, milhões ao redor do mundo, e o que os leva a tais graus de adoração? Na maioria, são intelectuais de classe média e não proletários.³ **Muitos consideram o comunismo um caminho que os levará ao poder pessoal; em fantasias que os excitam, eles sempre se veem colocados numa elite de uma ditadura férrea, nunca no meio da cinzenta massa dos escravizados por ela.** Outros são levados pelo seu ódio ao seu próprio ambiente capitalista ou colonialista, um ódio muitas vezes justificado, mas de uma intensidade emocional que impede uma avaliação sensata de todas as alternativas. Porém, a grande maioria é de liberais e progressistas educados, sinceramente preocupados com seus semelhantes, mas tão desorientados com a terminologia e slogans comunistas - "nação de trabalhadores"... "sociedade sem classes"... "conquistas nunca vistas nesse país"... "planejamento nacional"... "fraternidade universal" - que jamais conseguem analisar, com visão crítica, as tentativas sem sucesso de uma nação, por meio século, para implementar frutíferos modelos sociais"*

Desdenhando para essas advertências e embriagados por essa avalanche de propaganda – falsa – os comunistas brasileiros sempre sonhando com cargos de dirigentes no “governo revolucionário” não conseguiam notar que havia diferenças da tomada do poder na Rússia em 1917, na China em 1949 e em Cuba, em 1959 e o que queriam que acontecesse no Brasil após 1964.

Nessas três partes do globo, em épocas diferentes, as nações conquistadas pelos “revolucionários” eram quase que totalmente agrícolas. Neste livro fica perfeitamente identificada a conotação de importância dada pelos revolucionários tupiniquins à guerra armada que deveria iniciar-se do campo para a cidade. As conquistas de

³ Na antiga Roma, cidadão da última classe social, que não pagava impostos e era considerado útil apenas pelos filhos que gerava. O comunismo adotou o termo para designar classe trabalhadora, o povo, o povão, o cidadão pobre que só tem para viver a remuneração, quando insuficiente, de seu trabalho. (NE)

Lenin, Fidel e Mao partiram do convencimento dos camponeses para aderirem à revolução. No Brasil, os próprios agitadores de massas no campo se desanimavam ao constatar que sua ideologia não tinha receptividade entre eles. E o Brasil era diferente, por seu tamanho continental, pela sua industrialização que já contava com quase uma década de atividade e com o intenso sentimento de rejeição ao comunismo pelo povo comum. Resultado: a tática da luta armada falhou.

Infelizmente, toda a luta feita por esta sociedade contra a dominação comunista foi inútil, pois, adotando uma tática prescrita por Gramsci, voltaram, ganharam pelo voto e, como na antiga URSS, tomaram o poder e predaram as instituições até quase as levaram à falência. O colapso econômico retirou do poder o "baixo clero" dos rapinadores comunistas, mas deixou em seu lugar os comunistas "intelectuais". Estamos sem sorte mesmo!

O editor da edição eletrônica
Outono de 2016

Sumário dos Três Volumes

UMA EXPLICAÇÃO NECESSÁRIA

INTRODUÇÃO

A VIOLÊNCIA EM TRÊS ATOS

1ª Parte

A Primeira Tentativa de Tomada do Poder (1922-1954)

2ª Parte

A Segunda Tentativa de Tomada do Poder (1955-1964)

A Terceira Tentativa de Tomada do Poder (1964)

Engajamento das Forças Armadas (1969)

3ª Parte

A Terceira Tentativa de Tomada do Poder (1970 – 1973)

4ª Parte

A Quarta Tentativa de Tomada do Poder (1974 - ...)

ÍNDICE GERAL

VOLUME I

AS TENTATIVAS DE TOMADA DO PODER

[Uma explicação necessária](#)

Introdução: A violência em três atos

[1. Primeiro ato](#)

[2. Segundo ato](#)

[3. Terceiro ato](#)

[4. Violência, nunca mais!](#)

1ª PARTE

A PRIMEIRA TENTATIVA DE TOMADA DO PODER

CAPÍTULO I

A FONTE DA VIOLÊNCIA

1. Os objetivos da Revolução Comunista
2. Os caminhos da revolução
3. O trabalho de Massa

CAPÍTULO II

O PARTIDO COMUNISTA

SEÇÃO BRASILEIRA DA INTERNACIONAL COMUNISTA (PC-SBIC)

1. A Internacional Comunista
2. A formação do PC-SBIC
3. As atividades do PC-SBIC
4. A fase do obscurantismo e da indefinição

CAPÍTULO III

A INTENTONA COMUNISTA

1. A mudança da linha da IC
2. A vinda dos estrangeiros
3. O Partido Comunista do Brasil (PCB)
4. A Aliança Nacional Libertadora (ANL)
5. A aprovação da Internacional Comunista
6. A Intentona

CAPÍTULO IV

O PCB E O CAMINHO DA LUTA ARMADA

1. A reorganização do PCB
2. A legalização do PCB
3. A volta à clandestinidade
4. O "Manifesto de Janeiro"
5. O "Manifesto de Agosto"
6. O IV Congresso

CAPÍTULO V

OS CRIMES DO PCB

1. A violência comunista
2. Bernardino Pinto de Almeida e Afonso José dos Santos
3. "Elza Fernandes"

4. Maria Silveira e Domingos Antunes Azevedo

2ª PARTE

A SEGUNDA TENTATIVA DE TOMADA DO PODER

CAPÍTULO I

AS DIVERGÊNCIAS DO MOVIMENTO COMUNISTA

1. A IV Internacional
2. O PORT quebra o exclusivismo do PCB
3. O XX Congresso do PCUS
4. O V Congresso do PCB
5. PC do B: a primeira grande cisão no PCB
6. POLOP: uma criação da esquerda independente
7. AP: uma criação da esquerda católica

CAPÍTULO II

A AÇÃO COMUNISTA

1. A exploração das dificuldades e das ambições
2. O PCB e seus objetivos
3. Reforma ou Revolução?
4. As Ligas Camponesas
5. As crises políticas de junho e julho de 1962
6. Jango obtém plenos poderes
7. Crescem as pressões para mudanças
8. O Movimento Camponês
9. Cedendo às pressões

CAPÍTULO III

O ASSALTO AO PODER

1. A rebelião dos sargentos de Brasília
2. O Estado de sítio
3. A frente única
4. Os Grupos dos Onze

5. O plano revolucionário
6. O comício das reformas
7. A rebelião dos marinheiros no Rio de Janeiro
8. A reunião no Automóvel Clube

CAPÍTULO IV

A REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA DE 1964

1. Ascensão e queda de Goulart
2. A iniciativa da reação
3. A reação no Campo Político
4. O apoio da imprensa
5. Amplia-se a reação
6. As mulheres envolvem-se decididamente
7. A evolução da posição dos militares
8. A vitória da democracia
9. O pronunciamento dos políticos

3ª PARTE

A TERCEIRA TENTATIVA DE TOMADA DO PODER

CAPÍTULO I

1964

1. O ideário da Revolução de Março
2. O Ato Institucional nº 1
3. A eleição de Castelo Branco
4. Os desencontros iniciais
5. A estratégia do desenvolvimento
6. A prorrogação do mandato presidencial
7. O restabelecimento da ordem
8. O PCB: uma linha radical
9. O PC do B: uma linha revolucionária
10. A POLOP e a "Guerrilha de Copacabana"

11. Brizola e a "Operação Pintassilgo"
12. O PORT e suas ligações com o Movimento Rural do Nordeste e com Brizola
13. As primeiras denúncias de torturas
14. Pega ladrão
15. Influências marxistas na Igreja
16. Um mil novecentos e sessenta e quatro

CAPÍTULO II

1965

1. A Revolução estreita suas bases
2. As eleições dos governadores
3. Ato Institucional nº 2
4. O Movimento Estudantil inicia as manifestações
5. Cuba e o foquisno
6. O Pacto de Montevideu e a Frente Popular de Libertação (FPL)
7. Jefferson Cardin e as escaramuças das Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN)
8. O PCB: mudança para a linha de massa
9. A AP transforma-se numa organização revolucionária
10. A POLOP e Brizola
11. Um mil novecentos e sessenta e cinco

CAPÍTULO III

1966

1. A continuidade da política Econômica
2. O cumprimento do calendário eleitoral
3. Nova Constituição
4. O Movimento Estudantil inicia o enfrentamento
5. Cuba e a Tricontinental, a OLAS e a OCLAE
6. O Movimento de Resistência Militar Nacionalista (MRMN) e a Resistência Armada Nacionalista (RAN)
7. Brizola e o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR)
8. Acirramento da luta interna no PCB

9. O PC do B inicia a preparação para a luta armada
10. O PCR e a AV: duas dissidências do PC do B
11. A AP intensifica suas atividades
12. O refluxo do PORT
13. A POLOP consolida a sua doutrina
14. Um mil novecentos e sessenta e seis

CAPÍTULO IV

1967

1. Inicia-se a volta à normalidade
2. As dificuldades políticas
3. A Frente Ampla
4. O aparente refluxo do Movimento Estudantil
5. A reorganização do Movimento Operário Sindical
6. A OLAS e a I COSPAL
7. O MNR, Caparaó e a Guerrilha do Triângulo Mineiro
8. As atividades da RAN
9. As dissidências e o VI Congresso do PCB
10. A Dissidência de Niterói e o primeiro MR-8
11. A formação da Dissidência da Guanabara
12. O Agrupamento Comunista de São Paulo
13. O "Encontro" da Corrente Revolucionária
14. O PC do B fortalece a luta ideológica
15. A Ala Vermelha do PC do B assume a posição foquista.
16. O Debate teórico e ideológico da AP
17. O IV Congresso e os "rachas" da POLOP
18. A Força Armada de Libertação Nacional (FALN)
19. Atividades do clero na subversão
20. Um mil novecentos e sessenta e sete

CAPÍTULO V

1968

1. O "caminho das pedras"
2. A retomada do desenvolvimento
3. As "pedras do caminho"

4. O Congresso Cultural de Havana
5. O Movimento Estudantil desencadeia o enfrentamento generalizado
6. As manifestações operárias
7. O PCB estrutura-se para o Trabalho de Massa
8. A formação do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)
9. Da Ala Marighela ao Agrupamento Comunista de São Paulo
10. Frades dominicanos aderem ao Agrupamento Comunista
11. AC/SP expande-se além do eixo Rio-São Paulo
12. O surgimento da Corrente em Minas Gerais
13. O PC do B recebe adesões
14. A Ala Vermelha do PC do B inicia os assaltos
15. O PCR tenta realizar trabalho no campo
16. O MR-8 estende suas atividades ao Paraná
17. A DI/GB atua no Movimento Estudantil
18. A Dissidência da Dissidência
19. O surgimento do Partido Operário Comunista
20. O surgimento do Comando de Libertação Nacional (COLINA)
21. O surgimento da Vanguarda Popular
22. O assassinato do Capitão Chandler
23. A definição ideológica da AP
24. Núcleo Marxista-Leninista (NML), uma dissidência da AP
25. O surgimento da Fração Bolchevique Trotskista (FBT)
26. O surgimento da organização Combate 1º de Maio (OC 1º Maio)
27. O surgimento do Movimento de Ação Revolucionária - (MAA)
28. O surgimento do Movimento popular de Libertação (MPL)
29. Atuação de padres estrangeiros na subversão
30. Expande-se pelo mundo a violência estudantil
31. Um mil novecentos e sessenta e oito
32. O Ato Institucional nº 5

VOLUME II

CAPÍTULO VI

1969

1. Reflexos do AI-5
2. O impedimento de Costa e Silva
3. A eleição de um novo Presidente
4. A eleição do Presidente Médici e a nova Constituição
5. Movimento Estudantil entra em descenso
6. O PCB desencadeia a "guerra de papel"
7. A fuga da penitenciária e a desarticulação do MAR
8. O PCBR inicia as ações armadas
9. O fim da Corrente
10. Ação Libertadora Nacional (ALN)
11. ALN - Ascensão terrorista em São Paulo
12. Os dominicanos na subversão
13. ALN: a guerra psicológica
14. ALN em Ribeirão Preto
15. ALN no Planalto Central
16. ALN: as ações na Guanabara
17. ALN: as "quedas" em São Paulo
18. Os dominicanos levam Marighela à morte
19. ALN: remanescentes reestruturam-se em São Paulo
20. FALN: a aproximação com a Igreja e o seu desmantelamento
21. Marx, Mao, Marighela e Guevara - M3-G
22. O PC do B e a Guerra Popular
23. A consolidação da Ala Vermelha
24. O surgimento do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT)
25. O PCR atua no campo
26. O fim do primeiro MR-8
27. A DI/GB inicia as ações armadas e assume a sigla MR8
28. O sequestro do Embaixador Charles Burke Elbrick
29. Os prenúncios da cisão do POC
30. O COLINA funde-se com a VPR

31. VPR: as "quedas" do primeiro trimestre e a fusão com o COLINA
32. A VAR-Palmares e a grande ação
33. VAR-P: O "congresso do Racha"
34. A VAR-P encerra o seu I Congresso Nacional
35. O ressurgimento da VPR
36. Resistência Democrática (REDE)
37. A "Corrente Dois" da AP funda o partido Revolucionário dos Trabalhadores
38. A FBT estrutura-se em nível nacional
39. MPL: Luta Armada x Conscientização das Massas
40. Do MNR surge o Grupo independência ou Morte
41. Um mil novecentos e sessenta e nove

CAPITULO VII

O ENGAJAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

1. A intranquilidade crescente
2. O acaso
3. Moleque sabido
4. A revelação surpreendente
5. A célula subversiva do 4º RI
6. O assalto ao 4º RI
7. Inexperiência?
8. O fio da meada
9. Intensifica-se o trabalho na Cia PE
10. Modificações no esquema de segurança
11. É criada a "Operação Bandeirante" - OBAN
12. Dificuldades e desencontros
13. Os Centros de Operações de Defesa Interna - CODI
14. Evolução na estrutura dos CDI/DOI
15. A batalha perdida

CAPITULO VIII

1970

1. Renasce o otimismo nacional
2. A imagem do País no exterior

3. As eleições de novembro
4. Frente Brasileira de Informações
5. O fim do CC do PCBR
6. O fim das lideranças carismáticas na AL
7. As atividades da CR/SP da ALN
8. O "justiçamento" de Ary Rocha Miranda
9. As atividades da CR/GB da ALN
10. Atividades da ALN no Nordeste e em Minas Gerais
11. A Tentativa de implantação da "Área Estratégica" da ALN
12. O PC do B prepara-se no campo e na cidade
13. A AV amplia a sua estrutura
14. O MRT reduz-se a um grupelho
15. O surgimento do Movimento Revolucionário Marxista (MRM)
16. PCR: na prisão, "Capivara" vira "Cachorro"
17. O MR-8 intensifica as ações armadas
18. A cisão e a crise do POC
19. O surgimento da OCML-PO
20. MCR: uma fugaz rebeldia no POC
21. VPR: meses de planejamento e sigilo
22. O sequestro do cônsul japonês Nobuo Okuchi
23. VPR: A tentativa de sequestro do cônsul norte-americano em Porto Alegre
24. VPR: a crise de abril
25. VPR: as áreas de treinamento do Vale do Ribeira
26. "Operação Registro"
27. "Operação Sete Barras"
28. VPR: os rescaldos de maio e a reestruturação de junho
29. VPR e ALN: o sequestro do embaixador alemão
30. VPR: um segundo semestre violento
31. VPR: o sequestro do embaixador da Suíça
32. A VAR-P enfrenta sucessão de crises
33. O surgimento da Dissidência da VAR-P (DVP)
34. A desarticulação da REDE
35. As contradições afloram dentro da Ação Popular
36. A extinção do PORT
37. O PORT e as "quedas" de maio e de julho
38. O desmantelamento da FBT
39. A Estruturação do Grupo Independência ou Morte
40. O MPL aproxima-se do clero "progressista"

41. Um mil novecentos e setenta
Anexo B: Croquis da região de sete Barras

VOLUME III

CAPITULO IX

1971

1. As Atividades subversivas
2. O processo Político
3. O País vai bem, mas o povo vai mal
4. Amplia-se a rede de "desinformatzys"
5. PCBR: um ano de incertezas
6. MOLIPO: uma dissidência da ALN
7. As atividades da CR/SP da ALN
8. As atividades da CR/GB da ALN
9. A falta de liderança na ALN
10. A Frente de Libertação Norte-Nordeste (FLNN)
11. A morte de Aldo Sá Brito e a Campanha de Difamação
12. O surgimento da Tendência Leninistas da ALN
13. O assassinato de Henning Albert Boilesen
14. O fim do MRT
15. A divisão da CEx/PC do B
16. A desarticulação da AV
17. O MRM transforma-se na OPCOR, que é desarticulada
18. PCR: um "justiçamento" e um assassinato
19. A desarticulação do POC e o surgimento do POC-Combate
20. A OCML-PO fica acéfala
21. FB-PO: a rebeldia dos estudantes da OCML-PO na Guanabara
22. VPR: as discussões sobre Propaganda Armada
23. VPR: o desligamento de Carlos Lamarca
24. A desmobilização da VPR no Brasil
25. Aprovados os estatutos da APML do B
26. A AP condena e executa Antônio Lourenço
27. A "política nacionalista" e a aproximação do PORT à URSS
28. A VAR-P e sua crise permanente
29. A DVP transforma-se em Liga Operária (LO)
30. O GIM continua estruturando-se
31. MR-8: um ano de sucessos e desventuras

32. A morte do Major José Júlio Toja Martinez Filho (Zazá)
33. A prisão de "Menininho" e a morte de Lamarca
34. Um mil novecentos e setenta e um

CAPITULO X

1972

1. A defasagem do campo político
 2. A continuidade do desenvolvimento econômico e social
 3. O prosseguimento da guerra psicológica
 4. O fim da segunda direção nacional do PCBR
 5. A desativação do MOLIPO
 6. A desarticulação da FLNN
 7. As atividades da CR/SP da ALN
 8. O declínio da ALN na Guanabara
 9. Fracassa a tentativa de fusão entre o PCR e a TL/ALN
 10. Abre-se o caminho para a incorporação da APML do B ao PC do B
 11. A descoberta do foco guerrilheiro no Sudeste do Pará
 12. As primeiras operações de combate no Sudeste do Pará
 13. Novas ações contra o foco guerrilheiro
 14. VPR: as "travessuras" de Herbert e de Anselmo
 15. O desmantelamento do PORT
 16. Remanescentes trotskistas em busca de uma definição
 17. VAR-P: os prenúncios do fim
 18. Surge uma nova RAN
 19. MR-8: o fim do militarismo, o "racha" e o Pleno
 20. O MPL reestrutura-se no Brasil
 21. Um mil novecentos e setenta e dois
- ANEXO C - CROQUIS DA REGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO

CAPITULO XI

1973

1. A reinstitucionalização gradativa
2. O ápice do desenvolvimento nacional
3. O desenvolvimento social

4. A FBI continuava em expansão
5. Os "justiçamentos" e o desmantelamento do PCBR
6. A desestruturação do PCR
7. ALN: a violência até no estertor
8. Uma ajuda involuntária à guerra psicológica
9. O fim da ALN
10. Operação "Sucuri"
11. Desarticulação do foco guerrilheiro do PC do B
12. A incorporação da APML do B ao PC do B
13. A extinção da VPR
14. O fim da VAR-P
15. A extinção da LO e do MPR
16. RAN: mais um fim melancólico
17. A divisão da DG do MR-8
18. O crescimento e a desarticulação do MPL
19. Um mil novecentos e setenta e três

CAPITULO XII

AVALIAÇÃO CRÍTICA DA TERCEIRA TENTATIVA

1. O desfecho
2. A atomização das esquerdas brasileiras
3. Origens da guerra revolucionária e suas táticas
4. O leque das linhas revolucionárias
5. A preferência pelo foquismo
6. A "luta" se resume ao terrorismo
7. Por que fracassou, também, a tentativa do PC do B
8. As estratégias - o caráter da revolução, forças amigas e inimigas
9. O organismo revolucionário
10. O recrutamento
11. A preparação dos quadros
12. As deserções e as técnicas de terror
13. Conclusão

4ª PARTE

A QUARTA TENTATIVA DE TOMADA DO PODER

CAPITULO I

A ESTRATÉGIA GERAL

1. Estratégia geral
2. Política de distensão
3. Equilíbrio estratégico
4. Campanha psicológica
5. Fronteira incerta
6. Contra-ofensiva

CAPITULO II

O PROJETO DO CLERO DITO PROGRESSISTA

1. A infiltração marxista
2. As linhas do clero
3. A teologia da libertação
4. O projeto "progressista"
 - Introdução
 - O projeto da década de 50
 - A evolução do projeto nos anos 60
 - O projeto "progressista" nos anos 70
 - O projeto da Igreja Católica
 - Os desvios ideológicos
5. A "práxis progressista"
 - Introdução
 - Anampos
 - Oposições Sindicais
 - O partido político
 - Os movimentos populares

CAPITULO III

A REESTRUTURAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES COMUNISTAS

1. A Linha ortodoxa
2. A Esquerda revolucionária
 - PC do B
 - MR-8
 - PRC
 - PCBR
 - MCR
3. A linha trotskista
 - Convergência Socialista
 - ORM-DS
 - OT/QI
 - OQI
 - PORT
4. A luta armada

CONCLUSÃO

BIBLIOGRAFIA

ÍNDICE ONOMÁSTICO

APÊNDICE

UMA EXPLICAÇÃO NECESSÁRIA

No final dos anos sessenta, diversas organizações clandestinas de corte comunista iniciaram uma nova tentativa de tomada do poder, desta vez por meio da luta armada.

Ao iniciarmos as pesquisas para este trabalho, nosso objetivo era estudar os fatos que compõem esse episódio entre os anos de 1967 e 1973. Pelo conhecimento que tínhamos, tal período enquadrava os anos em que a luta havia sido mais acirrada e violenta.

Para a compreensão dessa luta, foram suscitadas muitas perguntas: Como se formaram? Qual a inspiração ideológica? Quais os objetivos das organizações subversivas nela empenhadas? Qual o caráter da revolução que pretendiam fazer? Quais as experiências externas que procuraram apreender? Quais os modelos e métodos revolucionários que tentaram transplantar para nosso país? Como se estruturaram? Como se compunha sua infraestrutura de apoio, de inteligência, etc.? Em que segmentos sociais e de que forma recrutavam seus quadros e como os formavam no País e no exterior? O que buscavam ao perpetrar assaltos, sequestros, assassinatos e outras formas cruentas de terrorismo? Que objetivos alcançaram com essas ações?

As indagações, porém, não se esgotavam em torno dessas organizações clandestinas. Envolviam o próprio Estado e o sistema político vigente. O nível que as ações terroristas alcançaram colocava em cheque o monopólio da força armada organizada? Tirava do sistema político a sua característica de universalidade e a qualidade final de sua força? O seu combate exigia o envolvimento das Forças Armadas? Era imprescindível que provocasse a restrição da liberdade e que se suprimisse do público as informações a que tem direito numa sociedade democrática?

É sabido que as ações empreendidas acabaram por envolver as Forças Armadas, e a esse respeito outras questões tinham que ser levantadas porque fazem parte da luta a ser examinada. Estavam as Forças, Armadas preparadas e estruturadas para esse combate

insólito? Tiveram que promover alterações na sua estrutura, na instrução, nos seus efetivos, na conduta das operações? Que sacrifícios lhes foram impostos? Como atuaram? Venceram a luta? Mas o fizeram em todos os seus aspectos?

Naturalmente sabíamos que, para responder a essa ambiciosa lista de indagações e a outras que surgiriam no decorrer do trabalho, teríamos que ultrapassar os limites do período de tempo, previamente estipulado, como foco de nossa atenção.

Era de nosso conhecimento, por exemplo, que a primeira das organizações da esquerda revolucionária havia surgido em 1961 e que outras tiveram origem no período que media esse ano e 1967. Sabíamos, também, que quase todas as organizações haviam surgido ou se formado em oposição à linha política do PCB, tentando ser, cada uma delas, uma alternativa a ele. Sabíamos, portanto, que para conhecer as causas dessas divergências e compreender as dissidências, cisões e fusões, que caracterizaram o período de que nos ocuparemos prioritariamente, teríamos que recuar no tempo, pelo menos até 1956 - ano em que se realizou o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), que foi a geratriz das mais sérias discordâncias no Movimento Comunista Internacional. A rigor, esse entendimento teria que nos fazer retroceder até o ano da fundação do Partido Comunista - Seção Brasileira da Internacional Comunista (PC-SBIC).

Esse retorno no tempo, ainda que feito apenas a pontos essenciais à compreensão da luta armada que permanecia como nosso objetivo prioritário, permitiria que perpassássemos duas outras tentativas de tomada do poder pelos comunistas: a primeira, em 1935, pelo caminho da violência, e a segunda, que culminou com a Revolução Democrática de 1964, pela chamada via pacífica, cujo limite anterior, não muito nítido, pode estar em 1961, 1956 ou mesmo antes.

O recuo ao passado colocou-nos diante de uma outra visão: a do processo mais amplo da subversão que se materializa em nosso País, na sequência dessas tentativas de tomada do poder pelos comunistas, nas suas diferentes formas. Se a extrapolação do limite anterior do período inicialmente fixado mostrou-se importante, muito mais o seria no seu outro extremo, buscando uma visão além de 1974 – uma visão do hoje. Aí tivemos a percepção nítida daquilo que consubstancia a quarta tentativa da tomada do poder.

Essa tentativa de fato já teve início há alguns anos. Vencida na forma de luta que escolheu - a luta armada - a esquerda revolucionária tem buscado transformar a derrota militar que lhe foi imposta, em todos os quadrantes do território nacional, em vitória política.

Após a autocrítica, uma a uma das diferentes organizações envolvidas na luta armada, concluíram que foi um erro se lançarem na aventura militarista, sem antes terem conseguido o apoio de boa parte da população. A partir desse momento, reiniciaram a luta para a tomada do poder mudando de estratégia.

Ao optarem por essa mudança, colocaram-se lado a lado com a esquerda ortodoxa, de que divergiam desde os últimos anos da década de cinquenta, vendo-se perseguindo os mesmos objetivos táticos e valendo-se das mesmas técnicas e processos. Nessa fase, encontraram ainda um poderoso aliado, o clero dito "progressista", que pouco a pouco tirara a máscara e propugnava por uma "nova sociedade", igualitária e sem classes, uma sociedade também socialista.

Se esses fatores já nos induziam a fazer uma pequena modificação na estrutura inicialmente imaginada para este livro, dois outros nos levaram à decisão definitiva.

O primeiro é que, se boa parte dos possíveis leitores deste livro viveu essas experiências passadas, muitos deles, como nós mesmos, poderão constatar como nossa memória é fraca. No entanto, o que nos preocupava era o fato da maioria da população brasileira ser formada por jovens de menos de 30 anos. Obviamente, não eram nascidos quando se deu a primeira experiência, e, ou não eram nascidos ou eram muito jovens quando ocorreu a segunda, que já conheceram deturpada ideologicamente.

O segundo fato é que concluímos que, se a terceira tentativa da tomada do poder - nosso foco de atenção - foi a mais violenta e a mais nítida, nem por isso foi a mais perigosa.

Assim, sem nos desviarmos da luta armada - a terceira tentativa de tomada do poder, cuja história ainda não foi escrita - faremos numa primeira e segunda partes deste livro uma retrospectiva dos pontos essenciais, respectivamente da primeira e segunda tentativas de

tomada do poder. Aliás, o fracasso de uma tentativa é sempre uma das causas e o ponto de partida para a tentativa seguinte. Daí, também, a importância desse conhecimento anterior para a compreensão da luta armada. Finalmente, esperamos que as informações que transmitiremos ao longo deste trabalho e as conclusões que comporão uma quarta parte do livro sejam suficientes para que o leitor faça a sua própria avaliação da quarta tentativa de tomada do poder, para nós a mais perigosa e, por isso, a mais importante.

Se conseguirmos transmitir essa percepção final para nossos leitores, teremos atingido nosso objetivo e ficaremos com a certeza de haver conseguido prestar uma simples, mas a mais significativa das homenagens que poderíamos oferecer aos companheiros que tombaram nessa luta, hoje esquecidos e até vilipendiados. Suas mães, esposas, filhos e amigos já não terão dúvidas de que eles não morreram em vão. Porque, ao longo da história, temos a certeza de que a Pátria livre, democrática e justa será reconhecida a todos os que se empenharam nesse combate.

O Coordenador da equipe de pesquisa e redação.



INTRODUÇÃO

A VIOLENCIA EM TRÊS ATOS

"Vós não os vereis mais, porque os vindouros serão muito mais violentos, odiosos e vingativos." ⁴

1 - Primeiro ato

O público e as autoridades já estavam reunidos no Parque 13 de Maio aguardando o início das comemorações que seriam levadas a cabo a partir das 9 horas daquela manhã do último dia de março. Um grupo de estudantes retardatários, com seu alarido habitual, andava apressado em direção ao Parque. Nisso, esses milhares de pessoas foram surpreendidas com violenta explosão, seguida de espessa nuvem de fumaça que envolveu o prédio dos Correios e Telégrafos de Recife.

Passados os primeiros momentos, quando a fumaça se esvaiu, os relógios registravam 8 horas e 47 minutos. Já podiam ser vistos na parte externa do prédio, manchas negras, buracos e falhas de onde havia se desprendido o reboco, tal a violência da explosão. A enorme vidraça do sexto andar do edifício havia se estilhaçado com o deslocamento de ar provocado pelo petardo de alto teor.

Estava perpetrado o primeiro atentado terrorista na capital pernambucana.

⁴ Expressão do jornalista Eduardo Drummond, ao ler os historiadores que pintaram os horrores praticados pelos líderes da Comuna de Paris.

Ao mesmo tempo, uma segunda explosão atingiu a residência do comandante do IV Exército. Mais tarde, foi encontrada uma terceira bomba, falhada, num vaso de flores da Câmara Municipal de Recife, onde havia sido realizada uma sessão solene em comemoração ao segundo aniversário da Revolução de 31 de Março. Esta bomba falhada deveria estar sendo vista como um parcial fracasso no planejamento terrorista.

Para corrigi-lo, em 20 de maio de 1966, 50 dias após esse ensaio geral, foram lançados dois coquetéis molotov e um petardo de dinamite contra os portões da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.

As autoridades, desconcertadas, buscavam sem sucesso os autores dos atos terroristas. O Governo não dispunha de órgãos estruturados para um eficiente combate ao terrorismo. A Nação, estarecida, vislumbrava tempos difíceis que estariam por vir.

Em 25 de julho de 1966, nova série de três bombas, com as mesmas características das anteriores, sacode Recife. Uma, na sede da União dos Estudantes de Pernambuco (UEP), ferindo o civil José Leite com escoriações e queimaduras no rosto e nas mãos. Outra, nos escritórios do Serviço de Informações dos Estados Unidos (USIS), causando apenas danos materiais. A terceira bomba, entretanto, acarretando vítimas fatais, passou a ser o marco balizador do início da luta terrorista no Brasil.

Na manhã desse dia, o Marechal Costa e Silva, candidato à Presidência da República, era esperado por cerca de 300 pessoas que lotavam a estação de passageiros do Aeroporto Internacional dos Guararapes. Às 8h30min horas, poucos minutos antes da chegada do Marechal, o serviço de som anunciou que, em virtude de pane no avião, ele estava se deslocando por via terrestre de João Pessoa até Recife, indo diretamente para o prédio da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Esse comunicado provocou o início da retirada do público.

O guarda-civil Sebastião Tomaz de Aquino, o "Paraíba", outrora popular jogador de futebol do Santa Cruz, percebeu que uma maleta escura estava abandonada junto à livraria "SODILER", localizada no

saguão do aeroporto. Julgando que alguém a havia esquecido, pegou-a para entregá-la no balcão do Departamento de Aviação Civil (DAC). Ocorreu uma forte explosão. O som ampliado pelo recinto, a fumaça, os estragos produzidos e os gemidos dos feridos provocaram o pânico e a correria do público. Passados os momentos de pavor o ato terrorista mostrou um trágico saldo de 15 vítimas.



Morreram o jornalista Edson Régis de Carvalho, casado e pai de cinco filhos, com um rombo no abdômen e o Almirante reformado Nelson Passos Fernandes com o crânio esfacelado, deixando viúva e um filho menor. O guarda-civil "Paraíba" sofreu ferimento lácero-contuso no frontal e no maxilar no

membro inferior esquerdo e na coxa direita, com exposição óssea, e que resultou na amputação de sua perna direita. O então Tenente-Coronel do Exército Sylvio Ferreira da Silva sofreu amputação traumática dos dedos da mão esquerda, fratura exposta no ombro do mesmo lado, lesões graves na coxa e queimaduras de primeiro e segundo graus.

Ficaram, ainda, gravemente feridos os advogados Haroldo Collares da Cunha Barreto e Antônio Pedro Moraes da Cunha, os funcionários públicos Fernando Ferreira Raposo e Ivancir de Castro, os estudantes José Oliveira Silvestre e Amaro Duarte Dias, a professora Anita Ferreira de Carvalho, a comerciária Idalina Maia, o guarda-civil José Severino Pessoa Barreto, além de Eunice Gomes de Barros e seu filho, Roberto Gomes de Barros, de apenas 6 anos de idade.

O acaso, transferindo o local da chegada do futuro Presidente, impediu que a tragédia fosse maior. O terrorismo indiscriminado, atingindo pessoas inocentes, inclusive mulheres e crianças, mostrou a frieza e o fanatismo de seus executores.



O corpo do Almirante Passos no saguão do aeroporto



O jornalista Edson Régis de Carvalho sendo socorrido no local

Naquela época, em Recife, apenas uma organização subversiva, o Partido Comunista Revolucionário (PCR), defendia a luta armada como forma de tomada do poder. Entretanto, os inquéritos abertos nunca conseguiram provas para apontar os autores dos atentados. Dois militantes comunistas então indiciados, vivem hoje no Brasil. Um é professor do Departamento de Engenharia Elétrica de uma Universidade Federal. O outro, ex-candidato a Deputado Estadual, trabalhava em 1985, como engenheiro da prefeitura de São Paulo.



2 - Segundo ato

No dia 16 de abril de 1970, foi preso, no Rio de Janeiro, Celso Lungaretti, militante do Setor de Inteligência da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), uma das organizações comunistas que seguiam a linha militarista cubana.

Em seus primeiros depoimentos, Lungaretti revelou a existência de uma área de treinamento de guerrilhas, organizada e dirigida pela VPR, localizada num sítio da região de Jacupiranga, próxima a Registro, no Vale da Ribeira, a cerca de 250 quilômetros ao sul da Grande São Paulo.

Dois dias depois, foi presa, também no Rio de Janeiro, Maria do Carmo Brito, militante da VPR, que confirmou a denúncia de Lungaretti.

Imediatamente, tropas do Exército e da Polícia Militar do Estado de São Paulo foram deslocadas para a área a fim de apurar a veracidade das declarações dos dois militantes.

Desde janeiro de 1970, a VPR, com a colaboração de outras organizações comunistas, instalara essa área de treinamento sob o comando de Carlos Lamarca, ex-capitão do Exército, abrigando duas bases num total de 18 terroristas vindos de São Paulo, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul.

As primeiras tropas ao chegarem à região, em 20 de abril, encontraram apenas nove terroristas na área, pois um já havia saído no início do mês e os outros oito, inclusive um boliviano, retiraram-se na manhã daquele dia por ordem de Lamarca, em decorrência da prisão de Flozino, um dos proprietários da área. Permaneceram apenas os elementos necessários para desativar as bases.

Na noite do dia 21, um tiroteio marcou o primeiro choque e, no dia seguinte, foram descobertas uma base e uma área de treinamento, encontrando-se armamento, munição, alimentos, medicamentos, rádios-transmissores, material de acampamento, mapas, fardamentos, bússolas, etc.

Em 26 de abril foi descoberta nova área de treinamento. Darcy Rodrigues e José Lavecchia haviam permanecido em um Posto de Observação a fim de acompanhar os movimentos das tropas regulares. Entretanto, a quebra de seu radiotransmissor os isolou dos demais terroristas, levando-os a tentar a fuga da área cercada. No dia seguinte, ambos foram presos quando pediam carona na BR-116.



A partir daí alguns dias se passaram sem que houvesse qualquer contato. Uma parte da tropa da Polícia Militar foi retirada, permanecendo apenas um pelotão. Como voluntário para comandá-lo, apresentou-se um jovem de 23 anos, o Tenente Alberto Mendes Júnior. Com cinco anos de Policial Militar, o Tenente Mendes era conhecido entre seus companheiros por seu espírito afável e alegre e pelo altruísmo no cumprimento das missões. Idealista, acreditava que era seu dever permanecer na área ao lado de seus subordinados.

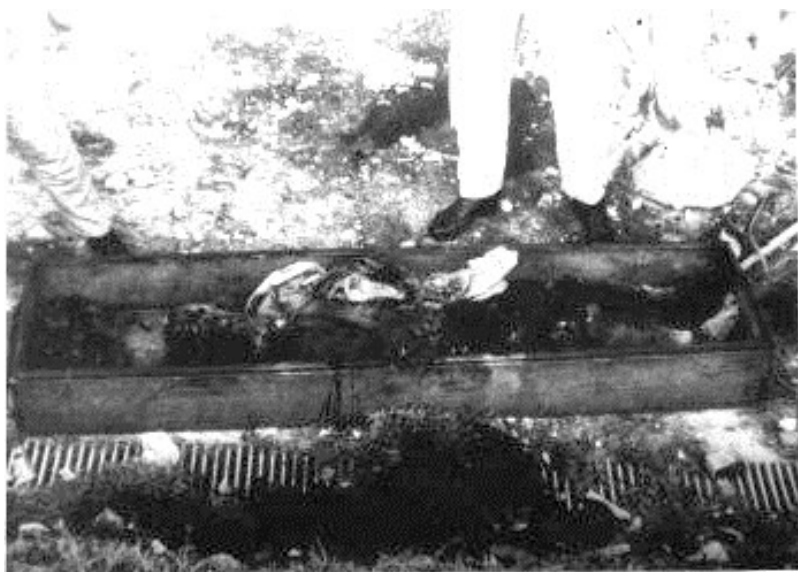
Ten. Alberto Mendes Jr

O dia 8 de maio marcou a tentativa de fuga dos sete terroristas restantes. Alugaram uma picape e, no final da tarde, ao pararem num posto de gasolina, em Eldorado Paulista, foram abordados por seis policiais militares que lhes exigiram a identificação. Apesar de alegarem a condição de caçadores, não conseguiram ser

convincentes. Os policiais desconfiaram e, ao tentarem sacar suas armas, foram alvejados por tiros que partiram dos terroristas que se encontravam na carroceria do veículo. Após o tiroteio, sem mortes, a picafe rumou para Sete Barras.

Ciente do ocorrido, o Tenente Mendes organizou uma patrulha que, em duas viaturas, dirigiu-se de Sete Barras para Eldorado. Cerca das 21 horas houve o encontro com os terroristas. Intenso tiroteio foi travado. O Tenente Mendes, em dado momento, verificou que diversos de seus comandados estavam feridos à bala necessitando urgentes socorros médicos.

Um dos terroristas, com um golpe astucioso, aproveitando-se daquele momento psicológico, gritou-lhes para que se entregassem. Julgando-se envolvido, o Oficial aceitou render-se desde que seus homens pudessem receber o socorro necessário. Tendo os demais componentes da patrulha permanecidos como reféns, o Tenente levou os feridos para Sete Barras sob a intimação de suspender os bloqueios existentes na estrada.



Exumação dos restos mortais do Ten. Mendes Jr.

De madrugada, a pé e sozinho, o Tenente Mendes buscou contato com os terroristas, preocupado que estava com o restante de seus homens. Interrogado por Lamarca, afirmou que não havia nenhum bloqueio na direção de Sete Barras. Todos então, seguiram para lá. Próximo a essa localidade foram surpreendidos por um tiroteio. Dois terroristas, Edmauro Gopfert e José Araújo de Nóbrega, desgarraram-se do grupo (foram presos poucos dias depois) e os cinco terroristas restantes embrenharam-se no mato, levando o Tenente da Polícia Militar. Depois de andarem um dia e meio, no início da tarde do dia 10 de maio de 1970, pararam para um descanso. O Tenente Mendes foi acusado de tê-los traído e responsabilizado pelo "desaparecimento" dos seus companheiros. Por isso, teria que ser executado. Nesse momento, Carlos Lamarca, Yoshitane Fugimore e Diógenes Sobrosa de Souza afastaram-se, ficando Ariston Oliveira Lucena e Gilberto Faria Lima tomando conta do prisioneiro.

Poucos minutos depois, os três terroristas retornaram e, aproximando-se por trás do oficial, Yoshitane Fugimore desfechou-lhe violentos golpes na cabeça com a coronha de um fuzil. Caído e com a base do crânio partida, o Tenente Mendes gemia e contorcia-se em dores. Diógenes Sobrosa de Souza desferiu-lhe outros golpes na cabeça, esfacelando-a. Ali mesmo, numa pequena vala e com seus coturnos ao lado da cabeça ensanguentada, o Tenente Mendes foi enterrado.

Alguns meses mais tarde, em 8 de setembro de 1970, Ariston Oliveira Lucena, que havia sido preso, apontou o local onde o Tenente Mendes estava enterrado. As fotografias tiradas de seu crânio atestam o horrendo crime cometido.

Ainda em setembro do mesmo ano, a VPR emitiu um comunicado "Ao Povo Brasileiro", onde tenta justificar o assassinato do Tenente Mendes, no qual aparece o seguinte trecho:

"A sentença de morte de um Tribunal Revolucionário deve ser cumprida por fuzilamento. No entanto, nos encontrávamos próximos ao inimigo, dentro de um cerco que pode ser executado em virtude da existência de muitas estradas na região. O Tenente Mendes foi condenado a

morrer a coronhadas de fuzil, e assim o foi, sendo depois enterrado”

Dos cinco assassinos do Tenente Mendes, sabe-se que:

- o ex-Capitão Carlos Lamarca morreu na tarde de 17 de setembro de 1971, no interior da Bahia, durante tiroteio com a forças de segurança;
- Yoshitane Fugimore morreu em 5 de dezembro de 1970, em São Paulo, durante tiroteio com as forças de segurança;
- Diógenes Sobrosa de Souza e Ariston Oliveira Lucena foram anistiados em 1979 e vivem livremente no Brasil;
- Gilberto Faria Lima fugiu para o exterior e desconhece-se o seu paradeiro atual



3 - Terceiro ato

A manhã de 23 de março de 1971 encontrou o jovem advogado de 26 anos, Sérgio Moura Barbosa, escrevendo uma carta em seu quarto de pensão no bairro de Indianópolis, na capital de São Paulo. Os bigodes bem aparados e as longas suíças contrastavam com o aspecto conturbado de seu rosto, que não conseguia esconder a crise pela qual estava passando.

Três frases foram colocadas em destaque na primeira folha da carta: *"A Revolução não tem prazo e nem pressa"*; *"Não pedimos licença a ninguém para praticar atos revolucionários"*; e *"Não devemos ter medo de errar. É preferível errar fazendo do que nada fazer"*. Em torno de cada frase, todas de Carlos Marighela, o jovem tecia ilações próprias tiradas de sua experiência revolucionária como ativo militante da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Ao mesmo tempo, lembrava-se das profundas transformações que ocorreram em sua vida e em seu pensamento, desde 1967, quando

era militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e estudante de Sociologia Política da Universidade Mackenzie, em São Paulo. Pensava casar-se com Maria Inês e já estava iniciando a montagem de um apartamento na Rua da Consolação.



Naquela época, as concepções militaristas exportadas por Fidel Castro e Che Guevara empolgavam os jovens e Marighella surgia como o líder comunista que os levaria à tomada do poder através da luta armada.

Impetuoso, desprendido e idealista, largou o PCB e integrou-se ao agrupamento de Marighella,

que, no início de 1968, daria origem à ALN. Naquela manhã, a carta servia como repositório de suas dúvidas:

"Faço esses comentários a propósito da situação em que nos encontramos: completa defensiva e absoluta falta de imaginação para sairmos dela. O desafio que se nos apresenta no atual momento é dos mais sérios, na medida em que está em jogo a própria confiança no método de luta que adotamos. O impasse em que nos encontramos ameaça comprometer o movimento revolucionário brasileiro, levando-o, no mínimo, à estagnação e, no máximo, à extinção."

Esse tom pessimista estava muito longe das esperanças que depositara nos métodos revolucionários cubanos. Lembrava-se de sua prisão, em fins de julho de 1968, quando fora denunciado por estar pretendendo realizar um curso de guerrilha em Cuba. Conseguindo esconder suas ligações com a ALN, em poucos dias foi liberado. Lembrava-se também, da sua primeira tentativa para ir a Havana, através de Roma, quando foi detido, em 6 de agosto de 1968, no aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro. Conduzido à Polícia do Exército, foi liberado três dias depois. Finalmente, conseguindo o seu intento, permaneceu quase dois anos em Cuba, usando o

codinome ⁵ de "Carlos". Aprendeu a lidar com armamentos e explosivos, a executar sabotagens, a realizar assaltos e familiarizou-se com as técnicas de guerrilhas urbanas e rurais. Em junho de 1970, voltou ao Brasil, retornando suas ligações com a ALN.

Em face de sua inteligência aguda e dos conhecimentos que trazia de Cuba, rapidamente ascendeu na hierarquia da ALN, passando a trabalhar em nível de sua Coordenação Nacional. Foi quando, em 23 de outubro de 1970, um segundo golpe atingiu duramente a ALN, com a morte de seu líder Joaquim Câmara Ferreira, o "Velho" ou "Toledo", quase um ano após a morte de Marighela (em novembro de 1969). Lembrava-se que, durante 4 meses ficou sem ligações com a organização. Premido pela insegurança, não compareceu a vários pontos, sendo destituído da Coordenação Nacional. Não estava concordando com a direção empreendida à ALN e escreveu, na carta, que havia entrado *"em desentendimento com outros companheiros igualmente em desacordo com a condução dada ao nosso movimento."*

No início de fevereiro de 1971, foi chamado para uma discussão com a Coordenação Nacional e, na carta, assim descreveu a reunião:

"Ao tomarem conhecimento de meu contato paralelo, os companheiros do Comando chamaram-me para uma discussão, a qual transcorreu num clima pouco amistoso, inclusive com o emprego pelas duas partes de palavras inconvenientes para uma discussão política. Confesso que fiquei surpreso com a reação dos companheiros por não denotarem qualquer senso de autocrítica e somente entenderem a minha conduta como simples ato de indisciplina".

Não sabia o jovem que a ALN suspeitava de que houvesse traído o "Velho"

⁵ Codinome: nome falso usado pelos comunistas em suas atividades revolucionárias.

Com o crescimento de suas indecisões, não aceitou, de pronto, a função que lhe foi oferecida de ser o coordenador da ALN na Guanabara. Ao aceitá-la, após um período de reflexão, a proposta já fora cancelada. Foi então integrado a um "Grupo de Fogo" da ALN em São Paulo, no qual participara de diversos assaltos até aquela manhã. Seu descontentamento, entretanto, era visível:

"Fui integrado nesse grupo, esperando que, finalmente, pudesse trabalhar dentro de uma certa faixa de autonomia e aplicar meus conhecimentos e técnicas em prol do movimento. Aí permaneci por quase dois meses, e qual não foi minha decepção ao verificar que também aí estava anulado... Tive a sensação de castração política."

Não sabia o jovem que a ALN estava considerando o seu trabalho no "Grupo de Fogo" como desgastante e "ainda somado à vacilação diante do inimigo".

No final da carta, Sérgio, mantendo a ilusão revolucionária, teceu comentários acerca de sua saída da ALN:

"Assim já não há nenhuma possibilidade de continuar tolerando os erros e omissões políticas de uma direção que já teve a oportunidade de se corrigir e não o fez. Em sã consciência, jamais poderei ser acusado de arrivista, oportunista ou derrotista. Não vacilo e não tenho dúvidas quanto às minhas convicções. Continuarei trabalhando pela Revolução, pois ela é meu único compromisso. Procurarei onde possa ser efetivamente útil ao movimento e sobre isso conversaremos pessoalmente."

Ao final, assinava "Vicente", o codinome que havia passado a usar depois de seu regresso de Cuba.

Terminada a redação, pegou o seu revólver calibre 38 e uma lata cheia de balas com um pavio à guisa de bomba caseira e saiu para

"cobrir um ponto"⁶ com um militante da ALN. Não sabia que seria traído. Não sabia, inclusive, que o descontentamento da ALN era tanto que ele já havia sido submetido e condenado, a um "Tribunal Revolucionário".

No final da tarde circulava, procedendo às costumeiras evasivas, pelas ruas do Jardim Europa, tradicional bairro paulistano. Na altura do número 405 da Rua Caçapava, aproximou-se um Volkswagen grená, com dois ocupantes, que dispararam mais de 10 tiros de revólver 38 e pistola 9 mm. Um Galaxie⁷, com três elementos, dava cobertura à ação. Apesar da reação do jovem, que chegou a descarregar sua arma, foi atingido por oito disparos. Morto na calçada, seus olhos abertos pareciam traduzir a surpresa de ter reconhecido seus assassinos. Da ação faziam parte seus companheiros da direção nacional da organização subversiva, Yuri Xavier Pereira e Carlos Eugênio Sarmento Coelho da Paz (Clemente), este último o autor dos disparos fatais.⁸

Ao lado do corpo, foram jogados panfletos, nos quais a ALN assumia a autoria do "*justiçamento*".⁹ São sugestivos os seguintes trechos desse "Comunicado":

"A Ação Libertadora Nacional (ALN) executou, dia 23 de março de 1971, Márcio Leite Toledo. Esta execução teve o fim de resguardar a organização (...) Uma organização revolucionária em guerra declarada, não pode permitir a quem tenha uma série de informações como as que possuía, vacilações desta espécie, muito menos uma defecção deste grau em suas fileiras. (...) Tolerância e conciliação tiveram funestas consequências na revolução brasileira. Tempera-nos saber compreender o momento que passa a guerra

⁶ "Cobrir um ponto": comparecer a um ponto de encontro (entre militantes de uma organização comunista).

⁷ Galaxie: automóvel de luxo da Ford, na época. (NE)

⁸ Justiça: homicídio qualificado, praticado pelos subversivos e terroristas contra companheiros que tentam evitar uma ação ou que abandonam a organização, ou, ainda contra os que, direta ou indiretamente, combatem a subversão.

⁹ Participaram, ainda, da ação, dando-lhe cobertura: Antônio Sérgio de Matos, Paulo de Tarso Celestino da Silva e José Milton Barbosa.

revolucionária e nossa responsabilidade diante dela é nossa palavra de ordem revolucionária. Ao assumir a responsabilidade na organização cada quadro deve analisar sua capacidade e seu preparo. Depois disso não se permitem recuos. (...) A revolução não admitirá recuos!"

O jovem não era "advogado" e nem se chamava "Sérgio Moura Barbosa", "Carlos" ou "Vicente". Seu nome verdadeiro era Márcio Leite Toledo.

Enterrado dias depois em Bauru, seu irmão mais velho, então Deputado Federal por São Paulo, declarou saber que ele havia sido morto pelos próprios companheiros comunistas.



4 – Violência Nunca Mais!

São marcos como os descritos - fruto de mentes deturpadas pela ideologia - que balizam o caminho sangrento e estéril do terrorismo, que por quase uma década enxovalhou a cultura nacional, intranquilizando e enchendo de dor a família brasileira.

Essas ações degradantes, que acabam de ser narradas, são tidas como atos heroicos pelos seguidores da ideologia que considera "*a violência como o motor da história*". Para essas pessoas, todos os meios são válidos e justificáveis pelos fins políticos que almejam alcançar. Acolitados por seus iguais, seus nomes hoje designam ruas, praças e até escolas no Rio de Janeiro e em outros locais do País.

Os inquéritos para apuração desses atos criminosos contra a pessoa humana também transitaram na Justiça Militar entre abril de 1964 e março de 1979. Porém, essas pessoas mortas e feridas, onde se incluem mulheres e até crianças e, na maioria, completamente alheias ao enfrentamento ideológico, por serem inocentes e não terroristas, não estão incluídas na categoria daquelas protegidas pelos "direitos humanos" de certas sinecuras e nem partilham de

uma "humanidade comum" de certas igrejas. Nem parece que a imagem de Deus, estampada na pessoa humana, é sempre única.

A razão, porém, é muito simples. Essa Igreja está sabidamente infiltrada, assim como o Movimento de Direitos Humanos dominado por agentes dessa mesma ideologia, como ficará documentado ao longo deste livro.

Como gostaríamos de poder crer que esses atos cruéis de assassinatos premeditados, assaltos a mão armada, atentados e sequestros com fins políticos e qualquer tipo de violência à pessoa humana não viessem ocorrer no Brasil, nunca mais!



1ª PARTE

A PRIMEIRA TENTATIVA DE TOMADA DO PODER

CAPITULO I

A FONTE DA VIOLÊNCIA

1 - Os objetivos da Revolução Comunista

O objetivo final da revolução marxista-leninista é atingir o comunismo - "a última e grande síntese" - uma sociedade sem Estado e sem classes. Sem classes e, portanto, sem a luta de classes, o comunismo seria a "sociedade perfeita" onde não havendo contradições, o materialismo histórico não seria aplicado.

Segundo essa ideologia, para a chegada ao objetivo final, terá que ser atingido um estágio anterior, transitório, verdadeiro trampolim para "o salto final". É o estágio do socialismo, da destruição do Estado burguês¹⁰, sobre cujas ruínas o proletariado erigirá um Estado próprio, caracterizado pela "ditadura do proletariado" sobre as demais classes.

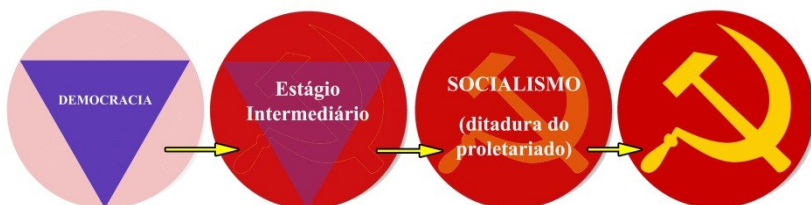
Esta etapa do socialismo marxista-leninista, também chamada de "socialismo científico", não deve ser confundida com os outros tipos de socialismo, ditos democráticos e não leninistas.

Mas, ainda antes de chegar ao socialismo ou à ditadura do proletariado, os comunistas defendem a existência de um objetivo intermediário, onde seria implantado um Estado do tipo "progressista", cujo governo seria composto pelo proletariado, pelo campesinato e, ainda, por uma parcela da burguesia - a pequena parcela "nacionalista".

¹⁰ Na Idade Média, qualidade ou condição de burguês ('habitante livre'). Com o desenvolvimento dos burgos medievais, o burguês enriqueceu e dominou social e economicamente as outras classes. Para o comunismo, burgueses são os que exercem profissões liberais, estando mais ou menos ligados às esferas dirigentes e detentoras da economia; classe média. (NE)

Os trotskistas, apesar de se considerarem marxista-leninistas, não advogam essa etapa intermediária para a implantação da "ditadura do proletariado". Para eles a revolução, desde o início, terá caráter socialista.

O esquema, a seguir apresentado, sintetiza os objetivos dos marxista-leninistas, a partir da democracia – representado por um triângulo em equilíbrio instável. ¹¹



2 - Os Caminhos da Revolução

Para atingir seus objetivos estratégicos, a violência tem sido o caminho apontado pelos ideólogos comunistas. Na prática, a história mostra ter sido a violência a tônica de sua revolução. Em nenhum país do mundo os comunistas lograram alcançar o poder por outra via.

Marx, referindo-se à Comuna de Paris, disse que um dos seus erros fundamentais *"foi a magnanimidade desnecessária do proletariado: em vez de exterminar os seus inimigos, dedicou-se a exercer influência moral sobre eles."* ¹²

Engels, seu dileto companheiro, complementou:

¹¹ Embora se nos apresente paradoxal, a defesa, pelos comunistas, da democracia, com as liberdades elevadas ao máximo, ela se justifica. Quanto mais débil e sem defesa a democracia, mais fácil sua desestabilização e a deflagração do processo de tomada do poder.

¹² Marx, K.: "A guerra civil na França", 1933, página 80.

*"A violência joga outro papel na história, tem um papel revolucionário: é, seguindo a frase de Marx, a parteira da velha sociedade, é o instrumento com ajuda do qual o movimento social se dinamiza e rompe formas políticas mortas."*¹³

Lenin, em seu famoso livro "O Estado e a Revolução", dizia: *"A liberdade da classe operária não é possível sem uma revolução sangrenta."*¹⁴

Com tais premissas, baseadas na lei fundamental marxista da transformação e apoiadas nos seus conceitos de moral, compreende-se a fonte da violência.¹⁵

Embora Marx e Engels insistissem na necessidade universal da violência, chegaram a admitir, em casos especiais, a possibilidade de uma mudança social por meios pacíficos. Seria inaceitável que inteligências tão lúcidas não a admitissem. Sun Tzu já nos ensinava há 500 anos A.C., e é princípio de guerra cada vez mais válido, que não se faz uso da força quando se pode conquistar os objetivos almejados, a despeito do inimigo, sem fazê-lo. Ademais, o emprego da força apresenta sempre um risco pela resposta violenta que necessariamente provoca.

Para Lenin, a base de toda a doutrina de Marx e Engels está na necessidade de inculcar sistematicamente nas massas a ideia da revolução violenta. No entanto, na sua obra antes citada, ao expor a doutrina marxista do Estado e as tarefas do proletariado na revolução, examina a utilização da violência para a tomada do poder, mas considera, também, possibilidade da passagem pacífica para o socialismo, bem como trata da necessidade de um estágio intermediário, para a implantação da ditadura do proletariado.

¹³ Engels, F.: "A Duhring", Ed. Sociales, Paris, 1950.

¹⁴ Lenin, V. L.: "O Estado e a Revolução", 1935, página 9.

¹⁵ O processo do emprego da violência para a tomada do poder é chamado pelos comunistas de "luta armada".

Assim reduzidos às suas formas mais simples, podem ser sintetizados em dois os caminhos utilizados pelos comunistas para a tomada do poder: o uso da violência (ou luta armada) e a "via pacífica".

Ao longo do tempo os objetivos e a estratégia para conquistá-los acabaram por transformarem-se nos pontos fundamentais de divergência entre os comunistas. Em torno delas, Trotsky, Stalin, Mao Tsé-Tung, Krushev e Fidel Castro, para citar apenas os principais atores dessa história, desenvolveriam suas próprias concepções da revolução.

Essas concepções diferenciadas darão margem a um vasto espectro de organizações, todas intituladas marxista-leninistas, com as quais travaremos contato no correr deste livro.



3. O Trabalho de Massa

As formas utilizadas pelos comunistas para alcançar seu objetivo fundamental - a tomada do poder - possivelmente por ter sido Lenin um estudioso de Clausewitz e ter sua própria filosofia da guerra, assemelham-se muito às da conquista de um objetivo militar na guerra, o que nos oferece uma imagem propícia para a compreensão do problema.

Para a conquista de um objetivo na guerra há um árduo e persistente trabalho de preparação a realizar. As tropas precisam ser mobilizadas e organizadas; devem aprender táticas e técnicas de combate durante um período relativamente longo de instrução; precisam ser equipadas e supridas de uma quase interminável série de artigos; necessitam de apoio de fogo, de engenharia, de comunicações, de saúde, etc. Deixando de lado uma série de outras necessidades, tais como o conhecimento sobre o campo de batalha, as informações sobre o inimigo, etc., devem, sobretudo, estar moralmente preparadas e possuir determinação e vontade de lutar. Eis então, que se deslocam para o campo da luta. Chegado esse momento - o da batalha - o combate pode ou não se realizar. Se o inimigo está organizado, tem forças suficientes e vontade de lutar, haverá,

fatalmente, o combate. Se o inimigo, porém, é fraco ou está combalido, mal posicionado ou sem determinação, ele pode entregar-se praticamente sem luta. Na terminologia militar, nesta última situação, diz-se que o inimigo "caiu pela manobra". Sem ser necessário o uso da força, será atingido o mesmo fim: sua submissão à vontade do exército que empreendeu a operação.

Esses são, pois, os dois caminhos para a conquista do objetivo: o da violência - da luta armada - e o da manobra. Este último, em relação ao anterior, pode ser considerado "pacífico". O árduo trabalho prévio é indispensável para se utilizar ambos os caminhos, porque se ele não existir, não haverá no momento do combate, a necessária desproporção de força e de vontade suficiente para que a ação contra o inimigo seja bem sucedida ou o obrigue a render-se sem combater.

Para a tomada do poder pelos comunistas também existe um trabalho prévio, árduo e persistente, denominado por eles de trabalho de massa. O trabalho de massa consiste nas atividades de infiltração e recrutamento, organização, doutrinação e mobilização, desenvolvidas sob técnicas de agitação¹⁶ e propaganda, visando a criar a vontade e as condições para a mudança radical das estruturas e do regime.¹⁷

O trabalho de massa objetiva incutir em seus alvos a ideologia comunista como a única solução para todos os problemas; minar a crença nos valores da sociedade ocidental e no regime; enfraquecer as salvaguardas e os instrumentos jurídicos de defesa do Estado; controlar a estrutura administrativa e influir nas decisões governamentais e, atuando sobre os diversos segmentos sociais,

¹⁶ Agitação (Dicionário da língua russa, de Ojcgov)-atuação junto às grandes massas, com o objetivo de inculcar algumas ideias e lemas destinados à sua educação política e a atraí-los para a solução dos deveres políticos e sociais mais importantes.

¹⁷ Em todos os Partidos Comunistas existe uma Seção de Agitação e Propaganda (SAP), que se encarrega dessa atividade. A teoria comunista distingue, porém, uma atividade da outra: a agitação promove uma ou poucas ideias, que apresenta à massa popular; a propaganda, ao contrário, oferece muitas ideias a uma ou poucas pessoas. Ambos são processos condicionantes.

reeducá-los, organizá-los, mobilizá-los e orientá-los para a tomada do poder.

O trabalho de massa é a preparação para o combate. Na hora decisiva da batalha, a sociedade organizada pode reagir e lutar - o que é normal - ou, se desmoralizada e sem determinação, pode simplesmente "cair pela manobra", pacificamente.



CAPÍTULO II

O PARTIDO COMUNISTA SEÇÃO BRASILEIRA DA INTERNACIONAL COMUNISTA (PC-SBIC)

1 - A Internacional Comunista

O lançamento do "Manifesto Comunista" de Marx e Engels situa-se no exato momento em que duas correntes vão chocar-se na doutrina e nos fatos: 1848 é, com efeito, o ano das revoluções europeias. O brado lançado no Manifesto – "*proletários de todos os países uni-vos*" - teria consequência prática. Em breve seria tentada a união dos operários acima das fronteiras nacionais para combater o capitalismo e implantar o socialismo.

O conceito de internacionalismo proletário daí derivado, deu origem à formação das Internacionais, verdadeiras multinacionais ideológicas, que, sob o pretexto de dirigir a luta em nome da classe operária, passaram a fomentar a criação de partidos em vários países, que subordinariam seus programas partidários às resoluções de seus Congressos.

Em 1864, foi fundada em Londres a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), que ficou posteriormente conhecida como I Internacional. Reunia diferentes correntes do movimento operário europeu, que se opunham ao capitalismo, destacando-se entre elas a dos marxistas e anarquistas. Não suportando as dissensões de grupos anarquistas que não queriam se submeter à autoridade centralizadora de Marx e ao processo da Comuna de Paris, encerrou suas atividades em 1876.

A II Internacional surgiu em 1889.¹⁸ Depois de depurada dos anarquistas e dos comunistas e de ter passado por alguns períodos de crise e recesso, ressurgiu, em 1951, já com o nome de Internacional Socialista.

A III Internacional, também conhecida como COMINTERN ou Internacional Comunista (IC), foi criada em 1919, por Lenin. Aproveitando-se da base física conseguida com a revolução russa, em 1917, a IC pode colocar em prática sua doutrina de expansão mundial do comunismo, alicerçada na experiência dos soviets¹⁹. No seu II Congresso Mundial, realizado em 1920, a IC aprovou seu estatuto e estabeleceu as 21 condições exigidas para a filiação dos diversos partidos comunistas, das quais algumas são transcritas a seguir:

"3ª – Nos países burgueses, a ação legal deve ser combinada com a ação ilegal. Nesses países deverá ser criada uma aparelhagem clandestina do Partido, capaz de atuar decisivamente no momento oportuno.

4ª – Deverá ser feita ampla campanha de agitação e propaganda nas organizações militares, particularmente o Exército. (...)

6ª – Todos os partidos comunistas devem ser internacionalistas e renunciar ao patriotismo e ao pacifismo social. Deverá ser demonstrado aos operários, sistematicamente, que sem a derrubada revolucionária do capitalismo não haverá desarmamento nem paz mundial. (...)

14ª – Todos os partidos comunistas são obrigados a prestar todo auxílio necessário às Repúblicas Soviéticas na sua luta face a contra revolução. (...)

¹⁸ A II Internacional perdurou até a 1ª Guerra Mundial, quando o nacionalismo mostrou-se, na prática, mais forte e decisivo do que o internacionalismo.

¹⁹ Soviete – Conselho de trabalhadores (NE)

16ª - Todos os partidos comunistas são obrigados a obedecer às resoluções e decisões da Internacional Comunista, considerada como partido mundial único.”

Essas condições, que espelhavam a rigidez da linha leninista, proporcionaram ao Partido Comunista da União Soviética (PCUS) a oportunidade de expandir o Movimento Comunista Internacional (MCI), subordinando os interesses nacionais dos países submetidos aos dos soviéticos e facilitando a interferência nas políticas internas das demais nações.



2 - A formação do PC-SBIC

No Brasil, as duas primeiras décadas deste século foram marcadas por algumas poucas agitações de cunho social.

O movimento operário e sindical, por nove anos, desde 1908, dirigido pela Confederação Operária Brasileira (COB), possuía traços anarquistas e voltava-se, basicamente, para agitações contra a guerra mundial, inclusive, com ameaças de greve geral.

O marxismo-leninismo²⁰, ainda pouco conhecido e frequentemente confundido com o anarquismo, procurava florescer em sete ou oito cidades brasileiras com a criação de alguns grupos que, apesar de se intitularem comunistas, não passavam, na verdade, de anarco-sindicalistas.

Foi quando, no início da década de 20, a Internacional Comunista (IC) e suas 21 condições de filiação chegaram ao nosso País e nossos "comunistas" as assumiram pressurosos.

²⁰ A diferença principal entre o marxismo e o leninismo é que Marx preconizava a instalação do governo operário, com estes se apoderando dos bens construídos pelos capitalistas (empresas, instituições, propriedades). Lenin provou que poderia instalar tal governo partindo do zero, isto é, exterminando a sociedade existente e, em seu lugar, construindo uma moldada a seu gosto. Lógico que isso somente pode ser feito á custa de monstruosos banho de sangue e terror. Em carta de 10/08/1921, enviada a Górkí, Korolenko - Presidente do Comitê Social de Ajuda às Vítimas da Fome – diz: “**A parte mais laboriosa do povo foi exterminada completamente.**” (Soljenitsin, A: “Arquipélago Gulag” – Circ. do Livro – 1976) (NE)

Em 25 de março de 1922 nas cidades do Rio de Janeiro e Niterói, num congresso que durou três dias, nove pessoas fundaram o Partido Comunista - Seção Brasileira da Internacional Comunista (PC-SBIC)

De acordo com Haroldo Lima, atual Deputado Federal pelo PC do B da Bahia:

" (...) o Congresso discutiu e aprovou as 21 condições da Internacional Comunista, elegeu uma Comissão Central Executiva, criou um Comitê de Socorro aos Flagelados Russos, tratou de questões práticas e encerrou seus trabalhos entoando o hino internacional dos trabalhadores, a Internacional." ²¹

Desde o nome e a sigla (PC-SBIC), obedecendo à 17ª condição, até à renúncia ao pacifismo social, o novo Partido aceitava a agitação permanente e a tese da derrubada revolucionária das estruturas vigentes, renegava as regras de convivência da sociedade brasileira, propunha-se a realizar atividades legais e ilegais e subordinava-se às Repúblicas Socialistas Soviéticas.



3 - As atividades do PC-SBIC

O PC-SBIC surgiu legal, registrado como entidade civil. Três meses depois, o estado de sítio decorrente da revolta tenentista, colocava-o na ilegalidade e inibia o desenvolvimento de suas atividades de agitação.

Em 1924, um fato viria repercutir no PC-SBIC: a realização do V Congresso da IC em junho/julho, já sob o impacto da morte de Lenin. Nesse Congresso, a IC, mudando de tática, passou a adotar a da "Frente Única" vista, por Zinoviev, como *"um método para agitação e mobilização das massas"*. ²²

²¹ Lima. H.: "Itinerário das Lutas do PC do Brasil". 1981, página 4.

²² Zinoviev foi o primeiro chefe do Comintern e o encarregado de expor, no seu V Congresso, a estratégia que seria aplicada tanto à "Frente Única" quanto às atividades das organizações de frente..

No final de 1926, modificou-se o quadro político - institucional, com o governo de Washington Luís trazendo ventos liberalizantes, tendo o PC inclusive, um curto período de legalidade, de 19 de julho a 11 de agosto de 1927. Obedecendo aos ditames do V Congresso da IC, a direção do Partido lançou a palavra de ordem "Ampla agitação das massas", justificada pela necessidade de *"fazer surgir o Partido da obscuridade ilegal à luz do sol da mais intensa agitação política"*.

Partindo da teoria à prática, criou o Bloco Operário e Camponês (BOC) como uma "frente única operária" que, não por acaso, tinha na sigla as mesmas letras da conhecida e já extinta COB.

Ainda seguindo a tática de frente, o PC-SBIC iniciou um trabalho de aproximação com Prestes, que se encontrava na Bolívia.²³

Mas, o ano de 1928 foi marcado pela crise econômica mundial. Pensando em aproveitar a miséria que adviria para os operários, a IC realizou o seu VI Congresso, de julho a setembro, mudando a tática de "frente única" para a de "classe contra classe". O proletariado mundial, premido pela crise, poderia ser arrastado para a revolução. Era a oportunidade para os comunistas isolarem-se e lutar contra todas as posições antagônicas, desde as burguesas até as operárias. A IC determinara o fim da "frente". Na URSS iniciava-se a "cortina de ferro".

Tal resolução pegou o PC-SBIC de surpresa. Para as eleições de outubro de 1928 já lançara candidatos através do BOC que, gradativamente, se vinha tornando o substituto legal do PC.

Imediatamente, o PC-SBIC convocou o seu III Congresso, realizado em dezembro de 1928 e janeiro de 1929, em Niterói. Além de reeleger Astrojildo Pereira como secretário-geral, o Congresso do PC-SBIC determinou a intensificação do trabalho clandestino do PC, a fim de não ser ultrapassado pelo BOC. Com tal medida pensava acalmar os chefes moscovitas, que viam no BOC a continuação da antiga tática de "frente única".

²³ Prestes a essa época ainda não se tornara comunista

Ledo engano. Não compreendiam ainda, os comunistas brasileiros, que a curvatura dos dorsos não era apenas temporária, à guisa de um cumprimento. Ela teria que ser permanente, com a boca sujando-se de terra.

Vivia-se em Moscou a plena época dos expurgos. O poderoso Stalin, com mão de ferro, mandava assassinar os principais dirigentes do Comitê Central (CC) e o fantasma do trotskismo servia de motivo para o prosseguimento das eliminações, tanto na "pátria-mãe" como nos partidos satélites.

A I Conferência dos Partidos Comunistas da América Latina, realizada em junho de 1929 em Buenos Aires, condenou "*a política do PC-SBIC frente à questão do Bloco Operário e Camponês e o seu atrelamento a este órgão*".²⁴

O ano de 1930 foi decisivo para o PC-SBIC. Em fevereiro, a IC baixou, a "Resolução sobre a questão brasileira", com base na Conferência de Buenos Aires. Nesse documento critica a política de frente ainda adotada pelo PC-SBIC e ironiza o BOC como sendo um "segundo partido operário". Ao mesmo tempo induz o partido a "*preparar-se para a luta, a fim de encabeçar a insurreição revolucionária*".

Os dias de Astrojildo Pereira estavam contados. Em novembro de 1930, uma Conferência do PC-SBIC expulsa o secretário-geral. Em São Paulo, foi afastada uma dissidência trotskista liderada por Mário Pedrosa.

Numa guinada para a esquerda o Partido encerra sua política de alianças, expurga os intelectuais de sua direção e inicia uma fase de proletarização.



²⁴ Carone, E.: "O PCB - 1922 a 1943" - Difel S.A, RJ, 1982, pg 9

4 - A fase do obscurantismo e da indefinição

O período compreendido entre o final de 1930 e os meados de 1934 caracterizou-se por um quase obscurantismo do PC-SBIC que, empregando uma linha dúbia e equivocada, se emaranhava em sucessivas crises.

A agitação política no Brasil, entretanto, foi intensa. Em 1930, ainda sob influência dos ideais do tenentismo, formou-se a Aliança Liberal, um agrupamento de oposições. Em outubro e novembro desse ano, não acatando o resultado das eleições presidenciais que indicara o paulista Júlio Prestes, a Aliança, à frente de um movimento revolucionário, alçou Getúlio Vargas ao poder.

Nesse início da década de 30, o prestígio de Luiz Carlos Prestes, então exilado no Prata, ainda era muito grande. As repercussões nacionais da sua Coluna faziam-no um dos mais respeitados líderes entre os tenentes. No entanto, era ainda, um revolucionário em busca de uma ideologia.

Em maio de 1930, Prestes criou a Liga de Ação Revolucionária (LAR), definindo-se contra a Aliança Liberal. Em março de 1931, aderiu publicamente ao comunismo. O PC-SBIC logo tentou incorporar a LAR; Prestes no entanto, com a força de sua liderança, tentava engolfar o PC-SBIC.

O maior líder comunista do Brasil não pertencia aos quadros do PC !

Essa insólita situação foi, aparentemente, resolvida com uma insólita solução: Prestes deixou a Argentina e foi residir na URSS, para ser o representante brasileiro na Internacional Comunista.

Na área internacional, a política de "classe contra classe" revelara-se desastrosa para o PCUS. Não houve a tão desejada recessão mundial e a força de Hitler, aproximando-se gradualmente do Japão e da Itália, aterrorizava os soviéticos. Esses fatos marcaram uma nova linha política: foi aliviado o isolamento e retomado o diálogo com as nações ocidentais, culminando com o ingresso da URSS na Liga das Nações em 1934.

A tudo isso assistia o PC-SBIC, atarantado. Debatendo-se entre as ordens de Moscou, padecia de uma correta definição da linha política e era envolvido por sucessivas crises de direção.

Apesar do sectarismo obreirista, característico desse período, a intensificação da atividade clandestina do PC-SBIC trouxe-lhe um dividendo: o relativo sucesso no trabalho militar de infiltração e recrutamento nas Forças Armadas.

Aproveitando o idealismo revolucionário, e até certo ponto ingênuo, do movimento tenentista, conseguiu a simpatia de muitos militares. A atuação de militares no Partido, como Maurício Grabois, Jefferson Cardin, Giocondo Dias, Gregório Bezerra, Agliberto Vieira, Dinarco Reis, Agildo Barata e o próprio Prestes, são exemplos desse trabalho de infiltração e recrutamento.

Esse trabalho militar foi decisivo para o advento da primeira tentativa de tomada do poder pelos comunistas, por meio da luta armada.



CAPÍTULO III

A INTENTONA COMUNISTA

1. A mudança da linha da IC

Induzido pela Internacional Comunista, o PC-SBIC esforçara-se por se inserir no processo revolucionário brasileiro que teve início no ano de sua fundação e que passa por 1924/26 e vai desaguar em 1930. Esse período de revoltas e revoluções tinha porém, como motivação, uma problemática interna voltada para os problemas estruturais e sociais, mas essencialmente brasileiros. Talvez, por isso mesmo, é que as direções do PC-SEIC jamais foram capazes de entendê-los. Suas análises estereotipadas viam, em cada ocasião, apenas uma luta entre os "imperialismos" inglês e norte-americano. Com esse dualismo mecanicista explicam também a revolução de 1932. Deste modo, por construírem suas análises sobre abstrações de caráter ideológico, não conseguiram sintonizar o Partido com o processo revolucionário em curso e acabaram por perder o "bonde da história". Essa frustração iria fazê-los desembocar na Intentona de 1935.

Vimos no capítulo anterior que a URSS, em 1934, mudara sua política externa do isolamento para o diálogo com o ocidente. As ameaças nazistas e fascistas contribuíram para alterar a linha política da IC.

A política de "classe contra classe" não dera resultados e levava ao ostracismo diversos partidos comunistas. Quase que num "retorno às origens", a política da "frente" foi retomada, modificando-se o termo "única" pelo "popular".

De um modo geral, a frente popular pretendia englobar todos os indivíduos e grupos numa luta contra o fascismo, independentemente de suas ideologias. E, claro, aproveitar essa frente para tomar o poder.



2. A vinda dos estrangeiros

Concluindo que no Brasil já amadurecia uma situação revolucionária e que a nova política de "frente popular" desencadearia a revolução, em curto prazo, a IC decidiu enviar diversos "delegados", todos especialistas, a fim de acelerar o processo. Com isso pretendia suprir a falta de quadros dirigentes do PC-SDIC que pudessem levar a tarefa a bom termo. Na realidade, a IC enviou um selecionado grupo de espíões e agitadores profissionais.

No início de 1934, chegou ao Brasil o ex-deputado alemão Arthur Ernst Ewort, mais conhecido com "Harry Berger". Tendo atuado nos Estados Unidos a soldo de Moscou, Berger veio acompanhado de sua mulher, a comunista alemã Elise Saborowski, que entrou no País com o nome falso de Machla Lenczycki. Berger acreditava que a revolução comunista teria início com a criação de uma "vasta frente popular anti-imperialista", composta por operários, camponeses e uma parcela da burguesia nacionalista. A ação de derrubada do governo seria efetuada pelas "partes revolucionárias infiltradas no Exército" e pelos "operários e camponeses articulados em formações armadas", embrião de um futuro "Exército Revolucionário do Povo". O governo a ser instituído seria um "Governo popular Nacional Revolucionário", com Prestes a frente .

O mirabolante plano de Berger, tirado dos compêndios doutrinários do marxismo-leninismo, não levava em conta, apenas, um pequenino detalhe: a política brasileira, aquinhoadada com uma nova Constituição de fundo liberal e populista, estava cansada dos mais de 10 anos de crise e ansiava por um pouco de paz e estabilidade.²⁵

Outros agitadores profissionais vieram para o Brasil, a mando de Moscou, durante o ano de 1934. Rodolfo e Carmen Ghioldi, um casal de argentinos, vieram como jornalistas. Ghioldi na realidade pertencia ao Comitê Executivo da IC, era dirigente do PC argentino e escondia-se sob o nome falso de "Luciano Busteros". O casal León-Jules e Alphonsine Valée veio da Bélgica para cuidar das finanças. A esposa

²⁵ Para maiores detalhes do plano revolucionário de Berger, ver Aragão, J. C.: "A Intentona Comunista", Bibliex, R.J., pág. 36 e 37.

de Augusto Guralsk, secretário do Bureau Sul-Americano que a IC mantinha em Montevideu veio para dar instrução aos quadros do PC-SBIC. Para comunicar-se clandestinamente com o grupo, foi enviado um jovem comunista norte-americano, Victor Allen Barron. O especialista em sabotagens e explosivos não foi esquecido: Paul Franz Gruber, alemão, veio com sua mulher, Erika, que poderia servir como motorista e datilógrafa. O grupo de espões instalou-se no Rio de Janeiro. De acordo com o insuspeito Fernando Moraes; *"uma identidade comum os unia: eram todos comunistas, todos revolucionários profissionais a serviço do COMINTERN e vinham todos ao Brasil fazer a revolução."*²⁶

Faltava entretanto, o líder "brasileiro", aquele que estaria à frente do novo governo comunista. Havia já alguns anos que Prestes vinha namorando os marxista-leninistas. Desde os anos da Coluna, procurava uma ideologia que complementasse o seu espírito revolucionário. Entretanto, seus contatos com os dirigentes do PC-SBIC o desencantaram. Ou melhor, julgando-se acima deles, procurava uma visão do mundo mais perfeita e mais elaborada. Tentara até criar o seu próprio movimento, através do LAR.

A possibilidade de ir para a URSS, conversar com os próprios dirigentes do Kremlin, satisfaz suas ambições. Em novembro de 1931 Prestes desembarcava em Moscou com sua família, onde, durante três anos, aprenderia como fazer a revolução.

Em abril de 1935, o "Cavaleiro da Esperança" estava de volta ao Brasil, pronto para assumir a direção do PC e da revolução comunista. A insólita solução concretizava-se: o novo líder dos comunistas brasileiros seria imposto de cima para baixo, da cúpula da IC às células do PC-SBIC. A tiracolo, Prestes trazia sua jovem esposa, Olga Benário, ativa comunista alemã de confiança dos soviéticos. A IC não poderia entregar sem controle a revolução comunista brasileira a um homem que, até aquele momento, ainda não pertencia aos quadros do PC. Olga seria a sombra de Prestes, criada pela luz de Moscou.



²⁶ Moraes, F.: "Olga", Ed. Alfa-Ômega, São Paulo, 1985, página 67.

3. O Partido Comunista do Brasil (PCB)

O ano de 1934 marcou o início de uma nova fase para o PCSBIC. Em julho, a sua I Conferência Nacional reelegeu, como secretário-geral, Antônio Maciel Bonfim, mais conhecido como "Miranda", antigo sargento da polícia militar baiana. Para minorar os efeitos aparentes de sua subordinação à IC, o PC-SBIC mudou seu nome para Partido Comunista do Brasil (Seção da Internacional Comunista), usando a sigla PCB. Esse conclave mudou a linha política do Partido segundo os ditames da sua matriz. A luta era antifascista e deveria ser formada uma "frente popular contra os integralistas".

O PCB, radicalizando-se, passou a considerar-se como a "*vanguarda na transformação da atual crise econômica em crise revolucionária - que já se processa - encaminhando todas as lutas para a revolução operária e camponesa*". Conclamou os camponeses à tomada violenta das terras e à sua defesa pelas armas. Exortou a luta das massas "*em ampla frente única para transformação da guerra imperialista em guerra civil, em luta armada das massas laboriosas pela derrubada do feudalismo e do capitalismo*". A luta, segundo o PCB, deveria ser elevada "*até a tomada do poder, instaurando o Governo Operário e Camponês, a Ditadura Democrática baseada nos Conselhos de operários, camponeses, soldados e marinheiros*". Com relação ao marxismo-leninismo, jactava-se o Partido de que era o "*único neste país que está baseado nessa ideologia, a qual já levou à vitória o proletariado e as massas populares da sexta parte do mundo, a União Soviética*".²⁷

Em documento dado a público logo depois da Conferência, o PCB, vislumbrando as eleições de outubro, criticou a via parlamentar, sob qualquer forma ou rótulo com que se apresentasse, afirmando que "*de modo algum resolve a situação das massas, situação que só poderá ser resolvida pela derrubada violenta desse governo e sua substituição pelo governo dos soviets (conselho) de operários, camponeses, soldados e marinheiros*."²⁸

²⁷ "A Classe Operária", 'jornal do PCB, de 19 de agosto de 1934.

²⁸ Carone, E.: "O PCB - 1922 a 1943", Difel S.A., RJ, 1982, páginas 143 a 159, transcreve artigo 'A posição do PCB frente às eleições', do CC/PCB.

A nova linha política do "novo PCB", em agosto de 1934, passou a ser a da insurreição armada para a derrubada do governo e a tomada do poder. Os atos ocorridos no ano seguinte mostrariam se estava preparado para isso e se iria alcançar seu objetivo.



4. A Aliança Nacional Libertadora (ANL)

Traçada a linha política da "frente popular", faltava ao PCB a criação de uma organização que a concretizasse e que pudesse congregiar operários, estudantes, militares e intelectuais.

Em fevereiro de 1935, foi fundada essa frente, sob o nome de Aliança Nacional Libertadora (ANL).

Em 19 de março, pela primeira vez, reúne-se a sua diretoria. Dos seis principais dirigentes, três eram militares: o presidente, Hercolino Cascardo, comandante da marinha; o vice-presidente, Amorety Osório, capitão do Exército; e o secretário-geral, Roberto Henrique Sisson, também oficial da Marinha.

Entretanto, desses três só o secretário-geral, Sisson, era do PCB, que pretendia de acordo com a política de frente, congregiar o maior número possível de liberais, escondendo a orientação do Partido. Mantinha para si, no entanto, a principal posição da ANL.

No final de março, a Aliança promoveu a sua primeira reunião pública, no Teatro João Caetano, na cidade do Rio de Janeiro. Neste evento, mais de mil pessoas ouviram o programa da ANL e aplaudiram quando Prestes é indicado como seu presidente de honra.

Uma carta de adesão do "Cavaleiro da Esperança", datada de 3 de maio, dá um grande impulso à frente.

Com base e à semelhança da estrutura clandestina do PCB, a ANL organizou-se com rapidez apoiada nas técnicas marxista-leninistas de

agitação e propaganda e em dezenas de jornais dirigidos pelo Partido. Apesar de ser mais forte no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, a Aliança propagou-se por todo o País. Calcula-se que, em maio, já possuía cerca de 100 mil militantes, organizados em 1.600 células.

A frente progredia escudada em bandeiras que empolgavam as massas, os militares e os liberais. O PCB a orientava, crescendo à sua sombra. A data de 5 de julho, comemoração dos 13 anos do levante dos 18 do Forte e da Revolução Tenentista, traçou uma linha demarcatória no desenvolvimento da Aliança .

Prestes, que chegara ao Brasil em 15 de abril de 1935, radicara-se no Rio de Janeiro após curtas passagens por Florianópolis, Curitiba e São Paulo. Observando o desenvolvimento da ANL, concluiu que já estava na hora de fazer um pronunciamento mais incisivo, definidor dos reais rumos da Aliança.

Em 5 de julho, lançou um manifesto contendo as bases do "Governo Popular Nacionalista Revolucionário", acusando Getúlio Vargas de fascista e de subordinado ao imperialismo e convocando os ex-revolucionários, militares, padres, jovens e a pequena burguesia a engajar-se na luta pela implantação de um "governo popular". Em determinado trecho, Prestes afirma que *"a situação é de guerra e cada um precisa ocupar o seu posto"*, conclamando: *"Brasileiros! Organizai o vosso ódio contra os dominadores, transformando-o numa força irresistível da Revolução brasileira!"*

Prestes havia aprendido na URSS que era bom, nos discursos, citar os mestres da ideologia comunista. Mas, havia aprendido, também, que não era bom limitar-se a copiar mecanicamente esses escritos, havendo que adaptá-los às condições de cada País. Assim; num súbito despertar de "inteligência" e de "criatividade", usa o Manifesto Comunista de 1848, referindo-se aos brasileiros: *"Vós que nada tendes a perder e a imensa riqueza de todo o Brasil para ganhar."* parodiando Lenin, encerra o manifesto: *"Todo o poder para a Aliança Nacional Libertadora"*.

E o máximo de originalidade aparece no lema básico, quando o "Pão, Paz e Terra" da revolução russa de outubro de 1917 transforma-se no "Pão, Terra e Liberdade" da ANL.

Esse manifesto, intempestivo e provocativo, desvelando o caráter marxista-leninista da Aliança, trouxe-lhe duas consequências imediatas: a sua ilegalidade, decretada uma semana depois pelo Governo Vargas, e o afastamento de diversos de seus líderes e dirigentes que não eram comunistas, a começar pelo próprio presidente, Hercolino Cascardo.

Iniciada a repressão contra a ANL, esta passou a atuar na absoluta clandestinidade escorada na estrutura orgânica do PCB. A radicalização do movimento foi inevitável, criando, segundo o comunista Dinarco Reis, *"um clima de apelo à rebelião armada"*: *"Os militantes comunistas receberam então, orientação de se preparar para um provável confronto armado a curto prazo na perspectiva de um golpe fascistizante em gestação."*²⁹

Os comunistas brasileiros pensavam estar prontos. Faltava, apenas, o sinal verde de seus chefes moscovitas.



5 - Aprovação da Internacional Comunista

De 25 de julho a 21 de agosto de 1935, a IC realizou o seu VII Congresso. Como delegado do PCB, compareceu o secretário-geral, Antônio Maciel Bonfim, o "Miranda". Nesse Congresso, Van Mine, delegado holandês do Comitê Executivo da IC para a América do Sul, em discurso de apoio à "frente popular", apresentou informações alvissareiras sobre a ANL, afirmando que era uma *"ampla e bem organizada associação"* e que dela *"já participava um grande número de oficiais do Exército e da Marinha brasileiros"*.

²⁹ Reis, D.: "A Luta de Classes no Brasil e o PCB", Ed. Novos Rumos, S.P., 1981, página 39.

Tal afirmação não deixava de ser verdade em valores absolutos. Baseando-se nos dados exagerados levados por "Miranda", os comunistas da IC tomavam o Brasil como uma "republicueta sul americana" e pensavam que algumas poucas dezenas de oficiais representassem "um grande número".

O próprio Dimitrov, dirigente búlgaro da IC e encarregado de fundamentar a política de frente, teceu considerações sobre a ANL e incentivou a sua ação: *"No Brasil, o Partido Comunista que deu uma boa base ao desenvolvimento de uma frente contra o imperialismo ao criar uma Aliança de emancipação nacional, deve empenhar-se com todas as suas forças para impulsionar essa frente, conquistando a mesma, sobretudo os milhões de camponeses e orientando o movimento no sentido da formação de destacamentos de um Exército Popular Revolucionário extremamente devotado até que seja alcançado o objetivo final e no sentido da organização do poder dessa Aliança nacional Libertadora."*

Estava aprovada a ANL como instrumento de luta. As condições não inteiramente favoráveis da situação brasileira não pareciam preocupar os dirigentes da IC.

Segundo Levine, *"As ordens de Moscou – para que o PCB agisse de qualquer maneira, a despeito de seu despreparo – contrariavam qualquer estimativa sensata da realidade brasileira, mas os fieis legalistas obedeceram cegamente as instruções recebidas."*³⁰

Os senhores soviéticos determinaram. Os cegos brasileiros obedeceram.



³⁰ Levine, R.M.: "O Regime de Vargas", Ed. Nova Fronteira, RJ, 1980, pág 101.

6. A Intentona

Muito já foi escrito sobre a Intentona Comunista de 1935. Como síntese, basta-nos relembrar que os atos de terror tiveram início na noite de 23 de novembro, em Natal; na manhã de 24, em Recife e na madrugada de 27, no Rio de Janeiro.



Apenas no Rio Grande do Norte o levante ampliou-se, com participação restrita de alguns setores da população. Em Recife, a participação foi extremamente reduzida e, no Rio de Janeiro, a revolta restringiu-se a dois quartéis, a Escola de Aviação, na Vila Militar, e o 3º Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha.

Apesar do plano prever insurreição nas cidades e, depois, a formação de colunas para tomar o interior, o levante confinou-se a três cidades isoladas entre si, pouco

extravasando dos muros de alguns quartéis. No dia 27 de novembro a Intentona perdeu a impulsão e fracassou.

As massas populares mostraram não haver tomado conhecimento do quadro pintado pelos comunistas. O lema da ANL, "pão; terra e liberdade", não sensibilizou o proletariado. A rebeldia e a mobilização das massas só existiam na imaginação e no desejo dos comunistas, ávidos de chegar ao poder a qualquer preço. Tudo parece indicar que a superestimação das próprias forças foi causada pela presença na ANL de militares da ativa e da reserva, muitos oriundos do tenentismo como, por exemplo, o Capitão Agildo Barata, líder da Aliança no Sul do País.

Segundo Fernando Morais, *"A anistia de 1934 permitira que os jovens oficiais participantes das revoluções anteriores voltassem à ativa, e muitos deles eram militantes do PC. A direção reconheceu que, paradoxalmente, era mais fácil construir o Partido nos quartéis do que nas fábricas – e investiu nisso."*³¹

Na realidade, o PCB substituiu a "vanguarda operária" por uma "vanguarda militar". E com isso, isolou-se. No dizer do insuspeito Dinarco Reis: *"Caso a direção do Partido houvesse feito um efetivo balanço e uma caracterização real das anteriores lutas dos tenentes e a insurreição de 1930, possivelmente isso teria ajudado o Partido a não incorrer em erros e equívocos como os que aconteceram com a grosseira manifestação de enfermidade infantil verificada com o movimento armado de 1935."*³²



Prestes preso em 1935

Por que a ação armada? Imitação pueril, simplista e mecanicista da Revolução de 1917? Estreita interpretação do materialismo histórico? Crença de que bastava um partido resolutivo para impulsionar o processo revolucionário? Erro de avaliação da realidade nacional?

³¹ Morais, F.: "Olga", Ed. Alfa-Ômega, SP, 1985, página 83.

³² Reis, D.: "A Luta de Classes no Brasil e o PCB", Ed. Novos Rumos RJ, 1981, página 29

Superestimação do papel dos militares comunistas? Cumprimento incondicional às ordens da IC?

Passados 50 anos, não há uma explicação lógica e coerente para a Intentona Comunista de 35, a primeira tentativa de tomada do poder. Sua análise nos conduz às palavras de Lenin - ao referir-se à doença infantil do esquerdismo - de que ela foi "*não só uma estupidez, mas também um crime*".

Um crime que ceifou dezenas de vidas e que se poderia repetir no momento em que seus idealizadores julgassem haver "amadurecido o processo revolucionário" e chegada a hora de empreender nova tentativa de tomada do poder. Os comunistas iriam insistir no caminho da luta armada.



CAPÍTULO IV

O PCB E O CAMINHO DA LUTA ARMADA

1. A reorganização do PCB

Qualquer que seja a resposta encontrada para explicar a Intentona Comunista de 1935 constata-se que ela poderia repetir-se a qualquer momento. Apesar do contundente fracasso da Intentona, o Partido nunca fez a autocrítica dos princípios que a nortearam. A preocupação era analisar as causas dessa derrota, procurando encontrá-las apenas na forma como foi preparada e desencadeada. Continuava dominando nos dirigentes do PCB a concepção da tomada do poder pela luta armada e um discernimento sobre a conjuntura nacional pouco confiável. Para eles, apesar do sangue derramado, aquelas ações insanas representaram "estimulantes precursores" da revolução nacional por vir.

Com a derrota do movimento, porém, as prisões de líderes comunistas deixaram o partido temporariamente desestruturado.

A situação mundial, no entanto, modificava-se rapidamente com a guerra em curso. O rompimento do acordo de Hitler com Stalin e a invasão da Rússia pelas tropas nazistas provocaram imediata reviravolta na política exterior soviética. Stalin apressou-se em tentar ganhar o apoio das democracias ocidentais. Num aparente gesto de boa vontade extinguiu a IC, em maio de 1943³³

Aproveitando-se desse novo clima, o PCB rearticula-se e, em agosto de 1943, realiza sua II Conferência Nacional, em Itatiaia, no Rio de Janeiro, que ficou conhecida como "Conferência da Mantiqueira".

³³ Após a extinção do "COMINTERN" o controle dos PC passou a ser feito pelo CC/PCUS, até que em 1947 com o início da "guerra fria" foi substituído pelo "COMINFORM" (Informações Comunistas).

Nesse conclave, o Partido tratou de "*dar todo o apoio à luta da União Soviética e à política de Vargas*"³⁴

A partir de então, passou a desenvolver intensas atividades de massa e de organização, iniciando a campanha pela anistia. Seguiu-se um período de legalidade de fato, que permitiu ao partido entrar num processo que seus militantes denominaram de "acumulação de forças", na base da ação contra o fascismo e a favor da paz mundial.



2. A legalização do PCB

Ao aproximar-se o término da guerra, com a vitória da aliança entre as democracias ocidentais e os comunistas, o presidente Vargas decretou a anistia e abriu possibilidades de legalização a todos os partidos políticos. Enquanto as diversas correntes políticas começavam a reagrupar-se no sentido da formação dos respectivos partidos, o PCB era o único nacionalmente organizado. Valendo-se do prestígio que lhe dava a identificação com o povo russo, que havia suportado a agressão nazista na Europa - e que por isso contava com a simpatia dos povos do mundo ocidental - o PCB passou imediatamente à ação de massas. Em abril de 1945 o Brasil restabeleceu relações diplomáticas com a URSS.

O Partido criou o Movimento de Unificação dos Trabalhadores (MUT), organização sindical paralela, a fim de orientar o trabalho sobre a classe operária. No campo, a fim de explorar as disputas entre posseiros e grileiros, organizou as Ligas Camponesas, sob o título de associações civis. As Ligas procuravam concretizar, na prática, a "aliança operário-camponesa" e não possuíam vida autônoma, permanecendo como apêndices da estrutura partidária. Florescendo neste período, quando o PCB era legal, quando este foi posto na ilegalidade definharam e, praticamente, desapareceram, só vindo a ressurgir na década de 50.³⁵

³⁴ Vinhas, M.: "O Partidão", Ed. Lucitec, SP 1982, Cap. II.

³⁵ Sobre as Ligas Camponesas, ver item 4, Cap. II, da 2ª Parte, deste livro.

Em 26 de novembro de 1945, como secretário-geral do PCB, o recém-anistiado Luiz Carlos Prestes vai ao Recife para as comemorações do 10º aniversário da Intentona Comunista. Em seu discurso, procura justificar o empunhar de armas em 1935, alegando que *"o Partido Comunista fez uso da violência, contra a violência dos dominadores, como única arma de que podiam dispor todos os verdadeiros patriotas"*.

Especialista em meias-verdades, Prestes afirma que a Intentona não visava a implantar o comunismo e nem o socialismo, mas, apenas, realizar uma "revolução democrático-burguesa". Como se para chegar ao objetivo final não houvesse que se passar pelos intermediários!³⁶

Capciosamente, Prestes prega a revolução, trazendo à baila as mesmas palavras de ordem de agitação bolchevique utilizadas em 1935. A luta armada continuava sendo uma obsessão para ele e os demais dirigentes do PCB.



3. A volta à clandestinidade

Com todas as condições favoráveis, o PCB obteve resultados razoáveis nas eleições de 2 de dezembro. Estes resultados estimularam os militantes comunistas e, apesar da pregação de Prestes pela luta armada, pela primeira vez a defesa da via pacífica para a chegada ao poder tomava corpo no Partido.

Seus dirigentes, porém, alheios a essa tendência, enveredaram por uma ferrenha oposição ao regime. Atacaram violentamente os dispositivos neoliberais inscritos na Constituinte e criticaram asperamente o apelo que o Governo fazia aos investidores estrangeiros. Cresce a agitação das massas e os choques entre a polícia e os militantes comunistas passaram a ser cada vez mais constantes.

³⁶ Ver item 1, Cap. I, da 1ª Parte deste livro.

Em março de 1946, em pleno Congresso Nacional, Prestes declarava, para espanto dos não comunistas, que lutaria ao lado da Rússia em caso de guerra contra o Brasil.³⁷

Nesse ano, em agosto, o Partido organizou um Congresso Nacional Sindical que, num desafio ao Governo, criou a Confederação Geral dos Trabalhadores Brasileiros (CGTB). A CGTB representava um passo à frente em relação ao MUT que, criado em abril de 1945, foi fechado no mesmo ano por incorporar federações sindicais, procedimento não permitido por lei.

Paralelamente a esses desencontros com o Governo, a situação interna modificava-se em decorrência da evolução da situação internacional que corria em franca mudança de rumo. A Rússia, pela força do Exército Vermelho, impôs seu regime totalitário a mais de uma dezena de países do Leste Europeu ocupados durante a guerra.³⁸ Com isso a aliança entre a URSS e as democracias ocidentais chegava ao fim e iniciava-se a "guerra fria". O Brasil rompe relações diplomáticas com a URSS, cassa o registro do PCB (7 de maio de 1947) e declara a CGTB igualmente ilegal.³⁹

Muitos militantes, inclusive Prestes, passaram à clandestinidade. Entretanto, a estrutura do PCB não foi tocada: *"O fato é que a imprensa do Partido e jornais nacionais e estaduais continuaram circulando regularmente ... O mesmo verificou-se com livros e demais publicações editadas pelo Partido. Na maioria dos Estados, os locais do Partido permaneceram abertos e, no final desse governo, na campanha sucessória, os comunistas puderam realizar ou participar dos atos públicos."*⁴⁰ O PCB saíra da legalidade de direito, mas permanecera na legalidade de fato.



³⁷ Skidmore T.: "Brasil- de Getúlio a Castelo", Ed. Saga, RJ, 1969. Pag. 92

³⁸ Os países ocupados durante a guerra foram: Letônia, Lituânia, Estônia, Finlândia, Polônia, Alemanha (Oriental), Tchecoslováquia, Hungria, Romênia, Bulgária e Iugoslávia.

³⁹ Para maiores detalhes sobre a cassação, ver Barbedo, A.: "O fechamento do Partido Comunista", RJ, 1947.

⁴⁰ Reis, D.: "A Luta de Classes no Brasil e o PCB", Ed. Novos Rumos, SP, página 82.

4. O "Manifesto de Janeiro"

Inconformada com a política do Governo Dutra, que considerava antipopular e repressivo, a liderança nacional do PCB lançou um Manifesto em janeiro de 1948, exigindo a renúncia do Presidente da República.

Entretanto, dissociado da realidade, o Manifesto não encontrou um mínimo de receptividade nem entre os partidos políticos nem na classe operária. Ao contrário, induziu a reação do Governo, que cassou os mandatos dos parlamentares comunistas.

Afirma Moisés Vinhas: *"Aos poucos, o Partido vai abandonado a linha política traçada na III Conferência Nacional de 1946 e assumindo uma linha política esquerdista, sectária e subjetiva..."*⁴¹

Após esse Manifesto, em que apela para a derrubada do Governo, o PCB passou a "adotar uma política de organização excessivamente conspirativa e ilegal",⁴² "uma concepção militarista de partido, tomada como organização preparada para o assalto ao poder"⁴³

O processo revolucionário chinês de 1949 impressionou tanto os dirigentes do PCB que, mecanicamente, pensaram em reproduzi-lo no Brasil. De acordo com Dinarco Reis: *"Trata-se certamente de crônica tendência imperante no trabalho de direção, manifestada sobretudo no hábito de copiar, de maneira arbitrária e grosseiramente esquemática, modelos e experiências políticas postas em prática por partido comunistas de outras nações."*⁴⁴ O sectarismo e a tendência à ação violenta continuavam a ser a tônica do período.



⁴¹ Vinhas, M.: "O Partidão", Ed. Lucitec, SP, 1982, pág. 94 e 95.

⁴² Reis, D.: "A Luta de Classes no Brasil e o PCB", Ed. Novos Rumos,-SP, 1981, pág.

83

⁴³ Vinhas, M.: "O Partidão", Ed. Lucitec, SP, 1982, pág. 95.

⁴⁴ Reis, D.: "A Luta de Classes no Brasil e o PCB", Ed. Novos Rumos, SP, página 89.

5. O "Manifesto de Agosto"

Em 1º de agosto de 1950, assinado por Prestes e em nome do Comitê Central, o PCB lançou um documento que ficou conhecido como o "Manifesto de Agosto".

Incorrendo mais uma vez num erro grosseiro de avaliação da conjuntura nacional, o manifesto procura traçar uma linha revolucionária para o Partido. Redigido numa linguagem chula, repetitiva e cheia de lugares comuns, o longo documento refere-se várias vezes, aos *"traidores e assassinos que nos governam"*, à *"dominação imperialista"*, ao *"momento mais grave da vida do nosso povo"* e a *"ameaça de guerra."* Ataca, também, de forma grosseira, todos os candidatos à Presidência da República.

Repetindo o discurso de Prestes de 1945 em Recife, o manifesto procura justificar o uso da violência: *"Diante da violência dos dominadores, a violência das massas é inevitável e necessária, é um direito sagrado e o dever iniludível de todos os patriotas"*. Defende a *"solução revolucionária"* como sendo *"a única solução viável e progressista dos problemas brasileiros"*. Acena com *"um governo democrático e popular"*, expressão stalinista que representa, na revolução comunista, a etapa intermediária entre a Democracia e a *"ditadura do proletariado"*. Conclama operários, trabalhadores do campo, mulheres, estudantes, soldados, marinheiros e oficiais das Forças Armadas a formarem uma *"ampla Frente Democrática de Libertação Nacional"*. Pregando o *"armamento geral do povo"*, defende a criação de um *"exército popular de libertação nacional"*, absurdo, segundo Dinarco Reis: *"Exército que só poderia existir na cabeça dos que elaboraram tal documento."*⁴⁵

O manifesto, entretanto, não teve a menor ressonância, permanecendo nas enxergas do aparelho comunista. A classe operária, contrariando a indicação de votar em branco, sufragou

⁴⁵ Reis, D.: "A Luta de Classes no Brasil e o PCB", Ed. Novos Rumos, SP, página 87 - O "Manifesto de Agosto", na íntegra, está publicado neste livro de Dinarco Reis, a partir da pág. 140.

maciçamente a chapa encabeçada por Getúlio Vargas. Mais uma vez, os dirigentes do PCB pretendiam fazer de seus desejos a realidade.

Pregaram a derrubada de Vargas através da luta armada das massas, estimularam as greves sob qualquer pretexto e a qualquer custo. Rompendo com a estrutura sindical vigente, tida como atrelada ao Ministério do Trabalho, lançaram-se, sem sucesso, à construção de sindicatos paralelos. Influenciados pela revolução chinesa, participaram de diversos conflitos no campo, como em Porecatu, no Norte do Paraná, em Capinópolis, no Triângulo Mineiro, e na região de Trombas e Formoso, em Goiás, incitando a luta dos posseiros, *"na esperança de que ela seja a fagulha que irá atear o fogo da revolução."*⁴⁶

Em Goiás, o movimento camponês, liderado por José Porfírio e infiltrado pelo PCB, chegou a formar um "território livre" de 10 mil km²,⁴⁷ com governo paralelo e milícias armadas, sob a égide de uma Constituição própria que definia o Estado como popular e socialista.⁴⁸

Dinarco Reis, do Comitê Central do PCB, considerou esses episódios como *"das lutas mais positivas encaminhadas pelos comunistas brasileiros."*⁴⁹

A direção do PCB continuava obcecada pela luta armada.



6. O IV Congresso

Ainda sob o impacto do suicídio de Vargas, ocorrido dois meses e meio antes, e a morte de Stalin, no ano anterior, o PCB realizou o seu IV Congresso Nacional, de 7 a 11 de novembro de 1954 em São Paulo.

⁴⁶ Vinhas, M.: "O Partidão", Ed. Lucitec, SP, 1982, pág. 129.

⁴⁷ O "Jornal da Tarde", de São Paulo, de 11 de julho de 1971, publicou extensa reportagem sobre o problema.

⁴⁸ Azevedo, F.A.: "As Ligas Camponesas", Ed. Paz e Terra, 1982, pág. 57

⁴⁹ Reis, D.: "A Luta de Classes no Brasil e o PCB", Ed. Novos Rumos, SP, página 89.

Organizadas de acordo com a rigidez stalinista, as reuniões preparatórias tiveram pouca participação das bases partidárias. Numa dessas reuniões, destinadas a aparar as arestas, Diógenes de Arruda Câmara, "democraticamente", alertou sobre o programa: "*dele não tiro um vírgula; foi visto por Stalin.*"⁵⁰ (18)

Abstraído da realidade brasileira, o programa do PCB não sofreu qualquer mudança significativa. Aliás, como comenta, critica e ironiza Moisés Vinhas, que lá estava e foi eleito suplente do CC, "*quem está de posse da teoria marxista-leninista-stalinista da revolução não precisa investigar concretamente a realidade específica de seu país basta aplicá-la criadoramente à realidade nacional.*"⁵¹

A principal palavra de ordem do partido continuaria sendo a de derrubar o governo. Era o quarto governo consecutivo que os comunistas queriam derrubar.

Prestes, em clandestinidade absoluta, não compareceu ao Congresso, embora o PCB estivesse passando por um período de legalidade de fato. Enviou, entretanto, um informe de balanço do CC, traçando as bases teóricas do Partido. Após analisar a bipolaridade mundial da 2ª Grande Guerra, Prestes proclamou o programa do PCB como sendo de "*salvação nacional*". O caráter da revolução era "*democrático-popular*", de cunho anti-imperialista e anti-feudalista. Para Prestes, a luta armada era inevitável e advertia que "*para o triunfo da insurreição popular é indispensável ganhar o apoio de soldados e marinheiros, mas reduzir a insurreição a uma luta quase só militar é grave erro que teria de levar, como de fato levou, à derrota do movimento de novembro de 1935.*"

O informe de Diógenes de Arruda Câmara, o segundo homem do Partido, tratou do programa do PCB, dando-lhe um caráter revolucionário e afirmando que "*estão maduras no Brasil as condições para transformações radicais e profundas.*"⁵² O trabalho

⁵⁰ Vinhas, M.: "O Partidão", Ed. Lucitec, SP, 1982, pág. 134.

⁵¹ Idem, pág. 139.

⁵² Vinhas, M.: "O Partidão", Ed. Lucitec, SP, 1982, pág. 137

desse dirigente comunista considerava *"a revolução agrária anti-feudal como a pedra de toque da Revolução Democrática e popular no Brasil"*. Após tecer considerações sobre a necessidade de "ganhar" os camponeses para a Revolução, dizia que, para isso seria *"necessário acionar a luta de classes no campo, agrupar grandes massas camponesas pobres e sem terra em torno do Partido, educando-as no processo da própria luta revolucionária."*⁵³ Sua pregação iria dar frutos num futuro próximo.

O Congresso, como um todo, foi a expressão viva do sectarismo que norteava as concepções comunistas, sufocando as lutas ideológicas internas latentes entre o caminho da luta armada e o da via pacífica.

No dizer insuspeito de Moisés Vinhas: *"(...) o próprio Diógenes de Arruda Câmara, sintetizando uma percepção coletiva, iria dar expressão teórica inigualável a essa mistura orgânica de leitura catastrofista, apocalíptica, da realidade, esquerdismo declinante, estreiteza e megalomania partidária."*⁵⁴

O PCB, por seus dirigentes, continuava no caminho da luta armada.



⁵³ Arruda, D.C., membro de CC/PCB - "O Programa do PCB - Bandeira de Luta e Vitória", apresentado no IV Congresso do PCB.

⁵⁴ Vinhas, M.: "O Partidão", Ed. Lucitec, SP, 1982, pág. 134

CAPITULO V

OS CRIMES DO PCB

1. A violência comunista

Contam-se às centenas os casos conhecidos da violência comunista contra a pessoa humana, escudados num estranho valor moral que privilegia a revolução proletária em relação ao indivíduo - os fins justificando os meios.

Afirma Merleau-Ponty: "*A astúcia, a mentira, o sangue derramado, a ditadura são justificados se tornam possível o poder do proletariado e dentro desta medida somente.*"⁵⁵ A violência seria válida se cometida em nome da classe operária e de seu representante, o Partido Comunista.

Lenin em seu "testamento" havia indicado seis homens que poderiam substituí-lo na condução do Estado Soviético: Stalin, Zinoviev, Kamenev, Rykov, Bukharin e Trotsky. Stalin, elegendo-se secretário-geral do PCUS, nunca conseguiu eliminar a oposição que lhe faziam os grupos internos dirigidos pelos outros cinco.

Na década de 1930, a URSS vivia sob clima de ameaça de uma guerra mundial e da questão sobre se seria possível enfrentá-la com a existência de uma oposição interna a Stalin, na cúpula do PCUS. Os denominados "processos de Moscou" foram as respostas dessa questão, e os opositores, sucessivamente, eliminados. Zinoviev e Kamenev foram fuzilados em 1936, Rykov em 1937, Bukharin em 1938, e Trotsky, que já estava banido da URSS desde 1929, foi assassinado em 1940, no México. E isto para citar, apenas, alguns dirigentes.

⁵⁵ Merleau-Ponty, M.: "Humanismo e Terror", Ed. Tempo Brasileiro - RJ, 1968, pág. 13.

Torna-se difícil, entretanto, imputar a Stalin a única culpa pelos crimes, como desejava Trotsky. Em um regime que dá a uma classe um poder total e ditatorial, qualquer homem poderia utilizá-lo sobre as demais parcelas da sociedade.

Alguns anos mais tarde, Tito, chefe do governo iugoslavo, afirmaria que os erros e os crimes cometidos resultaram mais do sistema soviético do que das falhas morais do ditador cuja ascensão tal sistema proporcionou.

No Brasil, fanatizados pela mesma ideologia e animados pelos mesmos propósitos indecifráveis que os conduziram à Intentona de 1935, os comunistas deram seguidas demonstrações de inaudita violência, ao perpetrarem crimes com requintes de perversidade, para eliminar, não só seus "inimigos", as forças policiais, mas seus próprios companheiros. O "Tribunal Vermelho" criado para julgar, sumariamente todos aqueles que lhes inspiravam suspeitas e receios, arvorava-se em juiz e executor, fornecendo ao PCB um espectro patético e trágico.

Pelo que se conhece, pode-se inferir também que dezenas de outros crimes foram cometidos pelos comunistas, sem que houvessem vindo a público, escondidos pela "eficiência do trabalho executado". Os casos a seguir relatados mostram, de um modo pálido, mas irretorquível, essa violência levada aos limites do absurdo.

Aos assassinados, cabe a afirmação de Merleau-Ponty: *"Admitir-se-á talvez que eles eram indivíduos e sabiam o que é a liberdade. Não espantará se, tendo que falar do comunismo, nós tentemos vislumbrar através de nuvem e noite, estes rostos que se apagaram da terra."* ⁵⁶



⁵⁶ Merleau-Ponty, M.: "Humanismo e Terror", Ed. Tempo Brasileiro - RJ, 1968, pág. 32

2. Bernardino Pinto de Almeida e Afonso José dos Santos

Em 1935, ainda antes da Intentona, Honório de Freitas Guimarães, membro do CC/PCB, denunciou Bernardino Pinto de Almeida, vulgo "Dino Padeiro", de traição. O "Tribunal Vermelho", cioso de suas atribuições, julgou-o culpado e perigoso para a ação armada que se avizinhava. O próprio secretário-geral do Partido, Antônio Maciel Bonfim, o "Miranda", decidiu executá-lo, com o auxílio de seu cunhado, Luiz Cupelo Colôno.

"Dino Padeiro", deslumbrado com a possibilidade de encontrar-se com o próprio secretário-geral do Partido, foi atraído para um local ermo, próximo à Estação de Triagem da Central do Brasil, no Rio de Janeiro (hoje Estação Carlos Chagas). Fora das vistas, Miranda desfechou-lhe uma coronhada e, em seguida, dois tiros de revólver. Tendo a arma enguiçado, tomou a de Cupelo e desfechou-lhe mais dois tiros para ter a certeza da morte. Dino, apesar de tudo, não morreu e, socorrido por funcionários da ferrovia, sobreviveu e pôde contar sobre o crime.

Ironicamente, o destino deu voltas. Mais tarde, Cupelo sentiria, em sua própria família, o peso da violência.⁵⁷

Em 2 de dezembro de 1935, com os militantes do PCB entrando na clandestinidade pela derrota da Intentona, o "Tribunal Vermelho" julgou e condenou à morte Afonso José dos Santos. A vítima foi delatada por José Emídio dos Santos, membro do Comitê Estadual do PCB no Rio de Janeiro, que recebeu o encargo da execução.

Três dias depois do "julgamento", José Emídio cometia o assassinato, na garagem da Prefeitura de Niterói. Impronunciado por falta de provas, só em 1941 foi esclarecido o crime.



⁵⁷ Ver o caso de "Elza Fernandes" a seguir.

3. "Elza Fernandes"

Desde menina, Elvira Cupelo Colônio acostumara-se a ver, em sua casa, os numerosos amigos de seu irmão, Luiz Cupelo Colônio. Nas reuniões de comunistas, fascinava-se com os discursos e com a linguagem complexa daqueles que diziam ser a salvação do Brasil. Em especial, admirava aquele que parecia ser o chefe e que, de vez em quando, lançava-lhe olhares gulosos, devorando o seu corpo de adolescente. Era o próprio secretário-geral do PCB, Antônio Maciel Bonfim, o "Miranda".

Em 1934, então com 16 anos, Elvira Cupelo tomou-se a amante de Miranda e passou a ser conhecida no Partido, como "Elza Fernandes" ou, simplesmente, a "garota". Para Luiz Cupelo ter sua irmã como amante do secretário-geral era uma "honra". Quando ela saiu de casa e foi morar com o amante, Cupelo viu que a chance de subir no Partido havia aumentado.

Entretanto, o fracasso da Intentona com as prisões e os documentos apreendidos, fez com que os comunistas ficassem acuados e isolados em seus próprios "aparelhos".⁵⁸ Nos primeiros dias de janeiro de 1936, Miranda e Elza foram presos em sua residência, na Av. Paulo de Frontin, 606, Apt. 11, no Rio de Janeiro. Mantidos separados e incomunicáveis, a polícia logo concluiu que a "garota" pouco ou nada poderia acrescentar aos depoimentos de "Miranda" e ao volumoso arquivo apreendido no apartamento do casal. Acrescendo os fatos de ser menor de idade e não poder ser processada, Elza foi liberada. À saída, conversou com seu amante que lhe disse para ficar na casa de seu amigo Francisco Furtado Meireles, em Pedra de Guaratiba, subúrbio do Rio de Janeiro. Recebeu também da polícia autorização para visitá-lo, o que fez por duas vezes.

Em 15 de janeiro, Honório de Freitas Guimarães, um dos dirigentes do PCB, ao telefonar para "Miranda" surpreendeu-se ao ouvir, do outro lado do aparelho, uma voz estranha. Nesse momento, o Partido

⁵⁸ "Aparelho" era o nome dado pelos subversivos ao local onde se escondiam. (NE)

soubera que "Miranda" havia caído. Alguns dias depois, a prisão de outros dirigentes aumentou o pânico.

Segundo o PCB, havia um traidor. E o maior suspeito era "Miranda". As investigações do "Tribunal Vermelho" começaram.

Honório descobriu que Elza estava hospedada na casa do Meireles, em Pedra de Guaratiba. Soube também que ela estava de posse de um bilhete assinado por "Miranda" no qual ele pedia aos amigos que auxiliassem a "garota". Na visão estreita do PCB, o bilhete era forjado pela polícia com quem Elza estaria colaborando. As suspeitas transferiram-se de "Miranda" para a "garota".

Reuniu-se o "Tribunal Vermelho", composto por Honório de Freitas Guimarães, Lauro Reginaldo da Rocha, Adelino Deycola dos Santos e José Lage Morales. Prestes, escondido em sua casa da Rua Honório, no Méier, já havia decidido pela eliminação sumária da acusada. O "Tribunal" seguiu o parecer do chefe e a "garota" foi condenada à morte.

Não houve, porém, a desejada unanimidade: Morales, com dúvidas, opôs-se à condenação fazendo com que os demais dirigentes vacilassem em cumprir a sentença. Honório, em 18 de fevereiro, escreveu a Prestes, relatando que o delator poderia ser, na verdade, o "Miranda". A reação do "Cavaleiro da Esperança" foi imediata. No dia seguinte escreveu uma carta aos membros do "Tribunal" tachando-os de medrosos e exigindo o cumprimento da sentença.

Os trechos dessa carta de Prestes, a seguir transcritos, constituem-se num exemplo candente da frieza e da cínica determinação com que os comunistas jogam com a vida humana: *"Fui dolorosamente surpreendido pela falta de resolução e vacilação de vocês. Assim não se pode dirigir o Partido do Proletariado, da classe revolucionária. (...) Por que modificar a decisão a respeito da 'garota'? Que tem a ver uma coisa com outra? Há ou não há traição por parte dela? É ou não é ela perigosíssima ao Partido...? (...) Com plena consciência de minha responsabilidade, desde os primeiros instantes tenho dado a vocês minha opinião quanto ao que fazer com ela. Em minha carta de 16 sou categórico e nada mais tenho a acrescentar... (...) Uma tal linguagem não é digna dos chefes de nosso partido, porque é a*

linguagem dos medrosos, incapazes de uma decisão, temerosos ante a responsabilidade. Ou bem que vocês concordam com as medidas extremas, e neste caso já as deviam ter resolutamente posto em prática, ou então discordam mas não defendem como devem, tal opinião."

Ante tal intimação e reprimenda, acabaram-se as dúvidas. Lauro Reginaldo da Rocha, um dos "tribunos vermelhos", respondeu a Prestes: *"Agora não tenha cuidado, que a coisa será feita direitinho, pois a questão do sentimentalismo não existe por aqui. Acima de tudo colocamos os interesses do P."*

Decidida a execução, Elza foi levada, por Eduardo Ribeiro Xavier, para uma casa da Rua Mauá Bastos, nº 48-A, na Estrada do Camboatá, onde já se encontravam Honório de Freitas Guimarães, Adelino Deycola dos Santos, Francisco Natividade Lira e Manoel Severino Cavalcanti. Ela, que gostava dos serviços caseiros, foi fazer café. Ao retornar, Honório pediu-lhe que sentasse a seu lado. Era o sinal convencionado. Os outros quatro comunistas adentraram à sala e Lira passou-lhe uma corda de 50 cm pelo pescoço, iniciando o estrangulamento. Os demais seguravam a "garota" que, mesmo jovem, tentava salvar-se. Poucos minutos depois, com os pés junto à cabeça, o corpo de Elza foi enfiado num saco e enterrado nos fundos da casa. Perpetrara-se o hediondo crime, em nome do Partido Comunista.

Logo após este fato, em 5 de março, Prestes foi preso em seu esconderijo no Méier. Ironicamente iria passar pelas mesmas angústias quando sua mulher, Olga Benário, foi deportada para a Alemanha nazista.

Alguns anos depois, em 1940, Luiz Cupelo Colônio, o mesmo que auxiliara o secretário-geral na tentativa de assassinato do "'Dino Padeiro", participou da exumação do cadáver de sua irmã. O bilhete que escreveu a "Miranda", o amante de Elza, retrata alguém que, na própria dor, percebeu a virulência comunista:

"Rio, 17-4-40

Meu caro Bonfim

Acabo de assistir a exumação do cadáver de minha irmã Elvira. Reconheci ainda a sua dentadura e seus cabelos. Soube também da confissão de que elementos da responsabilidade do PCB fizeram na polícia de que haviam assassinado minha irmã Elvira. Diante disso renego meu passado revolucionário e encerro minhas atividades comunistas.

Do teu sempre amigo

Luiz Cupelo Colônio"



4. Maria Silveira e Domingos Antunes Azevedo

Elisiário Alves Barbosa, militante do PCB, quando estava na clandestinidade em São Carlos, cidade do interior paulista, apaixonou-se pela também militante Maria Silveira, conhecida como "Neli". Indo para o Rio de Janeiro, o próprio Elisiário, após algum tempo de militância, acusou Neli de não mais merecer a confiança do Partido. O "Tribunal Vermelho" condenou-a à morte.

Planejado o crime, os militantes Ricarte Sarrun, Antônio Vitor da Cruz e Antônio Azevedo Costa, levaram-na, em 6 de novembro de 1940, até a Ponte do Diabo, na Estrada do Redentor, na Floresta da Tijuca. No transporte, usaram o táxi dirigido por Domingos Antunes Azevedo, conhecido por "Paulista". Logo ao chegar, Neli foi atirada da Ponte do Diabo por Diocesano Martins, que esperava no local. Mas, havia a possibilidade de que ela não morresse com a queda. Para certificar-se da morte, Daniel da Silva Valença aguardava no fundo do abismo. Neli, entretanto, já chegou morta. Foi esquartejada por Valença, que procurou torná-la irreconhecível a fim de dificultar a identificação e apagar possíveis pistas.

Dois meses depois, os assassinos de Neli estavam preocupados com a possível descoberta do crime. Em 20 de janeiro de 1941, reunidos, verificaram que o ponto fraco era o motorista do táxi, Domingos Antunes Azevedo. Decidiram eliminá-lo.

Antônio Vitor da Cruz e Antônio Azevedo Costa, "amigos" do motorista, atraíram-no para um passeio na Estrada da Tijuca. Foram, também, Diocesano Martins e Daniel da Silva Valença, este sentado ao lado do motorista. Num local em que o táxi andava bem devagar, Diocesano desfechou três tiros na vítima, que tombou de bruços sobre o volante. Valença freou o carro e o cadáver foi atirado à margem da estrada.

Segundo eles, os assassinatos de "Neli" e do "Paulista", em nome do Partido Comunista, jamais seriam descobertos.



2ª PARTE

A SEGUNDA TENTATIVA DE TOMADA DO PODER

CAPÍTULO I

AS DIVERGÊNCIAS NO MOVIMENTO COMUNISTA

1. A IV Internacional

Os dois últimos anos de Lenin, acometido por grave doença, foram marcados por divergências no PCUS, em torno da luta pelo poder e contra a sua concentração nas mãos de Stalin. Uma dessas divergências, encabeçada por Trotsky, recebeu a denominação de "Oposição de Esquerda".

A morte de Lenin, em janeiro de 1924, e uma grave doença de Trotsky facilitaram a tarefa de Stalin que, após o XIV Congresso do PCUS em 1925, conseguiu assumir com todos os poderes, o domínio do Partido e do Estado russo, demitindo Trotsky do cargo de Comissário de Guerra (dirigente do "Exército Vermelho").

Durante alguns anos, escudado em seu grande prestígio, Trotsky conseguiu liderar a oposição a Stalin. Entretanto, a partir do XV Congresso do PCUS, em novembro de 1927, os fatos atropelaram-se. Trotsky foi expulso do partido, preso e deportado para a Sibéria. Em 1929, foi banido da Rússia, seguindo para a ilha de Prinkipo, próxima a Constantinopla. Depois seguiu para a França, Noruega, Espanha e, finalmente, para o México, onde, em 25 de agosto de 1940, foi assassinado, a golpes de picareta na cabeça, por Ramon Mercader Del Rio, considerado como um agente de Stalin.

Além da luta básica pelo poder, as concepções de Stalin e de Trotsky eram divergentes, embora ambos se tenham declarado "marxistas-leninistas". Em sua visão original, podem-se alinhar as seguintes premissas básicas do trotskismo: pela defesa da tomada violenta do poder, tipo golpe de Estado, considerando a guerrilha urbana como elemento essencial para a transformação revolucionária; contra o burocratismo rígido na direção partidária, defendendo o "fracionismo", isto é, o direito de formar grupos, tendências e frações

dentro da estrutura da organização; pela defesa da "revolução mundial" em contraposição ao conceito stalinista do "socialismo num só país" substituindo o fator "nacional" pelos princípios internacionalistas; e pela defesa da "revolução permanente", contínua, não admitindo, uma etapa intermediária para atingir o socialismo (ditadura do proletariado).

Desse modo, modifica-se o quadro apresentado na 1ª Parte, Cap I, item 1, deste livro, acrescentando-se a linha trotskista:



Em 3 de setembro de 1938, em Périgny, aldeia próxima a Paris, foi fundada a IV Internacional, também conhecida como Internacional Trotskista, que aprovou o seu documento básico, o "Programa de Transição". As resoluções desse Congresso de Fundação foram consideradas como "secretas" e, por ordem de Trotsky, guardadas na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, para somente serem reveladas 40 anos após sua morte.⁵⁹

De 1938 para cá, é difícil estabelecer em linhas precisas, o histórico do trotskismo. O princípio do "fracionismo" e o "direito de tendência" provocaram inúmeras cisões e dissidências, formando um verdadeiro labirinto de linhas ideológicas, que se dizem, cada uma, representar o real pensamento de Trotsky.

No entanto, apesar da fraqueza acarretada por essas constantes divisões e por não ter conseguido, até hoje, assumir o poder em

⁵⁹ Em 1980 houve o acesso ao documento, que continha textos em russo e alemão, mas não há notícia de seu conteúdo.

nenhum país, é inquestionável a crescente influência dos movimentos trotskistas no mundo inteiro. Por seu aparente "liberalismo", às vezes, até confundido com o anarquismo, vem conseguindo empolgar setores das massas, particularmente os estudantes e os intelectuais. E, mais uma vez, copiando o que aconteceu com a III Internacional, no Brasil, o trotskismo não conseguiu estabelecer uma linha própria, limitando-se a seguir, quase que mecanicamente, o que os grandes ideólogos decidiram no exterior.



2. O PORT quebra o exclusivismo do PCB

Ao Congresso de Fundação da IV Internacional em 1938, compareceram 21 delegados representantes de grupos trotskistas de 11 países. Entre eles, o brasileiro Mário Pedrosa representava o continente sul-americano.

Em 1926, Mário Pedrosa ingressara no PC-SBIC. No ano seguinte, ao dirigir-se para fazer um curso em Moscou, adoeceu ao passar pela Alemanha e, por lá ficando, tomou conhecimento das teses da "oposição de esquerda". Convertido às ideias trotskistas, passou a enviar documentos para seus companheiros do Comitê Estadual do PC de São Paulo. Não foi a Moscou, retornou ao Brasil e, em 1929 formou o Grupo Bolchevique Lenin (GBL), ainda dentro da estrutura do PC-SBIC.

Em 1931, Mário Pedrosa, já afastado do PC, transformou o GBL na Liga Comunista Internacionalista (LCI) que reunia alguns intelectuais como Fúlvio Abramo e Edmundo Ferrão Muniz de Aragão. Em 1935/36/37, diversas prisões desarticularam a LCI. Mário Pedrosa fugiu para o exterior e Muniz de Aragão, com remanescentes da LCI, criou o Partido Operário Leninista (POL) em 1937, que nunca chegou a ter real importância.

Nessa época, no Comitê Estadual de São Paulo do PC-SBIC, surgiu um novo grupo trotskista, liderado por Hermínio Sacheta, que recebeu a denominação de Tendência de Esquerda. Internacionalmente, este grupo orientava-se pelo ideólogo trotskista

Hugo Miguel Bressano, conhecido por "Nahuel Moreno" ou, simplesmente, "Moreno". Nos primeiros anos da década de 40, a Tendência de Esquerda transformou-se no Partido Socialista Revolucionário (PSR), que, logo depois, se filiou oficialmente à IV Internacional constituindo-se na linha Moreno ou linha morenista.

Em 1952, o PSR dissolveu-se e seus remanescentes criaram em São Paulo, a Liga Socialista Independente (LSI). Em 1954/55, "J. Posadas", outro ideólogo trotskista de nível internacional, veio ao Brasil e provocou a extinção da LSI. Homero Romulo Cristalli Frasnelli, conhecido por "J. Posadas" ou, simplesmente, "Posadas", era um argentino que em sua juventude fora jogador de futebol profissional em Buenos Aires. Considerado como um dos grandes ideólogos trotskistas era dirigente máximo do "Bureau Latino-Americano", com sede em Montevidéu e vinculado ao Secretariado Internacional. Em 1955, criou no Brasil o Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT), que se desenvolveu apoiado no jornal "A Frente Operária".

Quebrando o exclusivismo do PCB, o PORT, desde o início de suas atividades, optou pelo caminho violento. Nos primeiros anos da década de 60, atuou nas Ligas Camponesas, no Movimento dos Sargentos e nos Grupos dos Onze, de Brizola.



3. O XX Congresso do PCUS

Em fevereiro de 1956, realizou-se o XX Congresso do PCUS, no qual o seu secretário-geral, Nikita Krushev, apresentou um "relatório secreto" abordando duas ideias básicas, o combate ao culto à personalidade e a coexistência pacífica, que traçaram novos rumos para a condução do Movimento Comunista Internacional (MCI) e acentuaram as divergências sino-soviéticas.

O combate ao culto à personalidade centrou-se na denúncia dos crimes cometidos por Stalin e na crítica a seus "métodos autoritários" e "concepções sectárias". O combate ao "dogmatismo stalinista" foi

acentuado e a sua política execrada. Na prática, chegou-se ao requinte de derrubar as estátuas do ex-líder e de modificar o nome da cidade de Stalingrado para Leningrado. A desmitificação de Stalin foi completa. O "grande pai" transformou-se em filho bastardo.

A política de coexistência pacífica lançada no Congresso, previa a convivência simultânea e lado a lado entre países com sistemas políticos, econômicos e sociais diferentes. Abdicando, pelo menos em tese, da linha de expansão do comunismo pela força e da inevitabilidade do choque armado entre o mundo democrático e o mundo comunista, procurava estabelecer uma "competição econômica com o capitalismo", em busca da hegemonia mundial. A luta armada era substituída pela luta ideológica, através da propaganda e da infiltração, a fim de ganhar as massas.

Talvez Krushev não tenha estimado corretamente os possíveis efeitos externos de sua decisão. Havia dirigentes comunistas que concordavam com os métodos stalinistas e havia dirigentes que julgavam que o erro não estava em Stalin e sim no sistema soviético, que permitira sua ascensão e transformação num ferrenho ditador.

As consequências do XX Congresso foram imediatas. As divergências sino-soviéticas, que já existiam há algum tempo por questões geopolíticas, acentuaram-se nas questões ideológicas. Reações e dissidências surgiram em todos os partidos comunistas, pois muitos dirigentes não aceitaram a desestalinização.

Os defensores da política do XX Congresso - a coexistência pacífica - receberam os epítetos de "revisionistas" e de "reformistas".

O policentrismo ganhou vulto. Iniciava-se o fim do bloco monolítico do MCI e da hegemonia do PCUS.



4. O V Congresso do PCB

As denúncias do sistema do culto à personalidade e dos crimes do "camarada" Stalin, feitas no XX Congresso do PCUS, acarretaram a paralisação do PCB. A sua direção nacional buscou adiar o quanto pode a discussão em torno desses fatos.

Em julho de 1956, houve uma Conferência Nacional do Partido, a V, mas o assunto simplesmente não foi abordado. Segundo Peralva; o PCB *"estava atordoado e não sabia ou não podia discutir um tema para o qual não existiam ainda as muletas do projeto de frase feita e das fórmulas consagradas. Porque era isso, a um repetidor de frases feitas, que se havia reduzido o antigo Cavaleiro da Esperança"*.⁶⁰

Em agosto, é realizada uma reunião do CC, na qual a direção do Partido é duramente criticada, mas a discussão envolvendo o PCB como um todo ou o fulcro do problema continuou, na prática, proibida. O crítico mais contundente fora Agildo Barata. Desde o início dessa reunião, constatou-se que as divergências com o trabalho de direção do Partido eram irreconciliáveis.

Em fins de setembro, é convocada uma nova reunião do CC, onde, muito mais nítidas do que o rumo que o PCB tomaria, começam a delinearem-se correntes que iriam, dali para frente, digladiarem-se pelo poder.

Em novembro, a Comissão Executiva, através da "Carta Aberta de Luiz Carlos Prestes aos Comunistas", que se tornou conhecida como "carta-rolha", estabeleceu o fim da discussão. Estavam proibidos, entre outras coisas, *"quaisquer ataques à União Soviética e ao Partido Comunista da União Soviética"*.

Eram cada vez mais nítidas as tendências dentro do partido: de um lado, Agildo Barata e boa parte dos intelectuais, desejando que fosse feita uma autocritica radical, exigindo mesmo o afastamento dos membros da direção partidária; de outro lado, a maioria da Comissão Executiva, extremamente comprometida com o "status quo",

⁶⁰ Peralva, O.: "O Retrato" - Ed. Itatiaia Ltda, BH, 1960. pág. 255

resistindo às mudanças a qualquer preço. Havia, ainda, os conciliadores, que, num primeiro momento, reforçam a "esquerda" para derrotar a "direita" e, uma vez liquidada esta, dão o golpe de misericórdia naquela.

Vinhas assim retrata essa situação e a posição do secretário-geral do Partido: *"A crise política aparece assim como crise de direção. A posição de Prestes não foi unívoca nem retilínea. Inicialmente perplexo e sem saber o que fazer, foi sendo aos poucos ganhando para a autocrítica"*

A seguir, Agildo Barata é afastado do PCB e com ele saem inúmeros militantes, inclusive Bruzzi Mendonça, o seu único deputado federal.

Prestes, saindo da clandestinidade a que se impusera com auxílio do núcleo dirigente, depois de 10 anos, em agosto de 1957, comparece à reunião do CC. Nessa reunião, são destituídos da Executiva: Arruda Câmara, João Amazonas, Sérgio Holmes e Maurício Grabois. É aprovada uma resolução contra a "atividade antipartidária de Agildo Barata" e seu grupo e nomeada uma comissão que deveria preparar um documento analisando os reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB, o qual deveria ser discutido na plenária marcada para março de 1958.

Esse documento, entretanto, nasceu morto. Na reunião de março de 1958, o CC não o coloca nem na ordem do dia e aprova outro documento, que ficou conhecido como a "Declaração de Março". Essa declaração representou, na realidade, um ponto de inflexão na linha política do PCB modificando as resoluções do IV Congresso e aprovando a tese da coexistência pacífica.

Delinearam-se os grupos. De um lado, Prestes comandava o CC, de acordo com a nova linha de Krushev. Do outro, Diógenes Arruda, João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar e outros ainda stalinistas, defendiam as resoluções do IV Congresso e, nas divergências sino-soviéticas, posicionavam-se pró-China.

Em setembro de 1960, em pleno centro do Rio de Janeiro, usufruindo de uma situação de "legalidade de fato" o PCB realizou o seu V Congresso Nacional. A "Resolução Política" aprovada nesse

Congresso foi estabelecida tendo por base a concepção do XX Congresso do PCUS.

Para o "novo" PCB, no País não havia mais "condições para transformações socialistas imediatas" e a "atual etapa histórica" não exigia soluções radicais. Era viável a obtenção de contínuas reformas econômicas e políticas, que poderiam ser alcançadas através da luta de massas e da política de frente única. O caráter da revolução brasileira era "nacional-democrático" e deveria ser buscada uma sólida aliança entre o proletariado e o campesinato. As tendências dogmáticas e sectárias teriam que ser combatidas e a luta ideológica intensificada. O caminho da revolução seria "pacífico", sem que, entretanto, fosse absolutizado. A luta armada foi colocada em segundo plano e não mais considerada como um "princípio".

O Congresso aprovou um novo Estatuto e deveriam ser tomadas providências jurídicas a fim de legalizar o Partido: Foi eleito um novo CC e os principais stalinistas, como Diógenes Arruda, João Amazonas, Maurício Grabois e Orlando Pioto, foram afastados. Esta corrente, entretanto, ainda continuava representada no CC através de Pedro Pomar, Ângelo Arroio, Carlos Danielli e Henrique Cordeiro Oest, eleitos suplentes. Dos sete membros da comissão Executiva, dois deles, Mário Alves e Carlos Marighela, trariam, no futuro, novas divergências ideológicas.



5. PC do B: a primeira grande cisão no PCB

Vencidas as incertezas ideológicas individuais os stalinistas, que não aceitavam as resoluções do XX Congresso do PCUS, constituíram-se como um grupo organizado a partir do V Congresso do PCB, de setembro de 1960.

Em março/abril de 1961, uma reunião da cúpula do partido, realizada em São Paulo, colocou em prática as resoluções daquele Congresso, as quais autorizavam o CC a proceder modificações a fim de que o PCB pudesse ser legalizado junto ao Tribunal superior Eleitoral (TSE).

Desse modo, alterou-se o nome para Partido Comunista Brasileiro, conservando-se, todavia, a sigla. Retirou-se do Estatuto os termos "marxismo-leninismo" "internacionalismo proletário" e aprovou-se novo Programa, onde não consta que o objetivo final seria o estabelecimento uma "sociedade comunista".

Em 11 de agosto de 1961, a publicação dessas modificações no suplemento do jornal "Novos Rumos" provocou o acirramento das divergências. No mesmo mês cerca de 100 dirigentes e militantes stalinistas encaminharam um vigoroso protesto ao CC/PCB. Nesse documento, conhecido como a "Carta dos Cem", protestam contra o CC por ter violado as decisões do V Congresso, afirmando que elas só poderiam ser modificadas por outro Congresso. Chamam a alteração de "ridícula", criticam o Programa e não concordam com a retirada das expressões "marxismo-leninismo" e "internacionalismo proletário" do Estatuto.⁶¹ Finalmente, consideram que o novo Partido Comunista Brasileiro não é o verdadeiro Partido Comunista do Brasil e apelam ao CC para que convoque um Congresso Extraordinário.

Em outubro, os stalinistas são expulsos do PCB. No ano seguinte, de 11 a 18 de fevereiro, em São Paulo, realizam uma Conferência Nacional Extraordinária e fundam o Partido Comunista do Brasil, com a sigla PC do B. Consideram-se os reais continuadores do antigo PC e, a essa Conferência, dão o número V e o nome de Conferência de Reorganização do Partido. Fazem publicar o documento "Em Defesa do Partido" e aprovam o Estatuto e um Manifesto-Programa. Finalmente, elegem um CC, composto, entre outros, por João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar, Carlos Danielli, Calil Chade, Lincoln Cordeiro Oest, Ângelo Arroio, José Duarte, Elza Monerat e Walter Martins. Diógenes de Arruda Câmara só ingressou no PC do B após a Revolução de março de 1964.

O documento "Em Defesa do Partido" limita-se a divulgar os mesmos conceitos emitidos na "Carta dos Cem", de agosto de 1961, no sentido de justificar a dissidência formada no PCB. No "Manifesto-Programa", o PC do B traça as bases de sua linha política, num retorno ao preconizado no IV Congresso do PCB, de 1954.

⁶¹ Em 1985, O PC do B, paradoxalmente, a fim de se legalizar retirou essas expressões de seu Estatuto.

Orientando-se pelo marxismo-leninismo e objetivando atingir o socialismo e o comunismo afirma que as classes dominantes "*voluntariamente não cederão suas posições*" e "*tornam inviável o caminho pacífico da revolução*". Defende a "*luta decidida e enérgica e ações revolucionárias de envergadura*", desencadeadas pelos operários e pelos camponeses, junto com os estudantes, os intelectuais progressistas, os soldados e marinheiros, os sargentos e oficiais democratas, os artesãos, os pequenos e médios industriais e comerciantes e os sacerdotes ligados às massas.

Tais segmentos da sociedade, ainda segundo o "Manifesto-Programa", deveriam "instalar um governo popular revolucionário" que instaurasse "*um novo regime, um regime anti-imperialista, antilatifundiário e antimonopolista*". Nesse documento, o PC do B elogia a China popular e não ataca a União Soviética. Somente no ano seguinte, em julho de 1963, no documento intitulado "Proposta a Krushev", o Partido definirá sua posição internacional, apoiando o PC da China (PCCh) e o Partido do Trabalho da Albânia (PTA), e atacando o PCUS.

Na realidade, o PC do B constituiu-se na primeira grande cisão do PCB, contrária a via pacífica e favorável a luta armada. Em seus primeiros dois anos de existência, limitou-se a organizar-se e a atacar a política "revisionista" do PCB. Tentou também influir no movimento de massa, particularmente, com a incorporação, no final de 1962, de cerca de meia centena de militantes das Ligas Camponesas de Goiás e Pernambuco. Elegeu Stalin como o 4º grande pensador comunista, depois de Marx, Engels e Lenin. Só alguns anos mais tarde, o PC do B assumiu o pensamento de Mao Tse Tung, que o levaria a aventura do Araguaia.



6. POLOP: uma criação da esquerda independente

No Brasil, na segunda metade da década de 50, vivia-se o período do governo Juscelino Kubitschek, cercado pela euforia do nacionalismo, no qual a emancipação econômica seria conseguida pelo desenvolvimento industrial. A maioria dos partidos políticos, inclusive

o PCB, partilhava dessa posição, cujo polo de difusão era o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).

Na evolução do processo, começaram a surgir críticas à ideologia nacionalista, partidas de uma nova corrente - a esquerda marxista independente. Segundo ela, a crise do nacionalismo viria embutida no próprio desenvolvimento industrial, que não iria conseguir resolver o conflito da exploração da força de trabalho. A emancipação econômica também ficaria anulada pela presença do capital estrangeiro, que, fomentando o desenvolvimento industrial, inviabilizaria qualquer modificação na estrutura fundiária.

Inferno às críticas, o PCB continuava apoiando a política nacionalista, com a ressalva de que esta só se complementaria quando as reformas de base acabassem com o latifúndio e com a "exploração imperialista" representada pelo capital estrangeiro.

A esquerda marxista independente resolveu organizar-se, buscando, ideologicamente, uma posição intermediária entre a "revolução nacional-democrática" do PCB e a "revolução socialista" dos trotskistas, representada, no Brasil, pelo PORT. A nível internacional, já havia essa posição intermediária, denominada de "centrista".

Na década de 20, Thaelheimer, dirigente do PC alemão, começou a difundir suas ideias, que procuravam fugir ao dilema Stalin x Trotsky. Na década de 30, o bolchevista Bukharin passou a defender as ideias de Thaelheimer. Caindo em desgraça, foi fuzilado, em 1938, por ordem de Stalin. Na Espanha, Andrés Nin, dirigente do Partido Operário de Unificação Marxista (POUM), passou a implantar as concepções de Thaelheimer. Após a Revolução Espanhola, foi assassinado a mando de Stalin.

Em 1960, baseado nessa posição centrista de Thaelheimer, Bukharin e Nin, o núcleo leninista do Rio de Janeiro, que representava a corrente da esquerda marxista independente e publicava a revista "Movimento Socialista", juntando-se a dissidentes do Partido Socialista Brasileiro (PSB), elaborou um documento propondo a criação de um "partido revolucionário da classe operária" e apresentou um projeto de estatuto.

À proposta do grupo do Rio de Janeiro, juntaram-se a "Liga Socialista" de São Paulo ⁶², membros da "Mocidade Trabalhista" de Minas Gerais, e elementos da Bahia, de Goiás, de Brasília, de Pernambuco e do Paraná. Num verdadeiro cadinho ideológico, independentes e dissidentes trotskistas do PCB reuniram-se no interior de São Paulo, em fevereiro de 1961, e realizaram o Congresso de Fundação da Organização Revolucionária Marxista-política Operária (ORM-PO), mais conhecida como POLOP ou, simplesmente, PO. Seus principais ideólogos eram Erico Czaczkes Sachs, Eder Simão Sader, Rui Mauro de Araújo Marini e Teotônio dos Santos, os dois primeiros mais conhecidos como, respectivamente, "Ernesto Martins" e "Raul Villa".

A POLOP defendia o caráter da revolução brasileira como sendo "socialista", ao contrário do PCB que a caracterizava como "nacional-democrática". Enquanto o PCB propunha a constituição de uma "frente única" congregando a "burguesia e o proletariado", a POLOP lutava pela formação de uma "frente dos trabalhadores da cidade e do campo" excluindo a burguesia. Visualizava, também, a criação de um grande partido revolucionário a partir de uma "Frente da Esquerda Revolucionária" (FER), que congregasse as diversas "vanguardas" existentes fora da esfera da influência "reformista e colaboracionista" do PCB.

Em seus primeiros anos, até 1964, a POLOP viveu a fase da "luta ideológica contra o reformismo dominante". Em julho de 1963, no Rio de Janeiro, realizou o II Congresso Nacional, quando transformou o seu boletim "Política Operária" em jornal e, mais tarde, no início de 1964, em revista. Por decisão do Congresso, a organização deveria buscar uma atuação mais efetiva junto ao operariado, procurando a efetivação da FER juntamente com o PC do B, com as Ligas Camponesas e alguns trotskistas. Ainda em 1963, a POLOP apoiou e orientou a subversão dos sargentos em Brasília e concitou o PCB, através de uma "Carta Aberta" a romper com o reformismo e com o Governo de João Goulart.

⁶² O grupo de São Paulo que seguia a orientação ideológica de Rosa de Luxemburgo, mais tarde, afastar-se-ia da organização que seria criada (POLOP).

Em março de 1964, em São Paulo, pouco antes da Revolução Democrática, realizou o seu III Congresso Nacional, no qual se colocou contra a Campanha pela Constituinte, defendida pelo PCB e por Brizola. A Revolução de 31 de março de 1964 encontrou a POLOP às voltas com discussões teóricas internas e na incipiente tentativa de penetrar no meio operário, até então impermeável a essa organização de origem intelectual burguesa.



7. AP: uma criação da esquerda católica

Em 1935, no Rio de Janeiro, o Cardeal Leme criou a Ação Católica, que visava a ampliar a influência da Igreja nos diversos segmentos da sociedade. Naquela época, a ascensão do fascismo dividiu a Igreja em torno do apoio à Ação Integralista Brasileira.⁶³ A Ação Católica, dirigida por Alceu de Amoroso Lima, tomou posição favorável ao integralismo, sendo acompanhada por vários clérigos, dentre os quais o padre Helder Câmara.

A dissolução da Ação Integralista por Getúlio Vargas, em 1937, e a derrota do fascismo na 2ª Guerra Mundial fizeram com que a Ação Católica se afastasse dessa linha ideológica. Recuperado de seu passado fascista, D. Helder Câmara, nomeado assistente da Ação Católica, conduziu a entidade para a esquerda, atrelando-a a pensadores católicos como Emanuel Mounier, Teilhard de Chardin, Lebret e outros.

No início da década de 1960, parcela da Igreja estava ideologicamente dividida. A ala esquerda de D. Helder, contando com o apoio de D. Antônio Fragozo e dos padres Francisco Lago e Alípio Cristiano de Freitas, dentre outros, contrapunha-se à facção conservadora, onde despontavam D. Jaime de Barros Câmara e D. Vicente Scherer. A grande maioria do clero não comprometida com nenhuma das correntes, mantinha-se alheia à atuação política.

⁶³ A Ação Integralista Brasileira foi um movimento revolucionário, chefiado por Plínio Salgado com doutrina equivalente ao fascismo.

A Ação Católica dispunha de três organismos para conduzir suas atividades: a Juventude Estudantil Católica (JEC) no meio estudantil secundarista; a Juventude Operária Católica (JOC) no meio operário; e a Juventude Universitária Católica (JUC) entre os estudantes de nível superior.

Em 1959, em Belo Horizonte, na reunião do Conselho Nacional da JUC, foi colocado em discussão o documento "Da necessidade de um Ideal Histórico". No ano seguinte, no seu Congresso dos 10 anos, a JUC aprovou o documento "Diretrizes Mínimas para o Ideal Histórico do Povo Brasileiro", no qual optou pelo "socialismo democrático". Nessa época, a JUC era dominada pela sua ala esquerda, denominada de "setor político", com predominância nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia.

No Rio, a PUC orientada pelo padre Henrique Vaz, era o principal reduto da JUC esquerdista, onde despontava o líder Aldo Arantes. Em Minas, a Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG reunia os principais agitadores da esquerda católica, como Herbert José de Souza, conhecido como "Betinho", Vinicius Caldeira Brandt e Henrique Novais. Destacava-se, também, a atuação do Padre Lage junto aos favelados. Na Bahia, liderado por Jorge Leal Gonçalves Pereira, o bolsão esquerdista da JUC centralizava-se na Escola Politécnica da Universidade da Bahia e conseguiu eleger Paulo Mendes para presidente da União dos Estudantes da Bahia.

Em 1961, no XXIV Congresso da UNE, a JUC, aliando-se ao PCB, conseguiu eleger Aldo Arantes para a presidência da entidade, iniciando um domínio do movimento universitário, que iria durar anos. Logo depois, a filiação da UNE à União Internacional dos Estudantes (UIE), organização de frente do MCI, provocou viva reação dos setores conservadores da Igreja, que acabaram expulsando Aldo Arantes da JUC.

Os jovens católicos de esquerda, despertados para a "revolução brasileira" e sentindo-se suficientemente fortes, passaram a idealizar um organismo independente da Igreja. Iniciava-se o processo de formação da Ação Popular. Em janeiro de 1962, em São Paulo, a ala esquerda da JUC realizou uma reunião, na qual foi aprovado o documento "Estatuto Ideológico", que defendia a "revolução

brasileira" e o "socialismo", e foi criado o "Grupo de Ação Popular", alcunhado de "Grupão". Em seguida, sob o pretexto da luta pela reforma universitária e pelo aumento da representação estudantil para 1/3 nos conselhos universitários, formou-se uma caravana, denominada de UNE-Volante, que manteve contatos com os principais líderes esquerdistas da JUC, em quase todas as capitais do País, sobre a organização do "Grupão" em âmbito nacional.

Numa segunda reunião, realizada em junho de 1962, em Belo Horizonte, foi aprovado um novo documento, o "Esboço do Estatuto Ideológico", mudando o nome da organização para Ação Popular (AP) e eleita uma Coordenação Nacional. No segundo semestre desse mesmo ano, o XXV Congresso da UNE elegeu para a presidência Vinícius Caldeira Brandt, confirmando o domínio da nova AP.

Durante os dias de carnaval de fevereiro de 1963, na Escola de Veterinária de Salvador, foi realizado o I Congresso da AP, considerado oficialmente como o seu Congresso de Fundação. Foi aprovado o "Documento-Base", e seus principais fundadores foram Herbert José de Souza, Aldo Arantes, Luís Alberto Gomes de Souza, Haroldo Borges Rodrigues Lima, Cosme Alves Neto, Duarte Pereira e Péricles Santos de Souza.

O "Documento-Base", confeccionado para estabelecer a linha política inicial da AP, não conseguiu definir com precisão os seus aspectos básicos, permanecendo ainda, com resquícios da doutrina social da Igreja. Apesar de dizer-se marxista, defendia não a ditadura do proletariado, mas um objetivo meio infantil, meio irreal, o "socialismo como humanismo". Apesar de defender a revolução soviética, não aceitava etapas intermediárias, propugnando por uma revolução socialista, o que a aproximava da "linha centrista". Apesar de fazer opção pela violência, afirmando que *"(...) a história não registra quebra de estrutura sem violência"*, não explicitou a forma de luta pela qual propugnava, limitando-se a clamar por uma "preparação revolucionária" conduzida num processo de conscientização e de mobilização populares.

Em seu primeiro ano de existência oficial, antes da revolução de março de 1964, a AP destacou-se, apenas, por sua atuação no movimento estudantil, por suas origens na JUC e por sua influência

na JEC. No campo, infiltrou-se na Comissão Nacional de Sindicalização Rural, criada por um convênio entre a Superintendência para a Reforma Agrária (SUPRA) e o Ministério do Trabalho. Na fundação da CONTAG, em dezembro de 1963, a AP realizou aliança com o PCB, embora tivesse assumido uma posição mais radical ao defender a reforma agrária "*na lei ou na marra*". No sindicalismo urbano, sufocada pela força do PCB, nunca conseguiu resultados expressivos.

A indefinição da linha política fez com que AP vacilasse em assumir uma postura ideológica, o que só veio acontecer alguns anos mais tarde.



CAPÍTULO II

A AÇÃO COMUNISTA

1. A exploração das dificuldades e das ambições

Esta história começa em setembro de 1961, quando João Goulart assume a Presidência da República, após a renúncia de Jânio Quadros. Naquela época, além do PCB, já existiam o PORT e a POLOP, e estavam em processo de formação o PC do B e a AP. Entretanto, no período que vamos abordar, até 1964, essas quatro organizações não tiveram atuação marcante na vida política nacional, limitando-se a ações episódicas e a atividades de infiltração nos diversos movimentos de massa.

Quatro figuras sobressaíam no cenário político nacional, e, em torno delas, giravam as ações das esquerdas:

- Luiz Carlos Prestes, o secretário-geral do PCB, antigo Senador da República, com invejável domínio carismático sobre seus seguidores;
- Miguel Arraes, firmando-se como o grande líder das esquerdas no Nordeste, e que viria a ser, ainda em 1962, Governador de Pernambuco;
- Leonel Brizola, cunhado de Jango, agressivo e possuidor de uma retórica capaz de seduzir as grandes massas. Suas falas, recheadas de metáforas e de repetições demagógicas, levaram-no ao Governo do Rio Grande do Sul e, posteriormente, à Câmara dos Deputados pelo Rio de Janeiro;
- O vértice das ações, pois Presidente da República, João Goulart.

Apesar de inteligente e de serem proclamados seus "bons sentimentos", Jango não estava à altura de compreender a importância da missão histórica que o destino lhe reservara. Inábil para a ação governamental e instável em seus posicionamentos, se lhe faltavam *"outros atributos, um ele possuía em grau conspícuo: o de ordenar metodicamente a desordem"*, como sintetiza Afonso Arinos.⁶⁴

Apesar de continuamente amparar-se em Prestes, Brizola e Arraes, Jango os temia, na medida em que as ambições pessoais desses líderes, cada um representando uma linha, entrassem em confronto direto comprometendo o projeto político do Presidente.

Somando-se a essas ambições, Jango herdara uma nação frustrada pela recente renúncia, marcada pelas dívidas e pela inflação galopante, instabilizada pela fragmentação partidária e conflagrada por uma intensa agitação sindical, dirigida pelo PCB. E todas essas dificuldades, fraquezas e ambições não deixaram de ser exploradas pelos comunistas, que, colocando seus objetivos táticos sempre mais além, não perdiam de vista os objetivos estratégicos.



2. O PCB e seus objetivos

Assumindo Jango, o PCB declarou aberta a perspectiva real de ser atingido o seu primeiro objetivo estratégico, isto é, a implantação de um governo nacionalista e democrático (primeira etapa da revolução). Do mesmo modo, apontava sempre, de acordo com a sua linha política "etapista", para o seu objetivo estratégico final, a implantação de um governo socialista, do tipo ditadura do proletariado, ante-sala do comunismo.

⁶⁴ Melo Franco, A.A. - "Problemas Políticos Brasileiros" - Livraria José Olímpio Editora, RJ, 1975 - pág. 171

Estabelecidos os objetivos estratégicos, o PCB tratou de explicitar a estratégia, o caminho pelo qual deveria ser atingido o governo nacionalista e democrático. Coerente com a linha de Krushev, deu prioridade à via pacífica da revolução, através de uma intensa mobilização de massas.

Em outubro de 1961, seu Comitê Central (CC) baixou uma Resolução, publicada na revista "Novos Rumos"⁶⁵, da qual extraímos o seguinte trecho:

"Apresenta-se dessa maneira um quadro em que as perspectivas são de novas lutas e também de novas vitórias. À frente das massas, cabe aos comunistas saber orientá-las para que se una e lute organizadamente em defesa de suas reivindicações imediatas..."

Ao mesmo tempo, o PCB não descartou a possibilidade de utilizar outras formas de luta, além da política:⁶⁶

"Como ensina o grande Lenin, a história em geral e a das revoluções em particular, debilidades e erros cometidos pelos revolucionários de 1935 são sempre muito mais ricos do que imaginam os melhores partidos de vanguarda, dando dupla conclusão de que o proletariado e particularmente o seu Partido precisam saber utilizar as formas de luta e achar-se em condições de substituir, de uma maneira rápida e inesperada, uma forma por outra. Devemos estar sempre preparados para enfrentar todas as consequências do aguçamento da luta de classes e das crises políticas, e, portanto, para rápidas mudanças nas formas de luta."

Mas, além do caminho pacífico ser um processo de choques e conflitos sociais, errados estavam aqueles que pensavam que essa estratégia do PCB, do trabalho constante de mobilização das massas, era a única possível. Se não, vejamos o que a mesma "Novos Rumos" afirma a respeito:

⁶⁵ Novos Rumos nº 143, de 3 a 9 de novembro de 1961, pág. 8.

⁶⁶ Doutrinariamente, os marxista-leninistas adotam 4 formas da lutas: as políticas, as ideológicas, as econômicas e a luta armada.

"É necessário chamar atenção para duas incompreensões quanto à nossa linha política, as quais têm acarretado erros na atuação de alguns camaradas. A primeira consiste na absolutização da possibilidade da saída pacífica da nossa revolução, isto é, na exclusão de uma possibilidade de uma saída não pacífica da revolução brasileira. A outra incompreensão é o entendimento de que o caminho pacífico significa um processo idílico, sem choque e conflitos sociais, e que, por tal motivo, não devemos aguçar as contradições de classes e aprofundar a luta contra o inimigo."

Estabelecidos os objetivos e a estratégia prioritária nesse documento, o PCB traça a sua tática:

- Defender a realização de um plebiscito sobre as modificações introduzidas na Constituição;
- Apoiar o lançamento da Frente de Libertação Nacional, primeira tentativa de vulto para o estabelecimento de uma frente única das esquerdas;
- Apoiar os movimentos grevistas;
- Buscar o domínio sindical;
- Mobilizar as massas em torno de diversos eixos táticos, tais como: o restabelecimento de relações diplomáticas com a URSS, a solidariedade ao povo cubano, a suspensão da remessa de lucros para o exterior, o combate à carestia com uma política financeira livre das imposições do FMI, o congelamento de preços dos produtos de consumo popular, a defesa das estatais, a liberdade e a autonomia sindicais, a reforma agrária radical, o registro legal do Partido e o direito de voto aos analfabetos e aos soldados.

No desenvolvimento dessa linha política, o PCB colocar-se-ia, sistemática e fundamentalmente, contra os gabinetes do governo

parlamentarista e contra o Congresso, sempre exigindo novas e crescentes reivindicações.



3. Reforma ou Revolução?

Desde que assumiu o poder, em 7 de setembro de 1961, já sob um sistema parlamentarista, Jango manobrou para recuperar os poderes constitucionais, procurando equilibrar-se entre os choques de forças opostas, ora apoiando uma, ora outra. A essa política, vieram juntar-se as vacilações de sua personalidade, conduzindo a vida política brasileira através de um caminho incerto e sinuoso.

Em novembro de 1961, a lei de remessa de lucros para o exterior dividiu o Congresso Nacional, com a Câmara dos Deputados tomando uma posição mais radical e "nacionalista" e o Senado Federal, outra mais "conservadora". Após a rejeição do Senado, a lei foi aprovada pela Câmara e enviada para a sanção presidencial. Pressionado pelo Ministro da Fazenda, Jango aceitou que o Senado apresentasse outro projeto, emendando essa mesma lei, prometendo para a ocasião seu apoio à emenda. No momento oportuno, entretanto, Jango, sem coragem de enfrentar a Câmara, não apoiou a emenda enviada pelo Senado.

Em 24 de novembro de 1961, o restabelecimento das relações diplomáticas com a URSS aproximou Jango dos comunistas. No início de 1962 (já estando infiltrado na UNE e na PETROBRAS) o PCB alcançou a presidência da poderosa Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), com a eleição de Clodsmith Riani, cuja posse contou com a presença de Jango. Coerente com o princípio marxista-leninista de que a classe operária era o principal agente da revolução, o PCB sempre procurou conduzi-la, através de suas entidades representativas, os sindicatos, as federações e as confederações, dominando-as ou infiltrando-as.

Naquela época, os comunistas dominavam diversos sindicatos das áreas de comunicações e de transportes e estavam infiltrados nos

sindicatos de bancários e dos empregados nas indústrias. Em variados graus de controle, o PCB atuava, nas seguintes Confederações Nacionais de Trabalhadores do Comércio (CNTC), dos Estabelecimentos de Crédito (CONTEC), dos Transportes Terrestres (CNTTT) e dos Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos (CNTTMFA).

O grande objetivo nessa área, entretanto, era o de criar um organismo centralizador a fim de desencadear as greves gerais, transformando-as em instrumento de pressão política.

Nesse aspecto, já existiam dois organismos aglutinadores, o Pacto de Unidade e Ação (PUA), que reunia os sindicatos vinculados aos transportes e a Comissão Permanente das Organizações Sindicais (CPOS), que englobava várias categorias, em particular a dos metalúrgicos. A conquista da CNTI forneceu ao PCB a hegemonia no meio sindical e a base para a criação de uma entidade acima das confederações.

Em fevereiro de 1962, Brizola, então Governador do Rio Grande do Sul e contando com o apoio do PCB e da UNE, encampou a Companhia Telefônica, criando atritos nas relações econômicas entre o Brasil e os Estados Unidos da América. Tal episódio serviu como estopim para o início, pelos comunistas, de uma campanha pela encampação de outras empresas, particularmente as concessionárias de serviços públicos.

Em março de 1962, as comemorações dos 40 anos de fundação do PCB provocaram uma intensa atividade de agitação e propaganda. Foi organizada uma exposição sobre a URSS e realizaram-se comícios e festas, culminando com o canto da Internacional no Estádio do Pacaembu, em São Paulo. Ao mesmo tempo, dezenas de pronunciamentos de políticos e de intelectuais procuravam chamar a atenção para os comunistas.

Em abril de 1962, ainda em pleno desenvolvimento da campanha pela encampação das subsidiárias de serviços públicos, Jango viaja para os Estados Unidos da América em busca de apoio financeiro para seu plano de governo. Mas, apesar de se ter declarado, em discurso pronunciado no Congresso norte-americano, contrário ao

regime totalitário de Fidel Castro, nos problemas internos o Presidente mais e mais se aproximava das esquerdas.

A campanha pelas "reformas de base" ofereceram a Jango a oportunidade de obter o apoio das massas. Reforma ou Revolução? Para os comunistas, as reformas serviam para preparar e acelerar a revolução; para Jango as reformas poderiam dar-lhe um nome na história, ao estilo populista.

Seus discursos de 1º e 13 de maio aproximaram-no mais das esquerdas. Ainda em maio, Brizola lançou o slogan "Reforma ou Revolução", com muito maior repercussão do que o fizera Francisco Julião, no I Congresso das Ligas Camponesas, em novembro de 1961.



4. As Ligas Camponesas

No fim da década de 50, as Ligas Camponesas⁶⁷ haviam-se projetado nacionalmente e, no início dos anos 60, sofreriam uma virada ideológica. Afastar-se-iam do PCB e abraçariam uma concepção revolucionária calcada na experiência cubana, definindo-se pela reforma agrária radical ("na lei ou na marra").

O afastamento do PCB deu-se com a derrota, no V Congresso do Partido, das teses dos comunistas vinculados às Ligas que viam no campesinato a principal força revolucionária. O Partido, nesse Congresso realizado em 1960, consagrara a tese do caráter nacional-democrático da revolução, atrelando a reforma agrária e o movimento camponês às necessidades táticas dessa etapa, alicerçadas numa frente única, constituída de operários, estudantes e camponeses. Esse fato agravava as relações entre o Partido e as Ligas, já tensas desde a campanha presidencial, quando estas lideravam uma campanha de solidariedade a Cuba, durante o bloqueio à ilha, por ocasião da chamada "crise dos mísseis soviéticos"

⁶⁷ Mais "Ligas Camponesas" no Apêndice do 3º Volume (NE)

consciência da dura realidade, levarão o País a nova convulsão social, à guerra civil, e ao derramamento de sangue. Será a liquidação de um tipo de sociedade e a instauração de outro.⁶⁸ Nós temos nos envolvido nessa luta com o fim de preparar as massas brasileiras para o advento de uma sociedade nova, na lei ou na marra."

A tese de Julião de uma reforma agrária "na lei ou na marra" empolgara o Congresso, permitindo que as posições do PCB fossem derrotadas, passando essa bandeira a constituir-se no princípio estratégico das Ligas Camponesas. A partir desse evento, quebra-se a unidade do movimento camponês, que passou a ter orientações de esquerda divergentes.



Ligas Camponesas na Paraíba

Desde o rompimento com o PCB, as Ligas camponesas passaram a preparar-se para criar uma forte organização camponesa em todo o País, que lhes permitisse o enfrentamento armado. Foi criado um Conselho Nacional das Ligas Camponesas, logo infiltrado por dois outros partidos comunistas, o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e a Organização Revolucionária Marxista-Política-Operária (POLOP).

⁶⁸ A receita do leninismo (NE)

As atividades das Ligas invertem-se. Até agora, predominantemente voltadas para a agitação política e para a organização legal do movimento camponês, passam a dar prioridade à ação militar. Seus melhores quadros de Pernambuco são remanejados para outros Estados, a fim de organizar e mobilizar revolucionariamente o movimento camponês. Foi iniciada, então, a preparação de campos de treinamento, de guerrilhas, sendo os principais na região de Almas, Natividade e Dianópolis, no Nordeste de Goiás, onde predominavam elementos oriundos do movimento estudantil.

Os trotskistas também tentaram infiltrar-se nas Ligas. O Partido operário Revolucionário Trotskista (PORT) enviou para o Nordeste vários componentes de seu Comitê Central e passou a atuar com predominância nessa área, a partir de 1962.

Julião, temendo perder o controle político das Ligas, em 21 de abril de 1962, na cidade mineira de Ouro Preto, lançou o Movimento Tiradentes, procurando emprestar-lhe conotações históricas nacionais e unificá-las em torno do "*socialismo e o exemplo da revolução cubana*", com base nos princípios da II Declaração de Havana. Isolado do PCB e defendendo princípios divergentes do PC do B e da POLOP, o movimento não foi capaz de restaurar a unidade orgânica das Ligas e teve vida efêmera. Em outubro de 1962, as divergências internas aprofundaram-se e Julião é expulso da Comissão Nacional, passando o controle das Ligas ao PC do B. Em novembro de 1962, as Forças Armadas desarticularam os seus campos de treinamento de guerrilhas e a 27 desse mesmo mês, a queda de um Boeing 707 da VARIG, quando se preparava para pousar no Aeroporto Internacional de Lima no Peru, permitiu o encontro de documentos que tornaram públicas as ligações do governo cubano com as Ligas. Todos esses fatos levaram as Ligas Camponesas a atravessarem profunda crise, do que se valeria o PCB para tentar retomar a hegemonia do movimento camponês.



5. As crises políticas de junho e julho de 1962

Desde que assumiu o poder, Jango não escondia o seu objetivo de conseguir o retorno ao sistema presidencialista. Em junho de 1962, a renúncia do Primeiro Ministro Tancredo Neves provocou uma crise política e propiciou a oportunidade para esse retorno. Jango indicou para ocupar o cargo San Thiago Dantas, que, pouco antes, na Conferência de Punta Del Este, havia tomado uma posição dúbia e tergiversante, defendendo a neutralidade do Brasil no caso de Cuba.

As esquerdas vislumbraram a possibilidade de avançar mais um passo na infiltração do Governo. Em 22 de junho, o PCB promoveu uma concentração popular no palácio Tiradentes, exigindo um gabinete "nacionalista e democrático". Os organismos sindicais lançaram um manifesto, colocando os trabalhadores de prontidão para a formação de um governo "nacionalista". O Pacto de Unidade e Ação (PUA) lançou uma proclamação exigindo "um governo que fizesse as reformas radicais". Os universitários, que haviam decidido não comparecer às provas de junho, realizaram a primeira greve geral pelas reformas de base. Entretanto, apesar das pressões, o Congresso rejeitou a indicação de San Thiago Dantas.

O Comando Geral de Greve dominado pelos comunistas enviou carta aberta ao Presidente da República, na qual os trabalhadores declaravam-se "*dispostos a defender, a todo risco, um Conselho de Ministros Democrático e Nacionalista*". Tentando contornar a crise, Jango indicou Auro de Moura Andrade, que foi aprovado como Primeiro Ministro em 5 de julho de 1962. As esquerdas não aceitaram essa indicação. O Comando Geral de Greve, apoiado pela UNE e por Brizola, decretou uma greve geral, paralisando milhares de operários. Os estudantes invadiram o MEC. Incitados por agitadores profissionais, populares saquearam casas comerciais, culminando, na Baixada Fluminense, com o trucidamento de comerciantes.

No meio dessa crise política, Prestes apresentou ao Superior Tribunal Eleitoral o pedido de registro legal do PCB.

O caráter pendular de Jango inclina-se para o outro lado. Não aprova os ministros indicados por Auro de Moura Andrade, provocando a sua demissão dois dias após ter sido eleito pelo Congresso. Jango indicou, então, um terceiro nome, o de Brochado da Rocha, aprovado pelo Congresso.

O PCB, inicialmente, passou a exigir participação no novo Gabinete. Não o conseguindo, mandou publicar um artigo⁶⁹, do qual extraímos:

"As reformas devem e podem ser feitas já, desde que o governo se apoie no movimento de massas e no próprio dispositivo militar com que agora conta."

Essa seria a forma pacífica de implantar o governo nacional e democrático. Se o apelo ainda não vingara, o Partido seguia paciente. Afinal, essas crises constituíam-se, no entendimento do PCB, "*num passo importante na elevação da consciência e política e na capacidade de ação das massas*". Representavam um passo em frente das forças nacionalistas e democráticas e expressavam nova modificação na correlação de forças políticas, criando perspectivas mais favoráveis para o desenvolvimento da luta empreendida pelo Partido.



6. Jango obtém plenos poderes

Os comunistas, desde logo, colocaram-se em oposição ao novo Gabinete de Brochado da Rocha, considerado como em conciliação com a "reação e o entreguismo". Em agosto de 1962 o PCB aprovou uma nova Resolução Política, na qual, além de constatar "uma divisão cada vez mais evidente entre os chefes militares" afirmava que as massas deviam mobilizar-se "desde já, através das organizações operárias camponesas, estudantis, e por todas as

⁶⁹ Novos Rumos nº 179, de 20 a 26 de julho de 1962, pág. 3.

pessoas", a fim de lutarem pelas reformas de base e estarem preparadas para "os acontecimentos que venham a ocorrer".

Enquanto a UNE realizava o seu XXV Congresso, em Quitandinha, com a presença de Brizola, a Frente de Libertação Nacional fazia realizar um Congresso, em São Paulo, no qual foi decidido não permitir qualquer adiamento das reformas de base.

Na segunda quinzena de agosto, em São Paulo, realizou-se o IV Encontro Sindical, no qual, além de terem sido estabelecidos "os onze pontos de ação imediata, delineando as reformas de base", o Comando Geral de Greve foi transformado no Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

Além das pressões pelas reformas de base, dois novos problemas passaram a conturbar a área política: o plebiscito sobre o sistema de governo e as eleições previstas para o dia 3 de outubro de 1962. O Congresso estabeleceu a data limite de abril de 1963 para a realização do plebiscito. Os ministros militares lançaram um manifesto de apoio. Jango, entretanto, queria que ele fosse realizado juntamente com as eleições de outubro.

O General Jair Dantas Ribeiro, Comandante do III Exército, telegrafou ao Presidente da República e ao Ministro da Guerra, informando-os de que não poderia garantir a ordem *"se o povo se insurgir contra o fato do Congresso recusar a marcar o plebiscito para antes ou no máximo simultaneamente com as eleições"*. O Ministro da Guerra, Nelson de Mello, apesar de ser favorável a antecipação, irritou-se com o episódio, considerando-o como um ato de indisciplina e vislumbrando a influência de Brizola.

Em 19 de setembro de 1962, o Gabinete de Brochado da Rocha renunciou, por desentendimentos relativos à "técnica" para a realização do plebiscito.

O CGT, que se havia tornado um poderoso instrumento de pressão política, decretou nova greve geral, paralisando cerca de três milhões de trabalhadores, em todo o País. Em 18 de setembro, foi anunciado o novo Gabinete de Hermes Lima, imediatamente hostilizado pelos comunistas.

Nesse clima, realizaram-se as eleições de 3 de outubro de 1962, com as eleições de Miguel Arraes, para Governador de Pernambuco, Leonel Brizola, para Deputado Federal pelo Rio de Janeiro, e diversos sargentos para deputados, em flagrante desrespeito a dispositivos legais.

Em dezembro, o PCB publicou uma nova Resolução Política, lançando o "slogan" "Plebiscito com Reformas". Em 6 de janeiro de 1963, o plebiscito restaurou o sistema presidencialista.

Jango, com os poderes restabelecidos, partiu para a execução de um Plano Trienal, a fim de combater a inflação, continuamente acelerada pelas greves e agitações. Incapaz de compreender as dificuldades de uma política anti-inflacionária e acreditando que o problema real era a reforma social, o Presidente não conseguiu desenvolver, com sucesso, esse Plano.



7. Crescem as pressões para mudanças

O PCB havia terminado o ano de 1962 com uma Resolução Política⁷⁰. Nela, incentivava o trabalho de infiltração no movimento camponês e alertava sobre o surgimento no País de *"agrupamentos políticos de esquerda que representavam setores da pequena burguesia e adotavam posições sectárias, interpretando erroneamente o caráter da revolução brasileira e propondo incorretas formas de luta para a situação atual"* (uma crítica à atuação do PC do B, POLOP, AP e PORT). Além disso, exortando o início da construção do comunismo na União Soviética e o exemplo revolucionário de Cuba, exigia o estabelecimento de relações diplomáticas com todos os países socialistas. Decidia, também, *"intensificar, em todo o Brasil, o movimento de solidariedade à Revolução Cubana"*.

⁷⁰ Novos Rumos nº 200, de 13 a 20 de dezembro de 1962, pág. 4

As esquerdas estavam eufóricas com o sucesso obtido nas greves gerais de 5 de julho e de 14 de setembro de 1962. Em 15 de janeiro de 1963, o ilegal CGT homenageou o General Osvaldo Ferreira Alves, Comandante do I Exército. Em fevereiro, seis mil soldados, cabos e sargentos realizaram em São Paulo uma passeata pela posse das praças eleitas. Mais tarde, em abril, o Sargento Garcia eleito deputado declarou que o General Amaury Kruel, então Ministro da Guerra, era um "golpista". A situação encaminhava-se para nova crise.

Prestes e o CGT posicionam-se contra o Ministério e o Plano Trienal. O PCB, de acordo com a Resolução Política de dezembro de 1962, organizou em abril, em Niterói, o Congresso Continental de Solidariedade a Cuba. Prestes declarou que o Brasil estava disputando com outros países o privilégio de ser o segundo país latino-americano onde o socialismo seria instalado. Bravateiro, vangloriou-se de que o PCB já era legal "de fato", só faltando obter a legalidade "de direito". Superando o PCB, o CGT declarava-se legal "de fato e de direito".

O PCB emitiu mais uma Resolução Política, caracterizando os objetivos táticos das reformas e conclamando pelo esforço da frente única das esquerdas para derrotar os "gorilas". Ao mesmo tempo, incentivava o início de uma pressão popular sobre o Congresso para abrir o caminho da reforma agrária.

A revista "Novos Rumos" exige a demissão do Ministro da Guerra e incentiva o povo a lutar contra os outros ministros, tachando-os de "*agentes do imperialismo e do latifúndio*". A pressão pelas reformas deixa de ser iniciativa das bases e atinge a cúpula governamental. O Presidente da República, o Governador de Pernambuco e o Ministro do Trabalho fazem sucessivos pronunciamentos em seu favor.

Em junho de 1963, encampando as palavras de ordem do PCB, a CGT emite um documento, do qual extraímos, em seus trechos finais:⁷¹

⁷¹ Novos Rumos nº 224, de 7 a 13 de junho de 1963, pág. 3.

"Declaramos ainda ser imperiosa a recomposição do Ministério, incluindo-se no governo cidadãos verdadeiramente identificados com a plataforma de lutas das forças nacionalistas e democráticas, sinceramente convencidos da necessidade de aprovação e plena execução das Reformas de Base."

Além disso, o Comando Sindical ameaça deflagrar uma greve geral caso não seja aprovada a reforma agrária. A greve geral permaneceria, ao longo dos meses seguintes, como uma constante espada ameaçando a Nação.

Na área militar, o General Osvino Ferreira Alves pronuncia-se contra a Aliança para o Progresso, tachando-a de suporte do anticomunismo.

Na área estudantil, a União Nacional de Estudantes (UNE) e a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), além de entidades estaduais e municipais, levavam as concepções comunistas aos jovens. O próprio MEC, através do Movimento de Cultura popular, do Movimento de Educação de Base e da Campanha de Alfabetização, editava cartilhas de doutrinação ideológica, incitando os pobres às lutas de classe. O MEC ainda fornecia elevados recursos a essas entidades estudantis, utilizadas para financiar a ida de estudantes comunistas a países socialistas.

A UNE, na época, relacionava-se com a União Internacional de Estudantes (UIE) que, fundada em 1946, em Praga, era a "Seção Estudantil do Cominform".⁷² Um dos vice-presidentes da UIE era o brasileiro Nelson Vanuzzi. Datada de 21 de janeiro de 1963, Nelson Vanuzzi enviou de Praga uma carta a Zuleika D'Alambert, então membro do CC/PCB, da qual extraímos o item 6:

"Sobre a Campanha de Alfabetização e nossa ajuda tenho algumas coisas mais detalhadas a tratar. Na carta anterior eu havia me referido à absoluta falta de dinheiro por aqui. Dei também as razões.

⁷² "Cominform" (Informações Comunistas) era o novo nome da III Internacional e do Comintern (Internacional Comunista), órgão de difusão ideológica do Partido Comunista da União Soviética (PCUS).

Porém dada a tremenda discussão que houve no Secretariado, o companheiro soviético foi a Moscou tratar do assunto. Resultado: trouxe com ele a quantia de 5 mil dólares exclusivamente para a UNE, enquanto que as outras planejadas quase nada foi conseguido. Parece ter sido uma consideração especial. Além do mais, a UIE enviará as demais partes materiais. Porém resta um problema que eu estou sentindo ou melhor estou cheirando à distância. Olhando-se o balancete da UNE de agosto a janeiro, o último, vê-se claramente que 5 mil dólares não representam muito para a UNE. Porém para a UIE, tratando-se de divisas pesadas, significa muito. Por isso, o que se passa é que a UIE espera de tal soma de dinheiro os consequentes resultados políticos. Ou seja, espera que a campanha seja um sucesso e que seja feita como o estrondo político maior.”

Esse trecho da carta, um dos muitos exemplos que poderiam ser citados, além de mostrar que 5.000 dólares representavam pouco para a UNE, comprova que essa entidade brasileira recebia dinheiro da URSS através da UIE. E comprova, também, que a Campanha de Alfabetização, além das verbas do MEC, recebia outras do exterior, e era, na verdade, um programa que visava a interesses político-ideológicos.

Muitos jovens brasileiros, tangidos pelo idealismo, eram manobrados pelo dinheiro soviético. E muitos, inclusive, eram diretamente impregnados ideologicamente, através dos cursos que realizavam na Universidade de Amizade dos Povos Patrice Lumumba (UAPPL), em Moscou, selecionados pelo PCB.



8. O Movimento Camponês

A partir de 1962, o panorama no movimento camponês modificar-se-ia totalmente. O Governo Goulart decide estimular a sindicalização em massa, na tentativa de reorientar as mobilizações agrárias, agora em apoio a seu governo populista. É criada a Superintendência da Política da Reforma Agrária (SUPRA) e a bandeira da reforma agrária é reativada sob a égide do Governo.

As cartas sindicais concedidas pelo Ministério do Trabalho permitiam uma seleção dos sindicatos a serem liberados. Apenas a Igreja disputaria essas concessões com o PCB, através de sua organização de frente, a ULTAB. Nesse ano ainda, o número de camponeses filiados aos sindicatos já ultrapassaria ao dos filiados nas Ligas. A agitação camponesa concentrar-se-ia agora no movimento sindical. O móvel da luta no campo seria de caráter trabalhista, a luta seria do assalariado rural, embora a bandeira que agitasse essa luta fosse a da reforma agrária.

Particularmente no Rio de Janeiro, cresce o número de invasões de propriedades por grupos armados nas regiões de Magé, Paracambi, Itaguaí, Cachoeira de Macacu, Caxias, etc.

No início de 1963, a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural permitiria que o número de filiados aos sindicatos dobrasse em todo o País. Simultaneamente, acirram-se os conflitos sociais no campo.

Em outubro, é programado um comício em Recife, do qual deveriam participar 30.000 camponeses vindos do interior em marcha sobre a Capital, conduzindo foices, enxadas e outros instrumentos de trabalho. Concretizava-se mais um objetivo. Era a demonstração de força, pacífica, usada com objetivos políticos sindicais.

Após a perda da hegemonia do movimento camponês, as Ligas procuravam reestruturar-se organicamente e redigir suas teses programáticas para a nova conjuntura que se apresenta amplamente favorável. Elas são revitalizadas com a adesão do Padre Alípio, que se desligara da ULTAB em fins de 1962.

O jornal "A Liga", editado no Rio de Janeiro, transcrevia o embate interno que se travava nas Ligas. Ele girava em torno da necessidade da criação de uma estrutura centralizada que impusesse uma política unitária, coordenando as bases e consolidando uma vanguarda revolucionária.

Julião tenta nessa oportunidade recriar o Movimento Tiradentes, através da organização do denominado Movimento Unificado da Revolução Brasileira (MURB), propondo a unidade das forças

revolucionárias em torno de reformas radicais de conteúdo nitidamente socialista. Embora suas teses programáticas tivessem ressonância no Conselho Nacional, Julião não leva em conta a complexidade das alianças político-ideológicas, distinguindo apenas duas forças em choque, as forças reacionárias e as forças revolucionárias. Sua proposta de criação do MURB não encontra apoio.

Organicamente, o Conselho das Ligas iria optar pela proposta do Padre Alípio, que propugnava uma composição predominantemente operário-camponesa para o Conselho Nacional e que as Ligas com o nome de Ligas Camponesas do Brasil tivessem como suporte uma organização de massa (OM) e uma organização Política (OP). A OP deveria estruturar-se nos moldes de um partido marxista-leninista, cabendo-lhe as funções dirigentes da Liga, e a OM funcionaria como uma entidade de massa, congregando todos aqueles que concordassem com a efetivação das reformas radicais propostas por Julião.

Em outubro de 1963, na Conferência de Recife, as Ligas que se vincularam informalmente ao Conselho Nacional unificam-se sob uma estrutura única com a denominação de Ligas Camponesas do Brasil.

As Ligas foram a expressão mais explícita da tendência violenta do Movimento Comunista Brasileiro, antes da Revolução de 1964.



9. Cedendo às pressões

Com o fracasso do Plano Trienal, Jango perdera a oportunidade de seguir uma linha moderada e voltava-se para o papel de populista, que melhor se ajustava ao seu passado. Isso era o que desejavam as esquerdas. O PCB fez publicar uma Resolução Política,⁷³ (8) na qual, além de mostrar insatisfação com o Ministério e sua política conciliatória, atestava o crescimento e a radicalização do movimento de massas e vislumbrava a possibilidade de novas vitórias:

⁷³ Novos Rumos nº 229, de 12 a 18 de julho de 1963, pag. 3.

"Cresce por outro lado a combatividade das forças patrióticas e progressistas avança e se radicaliza o movimento de massas, abrindo-se diante de nosso povo perspectivas de lutas vigorosas e de maiores vitórias."

O Partido exige novos passos adiante no movimento sindical e preconiza a utilização de novas formas de luta para deflagrar uma greve geral:

"A elevação do movimento de massas também está vinculada à justa utilização de diferentes formas de luta. Comícios, manifestações, suspensão de trabalho, greves de solidariedade, etc, são formas de luta que podem contribuir para melhor preparação da greve geral política."

No campo, atesta o PCB:

"Os camponeses multiplicam o número de suas organizações, desencadeiam lutas a fim de que os latifundiários sejam compelidos a respeitar direitos já conquistados, defendem-se, muitas vezes de armas na mão, dos assaltos de grileiros, iniciam ações de ocupação de terras."

Com espírito otimista, o Partido encerra a Resolução:

"Através de lutas, nosso povo consolidará as vitórias já alcançadas e marchará para novas e decisivas vitórias."

Enquanto tudo isso acontecia, a classe média tinha a esperança de que a Nação aguentasse e sobrevivesse ao "acidente" João Goulart. Mas a esquerda e a direita consideravam-no incapaz de governar.

A mudança do Ministério generalizou a crença de que Jango não mais acreditava nos processos institucionais: *"Brizola temia que a reforma ministerial pudesse ser o prelúdio de uma tentativa de Jango para permanecer no poder."*⁷⁴

⁷⁴ Skidmore, T: "Brasil de Getúlio a Castelo", Ed. Saga, RJ., pág. 311.

Essa mudança fez recrudescer as agitações em todo o País. Os comunistas, prosseguindo na mesma tática, sempre colocavam as metas um pouco mais além, mobilizando as massas como um constante elemento de pressão.

Em 23 de agosto de 1963, um dia antes do aniversário da morte de Getúlio Vargas, o CGT realizou uma grande concentração em torno de seu busto, na Cinelândia, com a garantia de tropas do Exército e com a presença do Presidente da República. Sobre o discurso do Presidente, assim se refere a revista "Novos Rumos":

"Fazendo afinal o uso da palavra o presidente João Goulart pronunciou na verdade dois discursos. O primeiro caracterizou-se pelo tom vago e vacilante com que se referia, repetindo frases já várias vezes pronunciadas, à necessidade das reformas de base e às difíceis condições de vida do povo. Foi quando se verificou a manifestação de desagrado da massa popular, exigindo de Jango a definição. O presidente mudou então visivelmente o plano do discurso, emprestando-lhe um tom mais vigoroso embora fugindo, ainda aqui, a afirmações de repúdio à política de conciliação. Nessa parte fez questão de mencionar o discurso da CGT – a "entidade máxima dos trabalhadores brasileiros", como afirmou – comprometendo-se fazer com que em 1964 nas comemorações do 24 de agosto já possam ser festejadas as reformas de base convertidas em realidade. Afirmou que a consecução dessas reformas depende fundamentalmente da mobilização dos trabalhadores e do povo dizendo que nenhuma reforma social foi feita até agora senão sob a pressão das massas." ⁷⁵

Se dúvidas havia, agora não mais existiam. O próprio Presidente da República pedia a pressão das massas. Contra quem? O Congresso, obviamente. O PCB, eufórico, conclamava o povo à luta por "*decisivas vitórias*" e o CGT entrava em estado de alerta.

As greves dos portuários de Santos, dos metalúrgicos e dos bancários, e os discursos de Arraes e de Brizola, cada vez mais

⁷⁵ Novos Rumos nº 236, de 30 de agosto a 5 de setembro de 1963, pag. 8

audaciosos, mantinham a população excitada e angustiada. As invasões de terras prosseguiam. Tudo parecia conduzir em setembro de 1963, para uma revolução de esquerda.

As Forças Armadas, entretanto, vilipendiadas, observavam a constante degeneração dos valores e da ordem. A revolta dos sargentos de Brasília, em 12 de setembro de 1963, iniciou um novo processo.



CAPÍTULO III

O ASSALTO AO PODER

1. A rebelião dos sargentos de Brasília

Em 1959, o início da campanha do Marechal Henrique Teixeira Lott, então Ministro da Guerra e candidato à presidência da República, levou a política partidária aos quartéis, envolvendo os subtenentes e sargentos no espírito "nacionalista" que norteava essa campanha.

Em julho de 1959, as comemorações do aniversário do General Osvaldo Ferreira Alves, Comandante do III Exército, reuniram cerca de 800 subtenentes e sargentos das três forças singulares e da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, com o comparecimento de Leonel Brizola. Os discursos eivados de nacionalismo foram a pedra de toque.

Ao mesmo tempo, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), órgão que reunia intelectuais marxistas, procurava atrair os subtenentes e sargentos para sua área de influência, através de cursos e palestras às praças. O jornal esquerdista "O Semanário" dava cobertura a essas atividades vinculando os subtenentes e sargentos à campanha nacionalista.

A derrota do Marechal Lott, em 1960, arrefeceu, pelo menos temporariamente, o movimento na área militar. As eleições de 1962, entretanto, fizeram revigorar esse movimento, provocado a candidatura a deputado de alguns subtenentes e sargentos. Nessa época, já havia dados sobre a infiltração comunista nas Forças Armadas.

Havia, inclusive, indicações sobre a possível existência de uma célula comunista no 4º Regimento de Infantaria, em São Paulo. Alguns anos

depois, a comprovação da existência dessa célula veio de forma dramática: o Capitão Carlos Lamarca e o Sargento Darcy Rodrigues planejavam e executariam um ousado roubo de grande quantidade de armamento, impulsionando a luta terrorista no País.

Após as eleições de outubro de 1962, o Tribunal Superior Eleitoral considerou inelegíveis os subtenentes e sargentos. Insuflados por políticos e comunistas e assoberbados pelos problemas decorrentes dos baixos vencimentos dos militares, os subtenentes e sargentos foram gradativamente tomando uma posição de contestação política.

Em novembro de 1962, iniciou-se um movimento para a restituição dos títulos dos subtenentes e sargentos aos Tribunais Eleitorais. Em dezembro, enquanto o Sargento Antônio Garcia Filho era empossado Deputado Federal pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) da Guanabara, o Sargento Aimoré Zoch Cavalheiro, eleito Deputado Estadual pelo Rio Grande do Sul, mas não diplomado, lançava um manifesto justificando o recurso a instâncias superiores e tecendo críticas à Justiça Eleitoral.

Em 10 de janeiro de 1963, o Clube dos Suboficiais, Subtenentes e Sargentos das Forças Armadas e Auxiliares (CSSSFAA) criou a Comissão de Defesa da Elegibilidade dos Sargentos (CODES), que, logo, iniciou uma campanha baseada nos slogans: "Sargento também é povo" e "Exigimos respeito ao voto popular". Iniciava-se uma fase de agitação, com reuniões, comícios, panfletagens e declarações à imprensa, sendo também detectado um movimento para forçar Jango a cumprir promessas feitas, ainda que com o emprego da força.

Em 6 de março de 1963, em São Paulo, realizou-se uma passeata pela posse dos sargentos eleitos, com a participação de soldados, cabos, sargentos e políticos, durante a qual os militares da Aeronáutica e da Força Pública de São Paulo compareceram fardados. A passeata, iniciada nas proximidades da Praça da Sé, terminou no Teatro Paramount, para uma sessão solene. À mesa diretora, sentaram-se os comunistas Rio Branco Paranhos, Geraldo Rodrigues dos Santos, José da Rocha Mendes Filho, Mário Schemberg, Luiz Tenório de Lima, Oswaldo Lourenço e o General Reformado Gonzaga Leite, um dos organizadores do Congresso Continental de Solidariedade a Cuba, além de vários presidentes de

Confederações Nacionais de Trabalhadores, dentre os quais Clodsmith Riani, da CNTI, que presidiu a solenidade. Na ocasião, Mário Schemberg defendeu o direito de voto aos analfabetos, soldados e marinheiros. O Sargento José Raimundo, da Força Pública de São Paulo, teceu exacerbadas críticas aos grupos internacionais, ameaçando as autoridades por não atenderem as reivindicações populares, sob pena dos sargentos e do povo assumirem os destinos do País.

Antônio Garcia Filho, único sargento empossado como deputado, fazia viagens por diversos Estados, realizando reuniões com os subtenentes e sargentos e fazendo contundentes pronunciamentos. Em Fortaleza, o Sargento-Deputado afirmou que, se não houvesse uma decisão favorável a posse dos eleitos, a Justiça Eleitoral seria "fechada". Pregou "*o enforcamento dos responsáveis pela tirania dos poderes econômicos*" e rotulou a instituição militar de "nazista". Defendendo uma revolução para a execução das reformas, estabeleceu, como preliminar, a substituição do Ministro da Guerra, Amaury Kruel pelo General Jair Dantas Ribeiro, então Comandante do III Exército, por ser mais "maleável"⁷⁶ (1). Não queria que o General Osvino fosse o Ministro da Guerra, pois o "General do povo" era demasiadamente ligado ao Presidente da República. Apoiado pelos comunistas, como Prestes, Hércules Correia e Max da Costa Santos, Antônio Garcia Filho procurava intervir nas eleições do Clube de Subtenentes e Sargentos e, em 24 de abril, junto com militantes do PCB, iniciou estudos, para a criação de um Sindicato de Sargentos. Em abril e maio de 1963, incitava seus companheiros durante seguidas reuniões, afirmando que "*os sargentos, de armas na mão, impedirão a implantação do gorilismo no Brasil*" e que "*o General Kruel, ligado aos grupos mais reacionários, vem tentando dar o golpe no regime*".

Um plano de trabalho posteriormente apreendido, detalhava o que deveria ser executado para o domínio dos clubes, círculos e grêmios militares. Preconizava também a distribuição de literatura "progressista" que deveria ser discutida pelos sargentos reunidos em "grupos de 5."

⁷⁶ Em junho de 1963, o General Jair Dantas Ribeiro assumiu o Ministério da Guerra, em substituição ao General Amaury Kruel, que foi comandar o II Exército.

Em 11 de maio de 1963, os sargentos reuniram-se no auditório do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciantes (IAPC), no Rio de Janeiro, para comemorar o aniversário do "General do Povo". Falando em nome dos subtenentes e sargentos, o Subtenente Jelcy afirmou:

"(...) pegaremos em nossos instrumentos de trabalho e faremos as reformas juntamente com o povo. Mas lembrem-se os senhores reacionários: o instrumento de trabalho dos militares é o fuzil!"

As eleições de agosto de 1963, para vereadores, propiciaram a realização de nova série de reuniões de sargentos, nas quais apareciam, invariavelmente, teses para a contestação política.

Logo após o já Ministro da Guerra Jair Dantas Ribeiro ter declarado que era admissível a criação de clubes e grêmios de militares desde que dentro dos quartéis, realizou-se em 2 de setembro, no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, uma reunião da Associação dos Cabos e Soldados em homenagem ao Presidente da República. Nessa reunião, o Ministro da Justiça representando o Presidente disse que "os cabos e soldados são os trabalhadores fardados".

Afetada a disciplina e desmoralizada a autoridade, não se constituiu em grande surpresa a rebelião dos sargentos de Brasília, em 12 de setembro de 1963. Nessa madrugada, sucessivamente, os sargentos apossaram-se do Ministério da Marinha, da base Aérea, da Área Alfa (da Companhia de Fuzileiros Navais), do Aeroporto Civil, da Rodoviária e da Rádio Nacional. Pretendiam, com isso, numa primeira fase, dominar a Capital Federal e, posteriormente, expandindo a ação, implantar um regime de cunho popular.

Entretanto, de âmbito limitado e restrito a Brasília, e contando, apenas com sargentos da Marinha e da Força Aérea, o movimento foi debelado, e presos os seus autores. Às 16 horas desse mesmo dia, foi possível anunciar ao País o fim da "rebelião dos sargentos". Declarações de sargentos presos e documentos apreendidos mostraram o apoio à rebelião dado pela POLOP e pelo PCB (através da CGT).

Se as Forças Armadas estavam preocupadas, agora, com o movimento, passaram a ficar atentas.



2. O Estado de Sítio

Nos primeiros dias de outubro de 1963, dois fatos conturbaram a área política: a solicitação, ao Congresso, para a implantação do estado de sítio e a frustrada tentativa de prisão do Governador Carlos Lacerda. Nessa época, um dos líderes da oposição ao Governo Federal era o Governador da Guanabara. Tachando Jango de "inepto" Lacerda, em entrevista depois desmentida, deu a entender que o Presidente só permanecia ainda no poder porque os militares hesitavam em depô-lo.

Sob a alegação da crescente violência de fundo político e com as sucessivas ondas de greve, os ministros militares foram induzidos a solicitar ao Governo a decretação do estado de sítio. Em 4 de outubro de 1963, Jango enviaria mensagem ao Congresso, solicitando a vigência dessa medida por 30 dias.

Antes da mensagem ser encaminhada ao congresso, determinou o Governo que o Núcleo da Divisão Aeroterrestre prendesse o Governador da Guanabara. O País amanheceria sob o impacto do fato consumado: Lacerda preso e o estado de sítio em plena execução, antes mesmo da sua votação pelo Congresso.

A ordem partida do Palácio sem responsabilidade definida não foi cumprida e o plano malogrou. Sem objetivo o Senhor João Goulart manobrou rapidamente para não cair no vazio, acobertado por elementos de esquerda, aparentemente em ação agressiva contra o Governo.

As reações das esquerdas foram imediatas. O PCB considerou a solicitação do estado de sítio como inibidora da mobilização das massas, conclamando os trabalhadores a tomarem "medidas

enérgicas para esmagar a reação". A CGT e a UNE fizeram ressoar suas discordâncias.

Em Minas Gerais, aconteceram greves e manifestações violentas. A corrida aos bancos generalizou-se. Os líderes do Congresso manifestaram-se contrários e o PTB negou o apoio. Três dias depois, em 7 de outubro de 1963, Jango retirou o pedido.

A Nação teve, naqueles dias, a sensação de ter escapado a um fulminante golpe de Estado.

Em entrevista dada em 22 de novembro de 1963, simultaneamente ao "Jornal do Brasil" e ao "O Estado de S. Paulo", o Deputado Federal Armando Falcão denunciava o "complô que se organiza contra o regime". Nessa denúncia, Armando Falcão dizia: *"Prepara-se um golpe de estado que tem por objetivo derrubar as instituições democráticas e o chefe da conspiração chama-se João Belchior Marques Goulart. O movimento subversivo que ora se articula não é o primeiro que o Sr. João Goulart procura fazer deflagrar visando ao fechamento do Congresso Nacional e a destruição da Constituição."*⁷⁷

Na revista "Novos Rumos"⁷⁸, o PCB refere-se à derrota da tentativa de implantar o estado de sítio como uma "importante vitória política." Reitera a necessidade de serem realizadas modificações no Ministério e implantadas as reformas de base. Defende a elegibilidade dos sargentos e a anistia dos militares envolvidos no episódio de Brasília. Continua na campanha pela moratória da dívida externa e pleiteia a encampação das refinarias particulares. Imediatamente, os trabalhadores da refinaria de Capuava entraram em greve.

A economia deteriorava-se e o País entrava em dura recessão, com crescimento negativo.



⁷⁷ No livro de Hélio Silva, já citado, são narrados às páginas 296 e seguintes, sob o título "Grave Denúncia", detalhes desse plano e de tentativa semelhante de João Goulart, em 1960, quando vice-presidente de Juscelino Kubitschek.

⁷⁸ Novos Rumos nº 242 – pág: 1

3. A frente única

As pressões econômico-financeiras e os impasses políticos, aliados às flutuações de comportamento de Jango, pareciam levar o Governo em direção à esquerda radical.

Apesar de encontrar dificuldades nas análises da situação, as diversas facções de esquerda cresciam e acreditavam que a desorganização da elite política tradicional estava abrindo caminho para radicais transformações nas estruturas do País. Cada uma delas mantinha a esperança de que uma reviravolta nos acontecimentos poderia colocar o presidente em suas mãos. Essa esperança e o costumeiro excesso de confiança não lhes permitiam perceber que estavam, na verdade, mais divididos do que seus adversários.

Observando o multifacetado espectro político, o ex-ministro San Thiago Dantas iniciara, desde fins de 1963, esforços para unir as esquerdas numa frente única. Sua preocupação era que Jango poderia ser levado, por qualquer uma dessas facções, a superestimar sua própria força política e a tomar atitudes desastradas para o País.

Entretanto, somente uma dessas facções, o PCB, aderiu à frente única, tanguido pela preocupação com um prematuro teste de forças e pelo prometido apoio do Governo em favor de sua legalização. Além disso, com a frente única, o PCB poderia defender com mais força, a sua tese de implantação de um "governo nacionalista e democrático". O PC do B, ainda sem grande expressão, rejeitou a frente única de San Thiago Dantas e, coerente com a sua linha política de orientação chinesa, continuava a pregar a luta revolucionária dos camponeses. A Ação Popular (AP) e a UNE ainda estavam longe de aceitar a disciplina de um partido comunista e rejeitaram a frente única. Às Ligas camponesas faltava uma liderança que as pudesse representar, unificadamente. Julião desaparecera de circulação. Também Brizola não apoiou a frente única. Desprezando San Thiago Dantas e isolado pelo seu caráter autoritário e por sua desmedida ambição, Brizola, desde outubro, estava mais empenhado em organizar a sua própria frente, a Frente de Libertação Nacional. Arraes, provável candidato das esquerdas nas eleições presidenciais de 1965, mantinha uma atitude controlada: apesar de fazer restrições à frente única, não afastava a possibilidade de vir a integrá-la.

Jango, de mãos dadas com o PCB, assumiu a frente única de San Thiago Dantas. No discurso de fim de ano, o Presidente criticou os políticos que se recusavam a apoiar as reformas de base. Adotou também uma atitude mais agressiva para com o capital estrangeiro. Ao assinar em janeiro de 1964 o decreto regulamentando a lei de remessa de lucros, acedeu a um dos objetivos do PCB. A partir de 1964 suas atitudes passaram a caracterizar-se pela impulsividade.

A frente única desejada por San Thiago Dantas transformou-se na frente "popular" de João Goulart, com o PCB e as organizações e entidades por ele infiltradas ou dominadas. Tudo indicava que o prognóstico do Partido feito havia pouco menos de dois anos estava correto. O PCB aproximava-se de seu primeiro objetivo estratégico.



4. Os Grupos dos Onze

Em outubro de 1963, Brizola achava que o Brasil estava vivendo momentos decisivos e que, rapidamente, se aproximava do desfecho por ele almejado. Sucessivamente, em 19 e 25 de outubro, fez pronunciamentos à Nação, através dos microfones de uma cadeia de estações de rádio, liderada pela Mayrink Veiga, que detinha, na época, o maior percentual de ouvintes das classes média e baixa.

Nesses pronunciamentos, eivados, como sempre, de metáforas e redundâncias, Brizola conclamou o povo a organizar-se em grupos que, unidos, iriam formar o "Exército Popular de Libertação". Comparou esses grupos com equipes de futebol e os 11 "jogadores" seriam os "tijolos" para "construir o nosso edifício". Estavam lançados os Grupos dos Onze (G 11), que, em sua cabeça megalomaniaca, seriam seu exército particular.

Os documentos encontrados, posteriormente, nos arquivos pessoais de Brizola, revelaram os planos para a formação dos G 11 e do Exército Popular de Libertação. Como todo o discurso "brizolista", esses documentos possuíam uma linguagem incisiva, mas primária;

dramática, mas demagógica. O documento mais hilariante, se não fosse trágico, era o das "Instruções Secretas", assinadas por um "Comando Supremo de Libertação Nacional". Inicia-se por um "Preâmbulo Ultra-Secreto" onde consigna que a morte pesaria sobre aqueles que revelassem os segredos dos grupos dos onze:

"Após tomar conhecimento, só a morte libertará o responsável pelo compromisso de honra assumido com o Comando Supremo de Libertação Nacional. (...) O compromisso de resguardo deverá ser um tanto solene, para impressionar o companheiro, devendo antes, verificar as ideias desse soldado dos G11, a fim de que seja selecionado ao máximo os autênticos e verdadeiros revolucionários, os destemerosos da própria morte."

Os G11 seriam a "vanguarda avançada do Movimento Revolucionário", a exemplo da "Guarda Vermelha da Revolução Socialista de 1917 na União Soviética." Defendendo a tese de que "os fins justificam os meios", faz veladas ameaças sobre futuros atos dos G11:

"Em consequência, não nos poderemos deter na procura de justificativas acadêmicas para atos que possam vir a ser considerados, pela reação e pelos companheiros, sentimentalistas, agressivos demais ou, até mesmo, injustificados."

Os integrantes dos G11 deveriam considerar-se em "Revolução Permanente e Ostensiva" e seus ensinamentos deveriam ser colhidos nas "Revoluções Populares", nas "Frentes de Libertação Nacional" e nos "folhetos cubanos" sobre a técnica de guerrilha.⁷⁹

Admitiam essas "Instruções Secretas", que a época era propícia à atuação dos G11:

"Devemos nos lembrar de que hoje temos tudo a nosso favor, inclusive o beneplácito do Governo e a complacência

⁷⁹ Nessa época, os "folhetos cubanos" sobre técnicas de guerrilha eram disseminados, no País e principalmente nos Movimentos de Educação Popular.

de poderosos setores civis e militares, acovardados e temerosos de perder seus atuais e ignominiosos privilégios."

Instruem os G11 sobre a aquisição de armas, recomendando "*não se esquecer dos preciosos coquetéis molotov e outros tipos de bombas incendiárias*". Alertam, também, que:

"A escassez inicial de armas poderosas e verdadeiramente militares será suprida pelos aliados militares que possuímos em todas as Forças Armadas..."

As "Instruções Secretas" estabelecem o esquema para o início do movimento insurrecional:

"(...) os camponeses dirigidos por nossos companheiros virão destruindo e queimando plantações, engenhos celeiros, depósitos de cereais e armazéns gerais (...) A agitação será a nossa aliada primordial e deveremos iniciá-la nos veículos coletivos, à hora de maior movimento, nas ruas e avenidas de aglomeração de pedestres, próximos às casas de armas e munições e nos bairros eminentemente populares e operários (...) Desses pontos e à sombra da massa humana, deverão convergir os G11 especializados em destruição e assaltos, já comandando os companheiros e com outros se ajuntando pelas ruas e avenidas para o centro da cidade, vila ou distrito, de acordo com a importância da localidade, depredando os estabelecimentos comerciais e industriais, saqueando e incendiando com os molotovs e outros materiais inflamáveis, os edifícios públicos e as empresas particulares (...) Ataques simultâneos serão desfechados contra as centrais telefônicas, rádio emissoras e, onde houver, de TV, casa de armas, pequenos quartéis militares..."

Observa-se que essas rocambolescas instruções de Brizola refletiam o seu cérebro insano e faziam inveja aos mais detalhados planejamentos dos anarquistas. Sabendo que a revolução vinha sendo conduzida pelo PCB, através da chamada "via pacífica", Brizola reservou um item de suas "Instruções Secretas" para tratar do "Aliado Comunista":

"Devemos (...) ter sempre presente que o comunista é o nosso principal aliado, mas, embora alardeie, o Partido Comunista, ter forças para fazer a Revolução Libertadora, o PCB nada mais é que um movimento dividido em várias frentes internas em luta aberta entre si pelo poder absoluto e pela vitória de uma das facções em que se fragmentou."

E continuam as Instruções, nos seus ataques ao PCB:

"São fracos e aburguesados esses camaradas chefiados pelos que veem, em Moscou, o único sol que poderá guiar o proletariado mundial à libertação internacional."

Ao mesmo tempo, Brizola aponta o PC do B como um possível aliado:

"Existe uma ala mais poderosa que, dia a dia, está se elevando no conceito do proletariado marxista, seguidora dos ideais de Mao Tse Tung, de Stalin, e que são em última análise, os de Marx e Engels. É nessa ala, hoje muito mais poderosa que a de Moscou, que iremos buscar a fonte de potencialidade material e militar para a luta de Libertação Nacional."

Mas, o tragicômico das "Instruções Secretas" aparece com nitidez no item sobre a "Guarda e Julgamento dos Prisioneiros":

"Para essa tarefa de suma importância, deverão ser escolhidos companheiros de condição humilde, mas, entretanto, de férreas e arraigadas condições de ódio aos poderosos e aos ricos, a fim de que não discutam ordens severas que poderão ser conhecidas no momento da luta de libertação (...) Esses grupos dos Onze companheiros terão, como finalidade primordial, deter em todo o seu raio de ação, municípios, vilas, distritos e povoados, todas as autoridades públicas, tais como Juiz de Direito, Prefeitos, Delegados de Polícia, Vereadores, Presidente de Câmara, políticos influentes e outras personalidades que por acaso estejam dentro de sua esfera de atribuição e limites de ação, recolhendo-os a locais apropriados, preferentemente no meio do mato, sob guarda armada permanente (...) No caso de

derrota do nosso movimento, o que é improvável, mas não impossível dado a certas características da situação nacional, e temos que ser verdadeiros em todos os nossos contatos com os Comandos Regionais e esta é uma informação para uso somente de alguns companheiros de absoluta e máxima confiança, os reféns deverão ser sumária e imediatamente fuzilados, a fim de que não denunciem seus aprisionadores e não lutem posteriormente para a sua condenação e destruição."

O texto acima demonstra o fanatismo de Brizola, na certa influenciado pelo "*paredón*"⁸⁰ cubano.

Em princípios de 1964, Brizola lançou seu próprio semanário - "O Panfleto" - que veio se integrar à campanha agitadora já desenvolvida pela cadeia da Rádio Mayrink Veiga. Em seus sonhos quixotescos, chegou a distribuir diversos outros documentos para a organização dos G11, tais como as "Precauções", os "Deveres dos Membros", os "Deveres dos Dirigentes", um "código de Segurança" e fichas de inscrição para seus integrantes. Chegou a organizar 5.304 grupos, num total de 58.344 pessoas, distribuídas, particularmente, pelos Estados do Rio Grande do Sul, Guanabara, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Para Brizola, a revolução estava madura, pronta para ser desencadeada.

Havia um líder, ele mesmo. Havia ideias, seus próprios sonhos megalomaniacos. Só faltava um simples episódio que inflamasse o povo e que justificasse o surgimento de seu Exército Popular de Libertação, na verdade, um pequeno-louco exército de Brancaneone.



⁸⁰ "El Paredón" (O paredão) Esse era o termo usado pelo castristas cubanos para significar morte por fuzilamento. Foram executados no paredón milhares de cubanos apenas por terem opinião diferente dos comunistas no poder. (NE)

5. O plano revolucionário

Entrava-se no ano decisivo de 1964. A conturbada situação nacional pedia medidas drásticas que pudessem solucionar a crise. O pêndulo do poder oscilava entre um lado e outro. Faltava fixá-lo em um dos lados. E Jango pretendia ser o líder que iria fixá-lo no lado esquerdo.

Os entendimentos entre o Presidente e o PCB eram constantes. Seus triunfos eram a legalização e a promessa de maior participação no poder. Jango distanciava-se cada vez mais de Brizola, que colocava seus pedidos sempre além dos já conseguidos. Para o Presidente, o que realmente seu cunhado desejava era ocupar o seu lugar.

Em fevereiro de 1964, Jango afirmou que os comandos militares estavam inteiramente afinados com ele e que *"se os generais estão comigo, não há razão para que os sargentos não estejam"*. Não pensava em realizar eleições presidenciais. Para ele, as hipóteses mais prováveis eram que a direita "botasse a cabeça de fora", através de Lacerda, ou que Brizola "demarrasse"⁸¹ para sua loucura

A solução era desfechar um golpe, amparado nas forças populares e no "esquema militar", sob o pretexto de realizar as reformas de base. Faltava a Jango, entretanto, um motivo que justificasse esse golpe.

Segundo o jornalista Samuel Wainer, o plano era o seguinte:

- o Presidente enviaria uma mensagem ao Congresso, pedindo a decretação de um plebiscito para reformas na Constituição, apoiado por intensa campanha nacional;
- em face da provável negativa do Congresso, este seria dissolvido e implantadas, imediatamente, as reformas de base, num processo conduzido pela frente única;

⁸¹ Romper as amarras (NE)

- caso esse esquema falhasse, o Presidente ameaçaria renunciar, justificado pela impossibilidade de atender aos anseios populares;
- no comício previsto para 13 de março de 1964, no Rio de Janeiro, Jango anunciaria à Nação, a assinatura de decretos de conteúdo popular, tais como a desapropriação das terras ao longo das rodovias e ferrovias, a encampação das refinarias particulares e outros contra a inflação e o custo de vida;
- ao comício do dia 13, seguir-se-iam outros 4 ou 5, a serem realizados em importantes cidades do País, onde Jango anunciaria novos decretos, como os do sapato popular, da roupa popular e do depósito bancário para os sindicalizados;
- com o apoio e o clamor do povo, Jango estaria, ao final do processo, com força suficiente para fazer o que bem entendesse.

Esse plano de Jango começaria a ser executado no mês de março de 1964.



6. O Comício das Reformas.

Os finais de tarde nas proximidades da estação da Central do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, sempre foram caracterizados pela presença de um enxame de pessoas pressurosas em tomar os trens que as conduzem aos seus lares nos subúrbios cariocas. Foi esse o local escolhido pelos organizadores do que ficou conhecido como o "Comício das Reformas", realizado na tarde/noite de 13 de março de 1964.

Cerca de 100 mil pessoas aglomeravam-se na praça em frente da estação da Central do Brasil e ao lado do Palácio Duque de Caxias, antiga sede do Ministério da Guerra. Dezenas de faixas e cartazes

Eleitoral, a Universitária e a Tributária. Anunciou também, que havia assinado, naquele mesmo dia, três decretos: o de encampação das refinarias particulares; o de tabelamento de aluguéis de imóveis; e o da SUPRA, que desapropriava as terras que margeiam as rodovias federais.



Discurso de Jango no Comício, tendo sua mulher ao lado

Todas essas providências foram anunciadas, pelo Presidente, como indispensáveis para a "salvação nacional" e para a transformação de uma "estrutura ultrapassada". E solicitava, enfático, o apoio da população às reformas. Jango iniciava a execução do plano revolucionário.



7. A rebelião dos marinheiros no Rio de Janeiro

Havia já algum tempo, os militares vinham acompanhando o desenrolar dos acontecimentos. Observavam cautelosos os desdobramentos políticos e o caos econômico-financeiro do País. Espantados, sentiam o temor do povo em face do crescimento das

esquerdas. A permanente ameaça de greve geral infundia-lhes uma tensão que ia atingindo, gradativamente, um ponto sem retorno. Entretanto inquietavam-se, e muito, com os atos de rebeldia de outros militares que, não coibidos com rigor, iam rachando os pilares da disciplina e da hierarquia.

Seis meses antes, em setembro de 1963, a rebelião dos Sargentos de Brasília servira como exemplo de que a estrutura militar estava abalada. Alguns militares não mais aceitavam a desobediência e a insubordinação. Outros, ainda aguardavam esperançosos, atitudes firmes do Governo Federal, que restaurassem a disciplina e a hierarquia. Alguns poucos, entretanto, aliavam-se ao movimento esquerdista, e entre eles os que ansiavam pelo rótulo demagógico de "generais e almirantes do povo".

A rebelião dos marinheiros de 25 de março de 1964, no Rio de Janeiro, foi a gota de água, que, congregando os militares, decidiu sobre suas ações.

No início de maio de 1962, o Ministro da Marinha, Almirante Sílvio Mota, foi surpreendido pela fundação da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB), cujo primeiro presidente era o marinheiro João Barbosa de Almeida. A autoridade ministerial ficou, assim, diante de uma entidade, existindo - como fato consumado - à revelia dos regulamentos militares. Sob o pretexto de realizar atividades sociais, recreativas, assistenciais e culturais, a AMFNB, aquinhoadas com verbas vultosas, passou a pregar a subversão na Marinha. Chegou até a designar representantes seus, sob a denominação de "delegados da AMFNB", junto aos comandantes das unidades navais. Tal fato provocou uma reação dos oficiais, a qual resultou na proibição das atividades desses "delegados" a bordo dos navios e na recomendação para que fossem rigorosamente fiscalizados.

Em setembro de 1963, durante a cerimônia de posse da nova diretoria da AMFNB, o presidente eleito, o marinheiro José Anselmo dos Santos, teceu severas críticas às autoridades navais, sendo punido pelo Ministro da Marinha, com 10 dias de prisão. Em protesto pela punição, a AMFNB, em Assembleia, exigiu do Ministro a relevação da prisão. Em face da indisciplina, foi aberto um Inquérito

Policial Militar, resultando novas prisões e o enquadramento de alguns integrantes da AMFNB no Código Penal Militar.

Apesar do IPM, a agitação prosseguiu, até que, em 25 de março de 1964, 1.400 sócios da AMFNB amotinaram-se no Rio de Janeiro, abrigando-se na sede do Sindicato dos Metalúrgicos. Desafiando abertamente as ordens para regressarem aos quartéis, os amotinados gritavam "Viva Goulart" nas janelas do sindicato, e apregoavam fidelidade somente ao Comandante dos Fuzileiros Navais, o Almirante Cândido da Costa Aragão, amigo de Goulart e conhecido como "Almirante do Povo".

Nesse dia 25 e no seguinte, 26 de março de 1964, após sucessivas assembleias, os marinheiros e fuzileiros navais amotinados difundiam as seguintes exigências para o fim do movimento:

- substituição do Ministro da Marinha por um dos três almirantes por eles indicados (Paulo Mário, Suzano ou Goiano);
- anulação das punições impostas aos membros da diretoria da AMFNB;
- garantia de que nenhum dos amotinados sofreria qualquer sanção; e reconhecimento da existência legal da AMFNB.

Para acabar com a insubordinação, o Ministro da Marinha determinou na manhã do dia 26, o deslocamento de um contingente de Fuzileiros Navais para desalojar e prender os amotinados. Surpreendentemente, alguns desse contingente depuseram as armas e integraram-se aos refugiados no Sindicato, enquanto o restante retornou ao quartel sem cumprir a missão.

A indisciplina generalizou-se. Na manhã do dia seguinte, 27 de março, a Marinha tomava conhecimento de que havia, também, movimentos de rebeldia em alguns navios da Esquadra. Às 8.30 horas, um agrupamento de cerca de 200 marinheiros dirigiu-se ao prédio do Ministério da Marinha em solidariedade aos amotinados. Apesar das advertências, o grupo continuava avançando. Somente

com dois disparos feitos para o ar pela tropa que defendia o Ministério, o agrupamento foi disperso.

Em vista desse acontecimento o Ministro da Marinha exonerou o Almirante Aragão e tropas do Exército cercaram o Sindicato dos Metalúrgicos e isolaram os marinheiros rebeldes. Algumas horas depois, entretanto, o Presidente da República mandou levantar o cerco e "pediu" que os marinheiros voltassem para seus quartéis, dando-lhes a garantia de que não seriam punidos.



Marinheiros voltam ao quartel como vitoriosos

O Ministro da Marinha demitiu-se. Jango reconduziu o Almirante Aragão a seu posto e nomeou o Almirante da Reserva Paulo Mário como novo Ministro. A vitória da indisciplina, com o apoio do Governo Federal, foi completa. Nessa mesma tarde, os marinheiros amotinados a comemoraram ruidosamente, conduzindo nos ombros, o "Almirante do Povo". O Presidente incorrera em erro grave, julgando que as Forças Armadas assistiriam passivamente a essa escalada da subversão e que a oficialidade seria alijada pelos sargentos e praças, que vinham sendo submetidos a doutrinação comunizante, sem qualquer reação.

Dois dias depois daquele insólito episódio, em 29 de março de 1964, centenas de oficiais da Marinha reuniram-se no Clube Naval, contrariados com a quebra da disciplina e da hierarquia. Um manifesto ao povo brasileiro, assinado por mais de 1.500 oficiais da Marinha, declarava que havia chegado a hora do Brasil defender-se.

O Exército proclamou solidariedade à Marinha. A imprensa aderiu. No Congresso Nacional, dezenas de parlamentares pronunciaram-se contra a indisciplina.

Os que antes não aceitavam os desmandos do Governo passaram a agir. Os que ainda aguardavam, desiludiram-se e engrossaram as fileiras dos verdadeiros democratas. A Revolução Democrática estava por dias.



8. A reunião no Automóvel Clube

Acesas estavam, ainda, as paixões desencadeadas pela vitoriosa rebelião dos marinheiros. De um lado, as forças democráticas já se articulavam contra o governo da indisciplina. Do outro, Jango apoiava-se no PCB, nas organizações de massa e num pretenso "esquema militar". Pretendia, entretanto, dar uma demonstração de força aos que o criticavam pela posição assumida no episódio da rebelião dos marinheiros, mostrando que tinha prestígio junto aos escalões menores das Forças Armadas.

Alguns meses antes, a Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Rio de Janeiro (a que havia optado pelo serviço federal) convidara o Presidente para comparecer as comemorações do aniversário da entidade. Naquela oportunidade, Jango aceitou o convite, mas adiou o seu comparecimento sem marcar data. Entretanto, chegara a hora ... Na noite de 30 de março de 1964, a Associação realizou a reunião na sede do Automóvel Clube, no Rio de Janeiro, com a presença de centenas de sargentos, além de diversos oficiais e ministros, dentre os quais o novo Ministro da Marinha, Almirante Paulo Mário.

Dezenas de comunistas confraternizaram-se com os militares. O ambiente atingiu o auge da exaltação quando se abraçaram, sob aplausos gerais, o Almirante Aragão e o Cabo Anselmo. Os oradores, inflamados, discursavam repisando a tônica das reformas. Discursos atentatórios à hierarquia e à disciplina foram pronunciados. O

Sargento Ciro Vogt, um dos oradores, foi estrepitosamente vaiado, porque, atendendo aos regulamentos disciplinares, limitou-se a apresentar as reivindicações de sua classe, sem abordar temas políticos.

Mas o ponto alto da reunião foi o discurso do Presidente da República. Inebriado pela calorosa recepção dos sargentos e incentivado pelos constantes aplausos, Jango fez um dos discursos mais inflamados de sua vida pública. Defendeu os sargentos amotinados. Propugnou pelas reformas de base. Acusou seus adversários, políticos e militares, de estarem sendo subsidiados pelo estrangeiro. Ameaçou-os com as devidas "represálias do povo".



O último discurso de Jango como Presidente

A televisão mostrou "ao vivo" estas cenas. Muitas das pessoas que as assistiam sentiram que, após aquela reunião, a queda de Jango era iminente.

Na verdade, fora seu último discurso como Presidente da República.



CAPÍTULO IV

A REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA DE 1964

1. Ascensão e queda de Goulart

A reação a João Goulart teve início antes mesmo de sua posse. Com a renúncia de Jânio Quadros, apresentou-se um impasse entre as forças que consideravam sua ascensão a Presidência da República uma temeridade para as instituições e as que, por razões diversas, desejavam ver cumprida a Constituição.⁸² Em face desse dilema, que poderia conduzir o País a uma guerra civil, o parlamentarismo apresentou-se como a forma política capaz de suplantar democraticamente a crise.

Apesar da desconfiança com que Goulart era encarado por muitos, uma vez empossado poderia ter chegado ao final de seu mandato - pelo simples fato de que era o sucessor constitucionalmente eleito - se não adotasse medidas que ferissem a Constituição. Vários fatores concorriam para essa assertiva. Os governadores dos principais estados eram pretensos candidatos às eleições presidenciais previstas para 1965 e tinham interesse que o sistema político continuasse a funcionar normalmente. Nas Forças Armadas, embora houvesse um pequeno grupo que iria, desde logo, conspirar contra Goulart, a imensa maioria de seus quadros era legalista, respeitando incondicionalmente a Constituição. Ademais, a divisão que ocorreria nas Forças Armadas, mais particularmente no Exército, por ocasião da posse de Goulart, fora marcante e funcionava como um freio muito forte a qualquer veleidade de destituir o Presidente.

⁸² Em 1953 Goulart havia sido afastado, sob pressão do Ministério do Trabalho, por graves irregularidades e pela orientação justicialista que ali imprimia.

Goulart, no entanto, acabou caindo. Sua queda, não se deveu as reformas de base que desejou implantar. Elas eram necessárias e a maioria justas, tanto é que a Revolução vitoriosa, a seu modo, acolheu várias delas. Goulart caiu por causa da estratégia e das táticas que adotou. Pretendeu implantar as reformas com ou sem apoio do Congresso, "na lei ou na marra" como diziam seus seguidores, através da mobilização das massas com o apoio passivo das Forças Armadas e o apoio ativo do dispositivo militar que pensava haver implantado. Buscou mobilizar as massas com ativistas de esquerda, ligando constitucionalmente seu governo ao PCB, mas foi incapaz de conter o radicalismo que até os comunistas mais experientes condenavam, permitindo que a desordem interna ultrapassasse os limites do tolerável. Desordem que, adicionada ao abandono do plano econômico do Governo, conduziu uma economia já desorganizada para o caos. Desordem que, através da infiltração do proselitismo e da agitação esquerdista, se instalou na máquina administrativa, no campo, na arca educacional e na área trabalhista. Desordem que alcançava as Forças Armadas, com o risco de sua desagregação pela quebra da disciplina e da hierarquia.



2. A iniciativa da reação

A posse pacífica de João Goulart não trouxe tranquilidade à Nação. O Governador de Minas Gerais, que fora favorável à ascensão de Goulart à Presidência da República deixava transpirar que "*já a partir dos primeiros dias, os propósitos do Presidente indicavam rumos perigosos*". Dando curso a essa preocupação, em 26 de novembro de 1961, ou seja, poucas semanas após a posse de Goulart, Magalhães Pinto em entrevista à imprensa declarava: "*A Nação continua traumatizada. Pairam no ar indagações inquietantes.*"

Esse clima de insegurança que a Nação respirava, aliado às dificuldades econômicas era sentido de forma mais acentuada pelos empresários. Não era, pois, de estranhar que partissem deles as primeiras iniciativas no sentido de reverter essa situação.

A preocupação dos empresários com a infiltração comunista, com a propaganda esquerdista e a estatização vinha de algum tempo. Pelo menos, desde os últimos estágios do governo populista de Juscelino Kubitschek. Dessa preocupação resultou uma série de encontros de empresários do Rio de Janeiro e de São Paulo, os quais, com a posse de Goulart, se amiudaram. Da troca de ideias sobre suas responsabilidades na manutenção da liberdade e da democracia, surgiu no final de novembro de 1961, o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES).

O documento básico do Instituto, de autoria de Garrido Torres, intitulado "A responsabilidade democrática do empresariado", utilizado para o recrutamento de novos adeptos, apresentava o IPES como uma "organização partidária com objetivos essencialmente educacionais e cívicos". Seu lançamento foi recebido favoravelmente pelos principais jornais do País e saudado com entusiasmo por líderes políticos, personalidades eclesiásticas e intelectuais.

A preocupação primeira do IPES era defender a frágil democracia nacional. Como declarava um dos seus fundadores, Paulo Ayres Filho: *"A princípio a ideia era resistir, não atacar. Todos queríamos que Jango terminasse o seu mandato."* Suas atividades iniciais concentraram-se na distribuição de folhetos e livros e na realização de palestras versando sobre a liberdade e a democracia.

O IPES, porém, não se restringiu ao empresariado. Passaram a integrar seus quadros profissionais liberais, militares da reserva, clérigos, funcionários públicos, etc. Com isso, o Instituto não só se expandiu rapidamente para os maiores centros do País como pode aperfeiçoar sua estrutura para estender sua ação aos vários segmentos sociais. Passou a encorajar associações femininas e organizações estudantis apoiando-as materialmente. Criou um programa de treinamento de lideranças democráticas para homens de negócios, estudantes e operários. Publicava e promovia livros, bem como estimulava a realização de peças teatrais e filmes e disseminava, através da mídia, discursos e entrevistas defendendo a livre iniciativa e a democracia.

Mas a situação do País evoluía rapidamente e, no final de 1962, houve uma mudança de atitude de alguns membros do IPES. As

ações do Governo fizeram com que uma ala do IPES começasse a achar que a resistência intelectual a que se propunha o Instituto, isto é, a realização de estudos doutrinários para disseminar ideias e esclarecer os cidadãos, não operava os resultados desejados com a necessária rapidez.

Enquanto o IPES continuou com seu trabalho e apoio as atividades de conscientização e esclarecimento da opinião pública, membros da entidade começaram, individualmente ou em grupos, a procurar novas ligações e maneiras mais diretas do manifestar sua oposição ao estado de coisas que se verificava no País. Dessa atitude decorreu boa parte das inúmeras organizações que surgiram no ano de 1963, com objetivos semelhantes aos do IPES, mas a maioria delas voltada diretamente para a ação política e algumas delas dispostas mesmo à ação revolucionária, se necessário. Um desses grupos, por exemplo, contactou com Júlio de Mesquita Filho, dono do jornal "O Estado de S. Paulo", que se tornou o seu chefe nacional e que em 1964 chegou a armar-se para participar diretamente da revolução.

Outras organizações e associações de classe teriam importante papel no esclarecimento e mobilização da opinião pública. Na década de cinquenta, as condições de desenvolvimento haviam estimulado a expansão da estrutura associativa das classes produtoras e fizeram surgir uma geração de empresários jovens e dinâmicos. Esses novos empresários assumiram a direção de boa parte das associações de classe já existentes como a Confederação e as Federações da Indústria, as Associações Comerciais, etc. Nessa época, duas novas entidades surgiram: o Conselho Superior das Classes Produtoras - CONCLAP e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática - IBAD. Destas, o IBAD foi constituído especificamente com o propósito de "defender a democracia, as instituições e o regime." O IBAD iria, principalmente após a posse de Goulart, atuar particularmente na conscientização ideológica dos sindicatos e movimentos estudantis. Seu veículo de difusão mensal "Ação Democrática", chegaria a ter uma tiragem de 250.000 exemplares.

Embora essas organizações não estivessem constituídas em um bloco ideológico e político monolítico, elas se reuniram e encontrariam sua unidade na situação por que passava o País e iriam influir decisivamente no movimento revolucionário.



3. A reação no Campo Político

Nos meios políticos a oposição mais objetiva às esquerdas e ao Governo, decisiva mesmo para o êxito da Revolução, seria desempenhada pelos Governadores, principalmente os de Minas Gerais, São Paulo e Guanabara. A efetiva ação desses governadores, porém, só se fez sentir quando se esgotaram as possibilidades de ser mantida a normalidade constitucional. O Senhor Magalhães Pinto, inclusive, quando a conspiração já se realizava com certa desenvoltura, *"abriria sua política para um diálogo com as esquerdas e com o Senhor João Goulart, na expectativa de constituir-se num núcleo de transigência a e de composição ante a crescente radicalização de posições dentro do País."*⁸³

No entanto, desde 1962, organizara-se no Congresso um bloco interpartidário denominado Ação Democrática Parlamentar (ADP), que se constituiu numa oposição atuante até a Revolução. Contando com cerca de 200 parlamentares, a ADP, permanentemente, travou batalhas verbais com os representantes das esquerdas, onde, muitas vezes, mais do que o mérito das questões, valiam pelas repercussões alcançadas na opinião pública.

A ADP rebateu as propostas esquerdizantes e apresentou dezenas de projetos técnicos de reformas, com o espírito democrático, contrapondo-se ao sentido socializante, às vezes demagógico, das reformas de base, defendidas pela Frente Parlamentar Nacionalista.

⁸³ Castello Branco, C.: "Da Conspiração à Revolução", em "Os Idos de Março e a Queda de Abril", J. Alvaro Editora, RJ, 1964, pág: 292

Foi no Congresso, pela palavra do Deputado Bilac Pinto, que se fez a mais veemente e correta denúncia da guerra revolucionária que se desenvolvia no País, com larga repercussão, particularmente na área militar mais jovem, que desconhecia a magnitude das ações subversivas em curso.



4. O apoio da imprensa

Os mais influentes jornais e emissoras de rádio e televisão deram, desde o início, seu apoio às campanhas em defesa da democracia. Essas empresas, além de acolher o material preparado pelas organizações empenhadas na defesa do regime, tinham suas próprias campanhas editoriais. Destacaram-se nesse mister a então poderosa rede de jornais, revistas, rádio e televisão dos "Diários Associados", o "O Estado de S. Paulo", "Jornal da Tarde" e Rádio Eldorado, do Grupo Mesquita. Ainda em São Paulo, participavam normalmente das campanhas as TV Record e Paulista e o "Correio Paulistano". De grande importância era a participação do jornal "Notícias Populares", de propriedade do Deputado Herbert Levy, diário militante com grande penetração nas classes trabalhadoras. No Rio de Janeiro, exercia influência semelhante "A Tribuna da Imprensa", então um jornal anti-populista e "A Noite". Também ali participavam os grandes jornais, como "O Globo" e o "Jornal do Brasil". No Rio Grande do Sul, estavam integrados nesse mesmo objetivo os jornais e emissoras da empresa Caldas Júnior, o mais importante complexo do setor de mídia do sul do País.

Além das empresas, muitos jornalistas influentes envolveram-se diretamente nas campanhas. Desses, destacavam-se Paulo Malta, que escrevia no influente "Diário de Pernambuco", e Pedro Dantas, pseudônimo de Prudente de Moraes Neto, em sua respeitada coluna política. Além dos jornalistas, pode-se citar o trabalho desenvolvido na imprensa pelo embaixador José Sette Câmara, pelo também embaixador e poeta Augusto Frederico Schmidt, pela romancista e cronista Rachel de Queirós e pela escritora Nélida Piñon.

Seria exaustiva a citação de todos os escritores, jornalistas, artistas e especialistas em comunicação social que participaram dessa empreitada, no entanto é fácil deduzir quão importante foi essa atuação no preparo da opinião pública. Não se pode deixar de salientar a constituição da denominada Rede da Democracia. Essa rede reunia mais de 700 estações de rádio, cujas transmissões iam para o ar na mesma hora em que Brizola transmitia sua arenga revolucionária por uma cadeia de emissoras liderada pela Rádio Mayrink Veiga, quando a luta ideológica se apresentava mais acirrada.



5. Amplia-se a reação

Em todos os segmentos onde o proselitismo esquerdista atuava houve reação. No meio sindical, eram realizados cursos para trabalhadores, dirigidos pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), organismo patrocinado por empresas privadas de São Paulo. O IBAD era outra entidade que atuava nesse meio, promovendo os denominados Eventos Interestaduais de Sindicalismo Democrático, e editando a revista "Repórter Sindical", com a finalidade de unificar a ação organizada dos democratas em 'antecipação à atuação do infiltrado CGT.

O Movimento Sindical Democrático (MSD) era outra entidade que buscava defender os princípios democráticos na área sindical. Antepondo-se aos organismos sindicais controlados pelos comunistas, chegou a ter influência na Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC).

Foram inúmeras as entidades que surgiram para antepor-se a ação comunista nos sindicatos e entre os operários. A Federação de Círculos Trabalhadores Cristãos, de grande influência chegou a estabelecer-se em 17 Estados e a criar uma Confederação Nacional. Igual significado tinha o trabalho desenvolvido pelas Federações de Círculos Operários, que ofereciam assistência jurídica, médica, dentária e hospitalar, bem como cooperativas de concessão de

crédito e habitacionais. Ministravam cursos variados, através das Escolas de Líderes Operários, que funcionavam em mais de uma dezena de capitais.

Essas atividades também se estenderam ao campo. No Nordeste, em especial, o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE), criado por padres, treinava líderes camponeses, incentivava a formação de cooperativas, oferecia cursos de alfabetização e auxiliava na criação de sindicatos de trabalhadores rurais com orientação cristã. Também o IBAD aí procurava contrapor-se ao método de alfabetização de Paulo Freire e ao Movimento de Educação de Base, oferecendo cursos de alfabetização. Atuava ainda nessa área a Fraterna Amizade Urbana e Rural (FACUR) e muitas outras entidades que buscavam orientar e esclarecer o trabalhador rural, alvo de violenta e maciça doutrinação esquerdista.

Na área educacional era onde as esquerdas haviam obtido seu maior êxito e valendo-se de estudantes e clérigos progressistas, procuravam levar sua doutrinação às massas populares. Várias organizações estavam envolvidas nesse processo: A Ação Popular (AP), que era uma ramificação da JUC, setores radicais da Igreja, através do Movimento de Educação de Base (MEB), a União Nacional dos Estudantes (UNE), por meio de seu Centro Popular de cultura, bem como o próprio MEC e as Secretarias de Educação dos Estados, por intermédio da comissão de Cultura Popular. Essas entidades, além de se empenharem em programas de alfabetização, trabalhavam no sentido de concretizar uma das metas da UNE que, dominada pela AP, se empenhara em realizar a aliança política de trabalhadores, estudantes e camponeses, como pressuposto da revolução. O elo dessa intensa massa revolucionária eram as reformas de base, tendo como bandeira a reforma agrária.

Surgiram, então, entidades democráticas para atuar em oposição à UNE no movimento estudantil. Uma das mais importantes dessas entidades foi o Grupo de Atuação Política (GAP), que atuava no Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. O objetivo do GAP era levar a palavra ao movimento estudantil, com os argumentos da juventude não comprometida com a UNE, buscando formar uma corrente de oposição consciente dos rumos comunizantes a que o País estaria sendo conduzido. Seu presidente, em depoimento ao historiador

Hélio Silva, declarou que: *"o movimento não tinha nenhum envolvimento com políticos. A tese, desde praticamente o início, era a da solução de um movimento que antecederesse o preparado pelas esquerdas (...)"* Vários outros grupos atuavam nessa área, com objetivos semelhantes, editando jornais, onde defendiam suas teses, e buscando empolgar a direção das entidades estudantis. Tiveram o apoio material de diversas organizações que à época defendiam as instituições e o regime. Uma das mais importantes contribuições que essas entidades tiveram foi a publicação, com o apoio do IPES, do livro "UNE - Instrumento de Subversão", no qual sua autora, a estudante Sônia Seganfredo, expunha a infiltração comunista no meio universitário.

Apesar dos esforços feitos, essa foi uma das áreas onde a reação mais se radicalizou, mas onde os êxitos foram atenuados pelo elevado grau de doutrinação que dominava o meio. Essas inúmeras entidades atestaram, porém, que a juventude não esteve omissa nos anos agitados que precederam o 31 de março de 1964.



6. As mulheres envolvem-se decididamente

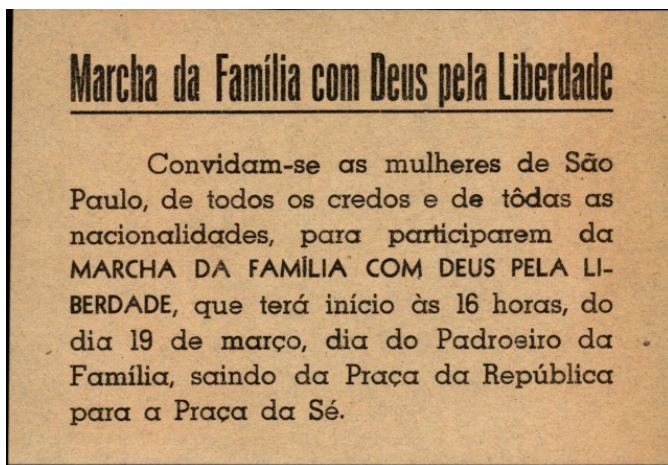
Desde 1954, existia, em São Paulo, o Movimento de Arregimentação Feminina (MAF). Inicialmente criado a fim de protestar contra o alto custo de vida e a falta de instrução cívica nas escolas públicas, O MAF, com o perigo da comunização do País, lançou-se a um trabalho de mobilização e conscientização em favor dos ideais democráticos.

Em 1962, começaram a surgir entidades semelhantes em diversos Estados. Algumas delas iriam ter uma participação muito importante na mobilização da consciência democrática nacional. O Marechal Cordeiro de Farias, em entrevista a Lourenço Dantas Mota, diria: *"Sou dos que defendem a tese de que a Revolução foi feita pelas mulheres brasileiras, principalmente as de Minas e São Paulo. Todas as pessoas que não estiveram, como eu estive, nesse setor, poderão achar a minha afirmação fora de propósito (...)* Acho que nunca ouvi tantos desaforos na minha vida como os que me foram ditos pelas

*mulheres de São Paulo na antevéspera da Revolução. Elas me diziam então o seguinte: Mas o que os senhores querem mais que façamos para que tenham a coragem de ir para as ruas?*⁸⁴

Nesse ano foi inaugurada em São Paulo, a União Cívica Feminina (UCF), que visava à "defesa do regime democrático e a despertar a consciência cívica das mulheres". Apesar de possuir um número de membros menor do que o MAF, a UCF contava com uma rede de núcleos em diversas cidades e atuava, basicamente, através de palestras, conferências e cursos. Ainda em 1962 surgiu no Rio de Janeiro a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE).

A CAMDE concentrava seus esforços sobre as donas-de-casa e esposas de líderes sindicais, de funcionários públicos e de militares. Produzia literatura própria, especialmente orientada no sentido das preocupações femininas. Mais de 200.000 exemplares só de um trabalho, descrevendo o que as mulheres podiam fazer, foram distribuídos pela CAMDE às suas associadas, incumbindo a cada uma de tirar cinco cópias e mandá-las a possíveis candidatas a sócias.



⁸⁴ Entrevista publicada em "História Viva", vol I, da coletânea Documentos Abertos, coordenado por Lourenço Dantas Mota e editado pelo "O Estado de São Paulo", 1981.

As mulheres insistiam em ação. Faziam comícios de protesto público; passavam horas ao telefone fazendo suas pregações; enviavam cartas a congressistas e a militares desafiando-os a assumirem posição determinada em defesa da democracia; pressionavam empresas comerciais que faziam propaganda em veículos comunistas; apareciam em comícios para discutir com esquerdistas; e distribuíam milhões de circulares e livretos preparados pelas organizações democráticas.

Realmente, trabalhando às claras e sem medo, as mulheres foram as principais responsáveis pela mobilização popular, devendo a elas ser atribuído o mérito maior do País ter sustado, sem sangue, essa tentativa de tomada do poder.



7. A evolução da posição dos militares

Apesar da conjuntura interna em 1963, mais de oitenta por cento dos militares continuavam com sua postura legalista. Dos restantes, aproximadamente a metade fazia parte do dispositivo janguista ou concordava com suas posições e os demais eram ativistas da Revolução. Destes últimos, alguns, em especial os da reserva, haviam começado a atuar desde a posse de Jango, ligando-se, orientando e participando das organizações civis mencionadas neste capítulo. Outros deixados sem função começaram a conspirar nesse ano, como era o caso do então General-de-Exército Cordeiro de Faria. Como o movimento não engrenava no setor militar, onde o episódio da posse em 1961 ainda era um obstáculo decisivo, passaram a trabalhar suas ideias entre os civis. Seus contatos mais importantes seriam com os governadores.

Em setembro, com o levante dos sargentos em Brasília, começou a haver uma mudança de posicionamento nas Forças Armadas. Pelo menos parte dos quadros começou a questionar-se sobre os acontecimentos

No dia 4 de outubro, houve a tentativa frustrada da prisão do Governador da Guanabara e da decretação do estado de sítio. Os oficiais que se negaram a cumprir a ordem de prisão do Governador foram punidos. Sob o estímulo emocional dessas prisões, criou-se um grupo conspiratório. Liderado pelo então Coronel João Baptista de Figueiredo, esse grupo congregava a maioria dos oficiais da Escola de Comando e Estado Maior do Exército e recebera a adesão dos oficiais da Escola Superior de Guerra. Graças a confiança que esse grupo depositava no General Castelo Branco, decidiram seus membros confiar suas apreensões ao Chefe do Estado-Maior do Exército. Aceito o contato reservado, o General Castelo Branco integrou-se de forma efetiva ao esquema revolucionário. Com ele vinham os oficiais gerais a ele ligados, como Mamede, Malan, Ernesto Geisel e Golbery. Este último, havia algum tempo, era ligado ao IPES.

Esse grupo, que passaria a ter um importante papel no movimento revolucionário, elaborou um plano defensivo que visava a proteger as instituições e as próprias Forças Armadas contra a tentativa de tomada do poder pelas esquerdas. O plano baseava-se nas seguintes premissas: resistir e estimular a resistência civil; dar ânimo aos políticos a se oporem às proposições esquerdizantes e preparar a própria resistência militar. Essa conspiração de cúpula não afetaria, ainda, a disposição da grande maioria dos militares, que se mantinha fiel à Constituição.

Quando se tomou conhecimento da estrutura e da dinâmica do comício programado para o dia 13 de março, no Rio de Janeiro, que segundo o plano conhecido desencadearia o processo de tomada do poder, a conspiração tomou caráter ofensivo. Os contatos com os Grandes Comandos foram retomados com vistas a essa nova postura.

O Chefe do Estado-Maior do Exército e o comandante do II Exército já haviam apelado várias vezes ao Ministro para que não empenhasse o prestígio da Força no esquema janguista. No dia 13, porém, protegidos por tropas do Exército, estavam no palanque todas as facções do movimento revolucionário esquerdista. Do Sr. Leonel Brizola ao representante do CGT, do Governador Arraes ao

presidente da UNE,⁸⁵ prestigiados pela presença dos Ministros Militares. A partir desse momento, os conspiradores sabiam que o desfecho estava próximo.

Nesse comício, o Presidente atacou a Constituição, tachando-a de arcaica e obsoleta, enfraquecendo a posição daqueles, que a defendiam como intocável. Enquanto o Presidente anunciava ter reduzido a termos a solicitação das reformas, o Sr. Leonel Brizola preconizava o fechamento do Congresso.

O comício do dia 13 resultou numa mudança no posicionamento da imprensa. Os editoriais passaram a exigir diretamente que os militares assumissem a responsabilidade de resolver a crise. Começaram a surgir apelos ao papel constitucional dos militares para garantir os três poderes e não apenas o Executivo. Os editoriais pediam que os militares não apoiassem as ameaças, as ordens partidas do Governo. O "Diário de Notícias", por exemplo, publicou em editorial: *"É inegável que existem forças subversivas visando claramente uma tentativa de derrubar o regime e as instituições vigentes (...) Estas forças parecem ter cooptado o próprio Presidente e colocaram-se pela primeira vez à frente do processo subversivo de oposição à lei, ao regime e à Constituição. Se a autoridade suprema do Executivo se opõe à Constituição, condena o regime e se recusa a obedecer à leis, ele automaticamente perde o direito de ser obedecido (...)"*

O Ministro da Justiça de Jango escreveria mais tarde, referindo-se ao episódio: *"O comício criou a expectativa de uma crise, de um golpe, rebeliões, tumultos, motins ou subversão da ordem geral do País (...)"*⁸⁶

Apesar dessa situação, apesar dos insistentes apelos de Brizola para o aprestamento dos grupos dos onze, apesar das facções contrárias à Goulart dentro das Forças Armadas começarem a ser ouvidas quando expressavam a necessidade de preparar-se para um contragolpe, a

⁸⁵ Veja no apêndice a lista completa dos participantes desse comício (NE)

⁸⁶ Jurema, A: "Sexta Feira 13", págs. 144 e 145.

maioria militar não estava ainda convencida da necessidade dela mesma participar da revolução.

No dia 19 de março, dia de São José; Padroeiro da Família, as mulheres de São Paulo realizaram um protesto de rua ao comício da Central do Brasil. Realizaram-se três reuniões preparatórias, às quais aderiram muitas entidades femininas e cívicas. Os cálculos mais otimistas previam o comparecimento de 130 mil pessoas, para suplantar, uma semana depois, a mobilização esquerdista da sexta feira.

No dia 19, atendendo a um apelo dos promotores desse evento, os cinemas não funcionaram e o comércio e a indústria suspenderam suas atividades às 15 horas. Às 16 horas começava a primeira "Marcha da Família com Deus pela Liberdade". Bandeiras brasileiras e paulistas apareceram em profusão. Papeis picados eram atirados dos edifícios. Gente, muita gente. Durante uma hora os manifestantes passaram marchando ombro a ombro, numa massa compacta que tomava toda a rua.



Marcha no dia 19 de março de 1964

Veteranos jornalistas informam que nunca viram tão formidável concentração humana. Com certa timidez, a massa é estimada em 500 mil pessoas, outros estimam em 600 mil, mas, incluindo as ruas de acesso, é legítimo estimar-se em 800 mil.⁸⁷

O desenvolvimento da crise atingia tal amplitude e era tanta a inquietação nas Forças Armadas que o General Castelo Branco decidiu orientar os quadros, em instrução reservada de 20 de março, no que se constituiu numa resposta ao comício do dia 13 e viria exercer forte impacto sobre os militares legalistas. Mas a ameaça do uso da força implícita no apelo de Goulart, para instaurar a crise fora do sistema político, geraria outras reações. Muitos grupos civis começaram a armar-se. A arena passara da área política para a da violência.



Jornal do Brasil de 20 de março de 1964

A "Marcha da Família com Deus pela Liberdade" foi outro impacto para os militares legalistas e outras marchas começaram a ser realizadas com igual êxito em diversas capitais brasileiras. A etapa

⁸⁷ Duarte, E: "32 mais 32 é igual a .64" - "Os idos de março a queda de abril" - José Álvaro, Editor, RJ, 1964 - págs.: 132e 133.

decisiva para esses militares, tão importante ou mais que os fatos citados, seria o motim dos marinheiros e seu desfecho. Suas repercussões foram profundas, a tal ponto que abalaram as convicções não apenas dos militares legalistas, mas até mesmo daqueles que até a véspera lutariam ao lado do presidente e suas reformas. A autopreservação institucional, por meio do controle da disciplina, era uma questão que estava acima dos grupos. A sanção por Goulart da indisciplina e da desordem, reverteu as posições. A revolução já poderia ser desencadeada sem que houvesse o risco da divisão interna nas Forças Armadas.



8. A vitória da democracia

Quando, no dia 30 de março, uma segunda-feira, o Sr. João Goulart se dirigiu ao Automóvel Clube do Rio de Janeiro para falar a uma assembleia de sargentos, o desencadeamento da Revolução já estava decidido. Recebida no domingo a decisão do Comandante do II Exército, que até a última hora insistira com o Presidente para que depurasse seu governo dos comunistas, o dispositivo revolucionário estava pronto. O início do movimento foi marcado para a noite de 2 para 3 de abril, após a realização de uma concentração popular prevista para o Rio de Janeiro naquela e quinta-feira.

Por razões diversas, porém, o movimento revolucionário foi antecipado em Minas Gerais e, na madrugada do dia 31 de março, as tropas ali sediadas começaram a marchar em direção ao Rio de Janeiro. No encontro dessas forças com as tropas do I Exército, que se deslocaram para barrá-las, não houve o primeiro tiro. Depois dos instantes dramáticos iniciais, o confronto esgotou-se em diálogos de persuasão e com gestos de confraternização. Episódio semelhante ocorreria no ponto de encontro das tropas dos I e II Exército no eixo Rio-São Paulo.

Pelo meio da tarde de quarta-feira, tudo estava terminado. Ruíra o dispositivo militar do Presidente. Ninguém moveu ou esboçou resistência em defesa de Goulart ou de suas reformas.



O Dia – 03 de abril de 1964

Na tarde do dia 2 de abril de 1964, mais de um milhão de pessoas lotavam as ruas e praças centrais do Rio de Janeiro. A população irmanada - operários, estudantes, senhores idosos e crianças, todas as profissões, todas as categorias sociais e todos os credos - reunia-se na maior manifestação popular que o Brasil jamais vira. Chuvas de papéis picados, jogados dos edifícios, atapetavam de branco as ruas e calçadas. Bandeiras brasileiras coloriam o espetáculo. Faixas repudiavam o comunismo. Em cima dos carros, pessoas carregavam flores, rejubilando-se pela vitória da democracia. Os jornais do dia saudaram a retomada da democracia. As rádios e canais de televisão cobriam a manifestação, transmitindo, para todo o País, os discursos inflamados.



Correio da Manhã de 03 de abril de 1964

Era a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", um movimento de cunho nacional em defesa do regime e da Constituição e que já se realizara, com êxito, em São Paulo, Belo Horizonte, Santos e Porto Alegre. Programada com antecedência, no Rio de Janeiro, transformara-se, de protesto contra o caos do governo anterior, em júbilo pela vitória da democracia.



9. O pronunciamento dos políticos

Depois de meses de tensão e luta, os políticos brasileiros, particularmente aqueles que se haviam empenhado na defesa da democracia, liderados pela maioria dos governadores, entre os quais se destacavam os da Guanabara, Minas Gerais e São Paulo, podiam respirar aliviados, convictos do acerto das decisões tomadas,

Carlos Lacerda, com a veemência que lhe era peculiar, falava aos cariocas: "O Senhor João Goulart acobertou, patrocinou, estimulou

toda essa gente, jogando marinheiro contra soldados, farda contra farda, classe contra classe, brasileiro contra brasileiro. Assim não era possível que a Marinha, Aeronáutica e Exército suportassem mais tamanha impostura e tamanha carga de traição. Deus é bom. Deus teve pena do povo."

O Governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, afirmava: *"O movimento restaurador da legalidade que Minas tomou a iniciativa e a responsabilidade de desencadear com o apoio de todos os brasileiros, em breve estará concluído com a formação de um governo em condições de promover a paz o desenvolvimento nacional e a justiça social."*

Em São Paulo, o Governador Adhemar de Barros era mais contundente: *"Voltamos ao poder para pacificar. Não quero nada. Apenas a democracia autêntica, sem receber ordens de Moscou. Goulart bolchevizou a família brasileira. Mandou mais de onze mil estudantes paulistas fazerem cursos comunistas na Rússia. Agora, vou mandar os comunistas falarem de liberdade em Moscou."*

O Senador e ex-Presidente Juscelino Kubitschek, que compunha com os políticos antes citados o quadro dos pretensos candidatos à Presidência da República, assim se expressou:

"É com o pensamento voltado para Deus, grato à sua proteção ao Brasil e ao povo, que saúdo a nossa gente pela restauração da paz, com legalidade, com disciplina e com hierarquia restaurada nas Forças Armadas. A paz não exclui, todavia, a vigilância democrática. O perigo comunista não estava, como se viu, no comportamento do povo e dos trabalhadores, ordeiros e democratas. O perigo comunista estava na infiltração em comandos administrativos."



3ª PARTE

A TERCEIRA TENTATIVA DE TOMADA DO PODER

CAPITULO I

1964

"A fatalidade das revoluções é que sem os exaltados não é possível fazê-las e com eles é impossível governar."

Joaquim Nabuco

1. O ideário da Revolução de Março

A Revolução de 31 de Março de 1964 resultou de uma excepcional reação da sociedade brasileira à corrupção, à subversão, à estagnação econômica, à espiral inflacionária e à insegurança política e social, e cristalizou-se na manutenção do regime democrático.

Em torno dessa aspiração, aglutinaram-se forças as mais heterogêneas, reunindo pessoas e entidades de tendências políticas até antagônicas: deste ponto de vista, o movimento democrático de 1964 foi uma simples contra revolução, que quebrou a trajetória da tomada do poder pelos comunistas.

O despertar da sociedade brasileira e seu desejo de preservar a democracia - para ela representando sua filosofia de vida - é que induziram a adesão das Forças Armadas e possibilitaram sua interferência no processo subversivo em curso. Mas, foi a força psicológica e, ao mesmo tempo, objetiva dessa aspiração generalizada, que fez desmoronar o sistema político militar de Goulart

e permitiu que o processo de tomada do poder fosse interrompido sem derramamento de sangue, sem patíbulo e sem "*paredones*".⁸⁸

As forças vitoriosas, porém, estavam perplexas ante o rápido desfecho. Não tinham preparo ideológico e nenhum plano político definido. Entretanto, os objetivos traçados pelo General Castelo Branco e enviados no final de março aos chefes militares dos quais buscava apoio para o movimento revolucionário em gestação, conjugados com os contidos nos pronunciamentos à Nação feitos no curto período da atuação do Alto Comando Revolucionário, eram pontos básicos sobre os quais havia uma concordância quase unânime e sintetizavam o ideário da revolução.

Segundo essas ideias, a restauração da legalidade seria concretizada:

- pelo restabelecimento da composição federativa da Nação;
- pela ação contra a subversão que ameaçava a democracia, através do desmantelamento dos planos comunistas de tomada do poder;
- pelo reforço das instituições democráticas ameaçadas, onde se incluía a defesa da instituição militar solapada ao longo dos últimos anos;
- pela luta contra a corrupção, punindo os que se haviam enriquecido ilegalmente;
- pelo restabelecimento da ordem e da tranquilidade da Nação

⁸⁸ Fidel Castro ao assumir o governo de Cuba, seguindo o exemplo do leninismo – de exterminar a sociedade existente para construir uma nova – começou uma série sistemática de fuzilamentos, onde geralmente a vítima era colocada em frente a uma parede para ser fuzilada. Daí surgiu o termo "*paredón*" (paredão) significando fuzilamento – De acordo com o projeto "CubaArchive" (<http://cubaarchive.org/wordpress/>) a contagem documentada até 2005 está quase em 97 mil pessoas, sendo cerca de 10 mil mortas na ilha e 90 mil mortas quando tentavam fugir para os Estados Unidos (*balseros*). (NE)

- pelo advento de reformas legais, que garantissem o desenvolvimento do País e proporcionassem melhores condições de vida para o povo.

Desse ideário, pode-se concluir que o movimento revolucionário não desejava, como em episódios anteriores, tornar-se, apenas, uma intervenção movida por meras injunções de política partidária e interesses de grupos. Tratava-se, na verdade, do atendimento de uma clara opção ideológica do povo brasileiro pela democracia, o que iria nortear as decisões tomadas daí em diante.



2. O Ato Institucional nº 1

Na madrugada de 2 de abril de 1964, o Presidente do Congresso Nacional declarava vaga a presidência da República e convidava para assumi-la, imediatamente, o Presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzili. A seguir-se o rito constitucional, restava a eleição, pelo Congresso Nacional, do Presidente e do Vice-Presidente da República, dentro de trinta dias.

A ausência de princípios doutrinários rígidos e bem definidos para orientar os caminhos da Revolução, e ultrapassado o medo da implantação de uma república sindical ou popular, começaram a vir à tona interesses contraditórios, reunidos e abafados sob objetivo maior do movimento revolucionário. A perplexidade dos primeiros dias deu margem a uma série de manobras políticas de grupos e de partidos, que buscavam fazer o pêndulo do poder oscilar para o lado de seus interesses.

O Comando Revolucionário desejava que o Congresso começasse por sua própria depuração e que votasse uma legislação anti-subversiva de emergência, a fim de facilitar a restauração da ordem legal, após a necessária "limpeza da área". Ao invés disso, o Congresso procedeu como se 1964 não diferisse das crises anteriores e tentou viabilizar um ato de emergência próprio. Esse procedimento provocou a pronta

reação do Comando Revolucionário, que praticou seu primeiro ato realmente revolucionário, outorgando o Ato Institucional nº 1.

Por esse ato, o Congresso passava a ser uma projeção do processo revolucionário e não a sua origem, Em seu preâmbulo, ficavam claras sua justificação e as intenções do Alto Comando. Era uma resposta à crise de autoridade política que se evidenciara no País desde o início da década de 50 e se agravara com o súbito vácuo de poder. O Ato Institucional abria o caminho para a Revolução que se ressentia da falta de um programa e de uma doutrina.

Anunciado na tarde de 9 de abril, assim era dirigido a Nação, em seu preâmbulo:

"(...) O Ato Institucional que é hoje editado pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em nome da revolução que se tornou vitoriosa com o apoio da Nação na sua quase totalidade, se destina a assegurar ao novo governo a ser instituído os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, (...) A revolução vitoriosa necessita de se institucionalizar (...) Os processos constitucionais não funcionaram para destituir o governo, (...) Destituído pela revolução, só a esta cabe ditar as normas e os processos de constituição do novo governo e atribuir-lhe os poderes ou os instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício do Poder no exclusivo interesse do País. Para demonstrar que não pretendemos radicalizar o processo revolucionário, decidimos manter a Constituição de 1946, limitando-nos a modificá-la, apenas, na parte relativa aos poderes do Presidente da República (...) Para reduzir ainda mais os plenos poderes de que se acha investida a revolução vitoriosa, resolvemos, igualmente, manter o Congresso Nacional, com as reservas relativas aos seus poderes, constantes do presente Ato Institucional. Fica, assim, bem claro que a revolução não procura legitimar-se através do Congresso. Este é que recebe deste Ato Institucional, resultante do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções, a sua legitimação."

O Ato Institucional outorgava à Revolução poderes para a rápida transformação do País, mantendo o Legislativo, o Judiciário e a própria Constituição. Dava ao Presidente da República o poder de

introduzir emendas constitucionais; abreviava o processo de elaboração dos atos legislativos; dava ao Executivo, competência exclusiva em legislação financeira; suspendia, por seis meses, as garantias de vitaliciedade e estabilidade, permitindo, mediante investigação sumária, a demissão, a disponibilidade ou a aposentadoria dos que houvessem "tentado contra a segurança do País, o regime democrático e a probidade administrativa"; autorizava, também, nos seis meses seguintes, a suspensão de direitos políticos pelo prazo de 10 anos e a cassação de mandatos legislativos, excluída a apreciação judicial. Finalmente, o Ato institucionalizava o mecanismo de transferência do Poder Executivo, através do Colégio Eleitoral, encarregado de escolher indiretamente o Presidente da República.⁸⁹

Investida no exercício do Poder Constituinte, por algum tempo, a Revolução traçava os seus próprios limites.



3. A eleição do Castelo Branco

O General Humberto de Alencar Castelo Branco foi eleito com a quase unanimidade dos sufrágios, obtendo 361 dos 388 votos que compunham o Colégio Eleitoral, e empossado em 15 de abril de 1964.

Na noite de 19 de abril, os principais Governadores que haviam apoiado a Revolução reuniram-se no Rio de Janeiro, representando todos os Partidos, com exceção do PTB, e acordaram que o Chefe do Governo Revolucionário deveria ser um militar. Como escreveria mais tarde o Governador Carlos Lacerda, *"a fim de garantir a unidade das Forças Armadas, impedir uma eventual usurpação e evitar uma competição entre políticos numa hora delicada para o País."*⁹⁰

⁸⁹ Veja no Apêndice do volume 3 a lista dos 100 nomes cassados pelo AI-1.

⁹⁰ Lacerda, C: "Análise de uma Provocação" – Tribuna da Imprensa, 26/08/1967

A Federação e o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo enviaram telegrama ao Senado, solicitando a eleição de um chefe militar.⁹¹



Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco

A Sociedade Rural Brasileira publicou um manifesto, exigindo um militar para presidente e pedindo expurgos políticos. A União Cívica Feminina também fez publicar seu manifesto, no qual exortava a consolidação da Revolução pela eliminação da corrupção e do comunismo e endossava a escolha de Castelo Branco porque era "um general sem ligações políticas".⁹² No mesmo tom, "O Estado de S. Paulo" publicou um editorial onde defendia a escolha de um presidente militar para varrer os comunistas e dizia que o País precisava de um homem "sem ligações políticas".⁹³

Castelo assumia o poder com o apoio civil, demonstrando "o estado de apreensão e a perda de confiança de muitos representantes das classes assalariadas e dos grupos empresariais bem como de políticos

⁹¹ "O Estado de São Paulo", 5/04/1964

⁹² "O Estado de S Paulo" - 04/04/1964

⁹³ "O Estado de S Paulo" - 05/04/1964 - Editorial

de direita e de centro” num presidente civil, embora mais tarde a maioria retirasse seu apoio ao governo.⁹⁴

Castelo Branco era um líder militar que, como chefe do Estado-maior do Exército e pela autoridade reconhecida, se tornara o líder do movimento de 1964. Todavia, era desconhecido para o país. Poucos haviam ouvido, antes, o seu nome, embora não tivesse passado despercebido à acuidade política de Tancredo Neves, que, em novembro de 1963, dissera a um grupo de políticos: *“Se houver alguma complicação maior neste país, o nome que vai surgir como estrela de primeira grandeza não é o de nenhum desses generais que andam dando entrevistas. Quem vai aparecer é o chefe do Estado Maior do Exército, General Castelo Branco.”*⁹⁵

Voltado para a profissão e dotado de profundo sentimento legalista, para Castelo Branco a revolução “visava a repor a Nação na ordem jurídica consentânea com as aspirações e realidades, estabelecer a ordem pública, dignificar o comportamento ético na administração do País e superar as diversidades sócio-econômicas regionais, a fim de que o Brasil amadurecesse como nação integrada e desenvolvida”. Como diz Luiz Vianna Filho, Castelo estava “convicto de que afastado Goulart e eliminados da vida pública alguns elementos perturbadores, governaria com tranquilidade, mantida toda a ordem jurídica”.

Os problemas que lhe esperavam, porém, eram enormes. A primeira condição, para a estabilidade para a retomada do desenvolvimento, consistia em repor a ordem no País. Mas, caber-lhe-ia, também, estabelecer uma estratégia para o desenvolvimento e assegurar o apoio político à estratégia adotada.

A par desses inúmeros problemas, caberia, ao Presidente recém-eleito, encontrar o ponto de equilíbrio entre as diferentes correntes revolucionárias.



⁹⁴ Alfred, S: “Os Militares na Política” – Ed. Artenova, RJ, pág: 153.

⁹⁵ Vianna Filho, L: “O Governo de Castelo Branco”, Liv. José Olímpio Editora, 1975 – Volume I

4. Os desencontros iniciais

Tantas quantas foram as correntes de pensamento que se aglutinaram em torno do ideal revolucionário, tantas foram as que emergiram da revolução pretensamente vitoriosas e desejosas de imprimir-lhe rumos consentâneos com suas ideias. À medida que a Revolução se desenvolvia e sua estratégia ia sendo traçada passava a desgostar indivíduos e grupos que viam na não coincidência de seus rumos com suas próprias ideias e interesses, descaminhos revolucionários.

Era a consequência natural da ausência de objetivos políticos definidos. Antes da Revolução, essa discussão não fora aprofundada, porque poderia tornar impossível a coligação que a tornou vitoriosa. Depois, apresentava o risco de provocar cisões irremediáveis nas forças revolucionárias e mesmo precipitar “um contra movimento executado pelas forças janguistas”.⁹⁶

O preconceito legalista, que dominou a elaboração do Ato Institucional nº 1 não agradou aos militares mais jovens que haviam conspirado com correntes civis em todo o curso do movimento revolucionário. A redação do AI denotava o receio do Alto Comando Revolucionário de que a Revolução se confundisse com um golpe, razão porque desejava realizar um mínimo de alterações na ordem constitucional, preservando as instituições e buscando formas insólitas de realizar a Revolução, tanto quanto possível, dentro das regras políticas democráticas. Esse exagero conduziu ao paradoxo de eleger-se um presidente revolucionário para um governo constitucional. A preocupação em manter as aparências redundaria no erro de atribuir-lhe apenas o período restante do mandato presidencial, que logo se mostraria exíguo e desproporcional aos objetivos que se pretendia alcançar nesse período.

⁹⁶ Alfred, S: “Os Militares na Política” – Ed. Artenova, RJ, pág: 157: “Ao deixar o Brasil, a 2 de abril de 1964, Goulart declarou que retornaria ao poder dentro de um mês porque os generais iam brigar entre si (...) preocupados com um contra movimento se estivessem divididos, os generais organizaram uma reunião onde concordaram em que a unidade era o fator mais importante e por este motivo eles todos apoiariam um nome para presidente.”

Havia grupos, como expressaria Prudente de Moraes Neto, que consideravam que, tendo a Revolução vencido e sendo Castelo seu chefe, seu comandante "deveria assumir o Governo, não por meio de eleições mas pela força dos fatos, como comandante de uma força revolucionária vitoriosa, e, em seguida, cumprir um programa revolucionário". Para essa corrente, o Congresso e o Supremo Tribunal Federal deveriam ter sido fechados e reformados, na medida do necessário, e os partidos políticos dissolvidos.⁹⁷ Enfim, deveriam ter sido tomadas todas aquelas providências que as revoluções costumam realizar quando vitoriosas, durante um curto prazo, até exaurir-se o poder constituinte que toda revolução traz em si.⁹⁸

Essas divergências, aos poucos, foram delineando duas linhas distintas nas hostes revolucionárias: a dos ortodoxos, que estimulava uma ação mais drástica do Governo e que ficou conhecida como "linha dura", e outra, a dos "liberais ou constitucionalistas", até generosa num contexto revolucionário.

Embora ideias discordantes façam parte da história de todas as revoluções, essas representavam, na realidade, uma primeira fissura na área revolucionária, que iria influir nos caminhos da Revolução.



5. A estratégia de desenvolvimento

A economia brasileira, desde o término da 2ª Guerra Mundial, oscilava entre períodos de desenvolvimento e tentativas de estabilização. Desde a exaustão das divisas, em 1947, o País afundava cada vez mais em débitos externos. O crescente

⁹⁷ Prudente de Moraes Neto, jornalista de renome e que exerceu considerável influência como cronista político, com o pseudônimo de Pedro Dantas, fazia parte dos que pensavam desse modo. Seu pensamento está expresso na entrevista "As Distorções de 64 começaram com Castelo", publicada no Vol. I da coleção "A História Viva", editada pelo "O Estado de S. Paulo"

⁹⁸ Na verdade, poucos eram os que se davam conta de quão revolucionário era esse ato institucional e que implicações teriam, na prática, o expurgo de militares e civis e a cassação política – providência inédita – nos destinos da Revolução e do País.

endividamento externo, decorrente da necessidade de recursos para a industrialização era, porém, um risco político para os governos que se sucederam.

A crise agravou-se entre 1957 e 1961, quando a expansão da economia e a construção de Brasília, em curto prazo, foram financiadas com a transferência de encargos para o futuro. Tornou-se crítica, quando o governo de Jânio Quadros tentou aplicar medidas ortodoxas de estabilização.

O governo populista de Jango não se dispôs a enfrentar o problema, que exigia medidas amargas e impopulares. Era muito mais cômodo culpar os credores e auferir vantagens políticas fomentando o sentimento nacionalista. A ênfase nacionalista já fora a tônica dos governos em toda a década de 50.

Tendo atingido o limite de tolerância de seus credores, o Brasil não conseguira encontrar uma nova maneira de financiar o seu desenvolvimento e mergulhava na estagnação.



O Presidente Castelo Branco com ministros e o Embaixador americano⁹⁹

⁹⁹ Lincoln Gordon, embaixador dos EUA, Pres. Castelo Branco, Octávio Gouveia de Bulhões, Min. da Fazenda e Roberto Campos, Min. do Planejamento.

Os problemas fundamentais que se apresentavam ao governo revolucionário eram, pois, racionalizar a economia e, posteriormente, promover o desenvolvimento.

Terminada a primeira reunião ministerial, o programa do governo revolucionário estava traçado em suas grandes linhas.

Um rigoroso programa anti-inflacionário seria posto em prática. Foi previsto um plano habitacional, que poderia absorver parte da mão de obra liberada pela recessão industrial. Foi estabelecido um plano para a reabilitação do setor privado, inclusive para os investimentos na agricultura. Modificações cambiais deveriam permitir aproveitar a capacidade ociosa da indústria e diversificar as exportações. A atração de capitais de risco para suprir a deficiente poupança interna foi aprovada. A estratégia comportava, ainda, uma série de medidas visando a fortalecer e a melhorar a eficiência da máquina administrativa e um elenco de reformas: reforma fiscal de emergência, reforma habitacional, reforma bancária, reforma agrária e reforma administrativa estavam listadas numa primeira prioridade.



6. A prorrogação do mandato presidencial

Na fase inicial e repressiva da Revolução, Castelo já dera provas de sua habilidade como mediador. Apesar de compreender que todo processo revolucionário pressupunha medidas de natureza repressiva transformadas em atos políticos, desejava reduzir ao mínimo, sempre com rigorosa apuração de responsabilidades. Não queria que a Revolução fosse utilizada como instrumento de vinganças e de perseguições, e zelou pessoalmente para isso. Como repisaria em sua derradeira mensagem ao Congresso relativa à suspensão dos direitos políticos, "em muito poucos processos revolucionários agiu-se com a justeza e a moderação do movimento de março de 1964".

Entendendo que a Revolução deveria institucionalizar-se na Constituição, no Ato Constitucional e nas leis, Castelo Branco procurou estabelecer uma base política que desse sustentação ao seu plano de governo. Inopinadamente, porém, tudo ruiu com a cassação

de Juscelino e a retirada do apoio de seus correligionários ao bloco parlamentar do Governo, que congregava mais de 250 parlamentares.

Já havia, por parte dos revolucionários, um consenso em torno da exiguidade do mandato presidencial. O programa de estabilização econômica exigia mais do que o ano e meio que lhe restava do período anterior e não teria logrado seus objetivos na época da eleição presidencial. A quebra da base parlamentar acentuou o problema, dificultando a aprovação de medidas indispensáveis a seu curso normal.

O "Jornal do Brasil", de 20, de maio de 1964, assim afirmava em seu editorial:

"Não queiramos perder a Revolução pela incapacidade de consolidá-la. A matéria prima dessa consolidação chama-se tempo (...) Se quisermos ser suficientemente realistas e sensatos transferindo o pleito para 3 de outubro de 1966, obteremos muito mais do que a coincidência de mandatos."

As maiores resistências à prorrogação, entretanto, partiam do próprio Presidente da República e de alguns setores das hostes revolucionárias, como Carlos Lacerda, que via, no adiamento das eleições e no critério de maioria absoluta, proposto pelo Governo, ameaças às suas pretensões pessoais à Presidência.

Ante à relutância de Castelo, o "Jornal do Brasil" voltou a comentar:

"Por isso, nunca entendemos a atitude do Presidente Castelo Branco que, no fundo, mistura seu dever de chefe de uma revolução com os seus escrúpulos de cidadão, colocando-se contra a prorrogação ou coincidência de mandatos."

No final de julho, o Congresso aprovou a emenda constitucional que prorrogava o mandato até 15 de março de 1967, marcando, ao mesmo tempo, a eleição presidencial para novembro de 1966.

Essa medida, decorrente de uma subemenda montada no Congresso à emenda que previa a maioria absoluta para a eleição do Presidente da República, foi aprovada com o voto de todos os partidos. A subemenda traduzia indisfarçável aspiração das correntes

revolucionárias que a tinham como indispensável para a consolidação do movimento revolucionário.



Pres. Castelo Branco e o Ministério

Castelo, praticamente, foi obrigado a conformar-se. Quem não o fez, porém, foi o Governador Carlos Lacerda, que, se julgando prejudicado, abriu campanha contra o Governo revolucionário. Surgia, dessa forma, uma primeira oposição definida e atuante nas próprias hostes revolucionárias. Receptiva a essa pregação estariam setores que sofreram restrições impostas pela necessidade de contenção da anarquia e da desordem nas relações sociais e na economia.



7. O restabelecimento da ordem

Os sindicatos e as universidades haviam sido os alvos prediletos da difusão das ideias comunistas.

A prisão da cúpula comunista que manipulava as Confederações e a CGT e a intervenção nos sindicatos que atuavam de forma irregular

(cerca de 15%) desarticularam o movimento sindical, embora os operários permanecessem afastados da Revolução.

Na área educacional, porém, as dificuldades foram maiores. Submetidos, havia anos, à intensa propaganda marxista, os estudantes radicais, já apoiados pelo nascente "clero progressista", tornaram-se o único polo de oposição consistente, após a Revolução. Doutrinados pelo PCB, PC do B, PORT, AP e POLOP, já possuíam uma visão de esquerda e os mais politizados estavam a favor da luta armada. O próprio Vladimir Palmeira que, dentro de poucos anos, viria a ser um dos maiores líderes estudantis no Rio de Janeiro, testemunhou:

"Apesar disso, alguns de nós, mais por empirismo do que por outra coisa, não acreditávamos já então em soluções pacíficas para a problemática nacional. No momento do golpe tínhamos uma visão que não podemos considerar revolucionária, mas compreendíamos que de nada adiantavam as meas medidas contra a reação e que a violência era uma necessidade imperiosa contra os militares golpistas." ¹⁰⁰

Com tal mentalidade radical, explica-se a dificuldade que a Revolução de Março encontrou para pacificar o meio educacional. Foram vãs as tentativas de obter-se a ordem através da influência pessoal dos reitores e dos professores. Sequer as medidas positivas tomadas de imediato, como o Censo Escolar – cujos resultados alarmantes deram origem ao salário educação - os empréstimos externos necessários à provisão de recursos para a educação e o Estatuto do Magistério, serviram para acalmar o Movimento Estudantil (ME).

O novo Ministro da Educação e Cultura, Flávio Suplicy de Lacerda, homem íntegro e pouco flexível, acreditava que os estudantes deveriam ater-se apenas à política estudantil, mesmo assim, sem a orientação dos comunistas.

¹⁰⁰ Caso, A: "A Esquerda Armada no Brasil" – Moraes Editora, Lisboa, Portugal, 1976, "testemunho de Vladimir Palmeira", pág: 21.

A UNE, dominada havia três anos pela AP, foi praticamente desarticulada. Alguns de seus diretores, inclusive, fugiram para o exterior, como Aldo Arantes, ativo militante da AP, que havia sido presidente da UNE na gestão 1961/62.

Em 4 de junho de 1964, através de mensagem enviada ao Congresso, o Governo solicitava a extinção da UNE e das entidades estaduais e municipais, criando em seu lugar os diretórios eleitos pelo voto obrigatório da totalidade dos estudantes.

Três semanas depois, em 24 e 25 de junho, o Conselho Nacional de Estudantes, composto pelas entidades de nível nacional, reuniu-se extraordinariamente no Calabouço, no Rio de Janeiro, e elegeu uma Junta Governativa para a UNE integrada por quatro membros.

No final de outubro, o Congresso aprovou a extinção da UNE. Alguns dias depois a Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil entrava em greve de protesto.

Em 27 de novembro, a Lei nº 4.464, pejorativamente conhecida como "Lei Suplicy", regulava a organização dos novos diretórios estudantis buscando democratizar as entidades, tirando-as do domínio fechado de uma cúpula e evitando as eleições por conchavos.



8. O PCB: uma linha radical

A Revolução de Março de 1964 apanhou o PCB de surpresa, pois contava com o propalado "esquema militar" de Jango.

Entretanto, a onda de prisões só atingiu alguns de seus líderes mais notórios, pois as forças policiais ainda não possuíam um serviço de informações bem estruturado e, frequentemente, confundiam socialistas com comunistas e, entre estes, a quais organizações realmente pertenciam.

Um exemplo típico foi a prisão de Carlos Marighela, num cinema da Praça Saens Pena, no Rio de Janeiro, solto logo depois, pelo desconhecimento de sua real importância no Partido.

Em 12 de abril, a apreensão das famosas "cadernetas de Prestes" serviu para desvelar um pouco a estrutura do PCB, pois, contendo centenas de nomes de militantes, de simpatizantes, de aliados e de colaboradores, demonstrou a extensão das ligações do Partido, particularmente as políticas. Em maio o PCB iniciou a primeira tentativa de rearticulação de sua estrutura, realizando reuniões parciais do Comitê Central em São Paulo e na Guanabara. Essas reuniões, entretanto, serviram mais para marcar o aparecimento de uma luta interna, definida pelos choques entre radicais e moderados.

Em julho, uma reunião da Comissão Executiva (CEX) demarcou os dois campos: analisando a derrota de Jango, criticou a possibilidade de alcançar as reformas por meios pacíficos e pregou a necessidade de preparar as massas para, revolucionariamente, resistir ao "golpe". Era a visão dos radicais da Comissão Executiva - Mário Alves, Marighela, Jacob Gorender, Jover Telles e Apolônio de Carvalho - que preparava, sob uma linha radical, a próxima reunião do Comitê Central que seria realizada em maio de 1965.



9. O PC do B: uma linha revolucionária

O PC do B, com dois anos de existência, não foi atingido pela Revolução de Março permanecendo incólume com a sua ainda pequena estrutura clandestina.

Em junho, uma reunião do seu Comitê Central estabeleceu a tática revolucionária do Partido, centrada no deslocamento do trabalho para o campo e no início da preparação da Guerra Popular.

De linha stalinista-maoísta, o PC do B usava uma linguagem grosseira e agressiva, buscando explorar a crise pela qual passava o PCB e recrutar militantes de suas fileiras.

Em agosto, a Comissão Executiva do PC do B aprovou o documento "O Golpe de 1964 e seus Ensinamentos", no qual analisa a Revolução de Março, tachando-a de *"quartelada conduzida por um grupelho de generais retrógrados, aproveitadores e fascistas."* Ataca decisivamente o "imperialismo norte-americano" e conclui afirmando que *"os problemas fundamentais do País não serão resolvidos pela via pacífica"*.

Alguns meses mais tarde, concretizando o aliciamento dos radicais do PCB, iniciou o processo de integração do Comitê Regional Marítimo da Guanabara, liderado por Luis Guilhardini e José Maria Cavalcanti.



10. A POLOP e a "Guerrilha de Copacabana"

A POLOP, segundo a própria opinião das esquerdas, chegou a antever a eclosão da Revolução de Março, tornando-se em 1964, um forte atrativo para os comunistas decepcionados com o PCB.

Já em abril, reunindo militantes intelectuais que haviam passado à clandestinidade e núcleos de marinheiros e fuzileiros navais impregnados pelo marxismo, a POLOP procurou traçar as primeiras normas para a organização de um foco guerrilheiro.¹⁰¹

Como, na maioria, os intelectuais eram da zona sul do Rio de Janeiro, o episódio ficou conhecido como a "Guerrilha de Copacabana", desarticulada em seu nascedouro pela ação dos órgãos policiais.

O desbaratamento da "Guerrilha de Copacabana" levantou o questionamento, pelas esquerdas de como deveria estruturar-se e funcionar uma organização que propugnava a derrubada violenta do regime e, também, críticas sobre o comportamento dos elementos presos durante os interrogatórios.

¹⁰¹ Do planejamento da "guerrilha" participaram Ruy Mauro de Araújo Marini, Luiz Alberto Muniz Bandeira, Arnaldo de Assis Murthé, Dirceu de Assis Murthé, Guido de Souza Rocha, Claudio Galeno de Magalhães Linhares, Antônio Duarte dos Santos, José Mendes de Sá Roriz e José Medeiros de Oliveira.

Entretanto, a publicidade dada ao episódio aumentou o prestígio da POLOP junto às esquerdas por apresentá-la como uma organização que adotava o enfrentamento armado como forma de luta, atraindo os radicais.



11. Brizola e a "Operação Pintassilgo"

Após a Revolução de Março, a maioria dos subversivos e inconformados políticos foi para o Uruguai. A proximidade do Rio Grande do Sul, visualizado como o principal foco de resistência, oferecia condições seguras para que fosse feita uma avaliação da situação e realizado o planejamento das maquinações revanchistas. A fronteira seca favorecia o contato permanente entre os asilados e aqueles que, atingidos por atos revolucionários, não se sentiam ameaçados a ponto de abandonarem o País.

Ainda em abril de 1964, Leonel Brizola, do Uruguai, espalhou com a estultícia que lhe era peculiar que até dezembro estaria de volta ao Brasil, na "crista de um movimento insurrecional"

Entretanto, refletindo a crise das esquerdas, os asilados dividiram-se em três grupos: um sindical, um militar e um terceiro, liderado por Brizola.

A tentativa de formar-se uma frente esbarrou no jogo de interesses e na inconciliável luta que envolvia a vaidade pessoal dos líderes. No entanto, a "cadeia da legalidade", frustrada tentativa de Brizola para conter o Movimento de Março, dava-lhe uma ascendência natural sobre os outros dois grupos.

Foi montada então, no Uruguai, a "Operação Pintassilgo", que deveria ser desencadeada no aproveitamento da crise de Goiás, em pleno desenvolvimento.¹⁰² Seriam atacados diversos quartéis,

¹⁰² Em novembro desenrolava-se a crise envolvendo Mauro Borges, Governador de Goiás, acusado desde os primeiros meses após a Revolução, de um processo de comunização no Estado, com a participação de estrangeiros e militares cassados.

tomada a Base Aérea de Canoas no Rio Grande do Sul, e os aviões da FAB seriam utilizados para o bombardeamento do Palácio Piratini.

A prisão em Porto Alegre, em 26 de novembro de 1964, do Capitão-Aviador cassado, Alfredo Ribeiro Daudt, abortou a operação e todos os seus planos caíram em poder da polícia. Diversos elementos da Aeronáutica foram envolvidos, aliciados pelo Tenente-coronel Reformado Américo Batista Moreno e pelo ex-Sargento Santana.

Anos mais tarde, em 1982, em entrevista concedida na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, o ex-Coronel Jefferson Cardin de Alencar Osório acusou Brizola de ter sido o responsável pela "Operação Pintassilgo". Do Uruguai, no conforto de suas estâncias, Brizola enviava os ingênuos para as ações que ele próprio não se propunha a executar.



12. O PORT e suas ligações com o movimento rural do Nordeste e com Brizola

Em 1964, dois eram os setores prioritários do PORT: o meio militar, onde possuía células entre os sargentos; e o campo, onde procurava sublevar os camponeses em torno da luta pela reforma agrária.

Nos dias carnavalescos de 9, 10 e 11 de fevereiro de 1964, em Eldorado, no interior paulista, o PORT realizou o seu I Congresso Nacional, com a presença de 40 delegados de São Paulo, Guanabara, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Pernambuco e Paraíba, além de representantes estrangeiros, inclusive o seu líder máximo em nível internacional, "J. Posadas".

Foram eleitos o Comitê Central e o Bureau Político, este constituído por cinco membros efetivos, inclusive Gabriel Labat ("Ari", "Diego"),

uruguaio, membro do Secretariado Internacional de Posadas, e três membros suplentes¹⁰³.

A decisão mais importante do Congresso foi a aprovação do apoio a Brizola; visto como o único líder que poderia congregiar as massas populares contra o "golpe-militar" em torno de um movimento nacionalista.

Ao final do Congresso, demonstrando a confiança que tinha no movimento, o próprio Posadas declarou: *"Se cumprirmos todas as resoluções deste Congresso, o próximo será feito no palácio da Alvorada."*

Pouco mais de um mês depois, a Revolução de Março colocava o PORT na clandestinidade, desarticulando o trabalho junto aos camponeses. Nessa época, cinco membros do Bureau Político estavam no Uruguai, participando do Congresso Mundial da linha posadista.¹⁰⁴

Datado de 17 de agosto de 1964, o documento "Resolução da Secretaria Internacional da Quarta Internacional", assinado por Posadas, analisa a situação brasileira, concluindo que o movimento nacionalista de Brizola era a única opção da resistência popular e que o PORT deveria apoiar as guerrilhas no campo através da constituição dos "grupos dos 5", em substituição aos "grupos dos 11".

Nesse mesmo mês, um Pleno Ampliado Nacional, realizado em São Paulo, resolveu incrementar a luta guerrilheira e enviar Cláudio Antônio Vasconcellos Cavalcanti ao Uruguai, para realizar um pacto com Brizola.

¹⁰³ Compunham ainda o Bureau Político: Sidney Fix Marques dos Santos, Sumida Tomochi, Túlio Vigevani, Carlos Viana Montarroyos e os seguintes membros suplentes: Claudio Antônio Vasconcellos Cavalcanti, Magda Labat, esposa de Gabriel Labat e Maria Hermínia Brandão Tavares de Almeida.

¹⁰⁴ Em junho, dois membros do Comitê Central do PORT, Sumida Tomochi e Thomas Maak foram presos em São Paulo e libertados alguns meses depois.

Ainda em agosto, o Comitê Regional Nordeste do PORT lançou o jornal clandestino "Revolução Socialista", que pregava a violência revolucionária para derrubar o Governo. Ainda no Nordeste, outros jornalecos do PORT, como o "Resistência" e o "Terra e Socialismo", prosseguiram no mesmo tom, seguindo o preconizado pela sua publicação de nível nacional, o "Frente Operária".

Datado de 6 de outubro de 1964, um panfleto, assinado pelo PORT e pelo Movimento Nacionalista Revolucionário, pregava a guerrilha rural e conclamava o povo do Nordeste a apoiar Antônio Joaquim de Medeiros, conhecido como "Chapéu de Couro", líder camponês e militante do Partido.¹⁰⁵

A partir de 28 de outubro, a prisão de diversos militantes do PORT, em Pernambuco, dismantelava a sua estrutura no Nordeste e acalmava, temporariamente, os ânimos no meio rural.



13. As primeiras denúncias de torturas

Em setembro de 1964, iniciaram-se, em uníssona orquestração, as primeiras denúncias sobre maus tratos físicos e morais que estariam sendo infligidos aos presos políticos. Alguns jornais, como o "Correio da Manhã", através de Márcio Moreira Alves, e "Última Hora", chegaram a indicar locais onde estariam ocorrendo as pretensas torturas, sendo citados a Base Aérea de Cumbica, o Hospital Central do Exército, os órgãos policiais de Recife, a prisão da ilha de Fernando de Noronha, o navio-presídio "Raul Soares", fundeado no porto de Santos, e o quartel da polícia do Exército (PE), no Rio de Janeiro, que abrigava os presos envolvidos no "caso dos chineses".

Considerando intoleráveis as práticas denunciadas, o Presidente Castelo Branco, em nota oficial lida na Câmara dos Deputados, designou o seu próprio Chefe da Casa Militar, o General Ernesto

¹⁰⁵ Mais tarde, em 1966, essa denominação, Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), seria utilizada por Brizola.

Geisel, para "buscar minuciosas informações para a adoção de providências imediatas e assegurar a vigência de todas as franquias constitucionais"

Durante uma semana, Geisel viajou a Recife, Fernando de Noronha, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo. Nas visitas aos presos, fez-se acompanhar de juristas, de políticos – inclusive da oposição - de jornalistas, de representantes da OAB e da ABI, além de outros interessados.

Em Recife, nomeou-se uma comissão composta pelo desembargador Adaauto Maia, presidente do Tribunal de Justiça, pelo advogado Carlos Moreira, presidente da Ordem dos Advogados, pelo jornalista Reinaldo Câmara, presidente da Associação de Imprensa, por Guerra Barreto, Procurador do Estado, e por Felipe Coelho, presidente da Assembleia Legislativa.

No Rio de Janeiro, os chineses receberam as visitas do Embaixador da Indonésia e de uma comissão da Cruz Vermelha, ocasião em que foi atestado que recebiam bom tratamento e gozavam ótima saúde.¹⁰⁶

Em São Paulo, altas personalidades locais, entre as quais o Presidente da Assembleia Legislativa, o Presidente da Seção da Ordem dos Advogados, representantes da Imprensa e autoridades eclesiásticas, ouviram os presos da Base Aérea de Cumbica.

As investigações, nos próprios locais denunciados, conduziram à conclusão da inexistência de torturas.

Na Câmara de Recife, o deputado Andrade Lima, do PTB, testemunhou pela isenção da comissão nomeada para apurar os fatos. O jornalista Edmundo Morais, do "Diário de Pernambuco", assim reportou a sua visita a Fernando de Noronha: "*As autoridades*

¹⁰⁶ Após a Revolução foram presos nove agentes chineses sete dos quais se apresentaram como membros de uma "missão comercial" desconhecida e dois como correspondentes da Agência de Notícias Nova China. Com eles foram apreendidos planos pormenorizados de assassinatos e grande quantidade de moeda estrangeira. Esses chineses mais tarde foram expulsos do País,

na ilha prisão deixaram-nos a vontade para ver, ouvir, filmar e fotografar durante mais de uma hora. Nós e os presos. Sem ninguém por perto. Os torturados – um ex governador de Pernambuco (que nos acompanhou de volta ao continente, sentados lado a lado e a palestrar todo o tempo) um ex governador de Sergipe e outros que seriam um grupo de quinze, se a lembrança não nos mente – disseram como viviam: banho de sol, banho de mar, exercícios ao ar livre, rancho na cantina dos oficiais, nenhum vexame de ordem física ou moral. A sofrer, como era óbvio, o constrangimento da prisão apenas, a prisão insular.”

Entretanto, essas comprovações não impediram o constante surgimento de novas denúncias, partidas de esquerdistas no País e no exterior.



14. Pega ladrão!

O episódio narrado no item anterior está ligado a um dos processos mais utilizados na guerra revolucionária - a propaganda político-ideológica - mas que, com a candura que nos é peculiar, nos recusamos a aceitar, pelo menos como um conjunto de ações deliberadamente montadas. Ao longo deste livro, teremos a oportunidade de ir revelando seus objetivos e técnicas. No momento, entretanto, ao invés de expormos teoricamente o problema, preferimos narrar outro episódio acontecido tempos atrás no País. Neste caso, os propósitos e técnicas empregados ficam claros. Nele, evidencia-se a clássica manobra dos totalitários, que acusam de reacionários exatamente aqueles que percebem que têm medo de parecerem reacionários, ou melhor, utilizam a clássica saída do ladrão que grita “pega ladrão!”

Tobias Warchavski, um jovem estudante de 17 anos, aluno da Escola Nacional de Belas Artes, alegre e comunicativo, tivera seu corpo encontrado, em outubro de 1934, em adiantado estado de decomposição, no morro dos Macacos, na floresta da Gávea, no Rio de Janeiro. A cabeça separada do corpo, despojado de todos os documentos e outros pertences que permitissem identificá-lo; o local

ermo escolhido para o delito... Tudo indicava a ocorrência de um crime calculado e tecnicamente executado.

Recolhido o corpo ao Instituto Médico Legal, só em 1º de novembro sua família o encontrou. Tobias saíra de casa e residia com Walter Fernandes da Silva, sob os nomes supostos de Carlos Ferreira e Euclides Santos, respectivamente, e Walter nada comunicara à família do companheiro sobre o desaparecimento. Ambos eram comunistas. Walter, retraído e calculista; Tobias, bonachão e afoito, inclusive na propaganda da sua ideologia. Tobias foi reconhecido por sua mãe, Joana Warchavski, e seus irmãos, com o auxílio do cirurgião-dentista que o atendia. As precauções dos criminosos tornaram difícil, senão impossível, com os recursos da época, a elucidação do macabro assassinio.

De repente, como se tudo fosse espontâneo, em razão da revolta que o crime despertara na população carioca, surge uma campanha, lançada em grande estilo imputando ao Governo e à Polícia a culpa pelo crime. Quase imediatamente pronuncia-se a Comissão Jurídica Internacional (CJI), de maneira rumorosa, em Paris.¹⁰⁷

Dando seguimento à campanha, no Brasil, foi fundada a Comissão Jurídica de Inquérito popular, constituída na sua quase totalidade por juristas, jornalistas e intelectuais marxistas, impulsionados por Benigno Fernandes e Eneida da Costa, ambos militantes ativíssimos do Partido. Logo em seguida, a Comissão transformou-se na Associação Jurídica Brasileira, filiando-se a CJI.

Panfletos foram editados e reuniões foram promovidas, tratando do assunto, principalmente em sindicatos e faculdades. A tônica desses "atos humanitários" era sempre imputar responsabilidade ao Governo e à polícia e exigir suas providências. Na ocasião, o Partido Comunista - Seção Brasileira da Internacional Comunista - dispunha de vários jornais. Além de vários semanários, fazia circular diariamente o "Jornal do Povo" e "A Manhã", que se tornou órgão da Aliança Nacional Libertadora. Outros jornais - como "A Pátria" e "O Homem Livre" - eram "simpatizantes" e empenhavam-se a fundo na

¹⁰⁷ A CJI é um órgão de fachada, fundada pela III Internacional, com sede em Paris.

tarefa comum de acusar a polícia pela morte de Warchavski, no que eram seguidos, de forma mais moderada, pelos demais órgãos de imprensa. Além disso, a cidade do Rio de Janeiro foi inundada por cartazes e volantes clamando por justiça, algo assim como "enquanto não houver justiça, não haverá paz".

Na Câmara dos Deputados, Álvaro Ventura, representante comunista, pronunciava discursos inflamados em que pedia a "elucidação do crime nefando", para ele cometido pela polícia contra o "jovem Tobias, de destacada atuação na Juventude Comunista e no Comitê Estudantil de Luta contra a Guerra".¹⁰⁸

Não faltou no caso sequer a contribuição dos humoristas. O bolchevista Aporelly criou o termo "*tobianisar*" - significando dar o mesmo destino do dado a Tobias Warchavski - que muita gente, de boa fé, começou a empregar, na convicção de que, de fato, o pobre estudante tinha sido morto pela polícia.

Só a derrocada comunista em 1935 permitiu que a verdade surgisse clara e insofismável. Às inúmeras provas circunstanciais somaram-se as confissões dos componentes do Tribunal Vermelho, constituído por Honório de Freitas Guimarães, Pascácio Rio de Souza, Vicente Santos e Guilherme Macário Yolles (este, um agente enviado do exterior para trabalhar junto ao Partido).

O Tribunal Vermelho, reunido em sessão de 17 de outubro de 1934, decidira que Tobias era traidor e responsável pela prisão de Adelino Deycola dos Santos, efetuada no dia 14 daquele mês. Yolles, que viera com a incumbência, entre outras, de impor a todos os membros do Partido uma férrea disciplina, propôs a "eliminação" de Tobias, aprovada por unanimidade.

O jovem que o Tribunal Vermelho condenara como traidor era agora herói, astuciosamente elevado às honras de mártir da liberdade. Yolles, que impusera essa morte por disciplina, como exemplo,

¹⁰⁸ A Juventude Comunista foi criada pelo PCB em 1/8/1927, para atuar no Movimento Estudantil. Filiou-se à Internacional da Juventude Comunista (URSS) em 1928. Desestruturou-se em 1935 e reorganizou-se em 1946. Desarticulada em 1964, está se reestruturando desde 1984, para levar a atuação do Partido a todo o segmento juvenil.

mesmo sem ter elementos cabais que pudessem condenar o jovem Tobias, de fato falaz e expansivo, jactava-se agora, perante seus pares, de sua manobra de guerra psico-política. Do depoimento de "Miranda", secretário-geral do Partido à época do crime, anos mais tarde, consta que, por ocasião de uma reunião do Bureau Político, composto de onze pessoas, Yollles, membro da direção, disse ao declarante: *"o camarada Secretário vai estranhar bastante uma revelação que lhe vamos fazer para provar os êxitos das campanhas do Partido, despistando sua responsabilidade no assassinio de Tobias, atribuindo à polícia, assim eliminando o provocador e desmoralizando o aparelho de repressão."*

Lavrada a sentença, a 17 de outubro, e de imediato definidos os executores - Vicente Santos, Adolfo Barbosa Bastos e Walter Fernandes - este último companheiro de quarto e amigo de Tobias, foi encarregado de atraí-lo ao local do assassinato. Chegando ao lugar escolhido, uma trilha íngreme, aberta por caçadores, em direção à Vista Chinesa, os fanáticos bolchevistas disseram ao jovem o motivo verdadeiro daquela tétrica reunião. O jovem deixou-se tomar pelo pânico. Falando com dificuldade, nervoso, quase não conseguia articular as palavras. Protestou, porém, sua completa inocência. Implorou, suplicou e, num gesto extremo, ante a inflexibilidade de seus verdugos, caiu de joelhos e pediu clemência. Jovem, ainda com 17 anos, alegre e bonachão, Tobias queria viver. Não resistindo, Walter Fernandes, que de todos era o mais constrangido, interveio e tentou salvar a vida do amigo com quem convivera fraternalmente. Os outros permaneceram inflexíveis e Adolfo Barbosa detonou seu revólver: Tobias caiu fulminado. Seguiram-se, então, as providências para tornar, senão impossível, difícil sua identificação.

Walter Fernandes com sua atitude em favor do amigo tornara-se o ponto fraco da trama assassina. O Tribunal Vermelho decidiu que ele deveria afastar-se do Rio de Janeiro por uns tempos. Foi para Recife e, alguns dias após a sua chegada a capital pernambucana, na praia do Pina, Walter Fernandes apareceu morto.



15. Influências marxistas na Igreja

Em março de 1964, um grupo de teólogos reuniu-se em Petrópolis, no Rio de Janeiro, para refletir sobre os problemas da população latino-americana. Levados pelo afã das coisas novas pretendiam criar uma nova teologia que centralizasse todo o pensamento teológico no homem. Na ocasião, estava também acentuado, de modo especial, o caráter libertador do cristianismo, o que os levou a concentrar todo o pensamento dessa nova "teologia antropocêntrica" no problema da libertação. Esse pensamento, marcado por influências marxistas, viria servir de arcabouço para uma teologia chamada de "libertação", que, tolerando muitas correntes neomodernistas - que pretendem reduzir o estudo teológico à sociologia, ou à política - em pouco tempo assumiria o caráter de uma ideologia política e profana.

Esse grupo de teólogos, entre os quais se destacavam Joseph Pierre Comblin e Gustavo Gutiérrez, voltaria a se reunir em 1965 e 1966 e iria influir, com suas concepções marxistas, na II Assembleia Geral do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), realizada em Medellín, na Colômbia, no ano de 1968.

Em quase todos os trabalhos em que a influência marxista se faz presente, há um aspecto comum à pretensão de identificar o "socialismo" com o "Reino de Deus na Terra". Essa associação de ideias surgiu logo após a primeira Guerra Mundial, apresentada por Karl Barth, teólogo protestante de grande influência e um dos primeiros que começaram a construir pontes entre o cristianismo e o marxismo. Barth defendia esse elo, baseado em sua tese de que ambos teriam a mesma finalidade: a construção de uma nova sociedade. Barth, que era membro de um partido socialista-marxista, pretendeu com sua tese aproximar estas duas visões do futuro feliz na Terra.

As diferentes correntes para tornar a teologia marxista provêm exatamente da teologia de Karl Barth. Elas empenham-se em convencer os cristãos de que eles e os marxistas buscam a mesma coisa: construir uma sociedade fundada na igualdade, na justiça e na fraternidade. A questão seria apenas de semântica. O que os cristãos

chamam de "Reino de Deus na Terra", os comunistas chamariam de "sociedade socialista".¹⁰⁹ Se ambos têm o mesmo objetivo, devem trabalhar juntos para alcançá-lo. Ademais, procuram convencer os cristãos de um dos seus dogmas: que o único caminho que leva a esse fim é a revolução marxista-leninista. Donde se conclui que os cristãos devem comprometer-se com essa revolução.

A influência marxista na teologia não se restringe à idéia do "Reino de Deus na Terra". Começa, na verdade, com o "saduceísmo do século XX", isto é, o revigoramento da ideia dominante na seita judia dos saduceus, que não acreditavam na ressurreição, sendo que a corrente "saduceia" moderna nega a existência da vida eterna, depois da morte. Segue-lhe a corrente do "cristianismo ateu", segundo a qual o cristianismo primitivo nada tem a ver com a religião, nem com a fé, pois é somente um movimento laico revolucionário. Tanto Moisés quanto Jesus foram grandes líderes políticos.

Jesus pretendia não só livrar o povo judeu da dependência romana, mas também livrar cada homem da opressão e exploração das estruturas capitalistas. Como estas, existem muitas outras correntes do pensamento teológico que contribuíram para torná-la a teologia marxista, tais como: a do cristianismo horizontal; a da fé sem religião; a do cristianismo sem mitologia; e a do cristianismo marxista. Dessa influência surgiram as pretensas teologias, como as da revolução e da violência.

Essas ideias, que traduzem de forma simplista a influência marxista sobre o pensamento cristão, já não eram um fenômeno marginal e, no início da década de setenta, tornar-se-iam dominantes na América Latina. Essa influência não decorre somente de ideias, mas também da infiltração de pessoas, e não se faz sentir apenas de forma teórica, na teologia, mas avança na prática, com uma influência muito forte na liturgia e na pastoral. Não é, pois de estranhar que

¹⁰⁹ Na realidade, a sociedade defendida por Barth aproximava-se mais da sociedade comunista, já que na sociedade de sua concepção não há lugar para a instituição do estado e nem da Igreja. ("Infiltração Marxista da Igreja"- Miguel Poradowsky - Ed. Sepes, pags. 9 e 10)

venhamos encontrar ao longo dos anos sessenta e seguintes, cada vez mais pastores da "nova Igreja" apoiando e até participando de organizações subversivas e de atos terroristas.



16. Um mil novecentos e sessenta e quatro

O ano de 1964 seria marcado pela Revolução Democrática de 31 de março, que, como expressão da vontade nacional, barrara a trajetória dos comunistas rumo ao poder, numa clara opção do povo brasileiro pelo regime democrático. A Revolução trazia também em seu bojo a determinação de realizar transformações profundas no Brasil, capazes de tirá-lo da posição marginal que vinha ocupando na história, enquanto Nação, para torná-lo - ao contrário do que parecia ser o destino dos países periféricos - um país viável.

No entanto, o consenso de crise difere substancialmente do consenso necessário às tarefas de governo, de modo que já no dia da vitória, começaram as divergências quanto aos seus objetivos, prioridades e formas e modos de alcançá-los. O próprio restabelecimento da ordem e da tranquilidade nacionais, que era uma aspiração generalizada e a que se entregaria nesse ano o governo revolucionário, imporia a adoção de medidas que sacrificavam, na essência, o que era um dos objetivos prioritários da Revolução - a manutenção e o aperfeiçoamento do regime democrático.

O governo revolucionário traçou, porém, sua estratégia para equacionar os problemas fundamentais do País, onde se destacava a necessidade de racionalizar a economia, desestruturada por anos de governos populistas e demagógicos. Estabeleceu o seu plano de governo incluindo nele importantes reformas estruturais e emergenciais e procurou estabelecer uma base política que lhe desse sustentação.

Na sua opção de restabelecimento da ordem efetuou inúmeras prisões que abalariam principalmente a estrutura de duas organizações que vinham atuando abertamente e com alguma

desenvoltura: a Política Operária (POLOP) e o Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT). Tais medidas não atingiriam com a mesma profundidade o PCB, que agia de modo mais discreto. No entanto, o impacto da Revolução viria acirrar as divergências internas desse partido, onde uma facção, pelo menos, já não concordava com a linha política adotada desde o V Congresso, realizado em setembro de 1960. O PC do B, com sua ainda incipiente estrutura, não foi praticamente afetado. Reanalisou a conjuntura e reafirmou sua opção pela luta armada, o que iria facilitar seu trabalho de aliciamento das facções radicais do PCB.

Mas seria Leonel de Moura Brizola, que vinha realizando, desde sua fuga para o Uruguai, gestões e entendimentos para tornar-se o líder máximo da contra-revolução no exterior, que planejaria uma primeira operação que, no entanto, foi abortada na origem. O fracasso dessa tentativa não abateria, porém, seu ânimo e o de seus companheiros de viagem.

O mesmo se pode dizer quanto à primeira campanha movida contra o Governo com relação à tortura. As averiguações demonstraram que não procediam as acusações e, tão importante quanto este fato, que o Governo não compactuava com essa prática, cuja pecha tentaram impor-lhe. Sabedores, porém, de que o Governo não tinha condições de, a cada caso, criar uma comissão de averiguação, essas denúncias prosseguiram no País e no exterior. Uma vez feitas, essas denúncias geram, no mínimo, a dúvida, seja porque é sabido que quando a autoridade se dilui há sempre a possibilidade de excessos e abusos, seja porque a maioria das pessoas ouve as denúncias, mas poucas são as que se interessam pelas respostas.



CAPÍTULO II

1965

1. A Revolução estreita suas bases

Os militares, com base em experiências anteriores, haviam decidido não entregar, de imediato, o poder a qualquer facção político-partidária que pudesse levar o País de volta à corrupção e à subversão. Os objetivos traçados como pré-requisitos ao retorno à normalidade democrática, para sua efetividade, pressupunham a continuidade revolucionária para além do mandato presidencial a se findar.

Foram tomadas medidas condizentes com essas metas, algumas de longo alcance, tais como a cassação dos direitos políticos pelo prazo de dez anos e o rígido programa de estabilização econômica. Pela sua própria natureza, esses objetivos exigiam prazo de maturidade, medidas amargas e não seriam alcançados sem traumas. Foi mantida, porém, a exigência constitucional de mandatos fixos e sem reeleição. Como prova de suas intenções democráticas, o Governo prometeu cumprir o calendário eleitoral que previa eleições para governadores de onze estados, já em 1965.

Não atentaram, porém, essas forças vitoriosas, para o fato do processo político de um movimento revolucionário ser bem mais simples que o envolvido no ato de governá-lo. O "consenso de crise" difere muito do necessário à continuidade da ação do governo. Neste, há necessidade de ser alcançado um acordo que dê apoio a um amplo e diversificado programa que abrange todos os campos e diferentes interesses. No caso de um governo alçado a poder no bojo de um movimento revolucionário que interrompeu um processo subversivo de tomada do poder, do qual a infiltração era a mola mestra, havia ainda a necessidade de se obter unidade de

pensamento em torno do alcance e da profundidade da necessária "limpeza da área" e das punições decorrentes.

Complicando todo esse complexo processo, estava a inclinação do Presidente eleito pela normalização institucional em curto prazo, com todas as suas implicações. Castelo tentaria de todos os modos a difícil conciliação da Revolução com a ordem legal, ou, como se expressou o jornalista Carlos Castello Branco, desenvolver uma "estratégia de beira do abismo".

O apoio recebido da população e dos políticos havia dado legitimidade à Revolução. Particularmente importante foi o apoio dos governadores, em especial o engajamento no movimento revolucionário dos governadores de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Eles eram candidatos à presidência e o motivo essencial de seu apoio fora o receio de que Goulart cortasse suas possibilidades de chegar ao poder. O apoio estava, pois, condicionado a esse interesse e foi aí que se deu a primeira dissidência civil no dispositivo revolucionário. Ainda em 1964, quando da votação da emenda constitucional que previa a maioria absoluta nas eleições presidenciais, o Governador Carlos Lacerda, julgando-se prejudicado com a medida, tornou-se um crítico intransigente do Governo. Magalhães Pinto iria adotar postura semelhante por ocasião da definição do processo de coincidência de mandato dos governadores. Contrário às eleições de outubro, pleiteava a prorrogação do próprio mandato obtendo, inclusive, essa providência da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Com a manutenção das eleições, julgou-se atingido pela Revolução.

Do mesmo modo, grupos importantes iam tirando o seu apoio ao Governo, à medida que as metas da revolução não coincidiam ou eram contrárias às suas próprias. Assim ocorreu com importante segmento social com a aprovação da Reforma Agrária, quebrando o tabu da prévia indenização em dinheiro, e com os empresários com o desdobramento da política econômico-financeira, que a todos atingia. A assimetria de objetivos mostraria que essas dissensões eram inevitáveis.

De outro lado, os inquéritos instaurados para eliminar a corrupção e a subversão teriam que abrir, inevitavelmente, áreas de atrito, de

que se valeria a esquerda para denúncias de sevícias em presos e para levantar as bandeiras do obscurantismo e do terror cultural, onde a subversão penetrara mais fundo, a área educacional. De qualquer forma, essas denúncias, apesar de infundadas, iriam intranquilizar e agravar estados de espírito, influenciando negativamente na opinião pública, que desconhecia os problemas.

A Revolução começava a perder uma parte fundamental do apoio civil, estreitando suas bases.



2. As eleições de governadores

O ano de 1965 caracterizar-se-ia pela sucessão de crises no interior da área revolucionária. Era notório, agora, o descontentamento, também no setor militar com a atitude legalista do Governo, expresso pelos coronéis que chefiavam os Inquéritos policiais Militares (IPM), contrariados com a ação institucional do Supremo Tribunal Federal (STF). O setor militar demonstrava inconformismo pela prevalência dos mandatos judiciais sobre decisões que consideravam da alçada exclusiva da Revolução.

Essa oposição militar era a que mais preocupava o Governo, mas não era a única que se lhe fazia em nome da Revolução. Lacerda, sempre desejoso de ligar o futuro da Revolução à sua ascensão ao poder, afirmava-se como oposição no plano político, ao mesmo tempo em que estimulava o inconformismo de segmentos militares com ataques constantes ao Supremo Tribunal.

O Manifesto de Arraes, em fins de maio, numa atitude tida como de desafio, foi a primeira tentativa de revisão das supressões de direitos políticos, feita através do projeto de Nelson Carneiro, em junho. A temperatura do jogo político elevava-se.

O Governo tentaria harmonizar, mais uma vez, a necessidade de tranquilizar as áreas revolucionárias e a de assegurar a prevalência da ordem civil, por meio de legislação adequada de inelegibilidade,

que permitiria fossem afastadas do pleito de outubro candidaturas consideradas anti-revolucionárias. Mesmo aprovada a emenda constitucional das incompatibilidades, Magalhães Pinto ainda tentaria frustrar a convocação de eleições. Declarava que não tomaria nenhuma providência para realizá-las em Minas, *"onde não se dará posse a corruptos e pessoas vinculadas ao sistema deposto"*.

Em julho, Lacerda fez declarações que caracterizaram o seu rompimento definitivo com o Presidente da República - dando cobertura à posição de Magalhães Pinto - dizendo *"ter sido traído pelo Governo Revolucionário."* Escrevia, no dia 4 desse mês, o jornalista Castello Branco: *"Tende assim a organizar-se e a partir para o plano de coordenação da ação comum a dissidência do movimento revolucionário."*

As maiores dificuldades, porem, adviriam com as eleições de outubro e, com o resultado dessas, a contingência irrecorável de dar posse aos eleitos.

O regresso de Juscelino Kubitschek no dia do pleito e as manifestações que lhe foram prestadas trouxeram à crise eleitoral um fator emocional, principalmente porque corria a informação de que Juscelino exigiria que seus correligionários advogassem de imediato, a questão da revisão das cassações dos direitos políticos.

As eleições de Francisco Negrão de Lima para o Governo do Estado da Guanabara e de Israel Pinheiro para Minas Gerais fizeram com que voltassem à ofensiva os que não queriam ver esses políticos à frente desses dois importantes Estados e dos que não queriam eleição alguma.

Os resultados eleitorais provocaram reações na linha dura, traduzindo descontentamento com a política do Governo e pressionando-o para que anulasse o resultado do pleito. A evolução da crise intranquilizava os meios políticos, mas afetava, antes de tudo, o próprio Governo, fiador das eleições.

Então, era já fato conhecido que se estudava no Palácio do Planalto uma nova emenda constitucional, para apaziguar os setores

descontentes, a qual, entre outras medidas, preconizava a eleição indireta para Presidente.

Os resultados de 3 de outubro haviam indicado a Lacerda que seu vínculo com o situacionismo não lhe renderia dividendos nem políticos nem eleitorais. Continuava candidato à presidência, mas passou a ser um candidato da oposição e, para caracterizar essa sua situação política, expressou o desejo de que a UDN se reunisse em Convenção e rompesse com o Governo.



3. O Ato Institucional nº 2

Em 13 de outubro, o Governo propôs uma série de medidas ao Congresso, as quais expressavam o que era considerado o mínimo indispensável para superar aquela crise e empossar os eleitos.

No Congresso, começaram as tentativas de composição, visando ao abrandamento das propostas do Governo, que, todavia, alertou os líderes governamentais que, embora não fizesse pressão, nem ameaças ou apelos, considerava necessária para a preservação das instituições e a segurança da revolução, a aprovação da emenda constitucional e do projeto de lei sobre os cassados.

No dia 20, Juscelino ameaçou romper com o PSD, caso o Partido votasse esses projetos. Houve rumores de que os deputados pertencentes à "linha dura" também votariam contra essas propostas para ampliar a crise. A crise adensou-se e os indícios eram de que poderia progredir de maneira a tornar-se incontrolável.

No dia 26, todos os prognósticos indicavam que as proposições do Governo não seriam aprovadas, a menos que houvesse uma grande presença de parlamentares à votação, o que era pouco provável.

No dia 27, veio o Ato Institucional, que permitiria reunificar os grupos revolucionários em torno da afirmação do poder incontestável da Revolução. Nele estavam postas as medidas julgadas indispensáveis

para assegurar a autodefesa da Revolução e sua continuidade no tempo.

Muito do que se vinha constituindo na pregação dos governadores de Minas e da Guanabara estava contido no Ato. Ambos acusavam o Governo de não querer assumir a responsabilidade da política revolucionária e afirmavam que corruptos e subversivos estavam voltando. O AI-2 continha uma resposta objetiva a essas críticas. Também a dissolução dos partidos, uma pregação do Governador de Minas Gerais e de outros líderes revolucionários, estava contida no Ato.

O novo Ato restaurava muito dos poderes especiais que haviam expirado com o AI-1, o que demonstrava que, no mínimo, o período de duração deste havia sido insuficiente. Não existiam condições para conciliar em tão curto espaço de tempo a Revolução com a legalidade formal. Uma revolução havia sido feita, mas muitos disto se esqueceram em função da atitude conciliatória do Governo, passando a atuar contra ela com desenvoltura. Isso levava ao fracasso a política de contemporização conduzida pelo Governo para salvar o processo democrático.

O AI-2 era um compromisso entre a linha dura e os constitucionalistas. O Governo, porém, ao mesmo tempo em que cedia, tentava institucionalizar essas mudanças estabelecendo limites claros. O novo ato vigiria até a posse do novo Presidente da República, prevista para 15 de março de 1967.



4. O Movimento Estudantil inicia as manifestações

O ano de 1965 foi marcado pelo início das manifestações estudantis contra o Governo, demonstrando que o Movimento Estudantil era o único setor de massa organizado.

No dia 9 de março, por ocasião da aula inaugural da Universidade do Brasil; na ilha do Fundão, o próprio Presidente Castelo Branco foi

estrepitosamente vaiado. A prisão de cinco estudantes determinou uma onda de protestos em todo o País.

Em abril, um plebiscito nacional organizado pela UNE mostrou que cerca de 90% dos universitários eram contra a Lei Suplicy.

Em julho, o XXVII Congresso Nacional da UNE, realizado clandestinamente em São Paulo, elegeu um triunvirato para rodízio na presidência, composto por Antônio Alves Xavier, Altino Rodrigues Dantas Júnior e José Fidélis Augusto Sarno, todos militantes da AP. Ao mesmo tempo, criando as "entidades-livres", o Congresso tomou a importante decisão política de que os estudantes não deveriam participar das eleições para os novos diretórios, previstas para o dia 16 de agosto, numa vitória da proposição da frente composta pela AP, pela POLOP e pelo PC do B, contra o posicionamento do PCB. Essa decisão, apesar de caracterizar uma atitude de evidente repúdio à Lei Suplicy, mostrou uma divisão na orientação do Movimento Estudantil.

Em Brasília, a greve de estudantes contra a intervenção na UnB determinou em 10 de outubro, a sua invasão, por tropas da Polícia Militar. Em reação, greves de solidariedade estouraram em vários cantos do País.

Em outubro, a decretação do AI nº 2 provocou novas passeatas de protesto, unificando as lutas estudantis contra o Governo.



5. Cuba e o foquismo

A partir de 1965, começou a fazer-se sentir em maior grau na esquerda brasileira a influência da revolução cubana.

Vitorioso, em 1º de janeiro de 1959, somente em maio de 1961 Fidel Castro proclamou Cuba como uma "República Socialista" e, com o velado apoio da URSS, passou a imiscuir-se nos assuntos internos dos países americanos. O apoio cubano às Ligas Camponesas de

Francisco Julião era um típico exemplo da tentativa de exportar o seu modelo de revolução.

Em 1962, em Punta del Este, uma reunião de Chanceleres excluiu Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA). Nos dois anos seguintes, focos de guerrilha, apoiados por Cuba, explodiram na Guatemala, na Colômbia e na Venezuela, até que, em 1964, na 9ª Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, realizada em Washington, os países membros da OEA, à exceção do México, decidiram romper relações com Cuba e estabelecer um bloqueio econômico à ilha.

Esta medida não fora tomada em razão de Cuba ter-se tornado um país comunista, mas em função de sua interferência político-subversiva nos países latino-americanos.

"Cuba sente-se no direito de incentivar a Revolução na América Latina", afirmava Fidel Castro em seu discurso de 11 de fevereiro de 1964. No mês seguinte, seu braço direito, "Che" Guevara, proclamava que "O caminho da libertação nacional da América Latina é o caminho da violência. Essa violência será necessária em quase todos os países da América Latina".

Os dirigentes cubanos, na realidade, desejavam exportar uma revolução baseada em seu próprio modelo, que ficou conhecido como linha foquista ou, simplesmente, foquismo.

Nos primeiros anos da década de 60, as ideias sobre o foquismo ainda estavam dispersas nos discursos de Fidel e Guevara. No entanto, em 1963, duas obras do "che" iniciaram a codificação do foquismo: "Passagens da Guerra Revolucionária" e "Guerra de Guerrilhas: um método".

A partir de 1965, apareceram os primeiros trabalhos de Régis Debray, um jovem filósofo francês que conheceu Cuba em 1961 e, nos quatro anos seguintes, percorreu os focos revolucionários existentes em diversos países da América Latina, aprendendo, na prática, como fazer uma revolução. Retornando a Cuba, em 1965, Debray publicou o artigo "O Castrismo: a longa marcha da América Latina", na revista *"Les Temps Modernes"*, de janeiro. Alguns meses depois, em julho de

1965, a "Revista Casa das Américas", nº 31, publicou o seu ensaio "América Latina: alguns problemas de Estratégia Revolucionária".

Somente no ano seguinte, em 1966, é que Debray escreveria sua obra capital, a "Revolução na Revolução?" editada em Havana pela "Casa das Américas", em janeiro de 1967.

A linha foquista é simples. Baseada no exemplo da revolução cubana, a guerrilha deveria iniciar-se através de um pequeno núcleo de guerrilheiros - o foco - que, escolhendo lugares favoráveis no campo, procuraria, num primeiro momento, trabalhar para conhecer o terreno e estabelecer relações com a população, buscando ganhar o seu apoio. Deve-se destacar que no foquismo original o terreno propício preponderante para a luta armada é o campo, de preferência em locais de montanhas e selvas, pouco acessíveis.

Outro ponto importante do foquismo é que o aspecto militar tem prevalência sobre o aspecto político. Segundo Fidel, a revolução seria feita pelo povo e pelos revolucionários, com ou sem um Partido, Como dizia Debray, em 1966, devem-se abrir focos militares e não "focos políticos". O foco guerrilheiro, para a linha foquista, é a vanguarda do povo, que pode prescindir de uma vanguarda política. Nesses principais aspectos do foquismo, observa-se, com nitidez, a cópia da ação revolucionária de Sierra Maestra.¹¹⁰

Foram esses os conceitos que nortearam as organizações militaristas brasileiras, que estavam por vir, sem que, entretanto, conseguissem pô-los em prática, na sua essência. A revolução cubana foi o catalisador que acelerou o aparecimento da luta armada no Brasil. Como diria Debray, "*Cuba deu a arrancada para a revolução armada na América Latina.*"¹¹¹



¹¹⁰ Sierra Maestra é uma região serrana de Cuba. Essa cadeia de montanhas foi centro ativo de operações e acampamentos de Fidel Castro e seu grupo de guerrilheiros que acabaram por tomar o poder na ilha. (NE)

¹¹¹ Debray, R: "Revolução na Revolução?" – Ed. Casa de las Américas, Havana, 1967, pág. 8.

6. O Pacto de Montevidéu e a Frente Popular de Libertação (FPL)

Nos últimos meses de 1964, aumentara o fluxo de comunistas brasileiros para o Uruguai, desejosos de estabelecer alianças com os grupos de asilados políticos, que, dizia-se, dispunham dos "dólares de Cuba."

A primeira tentativa de unificação desses grupos concretizou-se em janeiro de 1965, com a criação do "Pacto de Montevidéu", assinado por Leonel Brizola, Max da Costa Santos, José Guimarães Neiva Moreira, Darcy Ribeiro e Paulo Schilling, além de representantes da AP (Aldo Arantes), do PCB (Hércules Correia dos Reis), do PORT (Cláudio Antônio Vasconcelos Cavalcanti) e do PC do B.

Constituindo-se em uma "frente revolucionária", definiram a insurreição como a forma de luta para a tomada do poder, a qual contaria, inclusive, com a parcela da burguesia nacional "prejudicada pelos interesses imperialistas". As massas participariam da luta através da constituição de grupos de ação – os "Grupos dos 5" - de comitês de empresas e de comitês rurais.

Denominada de Frente Popular de Libertação (FPL), a expressão organizada do Pacto de Montevidéu afirmava que os "atos de guerra", definidos como "atos de sabotagem urbana" e "focos de guerrilha no campo", deveriam multiplicar-se por todo o território brasileiro, sem prejudicar a parcela da população não comprometida.¹¹²

A primeira tentativa de sabotagem idealizada pela FPL ocorreu em fevereiro de 1965. Ao fazer um tratamento psiquiátrico em Montevidéu, um ex-soldado do 13º Regimento de Cavalaria, de nome Ponciano, que trabalhava com explosivos numa firma de Jaguarão,

¹¹² O Pacto previa, também, a formação de um Comando Nacional da FPL, através da evolução das estruturas de comando dos Grupos de ação e dos comitês de empresas e dos rurais. Enquanto não fosse constituído o Comando Nacional, um Comitê de Coordenação, sediado em Montevidéu e integrado pelos signatários do Pacto, decidiria sobre a participação da FPL em manifestações de caráter político.

foi contatado por membros da FPL. Prometeram-lhe um milhão de cruzeiros pela entrega, no Uruguai, de 20 caixas de dinamite e uma gratificação extra, caso fizesse explodir um bueiro na BR-2, em Capão Reiúno, próximo a Jaguarão, interditando a estrada. Ponciano chegou a roubar 32 bananas de dinamite. Entretanto, não conseguiu entregá-las, a explosão não destruiu o bueiro, a BR-2 não foi interditada e o desequilibrado Ponciano, preso, confessou suas ligações com o grupo de asilados.

Começava, de forma melancólica, a insurreição da FPL, mas esse insucesso não diminuiria o ímpeto de Brizola.



7. Jefferson Cardin e as escaramuças das Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN)

A incontinência verbal de Brizola deixou-o em situação embaraçosa. A afirmação de que voltaria vitorioso ao Brasil, até dezembro de 1964, ficou comprometida com os frequentes insucessos de suas iniciativas. A fim de satisfazer a belicosidade de seus liderados - na maioria, ex-militares cassados das Forças Armadas e da Brigada Militar do Rio Grande do Sul - Brizola resolveu desencadear seu "plano revolucionário".

Sob a denominação genérica de "Esquema Geral", a "revolução" brizolista iniciar-se-ia com um movimento sedicioso, no Rio Grande do Sul, que se juntaria com forças que iriam penetrar em Mato Grosso, vindas da Bolívia, sob o comando do ex-Coronel da Aeronáutica Emanuel Nicoll. Para a invasão dos pampas gaúchos, dentre as várias opções, Brizola escolheu a "Operação Três Passos", de autoria do ex-Sargento da Brigada Militar gaúcha Albery Vieira dos Santos. Para comandá-la, foi escolhido o ex-Coronel do Exército Jefferson Cardin de Alencar Osório, ex-funcionário do Loyde Brasileiro, em Montevidéu. Na noite de 12 de março de 1965, na residência de Brizola, na Praça Independência, em Montevidéu, uma reunião decidiu e traçou os detalhes da Operação. Um manifesto a

ser divulgado pela Rádio Difusora de Três Passos, no dia 25 de março, seria a senha para a "revolução brasileira."¹¹³

Na noite do dia 18 de março, Jefferson, Albery e Alcindor Aires iniciaram a ação, alugando um taxi para levá-los de Montevideu até Livramento, onde chegaram no dia 19. Outro táxi levou-os até Santa Maria, onde ficou Alcindor para conseguir mais adeptos para a empreitada. Com um automóvel emprestado por um amigo de Albery, prosseguiram até Campo Novo, onde contataram com o professor Valdetar Antônio Dorneles, que preparou um croqui de Três Passos, assinalando os pontos sensíveis, e comprometeu-se a conseguir mais "revolucionários" para a ação.¹¹⁴ Realizaram, então, exercícios de tiro, treinaram montagem de acampamento, distribuíram as missões e chegaram a um impasse: no planejamento, não fora previsto o transporte para os combatentes. A solução foi dada por "Zebinho", pai de Valdetar, que se lembrou de um amigo do PTB, dono de um velho Ford "bigode", modelo 1929. Tiveram, entretanto, que fazer uma pequena alteração nos planos. A pequena quantidade de arregimentados - pouco mais de vinte homens - não seria suficiente para a prevista tomada do quartel de Ijuí.

Na noite de 25 de março, partiram de Campo Novo rumo a Três Passos, onde chegaram na madrugada do dia 26. Sem encontrar resistência assaltaram o posto policial da Brigada Militar levando armamento, fardamento e munição. Ainda de madrugada tomaram os transmissores da Rádio Difusora, e Odilon Vieira leu um "Manifesto à Nação" que representava a senha para o início da "revolução brasileira". No final da proclamação, alguns poucos notívagos, surpresos, tomaram conhecimento da criação das "Forças Armadas de Libertação Nacional" (FALN). Ainda em Três Passos, contando com a cumplicidade do subdelegado local, Jefferson trocou o velho Ford

¹¹³ Nessa mesma reunião foi analisada a necessidade de recursos para a Operação, sendo feita uma vaquinha entre os presentes: Darcy Ribeiro contribuiu com 500 dólares, o ex prefeito de Belo Horizonte, Ivo Magalhães, com 300 mil cruzeiros, o ex-Sargento Albery com 10 mil cruzeiros e Jefferson Cardin com 5 mil pesos uruguaios. O único que não contribuiu foi o próprio Brizola, alegando que ainda não havia recebido os dólares prometidos pelo governo cubano.

¹¹⁴ O reforço foi conseguido. Alcindor trouxe dois elementos de Santa Maria, o ex-sargento Firmo Chaves chegou de Porto Alegre com mais alguns, dentre eles Adamastor Antônio Bonilha, e Valdetar arregimentou mais dez homens.

"bigode" por um caminhão Mercedes Benz apreendido. O grupo realizou, também, um frustrado assalto à agência do Banco do Brasil. Alegando não possuir as chaves do cofre, o gerente conseguiu repor os combatentes em marcha. Em Tenente Portela e Itapiranga, assaltaram os postos policiais da Brigada Militar, aumentando o seu arsenal.

Surpreso pela ausência de notícias, Jefferson começou a pensar que seu plano fracassara. Restava-lhe, entretanto, a esperança de atingir Mato Grosso e realizar a junção com o grupo de Nicoll, que deveria estar vindo da Bolívia. Guiados por Virgílio Soares de Lima, os sediciosos atravessaram Santa Catarina e penetraram no Paraná.

Ao tomarem conhecimento das atividades de Jefferson e temendo que ele pudesse se dirigir a Foz do Iguaçu e perturbar a cerimônia de inauguração da Ponte da Amizade sobre o Rio Paraná, com a presença dos Presidentes do Brasil e do Paraguai, as autoridades determinaram o emprego de tropas da 5ª Região Militar, se necessário, com o apoio do Núcleo de Divisão Aero terrestre e de aviões da Força aérea Brasileira.

No dia 27 do março de 1965, por volta das 12 horas, na região de Santa Lúcia, município do Leônidas Marques, Jefferson pressentiu a aproximação de uma viatura com tropas do Exército. Imaginando que pudesse melhorar o já combalido moral de suas Forças Armadas de Libertação Nacional, resolveu realizar uma emboscada, dispondo seus homens em ambos os lados da estrada. Postando-se fardado de coronel e acenando para a tropa que se aproximava, Jefferson provocou uma ligeira hesitação no tenente comandante, o suficiente para o início da emboscada, com tiros sobre a viatura. Desembarcando e reagindo violentamente, a tropa do Exército provocou a fuga dos "guerrilheiros", que, embrenhando-se nas matas, só mais tarde seriam capturados, através de operações de cerco.

Infelizmente, a ação dos seguidores de Jefferson fez uma vítima fatal. O 3º Sargento Carlos Argemiro Camargo, que servia na Companhia de Infantaria de Francisco Beltrão, foi alvejado várias vezes ao desembarcar da viatura, deixando viúva grávida de sete

meses. Encerrava-se, tragicamente, mais uma aventura maquinada por Brizola.



Cardin (segundo esq) ao ser preso

Após cumprir pena, Jefferson Cardin, em entrevista concedida a Décio de Freitas, em março de 1980, na Assembleia Legislativa gaúcha, declarou que a "Operação Três Passos" previa a entrada de Brizola no Brasil, a fim de catalisar e detonar as revoltas: *"Acho que Brizola se acovardou, foi uma traição, porque em seu apartamento na Praça Independência, em Montevideu, selamos um pacto. Ele não cumpriu este compromisso, que era o de derramar sangue pelo povo brasileiro."*

Em novembro de 1979, o "Coojornal" publicou uma entrevista concedida um ano antes pelo ex-sargento Alberly, na qual declarou que o dinheiro para financiar a Operação - um milhão de dólares - havia sido conseguido em Cuba e levado, até Brizola, por Darcy Ribeiro e Paulo Schilling. Afirmou, também, sobre Brizola, que: *"a traição dele foi ter mandado iniciar o movimento e depois ter-se arrependido e não colocado o plano em execução."*

Pouco tempo depois da entrevista, em fevereiro de 1979, o ex-Sargento Alberly era misteriosamente assassinado, em circunstâncias nunca bem explicadas, no oeste paranaense.

Após esse malogro, Brizola afastou-se da Frente Popular de Libertação e, ainda no Uruguai, conduziria mais um movimento revolucionário para o fracasso.



8. O PCB: mudança para a linha de massa

Durante o ano de 1965, o PCB deu início a sua rearticulação, com o Comitê Central e a maioria dos comitês Estaduais voltando a reunir-se regularmente. Algumas poucas quedas no Comitê Central e em alguns Comitês Estaduais não chegaram a afetar seriamente a estrutura do Partido. O PCB estava sob a orientação de uma linha radical, estabelecida, desde julho do ano anterior, por uma reunião da Comissão Executiva. Em alguns Comitês Estaduais, inclusive, chegou a tentar determinadas ações.¹¹⁵

Durante 15 dias do mês de maio, em São Paulo, reuniu-se o Comitê Central, que rejeitou a visão radical da Comissão Executiva. A Resolução Política, então aprovada, analisando a derrota do PCB frente ao Movimento de Março, afirmou que a bandeira da democracia havia sido entregue para o inimigo e a correlação de forças havia sido mal avaliada, superestimando as próprias forças. O Partido, com isso, radicalizou o processo e enveredou por "um caminho sectário e golpista".

Foi reorganizada a Comissão Executiva, composta por militantes alinhados com esse pensamento do Comitê Central, e os membros divergentes encaminhados para outros Estados: Mário Alves para

¹¹⁵ Na noite de 19 de maio de 1965, Carlos de Lima Aveline, membro do Comitê Estadual do PCB do Rio Grande do Sul, junto com José Lucas Alves Filho, colocou duas bombas num avião C-47 da Força Aérea Brasileira, estacionado no Aeroporto Salgando Filho, em Porto Alegre. A sabotagem, inicialmente prevista para ser desencadeada contra um avião norte americano, fracassou, por uma falha no dispositivo detonante.

Minas Gerais, Marighela para São Paulo, Jacob Gorender para o Rio Grande do Sul, Jover Telles para a Guanabara e Apolônio de Carvalho para o Rio de Janeiro. Foi regularizada a publicação do jornal "Voz Operária", pois o "Novos Rumos" havia sido fechado em 1964. Estabeleceu-se um programa mínimo de resistência, visando a acumulação de forças, baseado na defesa das liberdades democráticas e na anistia e contra o arrocho salarial e a desnacionalização da economia.

O Partido apoiou a criação do Movimento Intersindical Antiarrocho (MIA) e iniciou contatos com a cúpula da Igreja Católica, através de Luís Inácio Maranhão. No Movimento Estudantil, opôs-se à linha radical desenvolvida pela frente composta pela AP, pela POLOP e pelo PC do B.

Entrava o PCB, numa linha de massa.



9. A AP transforma-se numa organização revolucionária

O comitê Nacional da Ação Popular, reunido nesse ano de 1965, aprovou o documento "Resolução Política", que estabeleceu uma nova linha para a organização, em substituição à do "Documento Base", de 1963.

A "etapa da revolução brasileira" foi caracterizada como "socialista de libertação nacional", representando uma simbiose entre a origem católica e idealista da Ação Popular com a sua tendência socialista. Entretanto, o seu "socialismo com humanismo" ainda estava longe da "ditadura do proletariado" preconizada pelo socialismo marxista-leninista. O "caminho da revolução" influenciado pela revolução cubana foi definido como o da luta armada através de uma concepção foquista.¹¹⁶

¹¹⁶ A organização, refletindo a linha do foco revolucionário, estruturou-se em um Comando Nacional e Comandos Regionais, Zonais e Seccionais, com as Organizações de Base ligando-se, diretamente, nos Comandos Seccionais. Foram criadas dez regiões, controladas pelos Comandos Regionais. O órgão superior da AP

A AP transformava-se numa organização revolucionária sem assumir o marxismo-leninismo. Prosseguia no domínio do Movimento Estudantil elegendo seus militantes como membros do triunvirato durante o XXVII Congresso da proscriota UNE, de julho de 1965. Ao mesmo tempo, em frente com a POLOP e o PC do B, conduzia os estudantes na mobilização contra a Lei Suplicy.



10. A POLOP e Brizola

Apesar do fracasso da "Guerrilha de Copacabana", as críticas ao imobilismo do PCB faziam, com que a POLOP se apresentasse como a opção revolucionária do momento.

No início de 1965, os ex-marinheiros e ex-fuzileiros da POLOP, que haviam sido presos, já estavam soltos e na clandestinidade. A organização, impulsionada por sua base militar, reiniciava o planejamento da luta armada, apoiado na doutrina do "foco guerrilheiro".

Na busca de sustentação financeira, a direção da POLOP, através do ex-marinheiro Antônio Duarte dos Santos, entrou em contato com Brizola e seus liderados, surgindo, daí, promessas de apoio mútuo entre as duas facções.

Carecendo de recursos, a POLOP não conseguiu efetivar o seu projeto guerrilheiro. O apoio prometido por Brizola não chegou. Os dólares recebidos de Cuba tinham sido ou seriam enterrados em projetos pessoais e na frustrada tentativa de Caparaó.



era o Comitê Nacional, que, se reunindo anualmente seria constituído pelo Comando Nacional, por representações dos Comandos Regionais e por elementos especialmente convidados.

11. Um mil novecentos e sessenta e cinco

O impacto da Revolução de 31 de Março transformara a República Oriental do Uruguai num centro de conspiração contra o Governo brasileiro. Os elementos que para ali acorreram, refletiam as crises internas por que passavam as organizações subversivas, existentes no Brasil, originadas pelas críticas, acusações mútuas e imputações de responsabilidade pelo fracasso das esquerdas pré-64. A pretensão inicial da formação de uma Frente Única para a derrubada do governo revolucionário brasileiro nunca chegou a concretizar-se. Em nível de cúpula, o prestígio dos envolvidos estava em jogo e os brasileiros no Uruguai gravitavam em torno dessas lideranças, constituindo-se, então, em três grupos: o sindical, o militar e o de Leonel Brizola.

Mesclados nesses grupos, e até mesmo fazendo parte deles, comunistas (inclusive trotskistas) de vários matizes, acabaram por unirem-se, no início do ano, através do chamado "Pacto de Montevideú", cuja expressão organizada auto intitulava-se "Frente Popular de Libertação (FPL)". O objetivo da Frente era integrar as grandes massas no processo de luta, realizando a união "operário-soldado-camponês", esperando contar ainda com favorecimento, bem como com a participação de amplos setores empresariais descontentes com a política econômica do Governo brasileiro. A luta deveria travar-se nas cidades e no campo. Eram, porém, como no dito popular, "muitos caciques para poucos índios", e a FPL ficou na melancólica tentativa da explosão de um bueiro nas cercanias de Jaguarão, no Rio Grande do Sul.

O grupo de Leonel Brizola, o "Pedrinho", lançar-se-ia, todavia, ainda nesse ano, em outra "operação", com as Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN), resultando nas tragicômicas escaramuças de Jefferson Cardin de Alencar Osório, que acabou por fazer do 3º Sargento Carlos Argemiro Camargo a primeira vítima das aventuras guerrilheiras de Brizola e da subversão no Brasil pós-64.

Internamente o PCB articulava-se, organizando sua Comissão Executiva regularizando a circulação de seu jornal, estabelecendo um programa mínimo de resistência e definindo-se por uma linha de

massa. Dentro dessa linha, haveria contato com setores esquerdistas que, então, afloravam na Igreja Católica. Também a AP redefiniria sua linha, transformando-se numa organização revolucionária embora sem assumir, publicamente, o marxismo-leninismo.

O Governo revolucionário, apesar da difícil tarefa de conciliar a normalização constitucional com a Revolução em curso, o que resultava em crises constantes e no estreitamento de suas bases de sustentação, ia implementando uma política austera de recuperação econômica. Apesar de ser conduzido a editar o Ato Institucional nº 2 (AI-2), para reunificar o grupo revolucionário, realizava as eleições previstas e dava posse aos eleitos, inclusive a dois governadores representantes das forças de oposição. A seus problemas iria ter acrescido, a partir desse ano, manifestações do único setor de massa organizado – o estudantil.

O setor estudantil havia sido o preferencial para a doutrinação comunista antes de 1964. Os marxista-leninistas conhecedores da psicologia do adolescente – seu idealismo, seu espírito crítico, seu desejo de se afirmar no mundo dos adultos, a identificação em um grupo como fonte de segurança, etc. - sempre consideraram os jovens em geral, e os estudantes em particular, como a mais importante força auxiliar da revolução comunista.

Assim, Stálin já se referia ao assunto: "*A juventude é livre do peso do passado e assimila, melhor do que ninguém, os preceitos leninistas.*" É nessa idade em que se liberta dos laços afetivos e de dependência da família para ingressar em outros grupos sociais, onde pensa conquistar seu "status", que o jovem se torna presa fácil. No adolescente estão reunidas, numa concentração impressionante, várias, se não todas, condições objetivas para o trabalho dos propagandistas e aliciadores da subversão. Se companheiros, com os quais precise partilhar seus interesses e manter uma relação de dar-e-receber, forem adrede preparados, facilmente poderão lhe impingir seus valores e seus objetivos. E não lhes faltam argumentos tentadores e soluções milagrosas sempre aureoladas de profundo altruísmo e amor pelos "desvalidos" do sistema. Esse trabalho havia ocorrido antes de 64. As instituições de ensino haviam sido infiltradas e, em algumas delas, como a Universidade de Brasília, a título de harmonizar seus currículos à necessidade de uma sociedade em

desenvolvimento, estes haviam sido impregnados de ideias marxistas.¹¹⁷

Com a vitória da Revolução, pôde-se constatar que para o setor estudantil haviam sido canalizadas polpudas verbas pelo MEC -- na época um dos Ministérios mais infiltrados -- e que recursos vindos diretamente de Moscou eram repassados à UNE através da União Internacional de Estudantes (UIE). Na sede nacional da UNE, no Rio de Janeiro, foram encontradas grandes quantidades de filmes e impressos promovendo a Rússia, a China e Cuba. Notória foi a atuação da entidade no combate ao analfabetismo, quando, a guisa desse trabalho meritório, grupos de militantes profissionais passaram algum tempo distribuindo, pelo País afora, material de leitura subversiva, no qual se incluía o manual de guerrilhas de Che Guevara traduzido para o português. Não é de admirar, portanto, que a UNE se reestruturasse com rapidez, mesmo na clandestinidade, que viesse impulsionar a massa estudantil, onde já estavam infiltrados a AP, a POLOP, o PC do B e o PCB, e que esse fosse o primeiro setor de massa a manifestar-se.

Mas, a partir desse ano, o movimento subversivo iria sofrer os influxos mais duradouros da investida externa do Movimento Comunista Internacional (MCI). A influência da revolução cubana iria começar a se fazer sentir na esquerda brasileira marcando uma nova etapa da subversão.

Segundo a ótica desses elementos subversivos, a revolução cubana demonstrara que a tomada do poder já era possível e que essa tarefa não precisava mais ser realizada pelos partidos comunistas

¹¹⁷ Vale a pena conhecer as ideias referentes ao papel da Universidade, por seu fundador e primeiro reitor, o Prof. Darcy Ribeiro, Vice-Governador do Estado do Rio de Janeiro (1983/87). Suas opiniões estão expressas no livro "Contra Vientos y Mareas", (pág. 22), de Vargas Llosa: "O professor Darcy Ribeiro, sociólogo brasileiro, fundador da Universidade de Brasília e assessor durante algum tempo da ditadura militar peruana, em seu livro sobre a Universidade Peruana (1974), define assim a missão da universidade: (...) *levar adiante o processo revolucionário em curso, antecipando dentro da universidade as novas formas de estrutura social que ela deverá estender amanhã a toda sociedade.*

tradicionais. Um desses "revolucionários", Jaime Arenas¹¹⁸ afirma que *"qualquer grupo latino americano organizado e suficientemente audaz para imitar o exemplo cubano teria possibilidade de derrubar um governo, vencer sua polícia e seu exército e instaurar uma nova sociedade socialista que os partidos comunistas e outros movimentos de esquerda do continente haviam estado a anunciar desde tempos atrás."*

Che Guevara ressaltaria outra particularidade dessa revolução vitoriosa - a de que nem sempre era necessário que todas as condições objetivas e subjetivas se dessem juntas para tornar possível o sucesso da revolução.

Esses aspectos vinham colocar por terra um conjunto de concepções defendidas pelos marxistas ortodoxos e abriam caminho para a proliferação de organizações subversivas. Cada elemento que exercia alguma liderança julgava que seu grupo era capaz de fazer a revolução e que não havia o que esperar.

Por outro lado, a não concordância do Partido Comunista Chinês (PCC) com a doutrina de coexistência pacífica, exportada pelo Partido Comunista da União Soviética (PCUS), levava-o a incentivar e a apoiar a luta armada para a tomada do poder.

Esses fatos, ainda que representando linhas político-ideológicas diferentes, tiveram um impacto muito grande sobre os pretensos revolucionários latino-americanos. A partir deles, estes passaram a buscar formas de estimular e desenvolver a luta armada, de uma maneira ou de outra, uma vez que esta se tornava a via eleita para a tomada do poder. As condições do País pouco importavam. Elas poderiam na verdade, auxiliar ou dificultar a tarefa revolucionária, mas a "revolução" precisava ser feita a despeito delas.



¹¹⁸ Arenas, J: "Dans la Guerrille – Origenes de L'Armée de la Liberation Nacional" – Paris, 1972, Calman Levy, pág. 9

CAPÍTULO III

1966

1. A continuidade da política econômica

O Governo Castelo Branco continuava com tenacidade a desenvolver a estratégia que traçara. A política de estabilização econômica enfrentava os mesmos problemas que, em governos anteriores -- com grande impopularidade política - fizeram Juscelino Kubitschek abandonar o Plano Lucas Lopes e Goulart por de lado o Plano Trienal. O diagnóstico econômico, contudo, sugeria que não havia alternativa, e o Governo levava adiante com obstinação seu rigoroso programa anti-inflacionário.

Essas medidas amargas e impopulares por período de tempo continuado impunham, todavia, limites às lideranças populistas ou carismáticas que podiam explorar essa situação. Não era difícil convencer os trabalhadores, por exemplo, que a retirada dos subsídios do trigo e do petróleo revelavam a insensibilidade do Governo com suas dificuldades e aflições.

Nesse ano é cassado Adhemar de Barros. Para os revolucionários, uma parcela de legitimidade da Revolução advinha de seus objetivos de purgar o sistema político da corrupção. No entanto, vários revolucionários de primeira hora eram considerados parte dessa corrupção. Um desses casos marcantes era exatamente o do líder populista e Governador do Estado de São Paulo. Por isso, sua cassação foi bem recebida nos meios revolucionários, embora ela tivesse pouco a ver com seu passado. Adhemar, dado a força econômica do Estado que governava, contrariava a política econômica do Governo Federal, criando-lhe entraves de toda ordem, e por isso foi punido pela Revolução que ajudara a fazer.

As medidas que o Governo vinha tomando tinham largo espectro e iam desde aquelas que visavam à atuação do capital de risco

estrangeiro à reforma agrária, e aproximariam a esquerda da direita nas suas críticas, uns clamando naturalmente, pelo "entreguismo" e outros, pela "subversão".

A verdade é que essa impopularidade da Revolução e essas contestações à política do Governo criavam as condições objetivas em que vicejam as ações extremistas. No dia 31 de março de 1966, uma série de três atentados a bomba verificou-se em Recife, onde 50 dias depois eram lançados dois coquetéis "molotov" na Assembleia Legislativa e onde, ainda em 25 de julho, era feita uma nova série de atentados. Entre estes, estava o do Aeroporto de Guararapes, com duas vítimas fatais e mais de uma dezena de feridos, dentre os quais mulheres e até uma criança, que marcaria o início do terrorismo no País.

Em agosto, uma bomba explodiria no Cine Itajubá, em Santos, e no mês seguinte várias bombas explodiriam na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, e eram fortes os indícios de sabotagem num choque de trens ocorrido na Baixada Fluminense, com 35 mortos.



2. O cumprimento do calendário eleitoral

O Ato Institucional nº 2, que devolvia ao Governo os poderes iniciais da Revolução, não foi suficiente para dar-lhe tranquilidade num ano eminentemente eleitoral. Querendo valer-se ao mínimo desses poderes, o Governo utilizou o AI-2 em doses homeopáticas, e às vezes de forma "casuística" causando, em cada oportunidade, crises que tumultuavam a normalidade política. As eleições desse ano iriam demonstrar, também, que a propalada unidade militar só é verdadeira, enquanto organizacional; desfaz-se no momento em que os militares se imiscuem na política. Alguns militares que atuaram ativamente na Revolução já haviam dela se afastado, nos primeiros momentos, por não terem sido aproveitados nos círculos do Governo ou por não terem recebido o Comando que se julgavam merecedores. Agora seria a vez de outros militares, que haviam

desempenhado importante papel na Revolução, incompatibilizarem-se com ela, porque o Governo, mantendo o domicílio eleitoral - que no ano anterior afastara o General Lott da disputa pelo governo do Estado da Guanabara – os impedia de disputar governanças estaduais.

Com o dispositivo revolucionário de sustentação política bastante reduzido o Presidente Castelo, se é que desejou, não pode obstar a candidatura do General Costa e Silva para a Presidência da República, que não seria o candidato de sua preferência. Costa e Silva precipitou o processo aceitando ser lançado candidato pela ARENA, e quando o partido foi consultado, recebeu o apoio da maioria dos diretórios. O General não deixou, também, de ser sondado pelo MDB, que apostava num desentendimento entre os dois líderes revolucionários. Costa e Silva, porem, enquadrou-se no esquema estabelecido pelo Governo, propondo-se a manter-se fiel à política revolucionária e, a 3 de outubro era eleito Presidente da República.

Já nas eleições para os Executivos estaduais, o Governo pode impor seu esquema para a escolha dos candidatos. Às vésperas dessas eleições, nas quais também seria renovado um terço dos senadores e se elegeriam os membros da Câmara dos Deputados e das Assembleias Legislativas, o Governo ver-se-ia às voltas com o manifesto da autodenominada "frente ampla".

Carlos Lacerda há algum tempo, vinha fazendo pronunciamentos que o Governo procurava minimizar, embora suas entrevistas e declarações alcançassem ressonância no ambiente político. Sem encontrar a esperada reação do Governo à sua ilimitada capacidade de agressão, Lacerda trocava, também, há algum tempo, informações, realizando contatos através de correligionários de Juscelino Kubitschek e João Goulart. Pretendia reunir líderes populares, cassados ou não, de qualquer tendência ideológica, numa frente de resistência ao sistema. Não obtendo a assinatura dos dois próceres cassados, Lacerda lê o manifesto da frente a poucos dias das eleições de 15 de novembro. Não alcança, porém, repercussão maior do que aquilo que lhe querem emprestar os comentaristas políticos.

Realizadas as eleições, o Governo Castelo cumpria cabalmente o calendário eleitoral.



3. Nova Constituição

Após as eleições, o Governo submeteu ao Congresso o projeto de Constituição, que por oito meses vinha sendo elaborado e discutido, recebendo opiniões de juristas e políticos. O Governo considerava que, com esse projeto e com a reformulação da Lei de Imprensa, da Lei de Segurança Nacional e a efetivação da Reforma Administrativa, asseguraria ao Governo Costa e Silva o instrumental necessário para a volta à normalidade democrática, com a continuidade da obra revolucionária.

Quando o Congresso se reuniu para examinar o projeto de Constituição, um dos temas dominantes, no ambiente político era o chamado Pacto de Lisboa, que acabara de ser firmado entre Lacerda e Kubitschek. As proposições desse pacto eram de divergência, em relação ao Governo e não se podia esperar que pudesse colaborar no esforço de normalização institucional que se realizava no País. Não havendo eleições previstas em curto prazo, seus propósitos só podiam ser tomados como de enfrentamento ao Governo.

Apesar desse evento, o Governo declarou que considerava peremptos os artigos 15 e 16 do AI-2, não devendo haver cassação de mandatos, nem durante nem após a discussão do projeto constitucional.

O Congresso esteve reunido de 12 de dezembro a 20 de janeiro, e neste período foram acolhidas 343 emendas das centenas apresentadas, sendo boa parte delas de iniciativa da oposição.

A eleição indireta para presidente foi inserida no projeto por iniciativa do Senador Daniel Krieger, que, segundo o jornalista Castello

Branco,¹¹⁹ “*exprimindo o pensamento dominante dos civis, era pela manutenção da eleição indireta a fim de resguardar-se de agitação política o começo do novo Governo*”.

Do projeto original, o capítulo sobre Direito e Garantias Constitucionais foi o que sofreu maior alteração. Foi emendado radicalmente, tendo sido substituídos todos os seus dispositivos. Também no artigo 150 o Governo concordou com alterações, mantendo apenas a Suspensão de direitos políticos, dentre as diversas restrições ali inseridas à Declaração de Direitos. Essa modificação pareceu suficiente ao MDB para justificar um compromisso de votação da emenda do Governo.

O Senador Afonso Arinos, que vinha prestando assistência ao projeto, mostrava-se satisfeito, chegando a prever uma, votação unânime das partes fundamentais do projeto e a declarar que o Brasil “*irá ter, afinal, uma Constituição que não nos intimida nem nos envergonha.*” Considera o Senador, diz Castello Branco, que as modificações introduzidas no projeto o aperfeiçoam substancialmente.¹²⁰

No dia 24 de janeiro de 1967, a nova Constituição é promulgada pelas mesas do Senado e da Câmara. Tudo indicava que o País caminhava para a normalidade democrática.



4. O Movimento Estudantil inicia o enfrentamento

Se o ano anterior marcou o início das manifestações organizadas do Movimento Estudantil, o ano de 1966 foi importantíssimo para esse movimento, pois demonstrou, aos estudantes, ser possível o enfrentamento direto com as forças policiais.

Por outro lado, a luta interna nas organizações comunistas, caracterizada pela divisão entre radicais e moderados, levava a maior

¹¹⁹ Castello Branco, C: “Os Militares no Poder”, vol. 1 – Ed. Nova Fronteira – pág: 610.

¹²⁰ Castello Branco, C: “Os Militares no Poder”, vol. 1 – Ed. Nova Fronteira – pág: 637

parte dos universitários politizados a insurgir-se contra a orientação chamada de "reformista" e a fortalecer as dissidências desses partidos, particularmente do PCB.

Nessa época, as bandeiras básicas dos estudantes eram as lutas contra os acordos MEC-USAID, contra a privatização do ensino e o pagamento das anuidades e pelas "liberdades democráticas" e contra a "ditadura".



Passeata em São Paulo

Em meados de março, a atuação policial contra uma passeata estudantil, realizada em Belo Horizonte, desencadeou novas passeatas de solidariedade em São Paulo e no Rio de Janeiro, além de manifestações em Curitiba e em Vitória. Para dificultar a intervenção policial, algumas técnicas novas foram executadas, como a de desmobilizar e reagrupar com rapidez, a de caminhar por entre os carros e a de cantar o Hino Nacional.

O "CACO-Livre", entidade que sobre-existia ao fechamento do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira, da Faculdade de Direito, da Universidade do Brasil, afirmava, em panfleto, a necessidade de "derrubar a ditadura" e a possibilidade de "resistir ativamente à repressão policial", através de "um preparo cada vez maior".

Nesse primeiro semestre de 1966, o Movimento Estudantil prosseguiu em contínua ascensão, até que, em 28 de julho, a UNE realizou o seu XXVIII Congresso, clandestinamente, nos porões do convento dos padres franciscanos, em Belo Horizonte. Burlando o cerco policial, cerca de 300 delegados elegeram o mineiro José Luiz Moreira Guedes como presidente, prosseguindo o domínio da Ação Popular sobre a entidade.

Em setembro, numa tentativa de minimizar a crescente agitação estudantil, o Governo lançou o Movimento Universitário para o Desenvolvimento Econômico e Social (MUDES). De nada adiantou.

Politizada, ideologicamente conduzida e sentindo-se suficientemente forte, a UNE fez desencadear sucessivas greves, passeatas e manifestações em todas as principais capitais brasileiras, com enfrentamentos diretos com as polícias.

Em 18 de setembro, uma greve geral, demonstrando a influência da UNE, paralisou todas as universidades do País.

O "Dia Nacional de Luta Contra a Ditadura", comemorado no dia 23, provocou distúrbios estudantis, de Porto Alegre a Belém. No Rio de Janeiro, depois de uma passeata em que a palavra de ordem foi "Povo organizado derruba a ditadura", 600 estudantes ficaram encurralados na Faculdade Nacional de Medicina, na Avenida Pasteur. Na madrugada do dia 24, a Polícia Militar invadiu a Faculdade e prendeu dezenas de estudantes.

Tal ação, que ficou conhecida como o "Massacre da Praia Vermelha", se não foi uma vitória do enfrentamento estudantil, pelo menos serviu como um ponto de referência para a radicalização, que desembocaria nas manifestações de 1968.

Em novembro de 1966, o desligamento oficial das dissidências universitárias do PCB passou o controle do Movimento Estudantil da Guanabara aos estudantes que defendiam a luta armada.



5. Cuba e a Tricontinental, a OLAS e a OCLAE

Em 1966, julgando-se detentora de uma nova doutrina guerrilheira, Cuba promoveu uma série de eventos congressos, e conferências, reuniões, etc, buscando a posição de líder da revolução na América Latina.¹²¹

De 3 a 15 de janeiro de 1966, em Havana, realizou-se a I Conferência de Solidariedade dos Povos da Ásia, África e América Latina, que ficou conhecida, simplesmente como a "Tricontinental".¹²²

À Conferência Tricontinental compareceram representantes comunistas de 82 países, dos quais 27 latino-americanos, num total de 483 delegados. A delegação do Brasil foi integrada por Aluísio Palhano e Excelso Ridean Barcelos, indicados por Brizola; Ivan Ribeiro e José Bustos, pelo PCB; Vinícius José Nogueira Caldeira Brandt, pela Ação Popular; e Félix Ataíde da Silva, ex-assessor de Miguel Arraes e que residia em Cuba.

Durante todo o encontro, a tônica foi a defesa da luta armada, desde o discurso de abertura, pronunciado pelo Presidente de Cuba, Oswaldo Dorticos, quando afirmou que "*todos os movimentos de libertação têm o direito de responder à violência armada do imperialismo com a violência da Revolução*", até o encerramento, com a afirmação de Fidel Castro de que a luta revolucionária deveria estender-se a todos os países latino-americanos.

¹²¹ Na época, já existia a Organização de "Solidariedade dos Povos da Ásia e da África" - (OSPAA), orientada pela China Comunista. Em fevereiro de 1963, em Tanganica, realizara-se a III Conferência da OSPAA, na qual Cuba lançou a ideia de estender as atividades da organização para a América Latina. Na IV Conferência da OSPAA, realizada em maio de 1965 em Gana, decidiu-se que no ano seguinte essa Organização iria realizar uma conferência em Cuba para integrar a América Latina.

¹²² A China pretendia estender sua influência à América Latina. Entretanto, a União Soviética não via com bons olhos essa influência e, veladamente, manobrou para que Cuba e a Tricontinental permanecessem sob a sua orientação, isolando os chineses. Durante os debates, a questão sino-soviética acirrou os ânimos. Ao final, a China, derrotada, ficou apenas com a sua própria OSPAA.

Na "Declaração Geral" aprovada, afirma-se "*o direito geral dos povos para obter sua libertação política, econômica e social pelos caminhos julgados necessários, incluindo a luta armada*". Recomenda, também, "*incrementar a participação da juventude nos movimentos de libertação nacional*" e faz chamamento às organizações femininas e sindicais. No campo cultural, defende a publicação de "*obras clássicas e modernas*", a fim de "*romper o monopólio cultural da chamada civilização ocidental cristã*".

Para fazer cumprir os acordos e dirigir o processo subversivo, a Tricontinental criou a Organização de Solidariedade dos Povos da Ásia, África e América Latina (OSPAAL), com sede em Havana, dirigida por um secretariado composto por um secretário-geral, cubano e 12 secretários, quatro de cada continente.

Em 16 de janeiro de 1966, um dia depois do término da Tricontinental, reuniram-se as delegações dos 27 países latino-americanos que participaram da Conferência e criaram a Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS).

Num folheto, posteriormente distribuído a diversos países da América Latina, denominado "*Que es la OLAS*", aparece a sua finalidade, que era a de "*unir, coordenar estimular a luta contra o imperialismo norte-americano, por parte de todos os povos explorados da América Latina*".¹²³

Integrada pelos Comitês Nacionais dos diversos países - partidos e organizações comunistas que aceitaram as resoluções da Tricontinental - a OLAS passou a ser dirigida por um Comitê de Organização, constituído por representantes do Brasil, Cuba, Colômbia, Guiana, Guatemala, México, Peru, Uruguai e Venezuela. A secretaria geral foi entregue à cubana Haydée Santamaría e o representante brasileiro era Aluísio Palhano.

A partir de sua criação, a OLAS passou a preparar a realização de sua primeira Conferência, prevista para julho de 1967.

¹²³ Sobre a OSPAAL e a OLAS, esclarece o folheto: "*A OSPAAL trabalha para unificar, coordenar e impulsionar a luta contra o imperialismo e o colonialismo no âmbito de três continentes. A OLAS, no âmbito de um único: a América Latina*".

Outro importante evento patrocinado por Cuba foi o IV Congresso Latino-Americano de Estudantes (IV CLAE), realizado de 29 junho a 11 de julho de 1966, em Havana, cujo representante brasileiro foi o então presidente da UNE, José Fidélis Augusto Sarno, militante da Ação Popular.

A IV CLAE aprovou uma "Resolução Geral", na qual os estudantes proclamavam *"solenemente que a luta armada constitui hoje, a mais efetiva e consequente forma de luta"* e que *"a tomada do poder político, em diferentes países da América Latina, em proveito das classes populares, não poderá ser feita pela via eleitoral ou parlamentarista, mas através da violência revolucionária."*

Para instrumentalizar suas resoluções, a IV CLAE criou a Organização Continental Latino-americana de Estudantes (OCLAE), com sede em Havana e dirigida por um secretariado permanente, ao qual foi designado, como representante brasileiro, José Jarbas Diniz Cerqueira, militante da Ação Popular.

Cuba, assim, passou a dispor de dois instrumentos para exportar a sua revolução, a OLAS e a OCLAE, que, nos anos seguintes, injetariam recursos, difundiriam o foquismo e formariam os quadros para desencadear as guerrilhas na América Latina.

No Brasil, a efervescência do Movimento Estudantil e o processo de luta interna nas organizações comunistas, causado pelas discussões entre a luta armada e a via pacífica, proporcionaram um campo fértil para a propagação das ideias revolucionárias cubanas, desaguando na radicalização do processo subversivo e na formação de dezenas de organizações militaristas, de linha foquista.



6. O Movimento de Resistência Militar Nacionalista (MRMN) e a Resistência Armada Nacionalista (RAN)

Nos primeiros meses de 1966, a I Conferência Tricontinental de Havana e a criação da OLAS agitaram os três grupos de exilados brasileiros no Uruguai, já conscientes do fracasso da Frente Popular de Libertação. Em março, esses grupos realizaram diversas reuniões, com a finalidade de formar uma frente única. Entretanto, enquanto o grupo de Brizola acreditava que dentro do Brasil afloraria um movimento contra o Governo, o grupo militar não concordava com essa posição e afirmava que a revolução armada era a única forma de tomada do poder.

Este grupo preconizava a criação de uma estrutura clandestina, conduzida por uma liderança conhecida e atuando no Brasil. Para ela, a presença física de Brizola no Brasil era a condição indispensável para o início do movimento. Na verdade, os militantes viviam um dilema. Apesar de pretendem a liderança de Brizola como elemento catalizador do movimento, relutavam em aceitá-la, em consequência de repetidos fracassos de suas tentativas subversivas, qualificadas como aventuras irresponsáveis.

A convicção revolucionária de Brizola não era tão grande a ponto de levá-lo a se expor fisicamente, liderando um movimento revolucionário no interior do País. Essa posição constituiu-se no ponto de ruptura entre os dois grupos.

Em 20 de maio de 1966, realizou-se uma reunião do grupo militar na residência do ex-Almirante Cândido de Assis Aragão, em Montevideu, sendo constituída a organização que iria atuar clandestinamente no Brasil, o Movimento de Resistência Militar Nacionalista (MRMN). Ficou estabelecido que o MRMN desencadearia inicialmente, uma série de atos de terrorismo contra alvos ligados aos interesses norte-americanos no Brasil, passando numa segunda fase à eliminação física dos membros do "*Peace Corps*" e de outros norte-americanos, tachados de "*agentes da CIA e do imperialismo*". O MRMN acreditava que os atos terroristas provocariam uma repressão violenta, que, por

sua vez, conduziria ao clima visado pela organização, denominado de "autodefesa das massas".

O movimento, a partir daí, ganhando mais adeptos, desaguaria na revolução armada, a partir de ações de guerrilhas bem constituídas. As bases do movimento seriam levadas ao Rio Grande do Sul, com a ideia de recrutar militares e civis, que participariam da organização formando "núcleos de resistência em várias cidades do Brasil."¹²⁴

Em 26 de maio de 1966, o MRMN deu publicidade ao manifesto "Ao Povo Brasileiro", no qual transmite uma imagem hegemônica e imperialista do Brasil na América do Sul. No início de junho, os "militares" do MRMN tentaram uma aproximação com o grupo sindical de exilados.¹²⁵ A tentativa não teve êxito. Os sindicalistas acreditavam que a tentativa dos ex-militares prejudicaria o trabalho que Dante Pelacani estava desenvolvendo em São Paulo, em ligação com Benedito Cerqueira e com a Federação Sindical Mundial. Ainda em junho de 1966, o MRMN entrou em contato com o Comitê de Apoio a Cuba, a fim de obter o seu reconhecimento político.

Em 15 de junho, Jango realizou uma reunião, em sua residência, com o MRMN, quando prometeu auxílio financeiro ao movimento.¹²⁶

Debatendo-se em busca de reconhecimento político e de apoio financeiro, o MRNN saiu do imobilismo, realizando, em 21 de outubro de 1966, um atentado a bomba contra o monumento do Barão do Rio Branco, em Montevidéu, executado por Gualter de Castro Mello, Tito Guimarães Filho e Arnaldo Magno de Araújo.

¹²⁴ Inicialmente, a chefia do MRNN coube ao ex-Almirante Cândido Aragão. Posteriormente, por problemas de saúde, Aragão entregou o comando a Alfredo Ribeiro Daudt e a Emanuel Nicoll. Integrariam o MRMN os ex militares exilados no Uruguai e em outros países, ex militares cassados no Brasil e, clandestinamente, alguns militares ainda em serviço ativo.

¹²⁵ Os "militares" foram representados por Alfredo Ribeiro Daudt, Emanuel Nicoll e Jacy Pereira Lima e os "sindicalistas" por Osvaldo Pacheco, Osmildo Stafford da Silva, Luis Cláudio Braga Duarte e Dante Pelacani.

¹²⁶ Tentando ficar acima dos grupos, Jango criou um Comitê para coordená-los, integrado por Emanuel Nicoll, representando o grupo militar; Dante Pelacani, o sindical; Neiva Moreira, os brizolistas e Darcy Ribeiro, representando o próprio Jango, porém a iniciativa não prosperou.

Em dezembro de 1966, a direção do MRMN decidiu mudar o nome da organização para Resistência Armada Nacionalista (RAN), que utilizava como símbolo, uma rã.¹²⁷ Ficou prevista a ida de Aragão, Daudt e Arnaldo Magno de Araújo a Cuba, a fim de conseguir recursos para enviar seus militantes para realizarem cursos de guerrilha em Cuba e na Coreia do Norte. A RAN lutava para afirmar-se e ser reconhecida.



7. Brizola e o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR)

Por ocasião da I Conferência Tricontinental, em janeiro de 1966, Brizola, buscando ser reconhecido como grande líder da revolução brasileira, enviou a Havana seu representante Aluísio Palhano, membro da ex-CGT.

Rompido com o grupo militar do MRMN e pressionado, de um lado, por Cuba, para justificar os recursos financeiros que vinha recebendo, e, por outro lado, pelos seus seguidores, descontentes com a falta de um plano para o retorno, Brizola criaria, em 1966, o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR).

Com a ideia de implantar a guerra de guerrilhas no campo, com o apoio de um movimento urbano, o MNR articulou-se, basicamente, em dois núcleos: o primeiro, sediado em Montevidéu, que manipulava a organização, e o segundo, no Rio de Janeiro, onde se situava o Comando Nacional. Havia, ainda, ligações em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. De Montevidéu, Brizola chefiava as articulações, em companhia do ex-Coronel do Exército Dagoberto Rodrigues, seu assessor militar, além de outros, como Almino Afonso, Paulo Schilling, Paulo Mello e Moysés Kupperman. No Rio de Janeiro, a direção era de Bayard Demaria Boiteaux, assessorado por Amadeu

¹²⁷ Com o objetivo de angariar o apoio financeiro do Partido Comunista Uruguaio e da OLAS, a RAN pretendia lançar um manifesto assinado por Aragão nas principais capitais brasileiras e pichar muros para popularizar a nova sigla.

de Almeida Rocha, no campo político, e pelo ex-Capitão Juarez Alberto de Souza Moreira, no campo militar.¹²⁸

Para a formação dos guerrilheiros, Brizola obteve o apoio de Cuba. O treinamento iniciava-se em Pando, no Uruguai, numa estância de propriedade de Izidoro Gutierrez, ex-vereador de Uruguaiana, ligado a Brizola. Os elementos selecionados eram enviados a Paris, via aérea, onde eram recebidos por Max da Costa Santos, que "legalizava" seus documentos. Daí seguiam para Praga, onde um funcionário cubano os embarcava em aviões cubanos, em direção a Havana. Diversos ex-militares foram treinados em guerrilhas, durante cerca de três meses, na região de Pinar del Rio, em Cuba.

A ideia inicial de Brizola era instalar três focos de guerrilha. O primeiro seria no norte do Rio Grande do Sul, liderado pelo ex-Sargento Amadeu Felipe da Luz Ferreira. O segundo, no Brasil Central, sob a responsabilidade de Flávio Tavares. O terceiro foco localizar-se-ia em Mato Grosso, sob a orientação de Dagoberto Rodrigues. A morte do ex-Sargento Manoel Raimundo Soares, participante do primeiro grupo, provocou a transferência do foco para a região de Caparaó, na Serra do Mar, entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

O ano seguinte veria mais uma vez o fracasso das tentativas de Brizola e seu Movimento Nacionalista Revolucionário.



¹²⁸ Havia, também, no Rio de Janeiro, um "colegiado de intelectuais", do qual faziam parte, dentre outros, Amadeu Thiago de Melo, Antônio Carlos Callado, Gabriel Obino, Otto Maria Carpeaux, Ana Araújo de Arruda Albuquerque e Maria Ignez da Costa Duque Estrada Bastos. O jornalista Flávio Tavares funcionava como "pombo-correio" entre o Brasil e o Uruguai.

8. O acirramento da luta interna no PCB

Para PCB, o ano de 1966 foi marcado pelo acirramento da luta interna entre "moderados" e "radicais", surgida desde 1964.

Por um lado, os "moderados", dominando o Comitê Central com cerca de 2/3 de seus membros, iniciavam um trabalho de massa e procuravam neutralizar a influência dos "radicais".¹²⁹

Por outro lado, o crescimento da influência cubana no cenário revolucionário latino-americano - com a realização da Tricontinental de Havana e a criação da OSPAAAL e da OLAS, em janeiro de 1966 - incentivava os "radicais" a exigirem uma posição mais firme da cúpula do Partido.

Em junho, pressionado e procurando dar uma satisfação à ala radical, o Comitê Central do PCB realizou uma reunião, na qual criou uma Seção de Trabalhos Especiais, que entre outras atribuições, tinha o encargo principal de preparar o Partido para a luta armada. No mês seguinte, enviou 10 militantes para realizarem um curso de guerrilhas em Moscou.¹³⁰

Tais providências, entretanto, não satisfizeram os radicais. Já constituídos na denominada "Corrente Revolucionária", levavam suas ideias aos Comitês Estaduais de São Paulo, Guanabara, Minas Gerais e Rio Grande do Sul e ao Comitê Metropolitano de Brasília, provocando o surgimento de dissidências internas, embriões de futuros "rachas" no PCB.

¹²⁹ Nessa linha o PCB apoiou o MDB nas eleições de novembro de 1966, contra a proposta do voto nulo e incentivou a atuação junto aos sindicatos, inclusive apoiando em dezembro o I Congresso da CONTAG. Estimulou um movimento de protesto da intelectualidade contra o que chamava de "terror cultural" e, no campo, iniciou um trabalho "*em colaboração particularmente, com elementos progressistas do clero católico.*" – Carneiro Pessoa, R: "PCB: Vinte Anos de Política" – Liv. Edit. Ciências Humanas, 1980, pág: 88.

¹³⁰ Participaram desse curso, entre outros: Fernando Pereira Cristino, Manoel Messias da Silva, Nilson Amorim de Miranda, Osmundo Bezerra Duarte, Paulino Vieira, Sebastião Pafuni, Tomaz Antônio da Silva Meirelles Neto e Khalil Dib.

Em 10 de dezembro de 1966, Carlos Marighela, um dos líderes da "Corrente Revolucionária", contando com o apoio do PC cubano, enviou uma "Carta à Executiva", na qual renunciava à Comissão Executiva do PCB (ainda permanecendo no Comitê Central) e demarcava a sua postura revolucionária:

"O contraste de nossas posições políticas e ideológicas é demasiado grande e existe entre nós uma situação insustentável. (...) desejo tornar público que minha disposição é lutar revolucionariamente junto com as massas (...)"

As divergências acentuavam-se cada vez mais. O processo de preparação do VI Congresso, previsto para 1967, obrigaria o PCB a tomar enérgicas providências para afastar as tendências guerrilheiras que ameaçavam galvanizar o Partido.



9. O PC do B inicia a preparação para a luta armada

Em fins de março de 1966, no Rio de Janeiro, o PC do B realizou uma reunião do Comitê Central, na qual foi aprovado o documento "O Marxismo-leninismo Triunfará na América Latina (Carta Aberta a Fidel Castro)".

Nesse documento, o PC do B posiciona-se contra Fidel Castro e contra a União Soviética e defende a China e Mao Tsetung. Cita os discursos de Fidel Castro de 19 de janeiro, de 6 de fevereiro e de 13 de março de 1966, condenando-o pelos ataques à China. Critica a criação, durante a I Conferência Tricontinental de Havana, "de um comitê para coordenar, na América Latina, as lutas de libertação nacional".¹³¹

¹³¹ O PC do B diz que é "farisaísmo" o que Fidel vem fazendo ao tentar criar essa "espécie de marxismo-leninismo para a América Latina", pois o "marxismo-leninismo é universal e não existe um marxismo-leninismo latino-americano como não há marxismo-leninismo russo ou chinês". Enaltece Mao Tsé-tung, afirma que ele é "o

Em junho, no Rio de Janeiro, a VI Conferência Nacional do PC do B aprovou o seu Estatuto e as Resoluções políticas, estabelecendo a estratégia e a tática. Um importante documento foi aprovado nessa Conferência - "União dos Brasileiros para livrar o país da Crise, da Ditadura e da Ameaça Neocolonialista" – no qual o PC do B amplia e detalha o documento de agosto de 1964.¹³²

O principal aspecto desse documento é o chamamento a Guerra Popular e à luta revolucionária no campo:

"É imprescindível preparar-se para a luta armada, forma mais alta da luta de massas. A luta revolucionária em nosso país assumirá a forma de Guerra Popular (...) que implica na necessidade de organizar as forças armadas do povo a partir de pequenos núcleos de combatentes, no amplo emprego da tática de guerrilhas e na criação de bases de apoio no campo."

Nas últimas linhas, um presságio sombrio atestava o início da preparação do PC do B para a luta armada:

"A Revolução não é um problema remoto. Mais dia menos dia, o povo há de empunhar armas (...)"

Na VI Conferência foi eleito um novo Comitê Central, integrado por 21 membros efetivos e 11 suplentes¹³³ e iniciada uma luta interna no PC do B, concluída, alguns meses depois com a formação de duas novas organizações, a Ala Vermelha e o Partido Comunista Revolucionário.



maior marxista-leninista de nossos dias, valoroso revolucionário, admirado e acatado em todo o mundo."

¹³² Sobre os Estados Unidos, afirma que o país "*ultrapassa em crueldade e banditismo o próprio Hitler e é o pior e o principal inimigo da humanidade, o agressor mais feroz e insolente da história*". Defende a China e a Albânia e ataca a Rússia, o Partido Comunista da União Soviética e o revisionismo do PCB.

¹³³ Os principais membros do Comitê Central eram: João Amazonas, Pedro Pomar, Maurício Grabois, Ângelo Arroyo, Diógenes de Arruda Câmara, Carlos Nicolau Danielli, Luiz Guilhardini, Lincoln Cordeiro Oest, Lincoln Bicalho Roque, Dynéas Fernandes Aguiar, José Duarte, Elza Lima Monnerat, José Huberto

10. O PCR e a AV: duas dissidências do PC do B

Em 1966, duas dissidências surgiram no bojo da luta interna no PC do B, aguçada na sua VI Conferência Nacional, realizada em junho. A primeira, liderada por Ricardo Zarattini Filho, Amaro Luiz de Carvalho e, posteriormente, Manoel Lisboa de Moura, deu origem ao Partido Comunista Revolucionário (PCR). A segunda, liderada por Tarzan de Castro, Diniz Cabral Filho e Élio Cabral de Souza, veio a formar a Ala Vermelha (AV).

A dissidência que deu origem ao PCR, em maio de 1966, ainda antes da VI Conferência do PC do B, emitiu o documento "Carta de 12 Pontos aos Comunistas Revolucionários", considerada como o documento-base do Partido. Na introdução dessa Carta, há a crítica ao PC do B, acusado de *"esconder a sua verdadeira face reformista para os comunistas e revolucionários"* e de utilizar *"toda uma fraseologia e o rótulo da ideologia revolucionária num recipiente cujo conteúdo era uma prática burguesa"*.

Entretanto, a linha política estabelecida na "Carta de 12 Pontos (...)" era, em quase tudo, semelhante à do PC do B: caracterizava o inimigo principal como sendo o imperialismo norte-americano; defendia a aliança operário-camponesa e a guerra popular prolongada através da guerra de guerrilhas; e estabelecia o campo como mais importante para a revolução do que as cidades. Só se diferenciava do PC do B quando privilegiava o Nordeste como área prioritária da revolução e quando afirmava que a "frente única com a burguesia nacional" só poderia ser efetuada depois da *"formação das forças armadas populares, através do próprio desenvolvimento da guerra popular"*.

A dissidência que deu origem à AV formou-se a partir de elementos oriundos, em sua maioria, das Ligas Camponesas, que haviam feito cursos de guerrilha na China. Influenciados pelas ideias foquistas, pensavam em fundi-las com as de Mao Tsé-tung e criar um "foco revolucionário no campo".

No início, a ideia da criação de uma ala dentro do PC do B era ainda difusa e sem possibilidades de existência concreta, em virtude do rígido controle partidário. Os defensores dessa denominada Ala Vermelha do PC do B continuavam a propagar suas ideias individualmente, argumentando que não desejavam seccionar o PC do B, mas somente contribuir para a redefinição de sua linha política, ainda mantendo a fidelidade partidária.

Entretanto, o PC do B, não aceitando essas ideias "divisionistas e fracionistas", expulsou os dirigentes e seguidores do Partido Comunista Revolucionário e da Ala Vermelha do PC do B, ainda em 1966.

No ano seguinte, essas duas dissidências debater-se-iam com os problemas internos de organização e de definição da linha política e, somente em 1968, apareceriam como mais duas organizações atuantes no conturbado cenário da luta armada no Brasil.



11. A AP intensifica suas atividades

As modificações introduzidas pela "Resolução Política" do Comitê Nacional, em 1965, provocaram a intensificação e a radicalização das atividades da Ação Popular no Movimento Estudantil.

Iniciadas como contestação a "Lei Suplicy", as manifestações de rua, passando pela fase da luta contra os acordos MEC-USAID, ganharam nítidos contornos de confrontação ao Governo.

Para unificar o movimento e estendê-lo aos demais segmentos da sociedade, a AP criou o Movimento Contra a Ditadura (MCD) e lançou-se na campanha pelo voto nulo nas eleições parlamentares de 15 de novembro de 1966.

De 29 de junho a 11 de julho de 1966, a AP enviou o seu militante José Fidélis Augusto Sarno à IV Conferência Latino-americana de Estudantes, realizada em Havana. Criada a OCLAE, o militante da AP

José Jarbas Diniz Cerqueira foi designado como o representante permanente da UNE.

A eleição do seu militante José Luiz Moreira Guedes para a presidência da UNE, durante o XXVIII Congresso, realizado em julho, em Belo Horizonte, preservou a hegemonia da AP no meio universitário. Enquanto isso, a influência no meio secundarista continuava assegurada pelas ligações que a organização mantinha com a Juventude Estudantil Católica e pela sua decisiva participação na reorganização da UBES.

A AP solidificava o seu domínio no Movimento Estudantil. As orientações contidas no documento "Resolução Política" também levaram a AP à retomada dos trabalhos no meio operário e no campo.

Escolhido o setor metalúrgico como o mais sensível e o mais organizado, iniciou trabalhos de infiltração na capital de São Paulo, na região do ABC paulista e em Contagem, junto a Belo Horizonte.

No campo, o trabalho orientado pela AP consistiu em dar prosseguimento a uma tarefa semelhante à realizada pelo Movimento de Educação de Base, antes de 1964.¹³⁴ As áreas escolhidas pela organização para fomentar as lutas camponesas foram o conturbado Vale do Pindaré, no Maranhão, a região de Água Branca, em Alagoas, a "Zona da Mata" de Pernambuco, e a zona cacauífera do sul da Bahia.

Para uniformizar e sistematizar as orientações de seu Comando Nacional, a AP iniciou, nesse ano de 1966, a publicação do jornal "Revolução", contendo as diretrizes para a atuação da organização.



¹³⁴ A luta camponesa apoiava-se no anseio pela posse da terra. Os camponeses, orientados para atuar em grupos, realizavam tarefas que, supostamente, estariam ligadas à defesa de seus interesses. O corte das cercas de arame das propriedades – atividade conhecida como "pinicada de arame" – e o abate, a tiros, do gado que estivesse nas roças camponesas eram atividades incentivadas pela AP.

12. O refluxo do PORT

No início do ano anterior, o PORT concretizara a aliança com Brizola, através da assinatura do "Pacto de Montevidéu". Com isso, os dólares cubano-brizolistas passaram a recheiar os cofres de Posadas sem que, entretanto, o PORT contribuísse significativamente, para o avanço da Frente Popular de Libertação.

Somente em dezembro de 1965, apareceu uma ação na qual o PORT teve referência: a "Operação Tartaruga", desencadeada pelos estivadores e portuários de Santos, na luta por aumento salarial. Ela foi conduzida por elementos comunistas, em nome da Frente Popular de Libertação.

A partir de 1966, o descontentamento com Brizola levou o PORT a um refluxo, mantendo-o apenas em atividade de massa. Seu evento mais importante foi a realização da VI Conferência Nacional, em São Paulo, onde o próprio Posadas compareceu e ministrou aulas aos quadros do partido.¹³⁵



13. A POLOP consolida a sua doutrina

A falta de apoio financeiro de Brizola não interrompeu o planejamento do foco guerrilheiro pela POLOP. Entretanto, os constantes boatos de levantes, provenientes do Uruguai, prejudicavam a preparação da guerrilha. Brizola, além de não auxiliar, ainda atrapalhava.

No início de 1966, após realizar um balanço político e material, a direção da POLOP resolveu adiar o projeto foquista, colocando-o numa perspectiva em longo prazo. Em consequência em abril desse

¹³⁵ Em 21 de fevereiro de 1965, a prisão em São Paulo de Tullo Vigevani, membro do Bureau Político do PORT, não afetou a organização, pois a polícia ainda desconhecia a sua grande importância política, libertando-o pouco tempo depois.

ano, em São Paulo, a organização realizou um Pleno Nacional ¹³⁶ no qual foram aprovadas as "Teses de Tiradentes", que configuravam a POLOP como um "movimento operário independente", ao qual se subordinariam a agitação, as alianças com outras forças proletárias e até a guerrilha. A pequena e a média burguesia estariam, inicialmente, excluídas do contato com o movimento, até que este se fortalecesse e se tornasse imune às investidas da ideologia burguesa. ¹³⁷



14. Um mil novecentos e sessenta e seis

Durante o ano de 1966 sentiu-se a intranquilidade reinante no campo social, principalmente entre o operariado e os assalariados, de uma maneira geral, que arcaram com o maior ônus de uma política econômica austera, conduzida com determinação, mas que não mostrara ainda seus frutos.

No campo político, igualmente, a situação não fora tranquila. Havia restrições e descontentamentos; não vivíamos na plenitude do regime democrático. O processo de escolha dos governantes, diferente do usual, embora garantisse a alternância no poder, não era bem visto por boa parte da população dele alijada.

Nesse ano, ocorreram os primeiros atentados terroristas, que, apesar das mortes que provocaram, eram considerados, por observadores

¹³⁶ Esse Pleno contou com a participação da Comissão Nacional e de delegados das Secretarias Regionais de SP, GB, MG, BA, GO, PR e PE.

¹³⁷ A definição e a consolidação ideológicas da POLOP iniciaram-se a partir de abril de 1966, com os textos doutrinários "Aonde Vamos", de Erico Czackes Sachs conhecido como "Ernesto Martins". Esses textos, em número de quatro, e os documentos "Estado e Classe, Ditadura e Democracia" e "Mais uma vez a pequena burguesia", também de "Ernesto Martins", acrescidos de "Perspectiva da Situação Política e Social do Brasil" de Rui Mauro de Araújo Marini, e do "A Guerra revolucionária no Brasil e os Ensinamentos de Mao" de Eder Simão Sader, o "Raul Villa", serviram de base para a formulação do "Programa Socialista para o Brasil" documento que seria aprovado no ano seguinte.

menos avisados - que neles não desejavam ver conotações ideológicas - como expressão desses descontentamentos.

Olhando, porém, de outro ângulo -- que não o dos que haviam sido despojados do poder ou dos impacientes, cujo inconformismo com a situação refletia apenas suas ambições pessoais -- essa situação não se mostrava tão desestimuladora. Pelo contrário, tudo indicava que o País caminhava para a normalidade democrática. Menos de três anos depois de uma Revolução, cumpria-se à risca o calendário eleitoral: um novo presidente da república -- que muitos apostavam que ao chegar ao poder iria "virar pelo avesso" a política vigente - estava eleito e iria tomar posse em breve; e o Congresso Nacional estava em vias de aprovar uma nova Constituição, para cuja elaboração concorreram a oposição e eminentes juristas.

No entanto, pontos de vista à parte sobre a situação interna, e independentemente dela, ocorreram fatos, particularmente no exterior, que iriam influir de maneira decisiva nos destinos do País nos próximos anos, lançando-o à guerra revolucionária.

Usando Cuba, o Movimento Comunista Internacional criara organismos destinados a orientar, incentivar e apoiar a luta armada no continente. Das resoluções secretas da I Conferência Tricontinental, reproduzimos trechos da parte referente ao Brasil, a qual, a um só tempo, mostra a ingerência do Movimento Comunista Internacional e demonstra que a situação internado País apenas consta dessas cogitações na medida em que se afigura favorável à exploração revolucionária:

"O Brasil é o território ideal para a guerra de guerrilhas. É país limítrofe com quase todos os países sul americanos e nosso trabalho ali será facilitado pelo fato mesmo de existir uma oposição difusa e natural ao regime militarista de Castelo Branco. Até Lacerda agora é oposicionista (...) O Partido Comunista e os grupos socialistas afins estão dispostos a capitalizar todo o descontentamento, fortalecendo as guerrilhas, lançando-as de diversos pontos do vasto território do Brasil".

Em seu discurso de encerramento dessa Conferência, Fidel Castro disse: *"A luta anti-imperialista na Guatemala, Colômbia, Venezuela e*

República Dominicana deve estender-se ao Brasil, Paraguai e Argentina e todos os países da América Central'.

Ao término dessa Conferência era criada a Organização Latino-americana de Solidariedade (OLAS), destinada a "unificar, coordenar e impulsionar" a luta armada na América Latina. Atendendo à recomendação da Tricontinental, de "incrementar a participação da juventude nos movimentos de libertação nacional", durante o IV Congresso Latino-americano de Estudantes (IV CLAE), proclamou-se solenemente que *"a luta armada constitui hoje, a mais efetiva e consequente forma de luta"*. Afirmou-se ainda que *"a tomada do poder político, em diferentes países da América Latina, em proveito das classes populares, não poderá ser feita pela via eleitoral ou parlamentarista, mas através da violência revolucionária"*. Para instrumentalizar suas resoluções, o IV CLAE criou a Organização Continental Latino-Americana de Estudantes (OCLAE).

Nos anos seguintes, essas organizações injetariam recursos, difundiriam o "foquismo" como forma de luta e formariam os quadros para desencadear as guerrilhas na América Latina. Suas resoluções e recomendações, de imediato, acirraram as discussões entre as correntes que, no interior dos partidos comunistas e demais organizações subversivas, propugnavam, respectivamente, pela chamada "via pacífica" e pela luta armada.

No PCB, tornou-se crítica a disputa entre "moderados" e "radicais", forçando o Partido a aproximar sua linha política da destes últimos, e enviar militantes a Moscou para frequentar cursos de guerrilha, na tentativa de evitar uma dissidência. Com essas medidas, conseguiu adiar um "racha", concretizado mais tarde entre os jovens. No final desse ano deu-se o desligamento oficial das dissidências universitárias, que, buscando criar suas próprias organizações, iriam levar a luta armada para o Movimento Estudantil.

Ligado ideologicamente ao Partido Comunista Chinês, o PC do B criticou a criação da OLAS, por refletir, no seu entendimento, a tentativa de criar um marxismo-leninismo latino-americano, vendo-se forçado, por aqueles posicionamentos, a fazer um chamamento à guerra popular e à luta revolucionária no campo. Essas providências não seriam suficientes para evitar o surgimento de facções que se

formavam no interior do Partido, influenciadas pelas ideias foquistas. Ainda nesse ano, os dirigentes dessas facções seriam expulsos do Partido e iriam criar em breve duas novas organizações subversivas militaristas.

Esse incentivo à luta armada, partido de Cuba, afetaria também os exilados, particularmente os radicados no Uruguai, tornando-os impacientes quanto ao imobilismo a que tinham sido levados. Uma parcela desses elementos, o Grupo Militar, criou o Movimento de Resistência Militar Nacionalista (MRMN), para atuar clandestinamente no Brasil, tentando obter do Comitê de Apoio a Cuba o seu reconhecimento político. Posteriormente, decidiu-se pela mudança do nome da organização para Resistência Armada Nacionalista (RAN). Brizola, rompido com o MRMN, pressionado por seus seguidores e não desejando perder seu prestígio junto a Cuba, criou uma nova organização, o Movimento Nacionalista Revolucionário, que se articulou em dois núcleos, um no Uruguai e outro no Brasil. Para o preparo de seus quadros, essa organização recebeu o apoio de Cuba e iniciou o envio de militantes a esse país para a realização de cursos de guerrilha.

Mas seria no Movimento Estudantil, pela própria impetuosidade dos jovens, que essa radicalização se faria sentir de forma mais imediata e acentuada. Isto se devia, de um lado, ao fato da Ação Popular, organização subversiva que mantinha a hegemonia no Movimento Estudantil, haver, em julho de 1965, superado o que seus dirigentes chamavam de "período de transição, em que imperou a dispersão ideológica, política e organizativa", marcando a "ruptura com a perspectiva reformista" e adotando a tese da necessidade da tomada do poder através da luta armada. Defendia a Revolução como sendo "socialista e de libertação nacional" e que era, no fundamental, foquista.¹³⁸ A organização iniciava sua fase revolucionária numa linha militarista e é evidente que essas ideias iriam contagiar o Movimento Estudantil. De outro lado, a essas influências somar-se-iam o repúdio à orientação dita "reformista" das dissidências universitárias e do

¹³⁸ Dados retirados da Resolução da Comissão Executiva Provisória da Direção Nacional da Ação Popular, de abril de 1970, da parte intitulada "Quais as origens da atual crise orgânica?"

PCB, agora desvinculadas do Partido, e as influências da OCLAE, onde a UNE tinha um representante permanente.

Tanto a Ação Popular como as Dissidências Universitárias comunistas necessitavam de quadros e iriam suprir-se no Movimento Estudantil. Para isso, nada melhor que explorar o idealismo dos jovens, sob o pretexto de uma "heroica luta contra a ditadura", para lançá-los no enfrentamento direto com as forças policiais, visando a cooptá-los para a atuação nas organizações em processo formação ou de crescimento.

A decisão, porém, já estava tomada por quase uma dezena de organizações subversivas: a luta armada era a forma escolhida para a tomada do poder político. A maioria delas optara pelo "foquismo" ou "foco insurrecional", uma linha radical e militarista. À exceção das organizações em formação no Uruguai; que não tinham uma orientação político-ideológica coerente, todas as linhas marxista-leninistas do Movimento Comunista Internacional aí estavam representadas. A luta armada apenas não se desencadeara porque a maioria das organizações subversivas não se considerava pronta para a ação. Estavam todas elas em laboriosa preparação.

Seria crível que qualquer mudança interna, no sentido de se alcançar a plenitude do regime democrático, desmobilizaria todo esse processo em curso?



CAPÍTULO IV

1967

1. Inicia-se a volta à normalidade

Com a posse do Marechal Costa e Silva no dia 15 de março de 1967, o País reencontrava-se com a ordem constitucional e o estado de direito. Não havia dúvida entre os políticos de que o novo Presidente se dispunha a respeitar essa situação. Aliás, o governo anterior, ao cumprir seus objetivos, não deixou de perseguir essa volta à normalidade.



Marechal Arthur da Costa e Silva

Porém, logo em suas primeiras horas de existência, o novo governo seria submetido a um primeiro teste. Desafiado pelo jornalista cassado Hélio Fernandes, confinou-o, dando-lhe uma mostra dos processos políticos de que se valeria. Quatro dias depois da posse, a Frente Ampla deixa vazar para a imprensa um esboço de seu

manifesto-programa, elaborado pela sua facção esquerdista, que preconizava, entre outras coisas: anistia geral, repudiando a tese da revisão dos processos de cassação; elaboração de uma constituição democrática, quando não haviam passados dois meses que a vigente fora promulgada pelas mesas do Senado e da Câmara; e restabelecimento das eleições diretas para a Presidência da República, processo de escolha que fora o preferido pelos políticos pelas razões expostas no capítulo anterior.

Esses testes não seriam os únicos e nem os mais provocativos, porém já davam uma ideia das dificuldades que o Governo iria enfrentar e os cuidados que deveria ter em suas decisões. Em contrapartida, havia uma expectativa otimista em relação ao novo governo. Essa esperança havia surgido, naturalmente, pelo caráter liberal das intervenções do Marechal Costa e Silva, quando da discussão do projeto de Constituição, e por suas características de homem comunicativo e simples. Politicamente, essa expectativa havia sido forjada pelos políticos que apostavam na incompatibilidade de Costa e Silva com Castelo Branco, na esperança de que, após a posse, o novo governo "multiplicaria por menos um" a política do governo anterior.

Dentro dessa ideia, divulgava-se que a administração Costa e Silva se iniciaria com a implantação de uma "Operação Impacto", sempre negada pelos membros do Governo. Não desencadeada a operação, passou-se a difundir que seria posto em prática um "Plano Alívio", que também não veio nos moldes exageradamente preconizados.

Quando o Marechal Costa e Silva deu as diretrizes de sua política externa, não foram poucos os que viram nela a forma escolhida para divergir da política anterior e que, transplantada para a área interna, "viraria essa política pelo avesso". Qualquer modificação processual ou simples ajustamento às novas realidades eram proclamados como o início da política revisionista. Foi preciso que o tempo escoasse para que se deixasse de crer que o revisionismo viria pelas mãos do Governo - pelo menos, não com a pressa que se desejava.

O novo governo buscava desenvolver sua política própria. Na área econômica, por exemplo, havia diferenças de filosofia entre as duas políticas, tal como a que, dizia respeito à participação do capital

estrangeiro na retomada do desenvolvimento. No setor do trabalho, encetou um ativo programa de organização dos sindicatos, mas sabia que não poderia promover, de imediato, modificações substanciais na política salarial sem que tornasse inútil o sacrifício feito nesses três anos. Era preciso que fosse dado mais tempo para que esse sacrifício pudesse reverter em benefícios.

As medidas tomadas pelo Governo mostravam que, ou não havia muito que mudar, ou não havia, ainda, condições de fazê-lo. Na área política, porém, seriam enfrentados maiores obstáculos.



2. As dificuldades políticas

A Revolução armara um nó que só podia ser desmanchado com o tempo e a compreensão de ambas as partes. As cassações de líderes populares e de militares não permitiam que esses homens retornassem, ao cenário político, fortalecidos pelos seus anos de "exílio" e pela ausência de êxito da Revolução, no curto prazo decorrido. Os revolucionários pensavam, e isto faz parte da experiência política, que seriam por eles hostilizados com sua volta prematura. Esse dilema, entre o desejo de afastar-se do poder e a necessidade de limitar o retorno político dos cassados, existia. Esse "nó" limitava qualquer possibilidade de anistia e outras modificações institucionais em curto prazo. A incompreensão desse aspecto tornaria a crise insolúvel, enquanto esse entendimento não fosse alcançado.

Na intimidade, o Presidente Costa e Silva considerava que, se tudo corresse bem, a revisão sistemática das punições -- primeiro passo efetivo de pacificação nacional - podia ser iniciada dentro de dois anos. Mas, para os que aspiravam a Presidência e outros cargos, dois anos eram uma eternidade, além do que esse prazo poderia estender-se. Não acreditavam que o desejo dos líderes revolucionários e de suas já estreitas bases era fazer essa passagem pacífica do poder. Escolheram, então, o caminho que manteria o

impasse: a imposição da anistia, de eleição direta e de novíssima constituição, já!

Apesar dos problemas que a esquerda do MDB, formada por Hermano Alves, Davi Lerer, Márcio Moreira Alves e outros, que Ivete Vargas apelidara de "imatuross", procurava criar, apesar da prisão de subversivos em Caparaó e no Triângulo Mineiro, que buscavam mudanças pela força das armas e das escaramuças estudantis em Brasília, etc., o Governo dava mostras de que não desejava o agravamento político. Seu objetivo não era criar, mas eliminar tensões. Ele iria sistematicamente buscar a normalidade enquanto isso fosse possível.



3. A Frente Ampla

A Frente Ampla que se apresentava como, um movimento de oposição ao Governo Castelo Branco, se assim o fosse realmente, deveria ter perdido sua finalidade com a posse do novo governo. No entanto, na mesma semana em que este se iniciava, a Frente apresentava seu esboço de programa. Ela continuaria a mover-se em apoio a ambições pessoais e/ou de grupos.

Lacerda, porém, estava indeciso. Havia uma tendência em transformar a Frente em um terceiro partido, mas essa alternativa a enfraqueceria, pois a colocaria em disputa com o partido da oposição. Talvez o melhor caminho para chegar ao poder fosse acercar-se dele e não enfrentá-lo e Lacerda tentou essa aproximação.

Por outro lado, o MDB, ao mesmo tempo em que desconfiava das intenções de Lacerda, discutia qual sua postura face à Frente: incorporá-la ou ser por ela incorporado? Sua facção de esquerda, porém, não via incompatibilidades no processo, acostumada que estava com a história das frentes. Daí, o pronunciamento de Hermano Alves, o autor do manifesto-programa da Frente: "*o Partido é de oposição ao Governo, a Frente de oposição ao regime*". E ante a "*ignorância e candura com que se faz o jogo dos soviéticos*", como

diria Lacerda, só faltou acrescentar: derrubado o regime pela Frente, o Partido assume o poder e sobre os seus escombros implanta o regime de seus sonhos.

Diante dessas questões, a Frente passaria por um período de desaceleração. No dizer do deputado Martins Rodrigues, em julho, "*a Frente Ampla não está morta, mas está em ponto morto*".

Só no início de setembro, o Secretário da Frente, deputado Renato Archer, anunciaria o local de seu lançamento: Belo Horizonte. A data ainda não estava definida. Archer convocou os simpatizantes para a hora da definição e procurou tranquilizar o MDB quanto ao caráter de competição da Frente com o partido. Deputados da ARENA também se dispuseram a participar da nova agremiação política.

A Frente já tinha uma bandeira: a da "democratização". No entendimento de seus dirigentes, ela deveria ir às ruas de modo a animar os parlamentares que, segundo eles, estariam imobilizados pelas limitações impostas pelo sistema dominante e só seriam libertados para promoverem retificações na Constituição através de movimentos de massa. A estratégia guardava incrível semelhança com a empregada por Brizola em 1963, como lembra em seus comentários, o jornalista Carlos Castello Branco.

A partir dessa definição, o Governo, que até então buscara ignorar a Frente Ampla, passou a considerar injustificada a presença de membros do partido governista, que se propunham a preservar o regime, numa organização que defendia teses revisionistas. Ante as conjunturas nacional e internacional, preocupou-se com a mobilização pretendida, que poderia deflagrar um processo de agitação irreversível.

O Governo identificava-se com o sistema e o defenderia fazendo uso da lei, mas, dentro dela, declarava que "tudo faria para que o movimento não viesse perturbar a tranquilidade e a paz política".

Lacerda, não aproveitado pelo Governo, aceitava as teses da facção esquerdista do movimento. Em 24 de setembro, encontrou-se em Montevidéu com João Goulart, firmando um acordo que passaria a ser conhecido como o "Pacto de Montevidéu". Embora o Governo

procurasse esvaziar a importância desse encontro, ele iria dar força política e popular à mobilização que a Frente pretendia realizar contra o sistema implantado pelo Governo da Revolução. O Pacto atenuou bolsões de resistência anti-lacerdista no MDB, provenientes particularmente dos antigos petebistas. Resultou num compromisso de acrescentar as teses defendidas pela frente, a de luta contra a política salarial do Governo.



Renato Archer, Jango e Lacerda montando a Frente Ampla

Esses acontecimentos provocaram uma reunião do Presidente com dirigentes da ARENA. Os parlamentares arenistas desejavam que o Governo desse, pelo menos, um alívio na política salarial e fizesse a promessa de eleições diretas como forma de esvaziamento da Frente Ampla. O presidente recordou aos políticos que eles é que haviam sugerido as eleições indiretas e que aqueles que mais pregavam as eleições diretas para Governador foram os que apelaram aos quartéis para impedir a posse dos eleitos. Também informou estar convencido da necessidade da manutenção da apolítica econômico-financeira, que em breve daria seus frutos. A inflação deveria ficar aquém dos 30% e esse era o caminho para a retomada do desenvolvimento, ainda que custasse a impopularidade do Governo.

O Presidente anunciou aos membros de seu partido que o Governo esperava enfrentar os movimentos políticos de oposição - os que se

fundamentavam na Constituição - com a força política do Partido, mas que enfrentaria os movimentos subversivos - aqueles que buscavam não só combater, mas derrubar o Governo - com as Forças Armadas.¹³⁹ O Governo responsabilizou a Frente Ampla pela possível reversão da gradativa eliminação do controle revolucionário sobre a vida política do País.

Os dirigentes da Frente Ampla consideravam altamente benéfico para o movimento, que o Governo deixasse de adotar medidas populares, pois pretendiam explorar essa situação, a começar pela política salarial. Ativariam as reivindicações salariais dos trabalhadores e dos funcionários, procurando sensibilizar, em particular, os militares, que percebiam baixos salários. Com esse tema, a defesa das riquezas minerais, a política de desenvolvimento e a eleição direta iriam para as ruas.

No entanto, talvez em razão da reação oficial ao Pacto de Montevideú e com a previsão de o Governo enfrentar séria crise até princípios do ano seguinte, a Frente não foi lançada. Seus dirigentes decidiram utilizar os meses de outubro e novembro para tomadas de contato com as lideranças sindicais e estudantis. Os trabalhadores apresentar-se-iam mais sensíveis as suas bandeiras. Goulart também ajudaria, chamando a Montevideú prefeitos, vereadores e líderes políticos para que formassem comissões frentistas em suas cidades. Os estudantes, porém, já impulsionados por organizações subversivas clandestinas, foram mais arredios. Não desejavam abandonar a forma de luta em que estavam engajados, temendo tornarem-se massa de manobra de interesses políticos tradicionais. Na realidade, seriam massa de manobra de interesses políticos "progressistas".

Enquanto perdurava esse ambiente indefinido entre oposição legal e ilegal, as organizações subversivas continuavam, praticamente, sem serem incomodadas, preparando-se para a luta armada - o processo

¹³⁹ Segundo o "Novo Dicionário da Língua Portuguesa" de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira: "**subversivo**" é "*que ou aquele que pretende destruir ou transformar a ordem política social e econômica estabelecida; revolucionário*".

por elas eleito, favorecido pelas condições objetivas que iam sendo criadas.



4. O aparente refluxo do Movimento Estudantil

Encerrara-se o ano de 1966, mostrando, aos estudantes, que era possível o enfrentamento direto contra as forças policiais. Faltavam-lhes, entretanto, motivações ideológicas mais profundas que pudessem transformar as manifestações, de simples badernas estudantis, em focos de insurreição organizada contra o Governo e contra o regime.

No primeiro semestre de 1967, proliferaram os seminários promovidos pela UNE, contra o "imperialismo norte-americano" onde os "acordos MEC—USAID" eram duramente criticados.

Em fevereiro, foi aprovado o Decreto-lei nº 228, revogando a Lei Suplicy e extinguindo as entidades estudantis em níveis nacional, estadual e municipal. Por lei, permaneciam apenas as entidades existentes no âmbito das universidades, os Diretórios Centrais de Estudantes e os Diretórios Acadêmicos.

No entanto, burlar a lei era o objetivo das organizações comunistas que dirigiam o Movimento Estudantil, particularmente a Ação Popular em frente com as dissidências comunistas mais radicais. No início de março, o XIX Congresso Nacional de Estudantes Secundaristas, realizado em pontos diferentes da cidade do Rio de Janeiro e dirigido por Herbert José de Souza, militante da Ação Popular, aprovava a estruturação do movimento secundarista a nível nacional. Em julho/agosto de 1967, em Valinhos, cidade do interior paulista, a UNE realizava, clandestinamente, o seu XXIX Congresso, elegendo, para presidente, Luiz Gonzaga Travassos da Rosa, militante da AP. Suas principais resoluções foram a de incrementar as lutas estudantis contra a política educacional do Governo e apoiar o movimento operário para conscientizá-lo a dirigir a luta armada que se estava preparando. Com as lutas específicas, a UNE pensava dar, aos

estudantes, o embasamento ideológico para a luta revolucionária, conforme declarou Wladimir Palmeira:

"Ao lutar, porém, contra a política educacional do regime, os estudantes partiriam de suas próprias contradições no meio em que viviam, das contradições que expressam a dominação da classe da burguesia de uma forma concreta e, desse modo, cada luta reivindicativa serviria para caracterizar o governo como um governo ditatorial, como uma ditadura de classe, chegando por esse caminho à compreensão da impossibilidade de resolver os problemas universitários dentro do sistema capitalista". ¹⁴⁰

No segundo semestre de 1967, as greves foram a tônica do Movimento Estudantil. O único acontecimento de maior relevo foi a passeata com cerca de mil estudantes, no centro da cidade do Rio de Janeiro, em 25 de outubro. Convocados por Wladimir Palmeira, presidente da UME, e pela AMES, em protesto contra as condições do Calabouço, os "acordos MEC-USAID" e o pagamento das taxas de anuidade, os estudantes fizeram a passeata na hora do rush, andando na contramão dos carros. Suas principais palavras de ordem eram: "*O povo organizado derruba a ditadura*" e "*Guevara: herói do povo*".

O Movimento Estudantil, nesse aparente refluxo em relação ao ano anterior, preparava o enfrentamento generalizado que iria ocorrer em 1968.



5. A reorganização do Movimento Operário e Sindical

Após a desarticulação da influência dos comunistas no Movimento Sindical brasileiro, em 1964, os sindicatos passaram a desenvolver uma política de coerência com os objetivos, do Governo, na tentativa de obter melhores condições para os trabalhadores, de acordo com a visão democrática.

¹⁴⁰ Caso A.: "A Esquerda Armada no Brasil", Moraes Editores, Lisboa – Portugal - 1976, depoimento de Wladimir Palmeira, pág. 29.

No entanto, foi-se formando, gradativamente, orientada pela "nova esquerda" uma vanguarda operária revolucionária que rejeitava os novos dirigentes democráticos, pejorativamente chamados de pelegos, e rompida com o reformismo do PCB, propugnava por soluções radicais e violentas.



Manifestação de operários em junho de 1964

Em 1965, já se formara nas principais indústrias metalúrgicas de São Paulo, particularmente na COBRASMA, em Osasco, os comitês sindicais clandestinos que nas fábricas se opunham a política do Sindicato dos Metalúrgicos regional e incentivavam a eclosão de "operações tartaruga", a fim de pressionar os patrões.

Em 1966, esses comitês sindicais clandestinos, transformados em comitês de fábrica, lançaram-se na tentativa de organizar oposições sindicais que pudessem enfrentar e vencer as eleições dos sindicatos estaduais. Nessa época as principais organizações comunistas que atuavam no movimento operário eram o PCB, numa atitude

conciliadora, a Ação Popular, através da Juventude Operária Católica. Em contrapartida, havia uma gama de trabalhadores radicalizados, que, inconformados com a moderada participação do PCB, se reuniam em grupos independentes, defendiam a luta armada e iriam, pouco tempo depois, engrossar as fileiras das organizações comunistas revolucionárias.

O ano de 1967 pode ser considerado como o da reorganização do Movimento Operário e Sindical. As oposições sindicais já faziam sentir a sua política e as novas organizações comunistas já lhes davam uma orientação radical, preparando-as, em lutas específicas, para o enfrentamento direto contra as forças policiais. O exemplo do Movimento Estudantil, que, no ano anterior, saíra às ruas, mostrava que o movimento de massas, desde que bem organizado, poderia enfrentar o Governo.

Já atuantes na Guanabara, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco e Bahia, era, entretanto, em São Paulo, centro industrial do país, que as oposições sindicais faziam sentir sua força com mais intensidade, particularmente junto aos metalúrgicos.

Em setembro de 1967, a criação do Movimento Intersindical Antiarrocho, apoiada por todas as organizações comunistas, proporcionou uma direção geral ao movimento operário.



6. A OLAS e a I COSPAL

Em janeiro de 1966, por ocasião da criação da OLAS, ficara decidida a realização de sua primeira conferência em meados do ano seguinte. Assim, de 31 de julho a 10 de agosto de 1967, em Havana, realizou-se a I Conferência de Solidariedade dos Povos da América Latina (I COSPAL), da Organização Latino-americana de Solidariedade (OLAS).

Pelo Brasil, compareceram: Aluísio Palhano e o ex-cabo Anselmo, representando o Movimento Nacionalista Revolucionário de Brizola; o ex-almirante Aragão e Emanuel Nicoll, pela Resistência Armada Nacionalista; Vinicius José Nogueira Caldeira Brandt e Paulo Stuart

Wright pela Ação Popular; e Carlos Marighela - que já estava com relações estremeçadas com o PCB - como convidado.

A tônica da I COSPAL foi o apoio à luta armada, de acordo com a guerra de guerrilhas dentro do modelo cubano. Da "Resolução Geral" aprovada, podem-se destacar os seguintes trechos:

"(...) a guerra de guerrilha, enquanto autêntica expressão da luta armada popular, é o método mais eficaz e a forma mais adequada para o desencadeamento e o desenvolvimento da guerra revolucionária na maior parte de nossos países e, conseqüentemente, em escala continental".

"(...) fazer a Revolução é um direito e um dever dos povos da América latina".

"(...) os princípios do marxismo-leninismo orientam o movimento revolucionário na América latina".

"(...) a luta revolucionária armada constitui a linha fundamental da Revolução na América latina".

A I COSPAL também aprovou o seu Estatuto, criou um Comitê Permanente da OLAS, com sede em Havana, e estabeleceu as normas para os diversos Comitês Nacionais. Em 10 de agosto, Fidel Castro encerrou a conferência, com um inflamado discurso, exortando a luta armada guerrilheira em todos os países da América Latina.

Sob o lema "O dever de todo revolucionário é fazer a revolução", a OLAS já possuía, ao final da I COSPAL, os instrumentos para apoiar e orientar os movimentos que iriam intranquilizar o Brasil.



7. O MNR, Caparaó e a Guerrilha do Triângulo Mineiro

A Serra de Caparaó, nos limites entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, foi escolhida pelo Movimento Nacionalista Revolucionário para a implantação de um foco guerrilheiro, pela sua proximidade centros políticos e econômicos do País, o que poderia motivar e insuflar o movimento das massas urbanas.

Iniciada a infiltração dos "guerrilheiros" de Brizola em novembro do ano anterior, os primeiros meses de 1967 constituíram-se num período de difícil sobrevivência. Obrigada a frequentes mudanças de acampamentos, por questões de segurança, acossada pelo frio e precariamente apoiada por uma rede logística deficiente, a "Frente de Caparaó" veio a tornar-se mais um fracasso - não assumido - de Brizola como líder guerrilheiro.



Prisão dos "guerrilheiros" em Caparaó

Após sobreviver com dificuldades, o grupo de duas dezenas de homens, que se encontrava na serra, orbitando em torno do Pico da Bandeira, veio a ser denunciado, ironicamente, pelos próprios habitantes locais, quando começou a roubar e a abater animais para não morrer de fome.

No mês de março de 1967, começou o cerco aos "guerrilheiros" pela Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, assumindo a 4ª Região Militar, em seguida, o controle das operações.

No início de abril, já estavam todos presos, desde o "comandante" Amadeu Felipe da Luz Ferreira, passando pelo assessor militar Juarez Alberto de Souza Moreira, pelo assessor político Amadeu de Almeida Rocha, pela rede de apoio constituída de Hermes Machado Neto, Deodato Batista Fabrício, Itamar Gomes e Gregório Mendonça, até a "força guerrilheira".¹⁴¹

Enquanto isso, o jornalista Flávio Tavares que, pelo "esquema geral" de Brizola, estava encarregado de organizar as guerrilhas no Brasil Central, foi procurado em Brasília, em dezembro de 1966, por Jarbas Silva Marques, ex-militante do PC do B. Jarbas disse-lhe haver um grupo em Uberlândia, no Triângulo Mineiro, que saíra do PC do B, após a sua IV Conferência de junho de 1966, disposto a realizar ações de sabotagem, de guerrilha e de terrorismo. Dirigido pelo dentista Guaracy Raniero, o grupo, com cerca de vinte elementos, estava isolado e buscava novos caminhos para atuar.

Flávio Tavares percebeu que poderia apresentar a Brizola um "grupo guerrilheiro" praticamente já constituído e desincumbir-se, quase sem esforço, da missão que recebera. Indo ao Uruguai e recebendo o "aprovo" de Brizola, o jornalista retornou a Brasília, contatou com Jarbas Silva Marques e, ambos dirigiram-se a Uberlândia, na primeira quinzena de fevereiro de 1967.¹⁴² Nessa ocasião, concretizou-se a vinculação do grupo de Uberlândia ao Movimento Nacionalista Revolucionário de Brizola. Planejaram a obtenção de armas, assaltos a quartéis e o roubo de um carro pagador do DNER, a fim de conseguir recursos financeiros.

¹⁴¹ A "força guerrilheira" era integrada por Araken Vaz Galvão, Avelino Bioni Capitani, Amarantho Jorge Rodrigues Moreira, Edval Augusto de Melo, Josué Cerejo Gonçalves, Gelcy Rodrigues Correia, Milton Soares de Castro, Jorge José da Silva e João Gerônimo da Silva. Outros quatro "guerrilheiros", José Carlos Bertoncelos, Dario Viana Reis, Alfredo Nery Paiva e Pedro Espinosa seriam presos, mais tarde, no Rio Grande do Sul.

¹⁴² Apresentado como "Dr. Falcão", Flávio Tavares reuniu-se com o grupo de Uberlândia no consultório de Guaracy Raniero, onde compareceram, além do dentista e de Jarbas, Taylor Silva, Carlos Maluf Wutke e Edmo de Souza.

Em abril de 1967, Flávio Tavares recebeu em Brasília, um "instrutor militar" enviado por Brizola, José Carlos Vidal ("Carlos Mário" - "Juca"), e encaminhou-o a Uberlândia para dar instruções de sabotagem e guerrilha. Desentendendo-se com o grupo, o qual considerava de baixo nível político e ideológico, o "instrutor militar", depois de 10 dias, retornou a São Paulo. Em fins de julho de 1967, o grupo foi desarticulado, com a prisão da maioria de seus componentes.

O núcleo estruturado no Rio de Janeiro pelo Movimento Nacionalista Revolucionário para apoiar o "esquema geral" de Brizola, foi duramente atingido. Bayard De Maria Boiteaux, preso, processado e condenado junto com outros "intelectuais de esquerda", assumiu toda a responsabilidade pelo comando do movimento no País.

Após o fracasso de Caparaó e a conscientização de Brizola de que não conseguiria criar ou apanhar a "onda" insurrecional, em cuja crista pensava retornar ao Brasil, o MNR desmoronou e desarticulou-se.

Preso Flávio Tavares, Hermano Alves apressou-se a denunciar "uma escalada contra a imprensa", relacionando essa prisão com o confinamento de Hélio Fernandes. Para ele a imprensa, pela sua "livre operação no noticiário e no comentário", estaria a acelerar a perda de substância do poder militar.¹⁴³

O Deputado Márcio Moreira Alves, em razão do clima que se poderia formar em consequência desse episódio, pediu uma reunião dos "imatuross" do MDB, a fim de que fosse ativada a campanha de mobilização popular. Aliás, políticos de esquerda já percorriam o País em pregação subversiva. O próprio Deputado Márcio Moreira Alves é quem relata, ao colonista político Castello Branco, fato ocorrido com ele numa cidade do Rio Grande do Sul, para exemplificar a radicalização na área oposicionista. Segundo seu relato, após sua pregação e durante os debates, apresentou aos jovens duas

¹⁴³ Castello Branco, C.: "Os Militares no Poder", Volume II, Ed. Nova Fronteira, R.J., 1977 - É interessante notar que Hermano Alves, ao não reconhecer as atividades subversivas de Flávio Tavares, reconhecia a "livre operação" da imprensa no regime que tachava de "ditatorial"!

alternativas para a solução brasileira: a violenta e a não violenta. Afirma, então, que a opção pela ação direta foi aplaudida em delírio.



8. As atividades da RAN

Em 11 de janeiro de 1967, as 10 horas da manhã, um grupo composto por sete brasileiros e uma uruguaia invadiu a embaixada da Tchecoslováquia, em Montevideú, visando a obter asilo político e a conseguir salvo-conduto para Cuba. As alegações de perseguição política e falta de garantias pessoais não convenceram o chefe da missão tcheca, que negou o asilo e solicitou, através da chancelaria uruguaia, a retirada dos invasores.¹⁴⁴

Não possuindo recursos financeiros para ir a Cuba realizar treinamento de guerrilha, os componentes do grupo usaram o estratagema da invasão para tentar conseguir o transporte. Presos pela polícia uruguaia, lançaram violento manifesto, em nome da Resistência Armada Nacionalista, com ataques ao governo brasileiro. Esse documento foi também difundido na cidade do Rio de Janeiro, juntamente com pichações de muros.

Aproveitando a grande repercussão do incidente, os dirigentes da RAN solicitaram aos dirigentes do Partido Comunista Uruguaio que fizessem eclodir manifestações estudantis de solidariedade. Apesar de declarar-se disposto a auxiliar os presos, a reação do Partido Comunista Uruguaio foi fria. Alegando que as férias escolares impediam a realização de manifestações, criticou a iniciativa da invasão e exigiu que outras ações semelhantes só deveriam ser executadas após consulta à direção do Partido. Para o Partido Comunista Uruguaio, tal incidente favoreceu as críticas das correntes pró-Pequim à conduta da embaixada tcheca e à linha do comunismo soviético.

¹⁴⁴ Faziam parte do grupo: Gualter de Castro Mello, Marcos Poncier, Artur Paulo de Souza Giacomini, Ermelindo Dias Paixão, João Carlos de Souza Gomes, Eny Toluá Tosca de Freitas, Carlos Galvão Camargo e a uruguaia Suzana Paiva Pereira, todos membros da RAN.

A invasão também não contou com o apoio de Jango, que, em represália, não entregou, como costumemente fazia, sua contribuição financeira à cúpula da Associação dos Exilados Brasileiros no Uruguai -- em sua maioria do grupo da Resistência Armada Nacionalista.

Prosseguindo suas atividades deletérias de difamação do Brasil, a Resistência Armada Nacionalista difundiu, em abril de 1967, durante a realização da Conferência de Presidentes Latino Americanos de Punta Del Este, um manifesto em espanhol atacando o governo brasileiro e exaltando a luta de guerrilhas e a revolução cubana.

O apoio de Brizola à RAN limitou-se a intermediação junto ao governo cubano, conseguindo, em julho, que Cândido Aragão e Emanuel Nicoll fossem a Cuba para participar da primeira Conferência da OLAS. No retorno, Nicoll trouxe dólares para iniciar o envio de pessoal a Cuba, para treinamento de guerrilhas.

Dentre os selecionados para fazer o curso em Cuba, estava Marcos Pancier, elemento oportunista que havia ganhado a confiança de Nicoll. Pancier, temendo ser enviado ao Vietnã - conforme se propalava - para colocar em prática a teoria cubana de guerrilhas, aliou-se ao ex-militar asilado Leoni Lopes, contratou um marginal e assaltou a residência de Nicoll, roubando-lhe cinco mil dólares.¹⁴⁵ A defecção de Marcos Pancier demonstrou a precariedade do critério de seleção dos militantes da RAN e deixou-a, novamente, sem recursos para preparar seus quadros guerrilheiros.

A debacle da tentativa do MNR de Brizola em Caparaó, a precariedade de saúde de Cândido Aragão, também envolvido em problemas familiares, e a ida de Emanuel Nicoll, em setembro de

¹⁴⁵ Marcos Pancier não pôde, entretanto, usufruir dos dólares cubanos, pois acabou sendo preso na fronteira do Brasil com o Uruguai. Naquela época, a Resistência Armada Nacionalista possuía um "Tribunal de Camaradas", que o julgou e condenou.

1967, para São Paulo, provocaram um declínio das atividades da RAN e levaram-na à dissolução, em novembro, no Uruguai.¹⁴⁶



9. As dissidências e o VI Congresso do PCB

O ano de 1967 foi crítico para o PCB, engolfado pelas suas tentativas de resolver a luta interna que corroía o Partido desde 1964 e com os preparativos para a realização do seu VI Congresso, previsto para o final do ano.

A Corrente Revolucionária, englobando as diversas dissidências existentes internamente no PCB e defendendo as teses de luta armada, articulava-se a nível acional e usava as Conferências Estaduais preparatórias ao Congresso como palco para difundir suas ideias e para tentar ganhar a direção do Partido.

Carlos Marighela, um dos líderes da Corrente Revolucionária, conseguiu ser eleito secretário político, do Comitê Estadual do PCB em São Paulo, com o apoio de Joaquim Câmara Ferreira, Antônio Chamorro, Lindolpho Silva e Wilson Silva, mais conhecido como "Nestor Veras". Mário Alves dividiu o Comitê Estadual do PCB de Minas Gerais, o mesmo acontecendo com Apolônio de Carvalho, no Rio de Janeiro, Jover Telles, na Guanabara, e Jacob Gorender, no Rio Grande do Sul.

Além dessas divergências na cúpula do PCB, a Corrente Revolucionária tentava integrar as denominadas dissidências estudantis centradas em alguns Comitês Universitários. Entretanto, a juventude de seus militantes, empolgada com as ideias de Guevara e Debray, conduziu essas dissidências para caminhos diferentes dos que seriam tomados pelos opositores da cúpula do PCB. No Rio de Janeiro, o Comitê Universitário, que se auto-intitulava Dissidência de Niterói ou, ainda, Dissidência Fluminense, já se havia desligado do

¹⁴⁶ Os remanescentes da RAN, misturados aos remanescentes do MNR de Brizola, procurariam novos caminhos optando por outras organizações subversivas ou abandonando a militância política.

PCB em novembro de 1966 e criado o Movimento Revolucionário de Libertação Nacional (MORELN). Na Guanabara, o Comitê Universitário, que já se havia constituído em "fração", desligou-se do PCB em fevereiro de 1967, dando origem a Dissidência da Guanabara.

O comparecimento de Marighela à I Conferência da OLAS, realizada no final de julho de 1967, em Havana, sem a autorização do Comitê Central, precipitou os acontecimentos. A Corrente Revolucionária crescia e seus líderes não acatavam publicamente a disciplina partidária, ameaçando galvanizar o VI Congresso.

Prestes, preocupado com o fato de que os divergentes pudessem contestar suas posições políticas no Congresso; resolveu pôr fim ao "divisionismo" e iniciar uma série de medidas punitivas, a fim de "limpar a área".

Em setembro de 1967, reunido numa casa em São Paulo, o Comitê Central do PCB expulsou Carlos Marighela e Manoel Jover Telles. Através da "Voz Operária", foram publicamente advertidos Mário Alves, Jacob Gorender, Apolônio de Carvalho e Miguel Batista dos Santos. Foi decretada a intervenção nos Comitês Estaduais do Rio de Janeiro e São Paulo, bem como no Comitê Metropolitano de Brasília e no Comitê Marítimo da Guanabara, então dirigido por José Maria Cavalcante. Posteriormente, esses elementos seriam todos expulsos.¹⁴⁷

Os expulsos do PCB não conseguiram integrar-se numa organização partidária única e, assolados por divergências internas, procuraram caminhos diferentes. Em São Paulo, a Ala Marighela deu origem ao Agrupamento Comunista de São Paulo, posteriormente transformado em Ação Libertadora Nacional (ALN). No Rio Grande do Sul, em novembro de 1967, formou-se a Dissidência Leninista do Rio Grande do Sul, que, no ano seguinte, iria dar origem ao Partido Operário Comunista (POC). Em Minas Gerais, os divergentes iriam organizar a "Corrente". No Rio de Janeiro e na Guanabara, os expulsos do PCB

¹⁴⁷ Também seriam expulsos: Joaquim Câmara Ferreira, Aníbal Fernandes Bonavides, Lourdes Odete de Carvalho Benain, Nery Reis de Almeida e Francisco Leivas Otero.

formariam, em abril de 1968, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Ainda na Guanabara, Luiz Guilhardini e José Maria Cavalcante, com o seu Comitê Marítimo, foram para o PC do B. Outros, como Francisco Leivas Otero, abandonaram a militância partidária.



Expurgado, o PCB pôde realizar, com certa tranquilidade, o seu VI Congresso, de 6 a 13 de dezembro de 1967, em um sítio nos arredores da cidade de São Paulo. Dos 106 delegados previstos, compareceram 96. Dentre os faltosos, encontrava-se Sérgio Holmes ("Isac"), que se afastara do Partido por não concordar com as teses do Congresso. Dirigido por Luiz Carlos Prestes, o Congresso elegeu um Comitê Central com 62 membros, 31 efetivos e 31 suplentes.¹⁴⁸

A Resolução Política aprovada no VI Congresso reafirmou a linha da "via pacífica" para a tomada do poder, sem descartar, entretanto, a hipótese da luta armada:

¹⁴⁸ Dentre os eleitos para o CC, além de Prestes, encontravam-se Giocondo Dias, Armando Ziller, David Capistrano, Hércules Correia dos Reis, Moisés Vinhas, Salomão Malina, Luiz Tenório de Lima e Severino Teodoro de Melo, este como suplente. Além dos militantes expulsos em setembro, alguns que pertenciam ao Comitê Central, formado no V Congresso de 1960, não foram reeleitos.

"As forças populares não podem limitar-se aos marcos das leis impostas pelo regime e devem combinar as formas legais e ilegais de luta e organização. O Partido deve preparar-se e preparar as massas para a combinação das forças elementares e legais de lutas com outras de níveis mais elevados, como a luta armada".

Reafirmando a sua condição de membro do Movimento Comunista Internacional, o PCB definiu as etapas da revolução no Brasil como sendo nacional e democrática, a primeira, e socialista, a segunda. Preconizou uma "reforma agrária radical" e a atuação no movimento de massas e no seio das Forças Armadas, "*incorporando oficiais, sargentos, cabos, soldados e marinheiros às lutas populares*".

O VI Congresso assim, reafirmava a posição tomada pelo Comitê Central, em maio de 1965: assumia, concretamente, a linha de massa e afastava-se, pelo menos na prática, da luta armada.



10. A Dissidência Niterói e o primeiro MR-8

No bojo das divergências do PCB, surgidas a partir de 1964, formou-se uma dissidência centrada na organização de Base da Universidade Federal Fluminense, que ficou conhecida por Dissidência Niterói ou, ainda, Dissidência Fluminense.

Impregnada das ideias radicais e militaristas, que provinham do foquismo cubano, a Dissidência Niterói entrou em choque aberto com o PCB em 1966, quando, ao contrário do "voto útil", passou a pregar, abertamente, o "voto nulo" nas eleições de novembro. Nesse mês, a Dissidência Niterói rompeu com o PCB e criou o Movimento Revolucionário de Libertação Nacional (MORELN), cujos principais líderes eram todos universitários da Universidade Federal Fluminense.¹⁴⁹

¹⁴⁹ Eram eles: Aluizio Ferreira Palmar, Milton Gaia Leite, Antônio Rogerio Garcia da Silveira, Umberto Trigueiros Lima, Nielsen Fernandes, Reinaldo Silveira Pimenta, Marcos Antônio Farias de Medeiros e Sebastião Medeiros Filho.

Ao longo de 1967, o MORELN conseguiu aliciar militantes descontentes com o PCB, em algumas Organizações de Base de operários metalúrgicos em Niterói e no interior do Estado do Rio de Janeiro, notadamente em Nilópolis, Nova Iguaçu e Campos. Com uma estrutura orgânica primordialmente militarista e uma concepção revolucionária foquista, o MORELN concebia a consecução da revolução, através da luta armada, desencadeada em três fases:

1ª Fase:

- Construção de uma organização que determinasse e iniciasse o reconhecimento de uma zona operacional;
- Preparação de uma área de treinamento de guerrilha e formação de, pelo menos, um grupo, chamado de "grupo de campo";
- Desenvolvimento de contatos a nível nacional e internacional, visando, internamente, a angariar a futura adesão à guerrilha e, externamente, a obter a "solidariedade internacional" para o movimento.

2ª Fase:

- Início do treinamento guerrilheiro.

3ª Fase:

- Invasão de uma área e formação de uma coluna guerrilheira.

Com a morte de "Che" Guevara, em 8 de outubro de 1967, o MORELN aprovou a mudança de seu nome, mantendo parte da designação anterior - "Movimento Revolucionário" - e substituindo a expressão "de Libertação Nacional" por "8 de Outubro", em homenagem ao "herói" morto na Bolívia.

Nascia, assim, o primeiro Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).¹⁵⁰



11. A formação da Dissidência da Guanabara

No processo da luta interna no PCB, surgiu, em 1966, no âmbito do Comitê Universitário desse Partido, no Rio de Janeiro, uma "fração" que fazia constantes críticas às posições "moderadas" dos reformistas.

Em fevereiro de 1967, numa casa de temporada em Petrópolis, essa "fração" realizou uma Conferência, rompeu com o PCB e passou a constituir a Dissidência da Guanabara.¹⁵¹

Nessa I Conferência da Dissidência da Guanabara, a organização formulou a sua linha política, através de um "documento base", eivada de indefinições. Apesar de apoiar o Partido Comunista da China a sua luta ideológica contra o revisionismo, estabelecia que isso não poderia significar *"a perda do espírito crítico em relação aos erros dos comunistas chineses, principalmente na sua política externa"*. Apesar de apoiar a OLAS, ressaltava que isso não poderia implicar "na aceitação total de seu programa ou diretriz". Definindo-se por uma revolução socialista, estabelecia quatro fases para a Guerra Revolucionária: o Brasil estava atravessando a primeira fase, de preparação da luta armada, e o foco guerrilheiro seria implantado na segunda; a "guerra de guerrilhas", as "insurreições na cidade e no campo" e a criação de "comandos urbanos" comporiam a terceira fase, precedendo a última, a da "ofensiva geral estratégica".

¹⁵⁰ O segundo MR-8 seria criado em setembro de 1967, originado da Dissidência da Guanabara.

¹⁵¹ A Dissidência da Guanabara era dirigida por Jorge Eduardo Saavedra Durão, Sérgio Emanuel Dias Campos, Jorge Emílio Bonet Guilayn, Nelson Levy, Yedda Botelho Salles, Luiz Eduardo Prado, Luiz Roberto Tenório e Jorge Miguel Meyer. É interessante ressaltar que apesar de Wladimir Palmeira possuir grande influência na Dissidência da Guanabara, onde militava, não quis fazer parte de sua direção, talvez para não deixar revelada abertamente sua posição ideológica no movimento universitário onde tinha projeção.

No decorrer de 1967, a Dissidência da Guanabara sofreu um vigoroso processo de luta política interna. No intuito de tentar resolver o impasse, a organização realizou, em dezembro de 1967, num convento da cidade de Petrópolis, a sua II Conferência, na qual ficou nítida a existência de três linhas de opinião.

O grupo vencedor, de posições mais moderadas, pregava a unidade da organização e, liderado por Daniel Aarão dos Reis Filho, Wladimir Palmeira, Stuart Edgar Angel Jones e Luiz Eduardo Prado de Oliveira, prosseguiu o trabalho junto aos estudantes da cidade do Rio de Janeiro. Alguns meses depois, entretanto, radicalizaria sua posição, adotando um militarismo foquista.

O segundo grupo, conhecido como o "grupo dos foquistas", defendia ideias militaristas, tais como a formação do foco guerrilheiro e a negação do partido. Derrotado, o grupo, liderado por Jorge Eduardo Saavedra Durão e Sérgio Emanuel Dias Campos, saiu da Dissidência da Guanabara e organizou a chamada Dissidência da Dissidência, que, meses após, curiosamente, passaria a adotar uma visão crítica do militarismo.

O terceiro grupo, dirigido por René Louis Laugerie de Carvalho (filho de Apolônio de Carvalho), Marco Antônio Costa de Medeiros e Jorge Emilio Bonet Guilayn, compunha, na ocasião, o chamado "grupo dos correntistas", simpático à linha da Corrente Revolucionária. Mais tarde, esse grupo veio a constituir-se, num dos alicerces da formação do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).



12. O Agrupamento Comunista de São Paulo

Antigo militante do PCB e membro do Comitê Central eleito, sucessivamente, nos Congressos de 1954 e 1960, Carlos Marighela constituía-se num dos maiores líderes da Corrente Revolucionária, que tentava radicalizar a linha política do PCB. Sua maior influência era em São Paulo e seus correligionários diziam se pertencer à "Ala Marighela".

Em 10 de dezembro de 1966, Marighela já havia enviado uma "Carta à Executiva", na qual renunciava à Comissão Executiva e declarava-se em favor de uma postura revolucionária. Continuando, entretanto, no Comitê Central, durante a Conferência do Comitê Estadual do PCB em São Paulo, realizada em janeiro de 1967, Marighela conseguiu ser eleito secretário-político, contando com o apoio de outros membros da cúpula do Partido, dentre os quais Joaquim Câmara Ferreira.

Convidado em caráter especial e sem pedir permissão ao Comitê Central, Marighela compareceu à I Conferência da OLAS, realizada em Havana, de 31 de julho a 10 de agosto de 1967. Tomando ciência da sua viagem, o PCB enviou um telegrama ao Comitê Central do Partido Comunista de Cuba, afirmando que Marighela não estava autorizado e não representava o PCB. A reação de Marighela foi imediata e decisiva. Ainda de Havana, em 17 de agosto de 1967, enviou uma carta ao PCB, rompendo definitivamente com o Partido, acusando os membros do Comitê Central de manterem-se nos cargos "a poder de cambalachos" e tachando o órgão de ser uma "*espécie de academia de letras, cuja única função consiste em se reunir*". Sobre sua ida à Conferência da OLAS, Marighela afirmava na carta:

"É evidente que compareci sem pedir permissão ao Comitê Central, primeiro porque não tenho que pedir licença para praticar atos revolucionários, segundo, porque não reconheço nenhuma autoridade revolucionária neste Comitê Central para determinar o que devo ou não fazer."

Após posicionar-se a favor da OLAS e considerar-se "*integrado na Revolução Latino-Americana, da qual a Revolução Cubana é pioneira*", Marighela encerrava a sua carta, afirmando:

"Em minha condição de comunista, à qual jamais renunciarei, e que não pode ser dada nem retirada pelo Comitê Central, pois o partido Comunista e o marxismo-leninismo não têm donos e não são monopólios de ninguém, prosseguirei pelo caminho da luta armada, reafirmando minha atitude revolucionária e rompendo em definitivo com vocês."

Lá mesmo, de Havana, Marighela escreveu mais duas cartas: uma, datada de 28 de setembro de 1967, ao ex-Almirante Aragão, propondo uma união de forças para uma luta de guerrilha, e a outra a Fidel Castro, solidarizando-se com a revolução cubana e incorporando-se ao preconizado pela OLAS.

Essas três cartas, que ficaram conhecidas como as "Cartas de Havana", marcaram o aparecimento de Marighela como um "grande líder guerrilheiro" e que iria criar uma das mais importantes organizações militaristas do País.

Ao retornar ao Brasil, impregnado das concepções foquistas e com a promessa de apoio dos dólares cubanos, Marighela esfacelou o Comitê Estadual do PCB de São Paulo e transformou a sua "Ala" no Agrupamento Comunista de São Paulo, que assumiria, em 1969, a denominação de Ação Libertadora Nacional (ALN).

A partir de setembro de 1967, após a sua expulsão do Comitê Central do PCB, Marighela iniciou o envio de militantes do Agrupamento Comunista de São Paulo para fazer cursos de guerrilhas em Cuba.¹⁵²



13. O "Encontro" da Corrente Revolucionária

Em consequência das medidas punitivas tomadas pelo Comitê Central do PCB, reuniram-se, em 19 de outubro de 1967, no "aparelho" de Apolônio de Carvalho, localizado no bairro Paraíso, em Niterói, os líderes da divergência que compunha a Corrente Revolucionária. Nesse "Encontro", compareceram mais de 20 pessoas, representantes de vários Estados e do Distrito Federal.¹⁵³ O

¹⁵² Na primeira leva, posteriormente denominada de I Exército da ALN, seguiram para Cuba: Adilson Ferreira da Silva ("Miguel"), Aton Fon Filho ("Marcos"), Epitácio Remígio de Araújo ("Júlio"), Hans Rudolf Jacob Manz ("Juvêncio" e "Suíço"), José Nonato Mendes ("Pele de Rato" e "Pará"), Otávio Ângelo ("Fermin") e Virgílio Gomes da Silva ("Carlos").

¹⁵³ Entre os participantes estavam: Apolônio de Carvalho, Jarbas Amorim, Miguel Batista dos Santos, João Pedro Francisco Filho, Nicolau Tolentino Abrantes dos

representante da "Ala Marighela" de São Paulo, era Joaquim Câmara Ferreira.

Foram aprovados dois documentos ambos de autoria de Mário Alves. O primeiro, intitulado "Proclamação aos Comunistas Brasileiros", limitava-se a criticar as medidas punitivas do PCB, tachado de "fracionista", "oportunista" e "reformista", e a conclamar os revolucionários a organizarem um novo partido, nem da linha soviética nem da maoísta, mas se aproximando das resoluções da OLAS; o segundo, "Sobre o Programa e a Tática", procurava traçar a linha política desse novo partido.

Aprovou-se, também, no "Encontro" a criação de uma "Comissão Provisória de Reconstrução Partidária", integrada por Apolônio de Carvalho, Jarbas Amorim, Manoel Jover Telles e Armando Teixeira Frutuoso, a qual deveria preparar o programa e a conferência nacional do novo partido a ser fundado. Os dois representantes de Minas Gerais foram contrários ao novo partido e Joaquim Câmara Ferreira já tinha outros caminhos, em São Paulo, com a "Ala Marighela".

Os documentos referendados nessa reunião foram enviados a dissidentes do PCB em outros Estados, tais como Sergipe, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte, os quais aquiesceram em participar do movimento. Efetivamente, em abril do ano seguinte, seria realizada a Conferência de Fundação do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).



Santos e Getúlio de Oliveira Cabral, do Rio de Janeiro; Mário Alves, Jacob Gorender, Manoel Jover Telles, Armando Teixeira Frutuoso, Helena Boaventura Neto, Salatiel Teixeira Rollins, Geraldo Soares e Roberto Ribeiro Martins, da Guanabara; Thomaz Miguel Pressburger, de Brasília; Bruno Costa de Albuquerque Maranhão, de Pernambuco; além de dois representantes do Rio Grande do Sul, dois de Minas Gerais, e um do Espírito Santo de codinome "Nilo".

14. O PC do B fortalece a luta ideológica

Três documentos marcaram a linha política do PC do B, em 1967, todos com a tônica de fortalecer a luta ideológica contra o revisionismo, o foquismo, o trotskismo e as concepções centristas da POLOP.

Em abril, após a visita à China de uma delegação do Comitê Central, o PC do B publicou o documento "Apoiar decididamente a Grande Revolução Cultural Proletária", onde reafirma sua posição de apoio ao pensamento de Mao Tsé-tung e à Revolução Cultural, então em curso naquele país. Deve-se destacar, entretanto, que, contrariamente à linha chinesa, o PC do B considerava-se seguidor de um marxismo-leninismo "puro", stalinista, e não via o pensamento de Mao Tsé-tung como uma nova etapa na doutrina comunista.

Em maio de 1967, o Comitê Central aprovou um segundo documento, "Desenvolver a Luta Ideológica e Fortalecer a Unidade do Partido", no qual procura reafirmar a sua doutrina e resguardar o Partido das dissensões que vicejavam no PCB e na POLOP. Sobre o caráter da revolução, o documento reafirma a sua postura etapista e posiciona-se contra o foquismo.

"No Brasil, como nos demais países latino-americanos, a revolução tem duas etapas. Uma, nacional e democrática, e a outra, socialista. Ainda que sejam parte de um processo único, elas são bem definidas e têm conteúdo distinto (...) Mas existem todas as condições para tornar vitoriosa a revolução nacional e democrática que abrirá o caminho para a passagem à revolução socialista".

Emprestando solidariedade à China, à Albânia e ao Vietnã, o PC do B atacava o revisionismo soviético, visto como o apoiador velado do foquismo cubano.

O terceiro documento, "O PC do B na Luta contra a Ditadura Militar", foi aprovado na reunião do Comitê Central, em novembro de 1967. Nele, o PC do B reafirma a sua "estratégia revolucionária", estabelecida no Manifesto-Programa de 1962, e a sua "tática

revolucionária", contida nas resoluções da VI Conferência, do ano anterior. Defende o desencadeamento de "um poderoso movimento de massa", nas cidades e nos campos, para, numa "política de frente única", derrubar a "ditadura militar" e implantar um Governo popular Revolucionário. Afirmando que "*o caminho da libertação é o caminho da luta armada*", o PC do B destaca que "só através da luta armada é possível varrer o sistema político criado pelo golpe de primeiro de abril e conseguir um novo poder". Após os costumes ataques à URSS e a Cuba, elogia a Albânia e a China, e cita Mao Tsé-tung como "*o maior marxista-leninista da época presente, o inspirador e guia da Revolução Cultural*". Esse documento faz referência a uma "Circular da Comissão Executiva a respeito do trabalho no campo" e estabelece que no interior "reside o maior potencial revolucionário do País" e que ele será "o cenário mais favorável a luta armada". Sobre as atividades do Partido, faz referência ao trabalho nas fábricas, nos sindicatos e junto aos estudantes e afirma que alguns de seus quadros já estavam atuando nas áreas rurais.

Coerente com a sua linha de Guerra popular, o PC do B continuava a preparação da luta armada no campo.



15. A Ala Vermelha do PC do B assume a posição foquista

Durante todo o ano de 1967, a Ala Vermelha do PC do B debateu-se com seus problemas internos de organização e de definição da linha política. Apesar de seus líderes terem sido expulsos do PC do B no ano anterior, a ideia geral era permanecer como uma ala interna do Partido, conservando a sigla AV/PC do B, que se manteve até 1969.

Em termos de linha política, para definir a sua posição contrária à do PC do B, emitiu, em dezembro de 1967, um documento sob o título "Crítica ao Oportunismo e ao Subjetivismo da União dos Brasileiros para Livrar o País da Crise, da Ditadura e da Ameaça Neocolonialista", criticando aquele que havia sido aprovado na VI Conferência do PC do B e desenvolvendo, nessa sua primeira fase de formação, uma linha nitidamente foquista.

Pelo documento citado, do mesmo modo que o PC do B, a Ala Vermelha considerava que a revolução deveria ser feita em duas etapas. A primeira, para atingir uma Democracia Popular e a segunda, para atingir o socialismo.¹⁵⁴

Mas, para partir rumo ao primeiro objetivo estratégico (Democracia Popular), teriam que ser obedecidas duas condições, já no campo da tática: "construir um Partido Revolucionário do Proletariado"; e "aniquilar o aparelho militar da ditadura contra-revolucionária, substituindo-o pelo Exército Popular Revolucionário"

Afirmava a Ala Vermelha que *"para que as forças revolucionárias obtenham êxito, torna-se necessário o emprego da luta armada como a sua principal forma de ação"*. E acrescentava: *"A experiência da revolução em todo o mundo indica que existem apenas dois caminhos através dos quais a luta armada pode se desenvolver: a guerra insurrecional e a guerra popular"*.¹⁵⁵

Assim como o PC do B, a Ala Vermelha acreditava na guerra popular, defendendo a criação de um "partido temperado na luta", do Exército Popular Revolucionário, da "aliança operário-camponesa", de uma "frente única revolucionária" e da "correta combinação entre a luta armada no campo e nas cidades".

Entretanto, o ponto de discórdia com o PC do B surgia quanto ao método de desencadeamento da luta armada, que, segundo a Ala Vermelha, se poderia dar de quatro formas: fruto de um grande movimento de massas; resultado de um levante armado camponês;

¹⁵⁴ Na primeira fase, desenvolver-se-ia uma "revolução anticolonialista, democrática, agrária e de transformações socialistas". Nesta etapa, a Democracia Popular seria instaurada por um Governo Popular Revolucionário, que teria as tarefas essenciais de expropriar e estatizar os capitais, os bens e as propriedades do neocolonialismo e da burguesia, e expropriar toda a propriedade latifundiária, realizando a reforma agrária radical. Na segunda fase, haveria uma "revolução socialista" e, então, o Socialismo seria instaurado pela Ditadura do Proletariado.

¹⁵⁵ A Ala Vermelha do PC do B só acreditava na guerra insurrecional se o Exército estivesse desprovido de coesão interna, se o Governo estivesse em processo de decomposição e de desmoralização, e se existisse um proletariado em armas. Como nenhuma dessas condições existia na época, a Ala Vermelha não adotou a linha de insurreição.

através de uma cisão no Exército; e através da formação de um "foco revolucionário".

Descartando as três primeiras formas, como inviáveis naquelas condições do país, a Ala Vermelha fixou-se na formação de um "foco revolucionário". Tentando construir um misto de maoísmo com foquismo, a organização defendia o desenvolvimento de um trabalho para ganhar as massas para a revolução, através da criação de uma "Frente Única Revolucionária", vista como "um instrumento de mobilização das massas para apoiar a luta armada".

Desse modo, a Ala Vermelha do PC do B escolheu a luta armada, de linha foquista, como o caminho a ser seguido pela organização, fruto de uma análise político-conjuntural realizada em 1966/67. No ano seguinte, a Ala Vermelha do PC do B passaria da teoria à prática.



16. O debate teórico e ideológico da AP

Em 1967, a Ação, Popular (AP) iniciou a mudança de sua ideologia, buscando no marxismo-leninismo o instrumento para "proletarizar-se" e "viabilizar sua luta revolucionária".

Durante uma reunião do Comitê Nacional, realizada em fevereiro, foi levantada a necessidade de sistematizar o estudo do marxismo-leninismo e de ser criado um partido para dirigir e dar consequência à luta revolucionária. O "Debate Teórico Ideológico", documento resultante dessa reunião, tinha uma nítida influência do filósofo marxista Louis Althusser e representou uma tentativa de introduzir o marxismo numa organização de origem cristã, sem assustar seus militantes. A AP assumia o estudo teórico do marxismo, sem envolver-se nas consequências de sua prática.¹⁵⁶ Já o documento "Partido de Vanguarda", também elaborado naquela oportunidade, apontava a necessidade de ser criado um partido para conduzir a

¹⁵⁶ A fim de incentivar o estudo, o Comando Nacional publicou e distribuiu os "Textos para Debate", contendo obras básicas e passagens importantes de pensadores comunistas, particularmente Marx e Engels.

revolução, fazendo, nesse sentido, constantes referências a Lenin. Afirmava, também, que ainda não havia esse partido no Brasil e defendia a sua criação a partir da Ação popular.

Em meados de 1967, a AP, baseada em Marx e Lenin, debatia-se no estudo de pensadores divergentes, tais como Mao Tsé-tung, Althusser, Guevara e Debray.

Apesar de algumas críticas ao foquismo, a AP, procurando materializar a sua mudança de postura e buscando o reconhecimento e o apoio internacionais, enviou, no final de julho, seus militantes Vinícius José Nogueira Caldeira Brandt, o "Rolando", e Paulo Stuart Wright, o "João", para o I Congresso da OLAS, em Havana. Durante o Congresso, a organização conseguiu que o governo cubano colocasse à disposição da AP 14 mil dólares para financiar as passagens dos militantes que iriam frequentar o curso de guerrilhas em Cuba. Foi, também, conseguida para a AP a representação política do Brasil em Cuba, em substituição a Brizola, que, colecionando fracassos, não apresentara explicações, aceitáveis para o destino dado aos dólares cubanos por ele recebidos. Tal fato, inclusive, levaria Fidel Castro a referir-se a Brizola como "*El Raton*", sugerindo que o "líder da revolução brasileira" se havia locupletado com o dinheiro vindo de Cuba.¹⁵⁷

Em agosto, com a eleição para a presidência da UNE de Luiz Gonzaga Travassos da Rosa, a AP manteve a supremacia, que tinha no Movimento Estudantil desde os tempos da Juventude Universitária Católica, em 1961, quando foi eleito Aldo Arantes.

No segundo semestre de 1967, os debates na AP levaram-na a adotar a visão maoísta da Guerra popular, abandonando o foco. Em consequência, a AP enviou 5 militantes a frequentar o curso de capacitação político-militar na Academia Militar de Pequim.¹⁵⁸

¹⁵⁷ "Raton", além de ratão, significa ladrão. Ver no Apêndice do Volume III, mais informações do roubo dos dólares cubanos feito por Brizola. (NE)

¹⁵⁸ Entre eles estavam: Jair Ferreira de Sá ("Dorival" ou "Dori"), Haroldo Borges Rodrigues Lima ("Zé Antônio") e José Renato Rabelo ("Raul")

Até o final do ano, a estrutura organizacional da AP evoluiu, modificando o seu sistema de comando a fim de atender à nova concepção estratégica que ia adotando. Desse modo, foram criadas a Comissão Nacional Estudantil, a Comissão Nacional Operária, a Comissão de Política e Organização, a Comissão Nacional Camponesa e a Comissão Nacional de Serviços.

No debate ideológico, ficou evidente o conflito entre o marxismo-leninismo - através do Pensamento de Mao Tsé-tung - e a base idealista da AP, trazida do movimento católico. De início tímida - aceitava-se com reservas a "ditadura do proletariado" - a ideologia marxista-leninista iria dominar a AP e orientar a sua atuação. Aos que perseveraram nos ideais católicos, só restou a alternativa do desligamento da organização.



17. O IV Congresso e os "rachas" da POLOP

A intensa doutrinação ideológica pretendida pelo Comitê Nacional da Política Operária (POLOP), que lhe valeu o epíteto de "organização doutrinária", não impediu o surgimento de correntes internas, localizadas nas Secretarias Regionais de Minas Gerais, Guanabara e São Paulo.

Em setembro de 1967, a POLOP realizou o seu IV Congresso Nacional, no qual aprovou o "Programa Socialista para o Brasil", por 16 votos contra 14 - uma pequena maioria que não conseguiu evitar os "rachas" na organização.

Desde o ano anterior, já existiam divergências com a Secretaria Regional de Minas Gerais, que defendia a Constituinte e se aproximava das organizações que postulavam uma "revolução democrática-nacional". Essa dissidência mineira afastou-se da POLOP

e viria a criar, em 1968, o Comando de Libertação Nacional (COLINA).¹⁵⁹

A minoria da Secretaria Regional da Guanabara apresentou no Congresso, um programa caracterizando a revolução como sendo de "libertação nacional" e defendendo a estratégia da "guerra prolongada no campo". Liderada por Juarez Guimarães de Brito e sua esposa, Maria do Carmo Brito, essa dissidência carioca viria a juntar-se à dos mineiros, na formação do COLINA.

Em São Paulo, a minoria da Secretaria Regional havia adotado uma posição foquista, seguindo a orientação do livro "Revolução na Revolução?", de Régis Debray. No Congresso, apresentou teses baseadas na "Resolução Geral" da I COSPAL, da OLAS, realizada em agosto, e defendeu a constituição de um "Comando Político-Militar". Derrotada, essa dissidência paulista - liderada por Wilson Egídio Fava, Waldir Carlos Sarapu e João Carlos Kfoury Quartim de Moraes, selando antigo namoro com os ex-militares do Movimento Nacionalista Revolucionário de Brizola, crioua, em 1968, a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Reduzida, praticamente, à metade de seus efetivos, a POLOP lançou-se, após o Congresso, em decidida atuação junto ao movimento operário, setor onde não possuía a mesma força que dispunha junto ao Movimento Estudantil.

Em novembro de 1967, foi divulgado o documento "As razões da Frente da Esquerda Revolucionária", assinado pelo Comitê Nacional da POLOP, pelo Comitê Estadual do PCB do Rio Grande do Sul (dissidência), pelo Comitê Municipal (leninista) do PCB da capital gaúcha e pelo Comitê Secundarista da Guanabara (PCB). Nesse documento, além das críticas à direção do PCB, ficou acertada, pelos signatários, a constituição de uma Frente de Esquerda Revolucionária, por aqueles que advogavam uma revolução socialista para o Brasil.

¹⁵⁹ Entre os líderes da dissidência estavam: Ângelo Pezzuti, Carlos Alberto Soares de Freitas, Apolo Heringer Lisboa, Herbert Eustáquio de Carvalho, Jorge Raimundo Nahas, Maria José de Carvalho Nalias, Inês Etienne Romeu e Dilma Vana Rousseff Linhares.

No final de 1967, concretizou-se a aproximação da Dissidência Leninista do PCB no Rio Grande do Sul com a POLOP, fusão que seria estabelecida em 1968, formando o Partido Operário Comunista (POC).



18. A Força Armada de Libertação Nacional (FALN)

O inconformismo com a linha pacífica adotada pelo PCB gerou na Faculdade de Direito da cidade paulista de Ribeirão Preto, uma dissensão centrada no universitário Wanderley Caixe, que participava de uma célula do PCB naquela faculdade. No primeiro semestre de 1967, orientado por seu "assistente", Irineu Luís de Moraes - que se havia ligado a Ala Marighela - Wanderley resolveu desligar-se do Partido e, influenciado pelo foquismo cubano criou a "Frente de Libertação Nacional", em seguida transformada na "Força Armada de Libertação Nacional" (FALN).

A FALN estruturou-se em três setores: de inteligência, logístico e de formação de quadros. De reduzido conhecimento teórico, sua direção não fazia elucubrações sobre o caráter da revolução e nem sobre a caracterização da sociedade. Desejando formar um "Exército Popular de Libertação", objetivava, por meio dele, derrubar o Governo, assumir o poder e mudar o regime.

Através de um jornal de estudantes da faculdade de Direito, "O Berro", Wanderley Caixe passou a pregar a sua posição foquista, juntamente com Nanci Marieto, Sílvio Rego Rangel, Luiz Gonzaga da Silva e outros. Chegou, inclusive, a distribuir um texto mimeografado do livro "Revolução na Revolução?" (de Régis Debray) e efetuou pichações onde a tônica era a luta armada.

No segundo semestre de 1967, a FALN iniciou os atentados terroristas nas cidades paulistas de Ribeirão Preto e Sertãozinho. Em Ribeirão Preto, fez explodir bombas nos cinemas Centenário, São Paulo, D. Pedro II, São Jorge e Suez, bem como no Mercado dos Campos Elíseos, na agência do Departamento dos Correios e Telégrafos, na Igreja Mórmon e, até, no 3º Batalhão da Polícia

Militar. Em Sertãozinho, Mário Bugliani e seus comparsas explodiram bombas em logradouros públicos, nos mesmos horários das acionadas na cidade vizinha de Ribeirão Preto. Os petardos tinham efeito moral e serviam para espalhar panfletos, nos quais a FALN preconizava a derrubada do Governo e elogiava a figura de Guevara.¹⁶⁰

No final de 1967, além de Ribeirão Preto e Sertãozinho, a FALN já se havia estendido para as cidades de Franca e Pitangueiras, lutando por afirmar-se e procurando os meios que lhe permitissem desencadear a luta armada.



19. Atividades do clero na subversão

A influência marxista na Igreja, de que tratamos no capítulo I (item 15), fazia-se sentir, no Brasil de forma mais acentuada na ordem dos dominicanos, exteriorizada por dois aspectos principais: liberalismo, entre os seus membros, para os problemas mundanos e grande atividade política. Mas, além dos dominicanos, também os franciscanos deram provas de suas tendências políticas, apoiando a realização, em 1966, do XXVIII Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE). Forneceram alojamentos aos congressistas e permitiram que as reuniões fossem realizadas no Convento da Ordem, em Belo, Horizonte. A UNE era uma entidade ilegal, cujo fechamento havia sido pedido por ser considerada nociva à ordem pública - fora infiltrada pelos comunistas e tornara-se um reduto deles.

No ano de 1966, os dominicanos de São Paulo promoveram o que denominaram a "Semana de Liberdade". A essa reunião, cuja tônica foi o incitamento à rebelião, compareceram notórios e conhecidos esquerdistas. Ainda nesse ano, no convento dessa ordem dava-se o ingresso dos jovens Oswaldo Augusto Rezende Júnior, Magno José

¹⁶⁰ As bombas eram confeccionadas por Wanderley Caixe, Luís Gonzaga da Silva, Sílvio Rego Rangel, Oscar dos Santos Lima, Áurea Moreti e Mauro Rosa Mosca.

Vilela, Luiz Felipe Ratton Mascarenhas, Ives do Amaral Lesbaupin e Carlos Alberto Libânio Christo, originários do meio estudantil, onde atuavam politicamente comprometidos com ideias esquerdistas. Em breve, já como religiosos, iríamos constatar suas atuações em atividades e organizações subversivas.

Em 1967, mais uma reunião clandestina seria realizada em um convento religioso, desta vez no dos dominicanos de São Paulo, o qual, por isso, já se ia notabilizando. Ali, no início do ano, houve uma reunião do chamado DCE-livre da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (entidade ilegal). Também nesse convento, numa iniciativa de seu Prior, Frei Francisco Pereira de Araújo - "Frei Chico" - foi programado um dia de greve mundial contra as guerras e a subsequente criação de uma assembleia permanente pela paz. Na gráfica desse mesmo convento, foi impresso um número do jornal "Revolução," da Ação Popular, cujo assunto principal eram os "Textos para debates sobre a Teoria Revolucionária Chinesa".

Na noite de 5 para 6 de novembro, foram detidos, em Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro, quatro indivíduos que distribuíam um manifesto subversivo, pregando, inclusive, a tomada do poder pela força. Os elementos detidos foram identificados como sendo o diácono francês Guy Michel Camille Thibault, o ex-seminarista Carlos de Azevedo Rosa e dois diretores da Juventude Diocesana Católica, da Diocese de Barra do Piraí-Volta Redonda, Jorge Gonzaga e Natanael José da Silva. O veículo por eles utilizado era de propriedade da Diocese e os panfletos haviam sido confeccionados na Casa Paroquial de Volta Redonda. Apesar do flagrante da ilícita atividade, que envolvia inclusive um estrangeiro, Dom Valdir Calheiros, bispo local, foi a público defender os implicados e alardear o fato como "*mais uma tentativa de sufocar a voz da Igreja*". ¹⁶¹

¹⁶¹ A respeito desse episódio, o escritor católico Gustavo Corção escrevia em "O Estado de S. Paulo", de 19/11/67, lamentando que o empreendimento desses jovens não provocasse a indignação do bispo, o que não aconteceu, segundo o autor, "*porque vivemos em tempos de grandes superstições: nossos bezerros sagrados irão de audácia em audácia até obter que os eclesiásticos reneguem alegremente a fé, e queimem, com as últimas imagens de uma antiquada igreja de outro século, os crucifixos que lembram a superada ideia de um Cristo morto para a redenção da humanidade (...)*"

Em dezembro desse ano, percebendo que pelo menos de uma parcela da Igreja poderia obter colaboração para suas atividades, o PCB incluiu na resolução política de seu VI Congresso a seguinte proposição: *"A posição da Igreja Católica, na qual poderosas correntes se identificam com as forças que lutam pela paz e pela democracia, cresce sempre mais em importância (...) A frente antiditatorial inclui também correntes e líderes religiosos. Daí o importante papel da ala progressista da igreja católica. Nosso objetivo principal na luta contra a ditadura é promover a formação de um único bloco de todas as forças de oposição (...)"*

Em agosto, havia sido divulgado um documento intitulado "Mensagem de 17 bispos do Terceiro Mundo", dos quais nada menos que oito eram brasileiros. Nessa Mensagem, há uma opção pelo socialismo, com uma ressalva quanto ao seu entendimento. Os bispos, no tópico sobre o capitalismo, assim se expressam: *"Os cristãos têm o dever de mostrar que o verdadeiro 'socialismo' é o cristianismo integralmente vivido (...) Evitaremos, assim, que alguns confundam Deus e religião com os opressores do mundo, dos pobres e dos trabalhadores, que são, com efeito, o feudalismo, o capitalismo e o imperialismo (...)"*



20. Um mil novecentos e sessenta e sete

Com a posse do Presidente Costa e Silva, cessara a vigência do AI-2. O País reencontrava-se com a ordem constitucional e o estado de direito. No entanto, criara-se, antes de sua posse, a expectativa de que o novo governo, tão logo chegasse ao poder, iria promover modificações substanciais, principalmente, nos campos político e econômico.

A esquerda, que dominava a Frente Ampla, tendo inclusive redigido seu manifesto, iria radicalizar essa esperança, transformando-a em pressão. As reivindicações postas nesse sentido eram: anistia já! eleição direta, já! e uma nova constituição, já!

O Governo mostrou a seus correligionários que não havia o que mudar de imediato. A política econômica exigia continuidade para não tornar vãos os sacrifícios impostos por três anos. A Constituição estava em vigor só havia alguns meses e o Governo estimava que só teria condições de rever as punições revolucionárias dentro de dois anos, se tudo corresse bem, isto é, se a Revolução obtivesse êxitos mínimos.

A Frente Ampla, porém, que se proclamava contra o regime vigente, tomou como bandeira a "democratização" e propôs-se a adotar a estratégia utilizada por Brizola em 1963, calcada na mesma alegação. Os parlamentares estariam imobilizados' pelo sistema dominante e só se libertariam para promover as retificações constitucionais, com o povo nas ruas, sob a pressão do movimento de massas.

Lacerda, não conseguindo aproximar-se do Governo, aceitou as teses da esquerda para a Frente e, em setembro, encontrou-se em Montevideu com João Goulart, firmando com este um acordo que iria dar força política e popular à mobilização que a Frente pretendia realizar contra o Governo e o regime.

O Governo reagiu e responsabilizou a Frente Ampla pela possível reversão da gradativa eliminação do controle revolucionário sobre a vida política do País.

A Frente não chegou a ser lançada, mas passou a ampliar seus contatos, realizando encontro com líderes sindicais e estudantis. Com sua postura de enfrentamento ao Governo, ela não contribuiu para afrouxar o "nó" que limitava qualquer possibilidade de anistia e outras modificações institucionais em curto prazo. Iriam, sim, contribuir para apertá-lo, afastando a possibilidade de entendimento entre as partes para um futuro que outros acontecimentos paralelos acabariam por tornar distante.

Caberiam bem aqui as palavras que, havia menos de três anos, Lacerda escrevera, ao prefaciar o livro de Suzanne Labin, "Em cima da hora": *"A estupidez dá as mãos à imprevidência, a ingenuidade se abraça à malícia e, nessa frente cínica de traição ativa e passiva, entregam o Brasil à força retrógrada e reacionária que é a ditadura*

comunista." Se não havia uma conexão entre a Frente Ampla e a trama que o Movimento Comunista Internacional engendrava em Havana, esta, no mínimo, ajudava decididamente a criar as condições objetivas que as organizações subversivas esperavam viessem a ocorrer no País, em apoio à luta armada em preparação.

Nesse ano, temeroso de perder a oportunidade e crente que o momento propício já chegara, Brizola lançou seus despreparados "guerrilheiros" em mais uma aventura, a chamada "guerrilha de Caparaó" - que não houve - e cujo objetivo era desenvolver-se até transformar-se num "exército popular revolucionário". A guerrilha acabou antes de iniciar suas "operações". Nesse ano, outra guerrilha - que não houve - recebera apoio do caudilho. Esses fracassos guerrilheiros de Brizola, que se somaram a outros anteriores, fizeram com que ele ficasse totalmente desmoralizado ante os líderes cubanos-que o acusaram de ter-se locupletado com o dinheiro destinado à Revolução - e com que se desmoronasse o Movimento Nacionalista Revolucionário até a extinção. Mas, o fato de seu "pombo-correio" ter sido preso entre os "guerrilheiros" do Triângulo Mineiro não deixou de ser explorado pela esquerda, que nele via "uma escalada do governo ditatorial" contra a imprensa.

Destino mais inglório que o MNR teve a outra organização subversiva que se criara no Uruguai, a Resistência Armada Nacionalista. Sem uma definição político-ideológica, não obtendo apoio externo e não tendo recursos para prosseguir em suas ações, a RAN esvaziou-se até a total dissolução.

Em contrapartida, a Ação Popular, que se decidira pela proletarianização e começava proceder a alterações internas visando a seus novos objetivos, fez-se oficialmente presente à Conferência da OLAS em Havana, além de conseguir a representação do Brasil junto a esse organismo, passou a receber o auxílio do governo cubano, destinado a apoiar a revolução em nosso País. Esse apoio não refletia apenas o fato de a AP ser a organização subversiva mais atuante e os fracassos de Brizola. Devia-se também, sem dúvida, a seu domínio sobre a UNE e consequentemente sobre uma grande massa de manobra radicalizada ideologicamente e pronta para ser lançada na criação do foco insurrecional. Coincidentemente com a I COSPAL, a AP, em frente única com as Dissidências Comunistas Universitárias,

alijou de vez a influência do PCB do meio universitário. A direção da UNE passava a orientar-se pelo ideário de organizações que acelerariam o envolvimento da classe estudantil na militância armada. Só faltava um expediente que a jogasse em massa na clandestinidade, a fim de canalizá-la para as organizações subversivas.

Nesse ano, as dissidências que se haviam formado em torno da linha política dos Partidos Comunistas, a que a POLOP não ficou imune, começaram a definir-se e dariam margem ao surgimento de nada menos do que nove organizações optantes da luta armada, sendo cinco oriundas do PCB, duas do PC do B e duas da POLOP.

Ainda em 1967, começou a vir à tona o trabalho da esquerda revolucionária na área sindical. Apresentando-se como oposição aos sindicatos dominados pelo PCB, era constituída de grupos rompidos com o reformismo e apoiados pela Juventude Operária Católica. Começaram a criar um sindicalismo paralelo, com base em comitês sindicais, em nível de fábrica. Fortaleceram-se organizando o Movimento Intersindical Anti-arrocho.

Tudo estava a indicar que em breve a luta armada poderia ter início. Na verdade, os primeiros atentados a bomba já haviam começado, no segundo semestre desse ano, mas eram considerados meros protestos de estudantes .



CAPÍTULO V

1968

1. O "caminho das pedras"

Quem desconhecia a preparação das esquerdas para a luta armada até poderia prognosticar que 1968 seria um ano tranquilo. Pelo menos para o Congresso, ele começava ao velho estilo – com uma convocação extraordinária, por mera conveniência dos que tomaram essa iniciativa. Não havia prenúncio de crise institucional iminente, nem os projetos em pauta justificavam essa providência.

O Governo, com pouca flexibilidade política, pensou em manifestar sua reprovação a essa medida descabida, não enviando qualquer mensagem ao Congresso durante esse período extraordinário. Alertado de que essa convocação fora provocada por parlamentares da ARENA, que no final de 1967 haviam criado dificuldades para a tramitação de projetos do Executivo, impondo-lhe alguns reveses, o Presidente foi aconselhado a não aumentar a área de atrito com os representantes situacionistas.

De fato, as relações do Governo com o partido que lhe deveria dar sustentação e com o Congresso não eram das mais harmoniosas. O Governo tinha pouco a ceder em razão de seus objetivos e, onde poderia fazê-lo, muitas vezes não o fazia, em decorrência de características pessoais do Presidente. Durante todo esse ano, o Executivo teria dificuldades para harmonizar suas relações com os parlamentares. Várias tentativas para melhorar essa articulação foram feitas, recebendo o Presidente, governadores, bancadas estaduais e parlamentares isolados, para troca de ideias. Os políticos não desejavam, porém, apenas o diálogo: pretendiam ver atendidos seus interesses políticos que consideravam legítimos, enquanto o Governo, via de regra, os classificava de "fisiológicos", isto é, contrários à causa pública. Essas tentativas se resumiam a problemas básicos: as reivindicações de alterações institucionais, ou as de

mudanças ministeriais, que o Presidente não iria atender por questão de feitiço pessoal.

Havia, porém, no alto escalão do sistema governamental, constituído por governadores, parlamentares e até ministros, uma preocupação que ia além desses problemas do cotidiano político. Concordavam esses líderes políticos que o Governo não vinha correspondendo às esperanças que despertara. Embora divergindo quanto à natureza das causas - políticas, sociais ou econômicas, examinadas isolada ou conjuntamente - consideravam que os fatos poderiam conduzir a uma crise institucional.

Embora não estivessem satisfeitos com a forma pela qual o Executivo conduzia sua estratégia, esses políticos não concordavam com a formulação política do MDB e rejeitavam, por irrealista, a radicalização pretendida pela Frente Ampla. Muitos deles criticavam essas posturas, considerando-as pouco inteligentes e portadoras de aspectos que apenas dificultavam o encontro de uma solução.

O "caminho das pedras", para esses próceres políticos, estava na pacificação e não no confronto. Deveria ser buscado no entendimento - que só seria viável na medida em que houvesse uma atitude moderada, para não dizer conciliatória - entre oposição e Governo.

As tentativas de conseguir esse entendimento apenas demonstraram o grau de irredutibilidade da posição adotada por setores oposicionistas, a qual, de forma camuflada, também era adotada por alguns grupos nas hostes governistas. Dizia o Secretário-geral do MDB, expressando claramente esse posicionamento, mais emotivo que racional: *"Se para o Governo a Constituição é intocável, a anistia irrealizável, a eleição direta do presidente impossível, por que haverá a oposição de abdicar de seus atuais instrumentos de luta apenas para manter um 'status quo' que considera intolerável?"*

Por outro lado, o Presidente da República sempre deixara explícito que a anistia e a reforma constitucional não poderiam constituir o ponto de partida para qualquer negociação. Esses pontos básicos necessitavam de preliminares que fossem desarmando os espíritos. O que o Presidente pretendia fazer nesse sentido era projetar essa

perspectiva para um futuro não muito distante, expressando seu propósito de promover eleições e passar o Governo ao sucessor - e isto ele o fazia com frequência. Adiantava mais o Presidente: a sua meta era passar a presidência, em 1971, para um civil.

Batia-se no que chamamos, no capítulo anterior, de “nó” dado pela Revolução, que só poderia ser desatado com o tempo e com o desarmamento dos espíritos. Contrariar essas premissas e querer queimar etapas com pressões de massa ou de outra natureza, era conduzir o problema para o impasse; porém, compreender isso, naquele momento, era algo que estava ao alcance de poucos.



2. A retomada do desenvolvimento

Taxas anuais de crescimento do Produto Interno Bruto

ANO	PIB		INDÚSTRIA	AGRICULTURA
	Real	Per Capita		
1956 - 62*	7,8	4,0	10,3	5,7
1962-67*	3,7	1,3	3,9	4,0
1968	11,2	8,1	13,3	4,4

* Média anual

Equivocados estavam, quanto a causa da crise por vir, aqueles que a atribuíam à política econômica do Governo. Embora seus benefícios ainda não pudessem ser sentidos pela população em sua verdadeira grandeza, os indicadores econômicos mostravam que 1968 seria o ano da reversão de um longo período de recessão para a retomada do crescimento econômico. O Brasil voltava a crescer a altas taxas.

162

Esse crescimento era decorrente de um processo árduo, sem demagogia, que demandava tenacidade e coragem-política para enfrentar a inevitável impopularidade, enquanto seus frutos estivessem em maturação. Devia-se a severas restrições ao

¹⁶² Fonte: "Conjuntura Econômica", da Fundação Getúlio Vargas.

orçamento do Tesouro, ao abandono de subsídios paternalistas e as reformas institucionais que modernizaram o aparelho do Estado.

O importante, no caso, era que essa reversão não se dava como consequência de meros fatores conjunturais, mas sim como fruto de medidas saneadoras e, por isso, sustentável por um longo período, o que iria permitir a transformação da economia do Brasil e retirá-lo da esfera dos países "inviáveis", como a maioria dos países do chamado "terceiro mundo".



3. As pedras do caminho

A decisão dos três líderes da frente Ampla de realizar ações mais agressivas, tornada pública em dezembro do ano anterior, alcançava os setores de esquerda da bancada federal do MDB. Atingia tal nível que o Senador Oscar Passos anunciava a sua intenção de afastar-se da presidência do Partido, em virtude da pressão a que vinha sendo submetido para tomar atitudes que julgava sectárias. Em dezembro, emedebistas mineiros já se haviam desligado da Frente em razão de sua radicalização.

Enquanto Lacerda continuava buscando contato com oficiais da "linha dura", por julgar que a frente só teria consequência se pudesse contar com a adesão de militares, esta buscava estruturar-se para dar permanência às suas ações esporádicas, através de uma arregimentação organizada e persistente. Julgavam seus próceres que era chegada a hora "de colocar a procissão na rua, mobilizar e estimular a opinião pública". Gestões eram feitas para que Goulart dirigisse um manifesto aos trabalhadores.

Numa alusão aos guerrilheiros vietcongues, o Deputado Hermano Alves alardeava: *"(...) em março a Frente Ampla atacará ao mesmo tempo Hué, Saigon, Khe Sanh, Pleikn e o delta do Mekong."*

Áreas ligadas ao Governo, tanto militares quanto políticas, passavam a denunciar o caráter subversivo da Frente.

Não tendo conseguido demover as áreas militares com as quais se ligava da severa condenação que faziam de seus acordos políticos com Kubitschek e Goulart, Lacerda iniciava a chamada "guerrilha verbal" - provocar a tal ponto que se tornasse inevitável uma reação. Após fazer acusações genéricas de corrupção administrativa, sem fundamento, acusava os Ministros de Estado de serem "vendidos aos interesses estrangeiros".

Em março, a tolerância do Governo chegava ao seu limite. Lacerda acusava o Chefe da Casa Militar de ter usurpado o poder em nome do Exército, buscando atingir diretamente a autoridade do Presidente da República.¹⁶³

Enquanto o Governo estudava a medida mais adequada para por fim às atividades frentistas, numa ação infeliz e lamentável é morto um jovem estudante no Rio de Janeiro. Acidente ou não, estava criado o "mártir" que emotivamente arrastaria os indiferentes às manifestações dirigidas pela esquerda estudantil, propiciando condições para uma agitação crescente. As autoridades governamentais irritavam-se com o comportamento de alguns políticos nos episódios de rua. Na Câmara, eram feitos discursos considerados desrespeitosos às autoridades e às Forças Armadas e alguns deputados, como Hélio Navarro e Davi Lerer, além de protegerem os estudantes rebelados contra a autoridade, estimulavam a agitação, procurando agravá-la com nítido incitamento a subversão.

Cogitava-se a decretação do estado de sítio, medida que não evitaria as provocações e atitudes desses políticos e, por isso, veiculava-se também, com crédito, a notícia da preparação de um novo Ato Institucional. Contudo, revela-se que, quando falaram ao Presidente Costa e Silva na necessidade de editar novo Ato Institucional, ele respondeu: *"Isso não é comigo. Jurei cumprir a Constituição e o farei."*¹⁶⁴

¹⁶³ Para conhecer as versões do planejamento subversivo da frente Ampla que circulavam a época, ver em "Os Governos Militares", de Hélio Silva, da coleção "História da República Brasileira", Editora Três, vol. 20 pág. 84.

¹⁶⁴ Castello Branco, C.: "Os militares no poder", Vol. II, página 330.

Transpirava, também, que o Ministro do Exército era contrário à decretação do estado de sítio e que o Alto Comando entendia caber ao Governo manter a ordem e a política do regime, enfrentando com medidas constitucionais normais as manifestações que não haviam adquirido, ainda, caráter insurrecional.

Embora corressem rumores sobre "uma conspiração que visaria a derrubar o Governo através de um movimento de agitação popular", a eclodir em 1º de maio, apenas foi dado curso a uma decisão, já tomada antes dos acontecimentos desencadeados com a morte do estudante no Rio de Janeiro.¹⁶⁵ Em portaria do Ministério da Justiça, de 5 de abril, ficava proibida qualquer manifestação política em nome da Frente Ampla.

A solução branda apenas adiaria um confronto mais sério. Se a medida podia acuar a Frente, não calava uma dezena de parlamentares que faziam a pregação subversiva acobertados por seus mandatos. Sequer a Frente deixaria de atuar, por acreditar que havia conseguido gerar um processo de crise irreversível e que o Governo estava por um fio. Dias depois dessa medida, seu Secretário-Geral, Renato Archer, reafirmaria os compromissos dos três líderes que a constituíram, para algum tempo depois, num debate na PUC, trazer a público a continuidade da atuação da Frente, agora clandestina.¹⁶⁶



4. O Congresso Cultural de Havana

Nos dois anos anteriores, 1966 e 1967, Cuba havia-se lançado no cenário revolucionário americano, divulgando sua doutrina guerrilheira e organizando a OSPAAAL e a OLAS. Faltava, entretanto, um instrumento para aglutinar os intelectuais, os cientistas e os artistas, que poderiam, com seus livros, trabalhos e canções,

¹⁶⁵ A notícia sobre a conspiração a ser deflagrada a partir de 1º de maio de 1968 consta do livro já citado, de Castello Branco, págs. 325/326.

¹⁶⁶ Castello Branco, C.: "Os militares no poder", Vol. II, página 377.

preparar a consciência das massas para a revolução. Faltava conciliar a cultura com a luta armada.

Assim, em 4 de janeiro de 1968, iniciou-se o Congresso Cultural de Havana, consequência dos trabalhos iniciados desde outubro do ano anterior, com a realização de um seminário preparatório. A "Declaração" aprovada nesse Congresso registrava que:

"O proletariado, o campesinato e as demais classes populares revolucionárias são os herdeiros históricos dos melhores tradições culturais. Unicamente pela via da tomada do poder político e da revolução socialista, encabeçada por aquelas classes, será possível desenvolver ilimitadamente, sem os anteriores entraves da luta de classes, uma extensa e rica cultura genuinamente nacional".

Unindo as figuras de Lenin e Guevara (já morto na Bolívia em outubro de 1967) como símbolos do "intelectual revolucionário militante", a "Declaração" assinalava:

"Queremos concluir expressando que o exemplo de Lenin se mantém e se manterá vivo na prática revolucionária dos povos; que defenderemos a revolução contra todos os inimigos e perigos, com nosso trabalho e com nossa vida, se for necessário, e queremos dizer ao mundo que o grito de guerra de nosso comandante Che Guevara foi escutado, que estamos dispostos - com nossas mãos e nossas gargantas eivadas de ódio e paixão revolucionária - a deixar nossos instrumentos de trabalho, tomar as armas e entoar o canto guerreiros com o matraquear das metralhadoras e novos gritos de guerra e de vitória".

Assim como a Conferência da OSPAAAL foi a Tricontinental da subversão, da guerrilha e do terrorismo, o Congresso Cultural de Havana passou a ser a "tricontinental" da infiltração comunista nos meios intelectuais, científicos e artísticos.

No Brasil, as consequências do Congresso foram imediatas. Livros passaram a ser escritos e canções compostas sob a ótica da visão marxista. Nossos "intelectuais" e artistas, forjados nos bares de Ipanema, tomaram a postura de "revolucionários", sempre, porém, insuflando os outros, particularmente os jovens.

Os "Chico Buarque", os "Callado" e os "Geraldo Vandré" proliferaram e ganharam as manchetes como os mártires da "censura da ditadura militar".



5. O Movimento Estudantil desencadeia o enfrentamento generalizado

Se algum setor pudesse ser destacado no ano de 1968, este seria, indiscutivelmente, o Movimento Estudantil, em consequência do generalizado enfrentamento dos estudantes contra as forças policiais.

Em 1966, já se iniciara esse processo sem que, entretanto, os estudantes estivessem razoavelmente organizados. Não dispunham, também, de um preparo ideológico mais apurado, o que só viria a ocorrer no ano seguinte, com o fortalecimento das lutas estudantis específicas.

A conjuntura internacional mexia com as cabeças da juventude brasileira. No Vietnã, a ofensiva comunista do *Tet* (início do ano novo lunar dos vietnamitas) alcançava sucesso contra o "poderoso" exército norte-americano. Nos Estados Unidos, os negros realizavam manifestações contra a participação no Vietnã. Na Tchecoslováquia, os ideais libertários de Dubcek e a posterior invasão desse País, inflamavam os jovens colocando-os numa posição contra a URSS e as posições "reformistas". A Revolução Cultural Chinesa espalhava os "livrinhos vermelhos" de Mao Tsé-tung. Nas barricadas de Paris, fortaleciam-se as ideias de Marcuse e surgiam novos heróis, como Daniel Cohn Bendit. O Movimento Estudantil atuava intensamente no Uruguai e no México. As guerrilhas de concepção cubana ocupavam as matas da Bolívia, da Venezuela e da Guatemala. E, fundamentalmente, florescia a figura de Guevara, o "novo herói" americano.

Não foi surpresa, portanto, a radicalização dos estudantes brasileiros que, havia alguns anos, vinham sofrendo a influência das organizações comunistas. Se o ano anterior fora marcado pela

atomização das esquerdas, com sucessivos "rachas" no PCB e na POLOP, o ano de 1968 caracterizou-se pelo surgimento formal de um grande número de organizações comunistas que pregavam a luta guerrilheira. Os jovens já possuíam diversas opções para o desaguar de suas pretensões em favor das ações armadas.

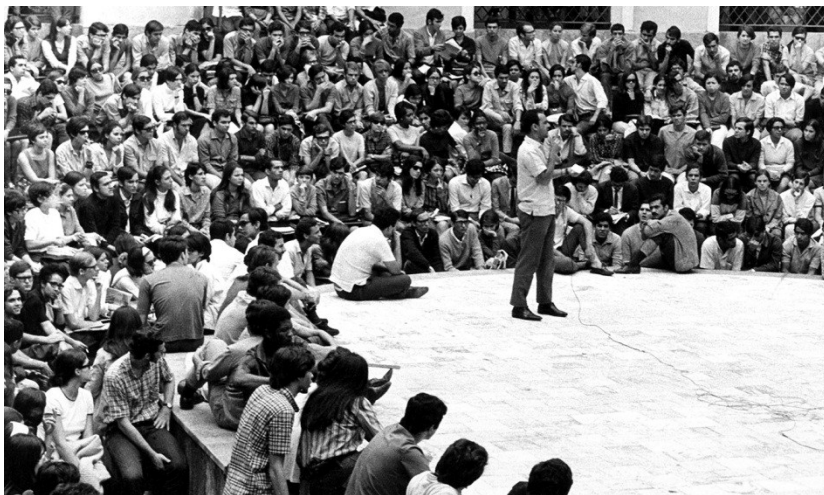
Das quase duas dezenas de organizações comunistas já existentes ou então formadas, oito foram as mais importantes para o Movimento Estudantil, particularmente na direção das agitações de rua: a Ação Popular (AP), o Núcleo Marxista-Leninista (NML), a Dissidência da Guanabara (DI/GB), a Dissidência da Dissidência (DDD), o Comando de Libertação Nacional (COLINA), o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e a Ala Marighela (futura ALN).

Em 1968, as bandeiras estudantis, forjadas nas lutas específicas do ano anterior, concentravam-se na "luta contra a repressão interna e a elitização do ensino" e por "mais verbas para as universidades". Na realidade, entretanto, essas bandeiras nada mais eram do que a ponta do iceberg que carregava, em seu bojo, com muito mais extensão e profundidade, a luta ideológica e o gérmen da luta armada.

Outra característica do Movimento Estudantil, em 1968, foi a orientação dada pelas organizações comunistas para que os estudantes passassem a desafiar abertamente os professores e diretores, obrigando-os a uma definição política. Muitos deles foram desmoralizados e perderam a autoridade, enquanto outros aderiram ou, pelo menos, não tentaram opor-se ao movimento.

Nas agitações de rua, as táticas utilizadas foram as apreendidas com as experiências de 1966 e 1967. Andavam na contramão dos carros, em plena hora do "rush", causando grandes engarrafamentos e dificultando a ação policial. Faziam mini-comícios, trepados em automóveis ou postes de rua. Agrupavam-se e dispersavam-se rapidamente, antes da chegada da polícia. Seus instrumentos de luta foram aumentando gradativamente, na medida em que o enfrentamento ia lhes proporcionando novos sucessos e novas adesões. Dos gritos de protesto iniciais, passaram pelos porretes,

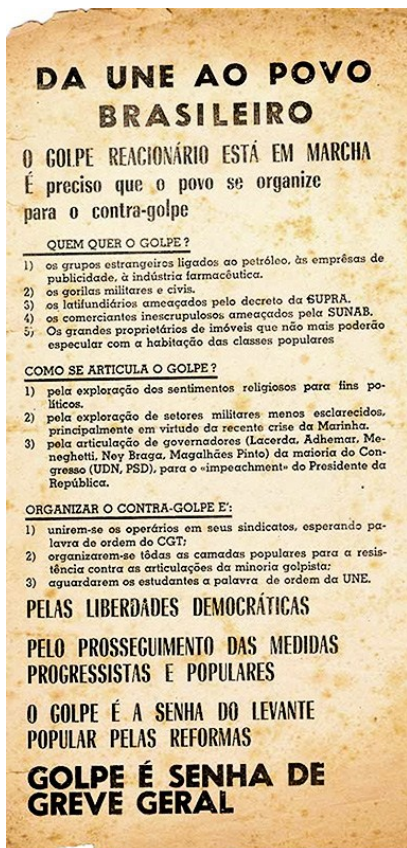
atiradeiras, sacos de plástico com clorato de potássio e vidros de ácido sulfúrico, até aos coquetéis "molotov" e às armas de fogo.¹⁶⁷



Elinor discursando no Calabouço

Apesar do Movimento Estudantil ter efetuado agitações em quase todas as capitais brasileiras, foi no Rio de Janeiro e em São Paulo que elas atingiram seu ponto máximo. Em 17 de janeiro de 1968, na Guanabara, Elinor Mendes Brito, presidente da Frente Unida dos Estudantes do Calabouço (FUEC) e estudante secundarista do Artigo 99, organizou um plebiscito para angariar fundos para o "Restaurante Central dos Estudantes", mais conhecido como Calabouço. Em março, ocorreram greves em diversas universidades do País, contra a nomeação do Coronel Meira Matos para uma comissão especial para a reformulação do ensino, fato considerado pelos estudantes como uma "intervenção militar no MEC". Nesse mesmo mês, nos dias 13 e 24, houve passeatas com depredações em São Paulo e Recife, respectivamente.

¹⁶⁷ Dentre os principais líderes do movimento estudantil de 1968, podem ser destacados: Jean Marc Frederick Van Der Weid e Luiz Gonzaga Travassos da Rosa, da AP; Wladimir Palmeira, Franklin de Souza Martins e Carlos Alberto Vieira Muniz, da DI/GB; José Dirceu de Oliveira e Silva, da ALN e Marco Antônio da Costa Medeiros e Elinor Mendes de Brito, do PCBR.



A primeira agitação de maior envergadura ocorreu em 28 de março de 1968, por ocasião da passeata organizada pela Associação Metropolitana de Estudantes Secundaristas (AMES), em solidariedade aos estudantes do Calabouço. Cerca de 500 secundaristas, insuflados por Elinor Mendes de Brito, entraram em choque com a polícia na Avenida Rio Branco, quando foi morto, por uma bala perdida, Edson Luís de Lima Souto. Resolvendo-se capitalizar o fato, o cadáver foi velado durante toda a noite na Assembleia Legislativa, quando foram pronunciados inflamados discursos contra a "ditadura militar", à sombra de retratos de Guevara. No dia seguinte, o enterro de Edson Luís, elevado à condição de "mártir estudantil", reuniu milhares de pessoas que, no cortejo entre

a Cinelândia e o cemitério São João Batista, prometiam vingança, chegando a depredar um carro da embaixada norte-americana e a incendiar uma caminhonete da Aeronáutica.

No dia 31 de março, foi planejada a 2ª passeata pela morte de Edson Luís e contra a Revolução de 1964, que completava quatro anos. Realizada na hora do "rush", usaram a tática de organizar dezenas de pequenas passeatas que iam e vinham de conhecidos pontos do centro do Rio de Janeiro, como a Cinelândia, o Largo da Carioca, a Praça XV e a Praça Mauá. Formando grupos de choque armados com porretes e atiradeiras, depredaram lojas, carros e bancos, chegando ao enfrentamento direto com a Polícia Militar. Segundo palavras de Alfredo Hélio Sirkis, "*naquela noite foi sem o menor receio e com*

muita raiva que avançamos em cima da PM".¹⁶⁸ No final da noite, um civil morto e dezenas de soldados da Polícia Militar feridos atestavam a virulência do confronto. Em 4 de abril, durante a missa de sétimo dia as tentativas de desordem foram todas contidas pela Polícia Militar, que, pela primeira vez, usou a tropa a cavalo.

De 21 a 23 de abril, em Belo Horizonte, a UBES realizou o seu XX Congresso, que estabeleceu os eixos centrais de luta, contra os acordos MEC-USAID, contra a Lei Suplicy, contra a "Comissão Meira Matos", e pelo apoio à "libertação dos povos oprimidos".

Na primeira quinzena de maio, tumultos ocorridos no vestibular para a Escola de Engenharia, em Curitiba, causaram a prisão de 59 estudantes e ferimentos em seis policiais, um deles em estado grave.

No início de junho, no Rio de Janeiro, pequenas passeatas realizadas em Copacabana e na Rua Uruguiana pressagiaram as grandes agitações que estavam por vir ainda nesse mês, e que ficaram conhecidas como "As Jornadas de Junho", verdadeiros marcos do início da mobilização da massa estudantil.

Ao meio-dia da quarta-feira, 19, cerca de 800 estudantes, liderados por Wladimir Palmeira, presidente da União Metropolitana de Estudantes (UME), tentaram tomar de assalto o edifício do MEC. Rechaçados, foram em manifestação até a avenida Rio Branco onde ergueram barricadas e atacaram a Polícia Militar. "*Pela primeira vez*", afirma o próprio Wladimir Palmeira, "*não era a Polícia que avançava contra os estudantes, mas os estudantes que avançavam contra a Polícia*." ¹⁶⁹ Houve um caos generalizado, com dezenas de feridos, de lado a lado; e três veículos do Exército foram incendiados.

No dia seguinte, cerca de 1.500 estudantes invadiram e ocuparam a reitoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na Avenida Pasteur, fazendo com que os professores e membros do Conselho Universitário passassem por vexames, obrigando-os a saírem por uma espécie de corredor polonês, formado por centenas de

¹⁶⁸ Sirkis, A.H.: "Os Carbonários" – Global Editora, SP – 1984 – pág: 65.

¹⁶⁹ Caso, A: "A Esquerda Armada do Brasil" – Moraes Editora, Lisboa – Portugal – 1976 – Depoimento de Vladimir Palmeira, pág: 34.

estudantes. No final da tarde, cercados pela polícia, resolveram romper o cerco a força, quando mais de duas centenas foram presos.

Vinte e quatro horas depois dessa invasão realizou-se nova passeata, ao meio-dia, no centro da cidade do Rio de Janeiro. Conhecido como a "Sexta-feira Sangrenta", o dia 21 de junho foi marcado por uma brutal violência. Cerca de 10 mil pessoas, os estudantes engrossados por populares, erigiram barricadas, incendiaram carros, agrediram motoristas, saquearam lojas, atacaram a tiros a embaixada americana e as tropas da Polícia Militar. No final da noite, mais de 10 mortos, dentre os quais o sargento da Polícia Militar Nelson de Barros, e centenas de feridos atestavam a violência dos confrontos.

Na madrugada do dia 22, dezenas de estudantes tentaram ocupar, sem sucesso, a Universidade de Brasília. No dia 24, cerca de 1.500 estudantes realizaram uma passeata no centro de São Paulo, quando depredaram a Farmácia do Exército, o City Bank e a sede de "O Estado de S. Paulo".

No dia 26 de junho, ao mesmo tempo em que ocorriam distúrbios estudantis em Belo Horizonte, e algumas horas depois que um carro-bomba lançado pela VPR destruía parcialmente o QG do II Exército, matando a sentinela, Soldado Mário Kozel Filho, realizava-se no centro do Rio de Janeiro, a denominada "Passeata dos Cem Mil". Já não eram só estudantes. Saindo da Cinelândia, passando pela Candelária e terminando, no final da tarde, no Palácio Tiradentes, padres, artistas, "intelectuais", professores; operários e pessoas da classe média, com os braços entrelaçados, gritavam os mesmos "slogans" dos estudantes e pediam o "fim da ditadura militar". Os líderes comunistas tinham conseguido o objetivo: partindo dos estudantes, haviam chegado à classe média, e dali, tinham a certeza, chegariam à classe revolucionária; o operariado.

No dia seguinte, 27, uma comissão dos "Cem Mil" foi a Brasília, conseguindo ser recebida pelo Presidente Costa e Silva. Não houve diálogo. A comissão, integrada, dentre outros por Franklin de Souza Martins, da Dissidência da Guanabara, e por Marco Antônio da Costa Medeiros, do PCBR, desejava, tão somente, dar uma demonstração de força às autoridades.

Algumas horas depois, no dia 28, realizou-se uma passeata em Brasília, com a presença de cerca de 1.000 pessoas, dentre as quais, estudantes, parlamentares e sacerdotes, estes autorizados pela Cúria Metropolitana.

No dia 3 de julho, dezenas de estudantes portando metralhadoras, fuzis, revólveres e coquetéis "molotov" ocuparam as faculdades de Direito, Filosofia e Economia da Universidade de São Paulo (USP), fazendo ameaças de colocação de bombas e prisão de generais.



Estudantes depredam prédios no Rio de Janeiro

Em 4 de julho, ainda no centro do Rio de Janeiro, uma nova manifestação, conhecida como "Passeata dos Cinquenta Mil", marcou, ao mesmo tempo, *"o ápice da radicalização ideológica do movimento e o início de seu refluxo"*.¹⁷⁰ Sentiram, os estudantes, que não adiantava mais realizar manifestações de massa. Para tomar o poder, precisavam integrar-se aos partidos e organizações comunistas existentes. A palavra de ordem central dessa passeata, *"só o povo armado derruba a ditadura"*, representava bem o que ia nos seus espíritos. No final da manifestação, parados em frente à

¹⁷⁰ Sirkis, A.H.: "Os Carbonários" – Global Editora, SP – 1984 – pág: 94.

Central do Brasil, olhavam nos olhos dos soldados que guardavam o prédio do Ministério do Exército.

A partir das férias escolares de julho, a agitação estudantil diminuiu. Em 23 de julho, foi realizada uma passeata no centro de São Paulo, com comícios relâmpagos em várias praças, inclusive com a participação dos operários de Osasco. Já não havia, entretanto, as massas populares que caracterizaram as "Jornadas de Junho", porque o Governo, ante a radicalização crescente, proibira a realização de tais demonstrações.

Em 3 de agosto, Wladimir Palmeira foi preso e nos dias seguintes, explodiram manifestações estudantis em vários pontos do País, como na Guanabara, São Paulo e Salvador. Wladimir, em seus interrogatórios, nada falou sobre sua militância na Dissidência da Guanabara e sobre a influência das organizações comunistas no Movimento Estudantil. A polícia ainda desconhecia a maioria das correntes em que a esquerda se havia dividido, e um sistema de informações deficiente não conseguia avaliar a luta armada que se iniciava. Liberado no início de setembro, só alguns anos mais tarde Wladimir Palmeira diria sobre o segundo semestre de 1968: *"(...) o fato concreto é que, a partir de então, existe no Brasil uma esquerda que faz a revolução com as armas na mão."*¹⁷¹

Em 29 de agosto, tumultos agitaram o interior da universidade de Brasília, com depredações de salas de aula e disparos de armas de fogo. Nesse episódio, foi preso o militante da Ação Popular, Honestino Guimarães, então presidente da Federação de Estudantes Universitários de Brasília (FEUB), enquanto que vários parlamentares, dentre os quais Mário Covas e David Lerer, emprestavam solidariedade aos estudantes.

Em 3 de outubro, um confronto armado envolveu cerca de 1.000 universitários da Faculdade de Filosofia da USP e da Universidade Mackenzie. Armados com correntes, porretes, revólveres e coquetéis "molotov", os estudantes transformaram as adjacências das duas

¹⁷¹ Caso, A: "A Esquerda Armada do Brasil" – Moraes Editora, Lisboa – Portugal – 1976 – pág: 37.

escolas em uma verdadeira praça de guerra, com a morte de um deles, baleado na cabeça.

Foi nesse clima conturbado que a UNE fez realizar, em 12 de outubro, na pequena cidade de Ibiúna, no interior paulista, o seu XXX Congresso, com a presença de mais de 700 estudantes. Avisada por telefonemas anônimos, a polícia cercou e prendeu seus participantes. No local, foram encontradas drogas, bebidas alcoólicas e grande quantidade de preservativos, muitos já utilizados. Alguns estudantes chegaram a declarar que havia, inclusive, uma escala de serviço de moças, para "atendimento sexual". Foram enquadrados 712 estudantes em Inquérito Policial.¹⁷² Alguns se apresentaram com identidades falsas, como Jean Marc Frederick Van Der Weid, com o nome de "Carlos Alberto Coimbra", sendo liberado sem ter sido reconhecido. Estava presente, também José Jarbas Cerqueira, representante oficial da UNE na OCIAE, em Havana. Entre os presentes, encontravam-se diversos padres e seminaristas.¹⁷³

O Congresso de Ibiúna não conseguiu realizar as discussões políticas previstas e nem eleger o novo presidente da UNE. Mais tarde, entretanto, em confabulações de bastidores, foi eleito Jean Marc Frederick Van Der Weid, militante da Ação Popular, com sua eleição referida ao XXX Congresso.

Muitos ainda se perguntam como foi detectado o Congresso de Ibiúna, tendo em vista que os anteriores haviam sido realizados sob estritas normas de segurança e clandestinidade. Somente alguns anos depois ficou comprovado que alguns líderes estudantis, de comum acordo com Marighela e Cuba, chegaram à conclusão que o desencadeamento da luta só seria possível se o seu "braço armado" saísse do meio estudantil. A classe operária, ainda apática, e o campesinato, abandonado e disperso, não poderiam ser

¹⁷² Foram lavrados autos de prisão em flagrante, apenas, contra 10 estudantes: Wladimir Palmeira e Franklin de Souza Martins, da Guanabara; Luiz Gonzaga Travassos da Rosa, José Dirceu de Oliveira e Silva, Antônio Guilherme Ribeiro Ribas, Marco Aurélio Ribeiro, Omar Laino, José Benedito Pires Trindade, Walter Aparecido Cover e Helenira Rezende de Souza Nazareth, de São Paulo.

¹⁷³ Entre eles estavam: Tito de Alencar Lima, Domingos Figueiredo Esteves Guimarães, Luiz Felipe Baton Vasconcelos, Anastácio Orth, Eloy Alfredo Pietá e Antônio João.

arregimentados em curto prazo. A juventude, radicalizada e fanatizada no interior das escolas, era o único instrumento que poderia mobilizar as organizações militaristas que estavam surgindo. Nada melhor do que uma prisão em massa, envolvendo comunistas e inocentes úteis, para servir de bandeira e jogar essa "força de trabalho" nos braços da luta armada. Essa bandeira foi o Congresso de Ibiúna.¹⁷⁴

Apos o Congresso, manifestações de protesto surgiram em vários pontos do País, como em Brasília, Goiânia, Belo Horizonte, Belém, João Pessoa, Aracaju, Vitória, Recife, Salvador, Curitiba e São Paulo. Na Guanabara, em 15 de outubro, os estudantes tentaram retomar a UNE, episódio descrito por Fernando Gabeira, então militante da Dissidência da Guanabara:

*"A manifestação para retomar o edifício da UNE foi uma verdadeira ofensiva de massas. Nela participaram cerca de sessenta estudantes organizados em grupos de cinco. Chegamos ao local, bloqueamos o trânsito na hora de maior movimento e queimamos vários carros oficiais. Um grupo entrou no edifício e enquanto os automóveis ardiam, vários oradores discursavam dos balcões da antiga sede do organismo estudantil."*¹⁷⁵

No dia 23 de outubro, ainda no Rio de Janeiro, os estudantes depredaram a sede do jornal "O Globo", que era visto como "agente do imperialismo ianque".

Hoje, passados quase 20 anos dos sangrentos episódios estudantis de 1968, pode-se concluir que, na realidade, os jovens foram levados à violência pela ação dos comunistas que dirigiam o movimento. Não foram, entretanto, só os universitários os responsáveis pelas badernas; os secundaristas, mais fáceis de serem moldados, em

¹⁷⁴ O DOPS/SP fez o acompanhamento da vida dos estudantes presos e indiciados pela participação no Congresso de Ibiúna e, algum tempo depois, constatou que 98,5% deles eram militantes de organizações subversivas (embora menos de 2,5% deles tivessem sido pronunciados em decorrência do inquérito policial) – Depoimento do Dr. Lúcio Vieira, diretor do DOPS/SP, no período de 1969 a 1973.

¹⁷⁵ Caso, A: "A Esquerda Armada do Brasil" – Moraes Editora, Lisboa – Portugal – 1976 – Depoimento de Paulo Nagle Gabeira, pág: 44

muito contribuíram para as agitações. Em São Paulo, havia a Frente Estudantil Secundarista (FES) e, na Guanabara, o Comando Secundarista (COSEC), que forneceram centenas de quadros para as organizações militaristas. No dizer insuspeito de Sirkis, o movimento Estudantil foi "*um celeiro de futuros quadros para formar os teóricos da vanguarda do proletariado.*"¹⁷⁶



6. As manifestações operárias

Três eventos significativos marcaram a atuação dos operários no ano de 1968: a greve de Contagem, em Minas Gerais, a manifestação do 19 de maio, na capital paulista, e a greve de Osasco, em São Paulo.

A greve dos metalúrgicos de Contagem estourou em meados de abril, entre os operários da Belgo-Mineira, estendendo-se, posteriormente para a Mannesmann, a Mafersa e outras fábricas. Os operários ocuparam as fábricas com grupos de segurança e, através de piquetes, conseguiram a paralisação das demais. Apresentando a reivindicação de 25% de aumento, fora da época normal do dissídio, os operários receberam do Governo, a contraproposta de um abono de emergência, que foi prontamente recusada. Negaram-se inclusive, a dialogar com o próprio Ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, que fora ao local. No dia 22 de abril, havia cerca de 15 mil operários parados e 16 empresas afetadas. No dia seguinte, a polícia militar ocupou a cidade e prendeu os líderes, encerrando a greve.

Em São Paulo, a situação era mais crítica, em face da maior quantidade de operários politizados pelas organizações comunistas radicais. Desde julho de 1967, o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco vinha sendo presidido pelo jovem José Ibrahim, operário da Cobrasma, que na época da Revolução de Março, se considerava um simpatizante do PCB. Optando por formas mais radicais de luta, ingressara na Vanguarda popular Revolucionária, dirigindo suas células operárias em Osasco. Sendo o grande articulador da Oposição

¹⁷⁶ Sirkis, A.H.: "Os Carbonários" – Global Editora, SP – 1984 – pág: 58.

Sindical, conseguiu realizar assembleias em São Paulo, Santo André, Guarulhos e Campinas, apresentando propostas consideradas radicais pelo próprio Movimento Intersindical Antiarrocho, como a criação oficial das comissões de fábricas e uma Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Em março de 1968, o Movimento Intersindical Antiarrocho, já em processo de dissolução por força da liderança de José Ibrahim, designou uma Comissão Executiva para organizar um comício na Praça da Sé, em comemoração ao Dia Internacional dos Trabalhadores, com a presença do próprio governador paulista. A Oposição Sindical, apesar de ter-se posicionado contra o convite às autoridades governamentais, resolveu participar, só que preparando uma "pequena" surpresa: Foi montado um plano para tomar a tribuna e expulsar o governador, preparado pelos dirigentes da VPR, da AP, da Ala Marighela e da UNE, com o conhecimento e o apoio de outras organizações comunistas.



Aspecto do Palanque depois da expulsão das autoridades

No 1º de maio, dia do comício, a Praça da Sé estava apinhada de gente. Quando o Governador de São Paulo, Abreu Sodré, começou a falar, um militante da VPR cortou os fios do microfone, como sinal para o início da baderna. Sob uma chuva de pedras, tomates e ovos podres, a comitiva do governador foi expulsa da tribuna, refugiando-

se na Catedral. Sob um imenso retrato de Guevara, vários oradores revezaram-se na tribuna, todos com contundentes ataques à "ditadura militar". Um deles, conclamando pela aliança dos 'estudantes com os operários, era o militante da AP, Luís Gonzaga Travassos da Rosa, então presidente da UNE.

Após os discursos, incendiaram a tribuna e iniciaram uma passeata pelas ruas do centro, depredando lojas e automóveis. A multidão, na esquina das avenidas São João e Ipiranga, atacou o City Bank, quebrando suas portas e janelas e incendiando a bandeira dos Estados Unidos da América. Em frente ao prédio da Polícia Marítima, do Departamento de Polícia Federal, jogaram pedras sobre os agentes que o guardavam.

Vitoriosa a manifestação, o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, sempre liderado por José Ibrahim, preparou o passo seguinte da radicalização: a greve, com a ocupação das fábricas, que poderia ser a detonadora de outras greves de solidariedade.



Ação de Piquetes

No dia 16 de julho de 1968, foram ocupadas as fábricas Cobrasma e Lonaflex e paralisadas a Barreto-Keller e a Alves e Reis, num movimento que pretenda atingir a Brown-Bovery, a Braseixos, a Osram e a Cimaf. Colocando barricadas nos portões e aprisionando os diretores e engenheiros como reféns, os operários fizeram as suas

reivindicações: fim do FGTS e da lei antigreve e recebimento de 35% de aumento salarial, contrato coletivo por dois anos e reajustes salariais trimestrais. Uma delegação do Ministério do Trabalho foi recebido com vaia e o diálogo foi rejeitado. Na madrugada do dia seguinte, a Cobrasma e a Lonaflux foram invadidas pela Polícia Militar. Logo depois eram desalojados da sede do Sindicato dos Metalúrgicos os operários da Barreto-Keller e da Alves e Reis, que lá se haviam homiziado.

Apesar do fracasso da greve, é interessante observar o que o seu líder, José Ibrahim, falou sobre as atividades da VPR naqueles dias:

"O outro saldo positivo daquela luta foi a demonstração, na prática, da necessidade da organização de uma força armada revolucionária para enfrentar o aparelho repressivo da ditadura. Em outras palavras, a necessidade da luta armada para a libertação do Brasil.

Alguns dirigentes operários de Osasco estiveram vinculados, desde o primeiro momento, a organizações revolucionárias armadas da esquerda brasileira particularmente à VPR. Mas, na direção do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Osasco o único militante da VPR era eu. Integrava uma célula de cinco operários que arrecadava fundos e realizava outras tarefas clandestinas na montagem da infraestrutura da organização guerrilheira. Tínhamos exercício de tiro com fuzil, ainda que superficiais e esporádicos. Enfim, todo o nosso trabalho era encaminhado na preparação da luta armada porque sabíamos que, cedo ou tarde, a ela nos devíamos incorporar." ¹⁷⁷

Além de José Ibrahim, outros militantes comunistas auxiliaram na direção da greve de Osasco, como, por exemplo, José Campos Barreto, o "Zequinha" - o mesmo que, em 17 de setembro de 1971, viria a morrer com Carlos Lamarca, no sertão baiano - e Roque Aparecido da Silva, o "Peres", militante da VPR.

¹⁷⁷ Caso, A: "A Esquerda Armada do Brasil" – Moraes Editora, Lisboa – Portugal – 1976 – Depoimento de José Ibrahim, pág: 86

A partir daí, e por muitos anos, o movimento operário não apresentaria características de agitação. Seus líderes, fanatizados e radicalizados, engajar-se-iam na luta armada, integrando-se às organizações militaristas que surgiam.



7. O PCB estrutura-se para o Trabalho de Massa

O PCB entrou no ano de 1968 debilitado pelas numerosas dissidências surgidas ao longo do processo de preparação do VI Congresso, realizado em dezembro do ano anterior. Mas, ao mesmo tempo, entrou fortalecido pela própria realização do Congresso e pelos expurgos procedidos entre seus militantes e quadros, o que lhe forneceu uma unidade ideológica e o afastou do caminho trilhado pelas organizações voltadas para a luta armada, permitindo-lhe intensificar, por alguns anos, o trabalho de massa.

Em janeiro de 1968, o Comitê Central realizou uma reunião, na qual elegeu a Comissão Executiva, integrada por Luiz Carlos Prestes ("Alfredo", "Antônio"), Giocondo Dias ("Neves"), Dinarco Reis ("Mário", "Dante"), e outros.¹⁷⁸

Numa segunda reunião, realizada em setembro de 1968, o Comitê Central defendeu a invasão da Tchecoslováquia pelas tropas do Pacto de Varsóvia e analisou, com otimismo, as agitações estudantis ocorridas nas principais capitais brasileiras. Estruturou a direção do Partido em 11 Seções Auxiliares: Organização, Agitação e Propaganda Sindical, Relações Exteriores, Educação, Juvenil, Finanças, Trabalhos Especiais, Massas, Campo e Trabalho Militar - esta última responsável pelo trabalho de infiltração nas Forças

¹⁷⁸ Compunham ainda a Comissão Executiva: Orlando Bonfim Jr ("Jorge"), Geraldo Rodrigues dos Santos ("Marcelo", "Negraão"), Zuleika D'Alambert ("Marta") e Jaime Amorim de Miranda ("João"), como efetivos. Como suplentes: Hércules Correia dos Reis ("Macedo"), Antonio Chamorro ("Xavier"), Walter de Souza Ribeiro ("Beto"). Foi eleito também um Secretariado composto por Giocondo Dias, Jaime Amorim de Miranda, Fernando Pereira Christino ("Tales", "Nei"), José de Albuquerque Sales ("Marcos") e Itair José Veloso ("Pedro").

Armadas e nas polícias Militares. Organizou também a Comissão Nacional de Controle, a Comissão Agrária e a Comissão Cultural.

Durante o ano de 1968, o PCB apoiou e participou da Frente Ampla, apresentando as reivindicações do "Estado de Direito", da "Anistia" e das "Eleições Livres e Diretas". Tentou restaurar a sua Juventude Comunista, vinculada à Seção Juvenil. Entretanto, a posição dos estudantes em favor da luta armada, levando-os às organizações militaristas, e o envio de Zuleika D'Alambert para o exterior, por medida de segurança, conduziu ao fracasso da empreitada. Durante os anos da luta armada, o PCB ficaria sem influência no Movimento Estudantil.

No Movimento Operário, o Movimento Intersindical Antiarrocho, do qual o PCB havia sido o maior articulador, ao lado dos "pelegos", entrou em processo de dissolução, em face da influência crescente dos novos líderes sindicais comprometidos com a luta armada.



8. A formação do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)

Após o "Encontro" da Corrente Revolucionária, realizado em outubro de 1967, a Comissão Provisória de Reconstrução Partidária, então nomeada, iniciou seus trabalhos para a construção do novo partido. Para isso, estabeleceu contatos com os dissidentes de diversos comitês estaduais do PCB e com dissidências de outras organizações que não aceitavam a doutrina do foco, como o "grupo correntista" da Dissidência da Guanabara.

As divergências entre os membros da Comissão fizeram com que fossem confeccionados dois documentos sobre o programa do novo partido, um, elaborado por Apolônio de Carvalho e Jarbas Amorim, e o outro, por Manoel Jover Telles e Armando Teixeira Frutuoso. Uma reunião entre os quatro, realizada em 9 de abril de 1968, não conseguiu unificar os dois documentos. Conseguiram, entretanto, chegar a um consenso sobre o "Projeto de Estatutos".

Em 11 e 12 de abril de 1968, realizou-se a I Conferência Nacional dos integrantes da Corrente Revolucionária, na qual foi fundado o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Foi eleito um Secretariado - composto por, Mário Alves de Souza Vieira (secretário-geral), Apolônio Pinto de Carvalho e Manoel Jover Telles - e uma Comissão Executiva, integrada, além desses três citados, por Jacob Gorender, Bruno Costa de Albuquerque Maranhão e Armando Teixeira Frutuoso. O Comitê Central foi constituído pelos seis membros da Comissão Executiva e mais oito membros efetivos e um suplente.¹⁷⁹

A Conferência aprovou dois documentos básicos: os "Estatutos" e a "Resolução política". Os "Estatutos" estabeleceram a estrutura do PCBR.¹⁸⁰ A "Resolução política" baseou-se no documento de Mário Alves, "Sobre o Programa e a Tática", apresentado no "Encontro" de outubro de 1967, e traçava a linha política do PCBR, considerado como "a organização política de vanguarda da classe operária brasileira".

O objetivo final dessa "organização política" é a "*edificação do socialismo e do comunismo, considerando que a conquista do poder pela classe operária e a instauração da ditadura do proletariado são condições essenciais para atingi-lo*". O PCBR entende que a primeira etapa da revolução é "popular, anti-imperialista e anti-latifundiária" e será concretizada quando for destruído "*o aparelho burocrático-militar do Estado burguês-latifundiário, substituindo-o por um Governo Popular Revolucionário*". Para desenvolver sua estratégia, define-se, claramente, pela luta armada:

¹⁷⁹ Faziam parte do Comitê Central, além dos membros da Comissão Executiva: Nicolau Tolentino Abrantes dos Santos, Thomaz Miguel Pressburger, Helena Boaventura Neto, Geraldo Soares, Salatiel Teixeira Rollins, Jarbas Amorim, Miguel Batista dos Santos e Osmundo Bezerra Duarte, além de Rômulo de Araújo Lima, como suplente. Outros militantes compareceram a essa I Conferência do PCBR, dentre os quais Lincoln Bicalho Roque, Roberto Ribeiro Martins, Valdir Salles Sabóia, Lauro Reginaldo da Rocha, Luciano de Almeida, um militante de nome Luiz (codinomes "Hugo" e "Ari") e outro, do Espírito Santo, conhecido por "Nilo".

¹⁸⁰ O PCBR foi organizado em Comitê Central, Comitê Executivo e Secretariado, Comitês Regionais, Comitês de Zona, Comitês Locais e Organizações de Base.

"O caminho da revolução brasileira é, portanto, a luta armada. No curso do processo revolucionário é preciso coordenar várias formas de lutas de massa, pacíficas e não pacíficas, legais e ilegais. As formas de ações legais ou pacíficas devem ser utilizadas para desenvolver o movimento popular, mas com o emprego exclusivo de tais meios a revolução não pode ser vitoriosa. A violência reacionária só pode ser vencida com a violência revolucionária."

A luta armada, ainda segundo a Resolução do PCBR, deveria ser desencadeada a partir da "guerra de guerrilhas" no campo e complementada, ao mesmo tempo, com a "guerrilha urbana".

Na realidade, os resultados da Conferência não satisfizeram Manoel Jover Telles, que não desejava a criação de um novo partido e sim o ingresso dos militantes da Corrente no PC do B. Sentindo-se derrotado, ele e seu grupo saíram do PCBR, dois meses após essa Conferência.

Em maio de 1968, tendo em vista as manifestações estudantis que ganhavam vulto, o Comitê Central publicou o documento "Mensagem do PCBR às Forças de Esquerda", em que preconizava uma "unidade de ação", independente das "discussões de caráter teórico", a qual pudesse "encontrar os objetivos práticos, imediatos e comuns" que conduzissem à vitória sobre "o inimigo comum".

Em junho, um grupo de dissidentes secundaristas da AP ingressou no PCBR. Nesse mesmo mês, desligou-se do partido o grupo capitaneado por Jover Telles.¹⁸¹ Na resolução denominada de "Um Reencontro Histórico", este grupo tachou o PCBR de ser um "grupamento pequeno-burguês, eclético e vacilante" e reconheceu o PC do B como sendo o verdadeiro "partido revolucionário do proletariado". A facção, que se autodenominava de "maioria revolucionária", compunha-se de quase 400 militantes, e sua saída significou, para o PCBR, a perda de cerca de 70% de seus efetivos da Guanabara.

¹⁸¹ O grupo de Manoel Jover Teles era integrado, entre outros, por Armando Teixeira Frutuoso, Geraldo Soares, Helena Boaventura Neto, Roberto Ribeiro Martins e Lincoln Bicalho Roque.

A defecção desse grupo provocou uma rápida resposta do PCBR, que publicou o texto "Reencontro Histórico ou simples mistificação?", criticando as posições do PC do B, e convocou uma nova reunião do Comitê Central. Levada a efeito em julho de 1968, nela, além de se fazer um balanço da situação política do País e estudar as diferentes formas de oposição política ao Governo, foi reestruturada a sua direção nacional.¹⁸²

Ainda nessa ocasião, o PCBR criou o "Comando Político Militar", que teria por objetivo o estudo, e o encaminhamento da luta armada.

Em meados de 1968, foram grandes as agitações estudantis na Guanabara, das quais o PCBR participou intensamente. Destacaram-se nas manifestações seus militantes Elinor Mendes Brito, secundarista e presidente da Frente Unida dos Estudantes do Calabouço (FUEC), e Marco Antônio Costa de Medeiros, presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Em agosto, aconteceria um marco notável na história do PCBR: o contato com Jorge Medeiros Valle, o "Bom Burguês", que iniciaria o fornecimento à organização, de dinheiro para o financiamento da luta armada, que totalizou aproximadamente 170 mil dólares.

Jorge Medeiros Valle - o "Bom Burguês" - ingressou no Banco do Brasil em 1952 e, até 1964, nutria simpatia pelo PCB. A partir de julho ele 1968, valendo-se de sua função na agência Leblon, no Rio de Janeiro, mediante a emissão de Ordens de Pagamento fictícias, desviou bilhões de cruzeiros velhos, trocando-os por cerca de 1 milhão de dólares, depositando-os num banco da Suíça. Usando parte do dinheiro para satisfazer suas ambições pessoais, o "Bom Burguês", acreditando que a luta armada derrubaria o regime brasileiro, passou a distribuir a outra parte para as organizações que

¹⁸² No Secretariado, ao lado de Apolônio Pinto de Carvalho, foram incluídos Salatiel Teixeira Rollins e Miguel Batista dos Santos. Na Comissão Executiva, além de Apolônio de Carvalho, permaneceram Mário Alves de Souza Vieira e Bruno Costa de Albuquerque Maranhão aos quais se juntaram Nicolau Tolentino Abrantes dos Santos, Renê Louis Laugery de Carvalho e Jarbas Amorim. Para o Comitê Central, foram chamados Lauro Reginaldo da Rocha, Luciano de Almeida e dois outros militantes: "Nilo" e "Fernando".

pregavam a violência. Tornou-se, assim, o grande "mecenas" brasileiro, financiando, de imediato, o PCBR e, no ano seguinte, o MR-8. Com o dinheiro, o PCBR pode profissionalizar um maior número de quadros e montar uma razoável infra-estrutura, adquirindo, na Guanabara, cinco apartamentos, uma gráfica e dois automóveis.

Em virtude do crescimento do PCBR em todo o território nacional, o Comitê Central convocou uma nova reunião, realizada em setembro de 1968, num sítio em Teresópolis. Nessa reunião, foi aprovado o documento "Projeto de Reforma de Estrutura", pelo qual o partido se organizou em seis Comitês Regionais.¹⁸³ À época, o PCBR chegou a ter cerca de 200 militantes ativos, com os maiores contingentes nos Comitês Regionais do Nordeste e Sudeste.

Em outubro de 1968, através do documento "Resolução do Comitê Central sobre o Trabalho Militar", o PCBR regulamentou o Comando Político Militar, criado em julho, organizando o "Comando Político Militar Nacional", diretamente subordinado ao secretário-geral e que coordenava as atividades dos "Comandos Políticos Militares Regionais". O Comando Político Militar, organismo paralelo à estrutura partidária, teria que desenvolver as atividades de Planejamento, Organização e Direção de Unidades Armadas, Logística e Instrução militar. Os Comandos políticos Militares Regionais teriam que realizar a "recuperação" de fundos e meios, através de assaltos, sequestros políticos, ações de "justiçamento", intensificação dos preparativos para a guerrilha rural e montagem de "grupos de autodefesa" nas empresas, bairros operários e favelas. Esse documento recomendava, ainda, a aquisição e a montagem de um campo de instrução para treinamento dos "guerrilheiros", futuros membros do "Exército Popular Revolucionário".

Ainda nesse mês de outubro, o PCBR difundiu três documentos doutrinários, para estudo e debate interno de seus militantes. O

¹⁸³ Os Comitês Regionais estavam assim distribuídos: CR-1 (Centro), formado por Goiás e Distrito Federal; CR-2 (Nordeste) - Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará; CR-3 (Sudeste) - Guanabara, Rio de Janeiro e Espírito Santo; CR-4 - São Paulo; CR-5 (Sudoeste) - Paraná, Mato Grosso e Santa Catarina; e CR-6 - Rio Grande do Sul.

primeiro, referente às "Peculiaridades da Realidade Nacional" e ao "Caminho Armado da Revolução", foi de grande importância para o partido, pela sua riqueza de detalhes na orientação da preparação da "guerra revolucionária" no Brasil. O segundo era intitulado "As Formas Elementares da Guerra Revolucionária" e o terceiro documento, "O Processo da Guerra Revolucionária", estabelecia os detalhes para desencadeá-la através da luta armada, na forma da guerra de guerrilha.

Integrado por dirigentes experientes oriundos do PCB e jovens saídos das agitações estudantis, com uma ideologia moldada pelos diversos documentos doutrinários e organizacionais aprovados e com uma infra-estrutura reforçada pelo dinheiro do "Bom Burguês", pôde, o PCBR, dar início às suas atividades revolucionárias de luta armada, o que veio ocorrer em 1969.



9. Da Ala Marighela ao Agrupamento Comunista de São Paulo

Em 1967, ao retornar de Havana após a I Conferência da OLAS, Marighela denominou o seu grupo de seguidores de Agrupamento Comunista de São Paulo (AC/SP). O nome parecia adequado, pois não havia ideia de se criar um novo partido e os seguidores do líder comunista concentravam-se em São Paulo.

A difusão das diretrizes da OLAS e a reação à linha pacífica do "partidão" tornaram o AC/SP um polo de atração para os grupos dissidentes que tinham feito a opção pela luta armada. A organização foi engrossada por dissidentes do PCB e por grupos de jovens marxistas vindos do meio estudantil, sem vinculação orgânica ou partidária.

Na Guanabara, a célula do PCB da Escola Técnica Nacional, que começara a contestar a orientação do partido no início de 1967, foi expulsa no final daquele ano e aderiu ao Agrupamento. Nessa célula, despontavam estudantes que mais tarde viriam a se tornar dirigentes da organização e conhecidos apologistas da violência. A esses

elementos, por laços familiares ou de amizade, juntaram-se estudantes de outros colégios.

A posição do grupo de estudantes foi muito influenciada pelos antigos militantes do partido João Batista Xavier Pereira e Zilda de Paula Xavier Pereira - pais de três deles - que eram ligados ao líder do AC/SP e dissidentes como ele.¹⁸⁴

Em fevereiro de 1968, Marighela expunha suas diretrizes no "Pronunciamento do Agrupamento Comunista de São Paulo". Nesse documento-base ficaram estabelecidas as táticas, a estratégia e os princípios que norteariam o Agrupamento Comunista de São Paulo. Além de acusações ao Comitê Central do PCB, a organização adotava a linha política da OLAS, emergente da I Conferência, com a preocupação de esclarecer que "a guerrilha não é um foco" e sim o "embrião do exército revolucionário".

O trabalho inicial seria nas cidades e visaria à implantação imediata do plano de apoio logístico. O movimento para se tornar vitorioso teria de se estender ao campo, visto que a participação e o apoio dos camponeses desempenhariam papéis decisivos na constituição do núcleo armado operário e camponês, a semente da guerrilha.

A organização abolia as estruturas herdadas do Comitê Estadual do PCB de São Paulo, consideradas como um estorvo ao trabalho revolucionário dos grupos. Três seriam os princípios básicos adotados: "*o dever de todo revolucionário é fazer a revolução*"; "*não se pede licença para praticar atos revolucionários*"; e "*a organização só tem compromissos com a revolução*".

A organização não estabelecia uma estrutura tradicional, considerando-se um centro de coordenação de grupos revolucionários - pouco importando seus nomes - que se dispusessem a cumprir tarefas para a constituição da guerrilha. O comando da organização seria a própria guerrilha, após constituída.

¹⁸⁴ Além dos laços ideológicos, laços afetivos teriam unido Zilda a Marighela, comentando-se inclusive, que seu filho Yuri Xavier Pereira ("Joãozinho") seria o resultado dessa relação.

Os grupos revolucionários deveriam preparar-se, treinando tiro e defesa pessoal e participando de acampamentos onde pudessem ir-se acostumando a vida no campo. As ações de roubar e fabricar armas e munições, ou mesmo comprá-las, também eram rotuladas como atividades de preparação da guerrilha. O apoio financeiro seria resultante de assaltos ou contribuições voluntárias.

A atuação dos grupos armados nas cidades criaria e manteria o clima de rebeldia, enquanto a guerrilha se desenvolvesse na área rural. No campo, a ocupação de terras por posseiros e o trabalho de organização de sindicatos rurais eram entendidos como forma de desencadear a luta de classes e obter o apoio para a guerrilha.

A estratégia da organização seria partir direto para a ação, para a luta armada, pois a "ação faz a vanguarda". Numa crítica direta às cúpulas dirigentes do PCB, o Agrupamento Comunista de São Paulo afirmava que a união dos revolucionários se daria através do desencadeamento da ação e da guerrilha e não nas mesas de reuniões.

Em março de 1968, exemplificando suas diretrizes, Marighela chefiou o assalto ao carro pagador do Banco Francês e Italiano, na Avenida Santo Amaro, em São Paulo.

Em abril o AC/SP lançava o primeiro número do jornal "O Guerrilheiro", definido como o órgão dos grupos que tinham por missão levar a guerrilha brasileira adiante.¹⁸⁵ Constavam da publicação, na íntegra, o "Pronunciamento do Agrupamento

¹⁸⁵ No editorial desse jornal, o "imperialismo norte-americano" ficava rotulado como o inimigo da humanidade, e conclamavam-se as forças interessadas na sua expulsão a congregaram-se numa "frente anti-imperialista". Era afirmado que no núcleo armado operário e camponês abria-se espaço para o movimento estudantil e "demais forças interessadas na revolução", e que o caráter da revolução, seguindo orientação da OLAS para a América Latina, seria de independência nacional ou de libertação nacional, estando destinado ao proletariado o papel dirigente. A tomada do poder, o "grande objetivo", ficaria caracterizada pela *"destruição do aparelho burocrático militar do Estado e a sua substituição pelo povo armado"*.

Comunista de São Paulo" e a "Declaração Geral da I Conferência da OLAS", textos que constituíam o ideário do AC/SP, inclusive a sua linha política.

Em 1968, foi difundido, também, o documento "Algumas questões sobre as guerrilhas no Brasil", de autoria de Carlos Marighela, datado de outubro de 1967, em Havana. O texto inseria a revolução cubana dentro da revolução socialista mundial, apresentando-a como exemplo da conquista do poder - através da guerra de guerrilhas - e da expulsão do imperialismo, sem a ocorrência de uma guerra mundial transformada em guerra civil. Marighela estabelecia no documento três fases fundamentais para a implantação e o sucesso da guerra de guerrilhas:

1. planejamento e preparação da guerrilha;
2. lançamento e sobrevivência da guerrilha; e
3. crescimento da guerrilha e sua transformação em guerra de manobra.

Vivendo a primeira fase, Marighela recebeu, a partir de julho de 1968, os militantes que haviam sido enviados a Cuba, em 1967, para realizar o treinamento militar. Era o "I Exército da ALN" - como ficou conhecido o grupo - que retornava para iniciar suas atividades. À mesma época, iniciou-se o envio de mais um grupo de militantes, que, reunido em Cuba, realizaria o curso entre março e setembro de 1969. Esse grupo ficou conhecido como "II Exército da ALN" ou "Grupo dos 25".¹⁸⁶

Apoiado pela chegada do "I Exército da ALN" e com o intuito de partir direto para a ação e de reafirmar que o comando político emerge da ação, Marighela liderou alguns assaltos e atentados na

¹⁸⁶ Faziam parte desse grupo os seguintes elementos: Agostinho Flordelízio, Alex de Paula Xavier Pereira, Antônio Carlos Bicalho Lana, Antônio Espiridião Neto, Benjamin de Oliveira Torres Neto, Darcy Toshiko Miaki, Guilherme Otávio Lessin Rodrigues, Isis Dias de Oliveira, José Júlio de Araújo, José Luiz Del Royo, José Luiz Paz Fernandes, José da Silva Tavares, Luiz Almeida de Araújo, Luiz José da Cunha, Márcio Leite Toledo, Maria Amélia de Araújo Silva, Norberto Nhering, Paulo de Tarso Celestino da Silva, Renato Leonardo Martinelli, Ricardo Apgaua Paulo Guilherme, Sérgio Ribeiro Granja, Viriato Xavier de Melo Filho, Waldemar Rodrigues de Menezes, Washington Adalberto Mastrocinque Martins, Yuri Xavier Pereira e Zelik Traj Ber.

área de São Paulo, em 1968. São de autoria do AC/SP os seguintes assaltos: ao Banco Comércio e Indústria, Av. São Gabriel, 191, em julho de 1968; à agência Bradesco da Alameda Barros com a Av. Angélica; ao trem pagador da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, em agosto; ao carro pagador da Massey Ferguson, no Alto de Pinheiros, em outubro; à indústria "Rochester-Armas e Explosivos", em Mogi das Cruzes (na Grande São Paulo), no dia 28 de dezembro de 1968; e à casa de um colecionador de armas, na Alameda Ribeirão Preto. A esses atos somam-se o atentado contra um carro pertencente a um elemento do DOPS de São Paulo, na Av. Marginal, e o atentado a bomba contra a casa de um diretor da Contel.¹⁸⁷

As ações armadas do AC/SP em 1968 limitaram-se a São Paulo e renderam mais de 530 mil cruzeiros novos, além de terem acrescentado algumas armas ao arsenal da organização. A mais audaciosa foi a ação contra a Rochester S.A., onde cerca de trinta militantes em treze carros, levaram 23 caixas de dinamite, 21 bananas de gelatina explosiva e 4 sacos de clorato de potássio.

Em 12 de outubro de 1968, prosseguindo na escalada de violência, foi assassinado em São Paulo, por Marco Antônio Brás de Carvalho ("Marquito"), juntamente com dois militantes da VPR, o Capitão do Exército dos Estados Unidos Charles Rodney Chandler, vítima de sua cidadania. (ver item 20 deste capítulo)

Ao final de 1968, Marighela deu ciência ao AC/SP do documento "Questões de Organização". A chamada "Ala Marighela", sem abandonar seus princípios, pretendia ampliar a área de ação revolucionária, somando todas as tendências - das mais diversas filosofias - interessadas em mudar o regime. Sugeria, também, efeitos mais contundentes nas ações terroristas, para maior impacto

¹⁸⁷ Participaram dessas ações os seguintes elementos: Aton Von Filho, Manoel Cyrilo de Oliveira, Denison Luiz de Oliveira, Joseph Alprim Filho, Miguel Nakamura, Francisco Gomes da Silva, Ayrton Medeiros Caldeville, Maria Aparecida da Costa, João Leonardo da Silva Rocha, Takao Amano, Ney da Costa Falcão, Vinícius Medeiros Caldeville, Carlos Henrique Knapp, Eliane Toscano Samikhowsky, Boanerges de Souza Massa, Itobi Alves de Correia Júnior, Caio Venâncio Martins, Ana de Cerqueira Cesar Corbisier Mateus, Carlos Marighela, Mário Antônio Brás de Carvalho, Arno Pires, Virgílio Gomes da Silva, Sérgio Egberto Correia, João Carlos Cavalcanti Reis, Aylton Adalberto, Celso Antunes Horta, Carlos Eduardo Pires Fleury e Lauriberto José Neves.

emocional na população, sem levar em conta o possível efeito negativo de tais ações sobre a mentalidade brasileira.

O documento anunciava um "Centro de Aperfeiçoamento" como a escola de formação do guerrilheiro e do dirigente, dotado de elementos capazes de influir no desenvolvimento das operações e de ter influência nas atividades locais. Era preconizada como estrutura organizacional a constituição de três frentes de atividades: a "Frente Guerrilheira", a "Frente de Massas" e a "Rede (ou Frente) de Sustentação". A "Frente Guerrilheira", dentro da fixação de Marighela pela ação, deveria existir nas atividades locais em qualquer ponto do país. A "Frente de Massas" teria uma estrutura semelhante à da "Frente Guerrilheira" e atuaria nos setores estudantil, operário-camponês, eclesiástico e sobre os meios de comunicação de massas. A "Frente de Massas" teria também uma "potência de fogo razoável" e desenvolveria ações armadas. A "Rede de Sustentação" deveria fornecer às outras duas frentes a infra-estrutura para funcionamento e variaria de acordo com as possibilidades locais.¹⁸⁸

Além das frentes, o documento apregoava a constituição de unidades móveis, os "Grupos Táticos Armados", instrumentos especiais das operações mais complexas que exigissem uma grande potência de fogo. Os "Grupos Táticos Armados" não deveriam ser confundidos com os grupos armados, operando nas três frentes de atividades. As frentes e as unidades móveis teriam o seu funcionamento independente e a coordenação entre elas deveria ser a mais simples possível.¹⁸⁹

¹⁸⁸ A desigualdade do desenvolvimento revolucionário nos diversos pontos do território nacional provocou uma desuniformidade no aparecimento das frentes preconizadas. Em alguns locais houve a predominância de uma frente sobre a outra, e em outros lugares uma ou outra dessas frentes não foi desenvolvida.

¹⁸⁹ O documento "Questões de Organização" deixava bem claro que o problema de funcionamento geral e global da luta revolucionária ainda não estava suficientemente amadurecido e vinha sendo estudado pela direção revolucionária, subentendida como sendo o próprio Marighela. Os princípios que norteavam a organização encerravam o documento e definiam que o comando político surgia da prática de ações revolucionárias e de suas consequências, o que obrigava a participação dos integrantes do comando nas ações.

No dia 17 de dezembro, explodiu às 2 horas da madrugada uma bomba no Monumento dos Aviadores da 2ª Guerra Mundial, na Praça 14-Bis, em São Paulo. No local, foram deixados panfletos com a "Mensagem aos Brasileiros", de Marighela, apresentada como suplemento do jornal "O Guerrilheiro".

Finalizando o ano, ainda em dezembro, Marighela dirigiu uma carta aos revolucionários de São Paulo, que ficou conhecida como "*Quem Samba Fica, Quem não Samba Vai Embora*". Prestando contas do dinheiro dos assaltos, explicava que a prioridade era a preparação do pessoal e o financiamento de viagens às áreas estratégicas para os militantes que mais se destacassem na realização das ações. Outra prioridade era a preparação das áreas estratégicas, rotuladas como decisivas para a vitória da guerrilha.

Os grupos revolucionários deveriam unir-se para a realização de ações em conjunto, fossem ou não do AC/SP. Marighela admitia a frente, desde que se destinasse a golpear "a ditadura e o imperialismo". "*De todo o modo, o problema é: quem samba fica, quem não samba, vai embora*", vaticinava o documento.

Marighela encerrava o documento com palavras de ordem características, destinadas a despertar o sentimento heroico com que a esquerda procura rotular as "ações revolucionárias": "*Tomem a iniciativa, assumam responsabilidades, façam. É melhor cometer erros fazendo, ainda que disto resulte a morte. Os mortos são os únicos que não fazem autocrítica*".

O ano de 1968 foi um ano experimental para o AC/SP. Sem a definição formal de uma direção, a organização gravitava em torno do carisma de Marighela e baseava-se em princípios idealistas de difícil definição prática. Abolidas as estruturas organizacionais herdadas do PCB, o AC/SP considerava fundamental a atuação de grupos revolucionários. Encontrando-se na fase de planejamento e de preparação da guerrilha, Marighela pretendia acelerar o processo e lançar a guerrilha rural em futuro próximo.



10. Frades dominicanos aderem ao Agrupamento Comunista

Paralelamente à estruturação do Agrupamento de São Paulo, ocorreu no Convento dos Dominicanos, na Rua Caiubi nº 126, no Bairro das Perdizes, em São Paulo, um movimento de tomada de posição política, que culminaria com a adesão de vários religiosos ao Agrupamento Comunista de São Paulo. No início de 1968, Frei Osvaldo Augusto de Rezende Júnior liderou diversas reuniões dentro do Convento, congregando os frades dominicanos que se interessavam pela problemática política. Participavam das reuniões: Frei Carlos Alberto Libânio Christo ("Frei Beto"), Frei Fernando de Brito ("Frei Timóteo Martins"), Frei João Antônio Caldas Valença ("Frei Maurício"), Frei Tito de Alencar Ramos, Frei Luiz Felipe Ratton, Frei Magno José Vilela e Frei Francisco Pereira Araújo ("Frei Chico").

A decisão de participação dos religiosos levou-os à análise das organizações subversivas que atuavam na ocasião, visando a ligarem-se a uma delas. Frei Osvaldo analisou e criticou com seus seguidores a AP e o PCB. Quanto ao PCB, avaliado negativamente pelo seu "burocratismo" e pelo seu "dogmatismo doutrinário", a crítica foi voltada, também para a existência de diversas cisões que o enfraqueciam. Na ocasião, Frei Osvaldo teceu comentários elogiosos à ala dissidente do PCB em São Paulo, chefiada por Carlos Marighela, afirmando que essa não adotava uma linha doutrinária rígida, pautando sua atuação na liberdade de ação dos grupos, sem a fixação antecipada de tarefas.

Frei Osvaldo, que já mantivera contatos anteriores com Carlos Marighela, inclusive apresentando-o a Frei Beto, conseguiu a adesão ao AC/SP de todos os dominicanos que participavam das reuniões. Além dos vínculos com o AC/SP, Frei Beto, um dos mais atuantes dominicanos, tinha entrado em contato com a VPR através de Dulce de Souza Maia. O contato deu-se nos meios teatrais, onde Frei Beto atuava como repórter da "Folha da Tarde". Frei Beto chegou a participar de um jantar com Onofre Pinto e foi apresentado por Dulce a Isaías do Vale Almada, ambos membros da VPR.

A união dos religiosos com as organizações subversivas era o resultado de um longo processo de maturação das "novas ideias", expressa no Capítulo I (item 15), sobre a marxistização da Igreja.

Em meados do ano, o grupo dos frades dominicanos recebeu a primeira missão do AC/SP. Marighela ordenou que os religiosos fizessem um levantamento de áreas ao longo da estrada Belém-Brasília, visando à implantação das áreas estratégicas onde atuaria a guerrilha. A área de Conceição do Araguaia, onde a Ordem Dominicana possuía um convento, foi assinalada como área prioritária. A guerrilha certamente teria um importante ponto de apoio no convento.

Frei Osvaldo, após receber 3.000 cruzeiros novos de Marighela, dividiu a tarefa entre seus seguidores. Participaram dos levantamentos Frei Osvaldo, Frei Ivo, Frei Ratton, Frei Tito, Frei Fernando, Nestor Mota (ex-seminarista que se encontrava em São Paulo) e outro estudante amigo de Nestor, de nome Hélio. Durante vinte dias, o grupo dividiu-se e realizou levantamentos sócio-econômicos da área, particularmente nas cidades de Gurupi, Pedro Afonso e Itacajá, na região de Rio Vermelho e na região norte do Estado de Goiás, balizada por Tocantinópolis e Araguatins. Especial atenção foi dada às áreas de atritos fundiários, que pudessem colocar em evidência a luta de classes no campo. As condições de ligação - estradas, rios, empresas de transporte - entre as áreas foram atentamente avaliadas, tendo em vista o aspecto mobilidade, característica fundamental da guerrilha. Estabelecimentos comerciais e de créditos, também assinalados, tornar-se-iam alvos de saques e "expropriações", visando ao apoio material do movimento.

O engajamento dos dominicanos foi total. O trabalho de cada um com a organização passou a ser compartimentado, adotando todos eles, por questões de segurança, codinomes. Frei Ivo, o "Pedro", passou a exercer as funções de motorista do Frei Osvaldo, o "Sérgio" ou "Gaspar I", nos contatos com Marighela. Frei Magno, o "Leonardo" ou "Gaspar", era o elemento que mantinha contatos com Joaquim Câmara Ferreira, o "Toledo". Frei Francisco Pereira de Araújo, o "Frei Chico", que já mantivera contatos anteriormente com o grupo de Miguel Arraes na Europa em meados do segundo

semestre de 1968, foi para a França, saindo da organização, e mais tarde, abandonando a Ordem dos Dominicanos.

No segundo semestre de 1968, aumentou a participação dos dominicanos no AC/SP. Frei Beto, o "Vitor" ou "Ronaldo", ficou com o encargo do sistema de imprensa (jornal "O Guerrilheiro" e textos de Marighela) e dos contatos com Joaquim Câmara Ferreira, que coordenava as atividades do Agrupamento em São Paulo. Frei Osvaldo viajava constantemente ao Rio de Janeiro para fazer contatos com Carlos Marighela, que procurava acelerar a estruturação da organização naquela cidade, enquanto fazia contatos e apoiava Flávio Tavares na articulação do Movimento de Ação Revolucionária (MAR).



11. AC/SP expande-se além do eixo Rio-São Paulo

As ideias de Marighela encontraram na agitação do meio estudantil de 1967/68 o ambiente favorável para propagarem-se. Em pouco tempo, a "Ala Marighela", como era mais conhecido o AC/SP, ganhou adeptos e cresceu. Várias lideranças surgiram durante as agitações que sacudiram o movimento estudantil em 1968.

Em março, visando a ampliar sua área de influência, o AC/SP estabeleceu contato com o grupo Corrente de Minas Gerais, também dissidente do PCB, que era liderado pelo estudante Mário Roberto Galhardo Zanconato ("Xuxu"). Em Brasília, em torno de Luís Werneck de Castro Filho agruparam-se vários estudantes que pretendiam derrubar o Governo através da luta armada. Outro grupo, formado em sua maioria por estudantes da Universidade de Brasília e com a mesma motivação do grupo de Werneck, era liderado por José Carlos Vidal, o "Juca".

Durante as escaramuças do Movimento Estudantil na Universidade de Brasília, os dois grupos uniram-se ao perceberem a identidade de seus propósitos. José Carlos Vidal retomou, então, contato com seu velho conhecido, o jornalista Flávio Tavares, que fora solto para

responder em liberdade o inquérito da "Guerrilha do Triângulo Mineiro". Flávio Tavares, que já possuía contatos com Marighela no Rio de Janeiro, apresentou "Juca" a George Michel Sobrinho, que seria o contato do AC/SP com os grupos de Brasília. A partir desse encontro o grupo passou a orientar-se pelas diretrizes de Marighela.

Complementando o trabalho de levantamento realizado pelos dominicanos de São Paulo, o grupo de Brasília realizou reconhecimento nas localidades de Formosa, Posse, Niquelândia e Unaí - locais onde existiam conflitos de terra - visando ao trabalho estratégico da organização.

Ainda em 1968, o grupo realizou treinamento de guerrilha, exercícios de tiro com metralhadora INA e revólver .38 e ainda experiências com explosivos a base de dorato, nas proximidades do Rio Bartolomeu.

Em Ribeirão Preto, Irineu Luís de Moraes conseguiu aliciar para a "Ala Marighela" o militante do PCB Paulo Eduardo Pereira, o "Chiquinho", no início de 1968. Paulo Eduardo conseguiu arregimentar algumas pessoas e formou um grupo que se integrou ao AC/SP. O grupo, mais tarde, passou a receber a assistência de Virgílio Gomes da Silva, que transmitia as orientações da organização emanadas de São Paulo.



12. O surgimento da Corrente em Minas Gerais

Vários grupos surgiram do fracionamento provocado pelo VI Congresso do PCB, em novembro de 1967. Dentro da Corrente Revolucionária, que agrupava os dissidentes do "partidão", procurava seu próprio caminho o Comitê Municipal do PCB de Belo Horizonte, impulsionado pelo seu Comitê Universitário. Em 1968, os seus principais líderes elaboraram o documento base da organização, denominado "Orientação Básica para Atuação: 20 Pontos".¹⁹⁰

¹⁹⁰ Os autores do documento foram Gilney Amorim Viana, Hécio Pereira Fortes, Jose Júlio de Araújo, Ricardo Apgaua Paulo Guilherme, Mário Roberto Galhardo Zanconato - todos ex membros do Comitê Municipal do PCB de Belo Horizonte.

Assim como o dissidente Agrupamento Comunista de São Paulo (AC/SP), a Corrente - como ficou conhecida a nova organização - estabelecia como objetivo estratégico imediato da revolução brasileira "a destruição do aparelho burocrático-militar do Estado burguês-latifundiário e a sua substituição por um governo popular revolucionário". Entretanto, divergia de Marighela, quando, num dos pontos do documento, preconizava a necessidade de um partido.¹⁹¹ Voltava a aproximar-se das ideias de Marighela, quando previa que *"o partido há de ser reconstruído no próprio fogo da prática revolucionária e sua organização deve ser posta em função da luta"*. A Corrente explicitava, na definição de seus objetivos, a implantação da "ditadura do proletariado", ao contrário do AC/SP que nunca a admitiria abertamente.

Inicialmente, foram estabelecidos como objetivos da Corrente aumentar o número de militantes em Belo Horizonte, criar bases nas cidades do interior do Estado de Minas e estabelecer contatos com outros grupos em atuação em outras partes do País.

A estrutura adotada refletia, através dos comitês, as áreas de atuação dos principais líderes da organização. Assim, Mário Roberto Galhardo Zanconato ficou como responsável pelo Comitê Universitário, Ricardo Apgaua Paulo Guilherme pelo Secundarista, Hécio Pereira Fortes pelo Operário e Gilney Amorim Viana pelo dos Servidores.

Vários militantes do PCB do setor universitário e do setor operário de Belo Horizonte aderiram à nova organização. Contatos foram estabelecidos em Uberaba, Governador Valadares, Montes Claros e Juiz de Fora, ganhando a organização novos adeptos.

Mário Roberto Zanconato contactou com Marighela em São Paulo. A ligação concretizou-se com a interveniência dos militantes da rede de sustentação do AC/SP, Farid Helou e Antônio Carlos Madeira.

¹⁹¹ Segundo a Corrente, *"a classe operária brasileira só poderá desempenhar o papel dirigente no processo da revolução se tiver à sua frente um partido de vanguarda guiado pela teoria marxista-leninista. Coloca-se na ordem do dia a reconstrução do partido da classe operária em todos os terrenos: ideológico, político e orgânico."*

Marighela prometeu apoio financeiro para a compra de armas e treinamento para os militantes da Corrente.

Em 1968, a Corrente participou, junto a outras organizações de Minas, dos acontecimentos que agitaram o movimento estudantil. No setor operário, também esteve presente nas duas greves na cidade industrial de Contagem, através de piquetes e atuando em conjunto com o Sindicato dos Metalúrgicos, que tinha na militante Conceição Imaculada de Oliveira uma das diretoras da entidade. Em julho, o Comitê Operário começou a publicar e a distribuir o jornal clandestino "Primeiro de Maio", de orientação da militante Sônia Terezinha Rocha Reis.

Após se estruturar e iniciar suas atividades nos movimentos estudantil e operário, a direção da Corrente manteve novos contatos com Joaquim Câmara Ferreira ("Toledo") e com Marighela. Este orientou como deveria atuar a organização para enquadrar-se dentro do contexto da revolução brasileira. Já era flagrante a dependência da Corrente às experimentadas opiniões de Marighela.¹⁹²

Em julho de 1968, em consequência da intensificação da atividade da organização: foi preso o grupo que atuava em Juiz de Fora. Em agosto, Ricardo Apgaua fez contato com "Toledo" para aprender as técnicas utilizadas nas ações armadas e para conseguir auxílio financeiro. Ao retornar, Ricardo tinha obtido NCr\$ 1.500,00¹⁹³ e informações sobre o "modus operandi" do AC/SP nas operações armadas.

Dentro das metas estabelecidas, de fazer contatos com outras organizações subversivas, foi feita ligação com Armando Teixeira

¹⁹² No retorno de São Paulo, a direção levou na bagagem farta documentação contendo o pensamento do líder do AC/SP. Farid Helou ficou sendo o intermediário dos contatos entre Marighela e a direção da Corrente.

¹⁹³ O salário mínimo nessa época era de NCR\$ 129,60 (NE)

Frutuoso, dirigente do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), no Rio de Janeiro.¹⁹⁴

Em setembro, novo contato de Zanconato e Ricardo Apgaua com Marighela, em São Paulo, resultou em novas orientações sobre a atuação na guerrilha urbana e no acordo do AC/SP admitir a participação de militantes da Corrente, em nível de direção, em assaltos, para ganharem experiência. Ainda em setembro, a organização sofreu mais um revés com a prisão de vários militantes em Governador Valadares.

No período de agosto-setembro, foram realizados treinamentos na Fazenda Sobrado, de Diva Diniz, tia de Roubertário Diniz Valério. Os treinamentos de marcha, tiro e orientação topográfica eram ministrados por Márcio Araújo de Lacerda, que era aspirante R/2 do Exército.

Em 25 de outubro, colocando em prática as orientações de Marighela, foi realizado o primeiro assalto em Belo Horizonte. O alvo foi a Drograria São Félix, na Avenida Amazonas. O bando, debutando em assaltos, ficou decepcionado com o total de dinheiro roubado, cerca de NCr \$ 2.000,00 - quando esperavam NCr\$ 15.000,00.¹⁹⁵

Após o batismo de fogo, seguiram para São Paulo, para militarem no AC/SP e ganharem experiência na prática de ações armadas, os militantes Ricardo Apgaua Paulo Guilherme, Antônio Carlos Bicalho Lana e José Júlio de Araújo. Com a saída de três militantes de nível,

¹⁹⁴ Do encontro, resultou no envio de dois militantes “queimados” do PCBR da Guanabara para reforçar o trabalho da Corrente nas cidades de Governador Valadares e Montes Claros. Em contrapartida, o militante José Silva Tavares, que se encontrava na Guanabara, ficou ligado aquele “partido”. Mais tarde, com o ingresso de Frutuoso no Partido Comunista do Brasil (PC do B), foi suspenso o relacionamento com o PCBR.

¹⁹⁵ Comandados por Gilney Amorim Viana (“Augusto”), o bando assaltante era constituído por Antônio Carlos Bicalho Lana, Arnaldo Fortes Drumond, Marcos Antônio Victória Barros, Roubertário Diniz Valério e Hécio Pereira Fortes.

houve a necessidade da Corrente reorganizar o seu comando e a sua estrutura, que passou a ser constituída de três escalões.¹⁹⁶

O 1º Escalão seria o responsável pelas ações violentas e pelo levantamento das áreas rurais. Nele militavam os elementos de nível ideológico mais elevado e de maior coragem física e decisão. O 2º Escalão era constituído pelos Comitês Operário, dos Servidores e Estudantil. A este escalão estava afeto o trabalho de agitação e propaganda e nele militavam os elementos que não estavam em condições de atuar no 1º Escalão. O 3º Escalão setorizava todos aqueles que prestavam qualquer tipo de ajuda à parte clandestina da organização.

Para coordenar os três escalões, a Corrente criou um órgão chamado "Regional", que não possuía efetivo definido e se reunia, quando necessário, com militantes que representavam os seus comitês de origem.

Após a reestruturação, foram realizados, por militantes de Belo Horizonte, levantamentos no trecho da estrada Rio-Bahia, entre as cidades de Governador Valadares e Vitória da Conquista. Durante os levantamentos, foram montados "aparelhos" da organização nas cidades de Teófilo Otoni e Vitória da Conquista. Os "aparelhos" serviam de bases de apoio quando o movimento se estendesse ao meio rural ao longo da estrada Rio-Bahia.

A segunda ação da Corrente ocorreu na madrugada de 01 de dezembro, quando foi assaltada a boate "Seis às Seis", na Avenida Nossa Senhora do Carmo. O assalto foi planejado e novamente comandado por Gilney Amorim Viana.¹⁹⁷ Durante o assalto, Nelson José de Almeida, que entrara na boate através da cozinha, atirou e feriu no peito o cozinheiro Antônio Joaquim de Oliveira. O freguês

¹⁹⁶ O Comando da Corrente ficou constituído por Mário Roberto Galhardo Zanconato, Gilney Amorim Viana e Hécio Pereira Fortes, assessorados por José Adão Pinto, que era o responsável pelas atividades de logística da organização, sendo inclusive o depositário do armamento.

¹⁹⁷ Participaram do assalto: Lúcio Dias Nogueira ("Rodrigo"), Nelson José de Almeida ("Beto"), José Alfredo ("Henrique"), Leila Dias de Araújo ("Lia" – "Laura") e José Adão Pinto ("Luiz Carlos" – "Evaldo").

Wellington Gadelha Campelo foi ferido na região lombar, por um tiro disparado por Gilney. Nelson, já dentro da boate, atirou pelas costas no gerente Antônio de Almeida Ribeiro, que estava na copa. Além dos ferimentos a bala, várias pessoas foram espancadas e roubadas em joias e dinheiro. Na fuga, roubaram o carro de um dos frequentadores da boate.

Ainda em dezembro, na noite do dia 14, com o objetivo de angariar fundos para sustentar a estrutura clandestina da organização, a Corrente encerrou o ano de 1968 assaltando o Armazém São Vicente, na Avenida Rodoviária nº 42, na cidade de Contagem, ação que lhe rendeu a quantia de NCr\$ 4.800,00 e grande quantidade de gêneros alimentícios.

As relações mantidas pela Corrente com o Agrupamento Comunista de São Paulo, em 1968, desde a orientação para a atuação até o treinamento de militantes para as ações armadas, caracterizaram a organização como uma extensão do movimento liderado por Marighela, em Minas Gerais. A necessidade de realizar ações de banditismo, com a finalidade de sustentar uma estrutura clandestina, despreocupando-se do apoio das massas, levaria a Corrente ao isolamento e a destruição.



13. O PC do B recebe adesões

Durante o ano de 1968, o PC do B recebeu a importante adesão de dois grupos oriundos do PCB, na Guanabara. O primeiro, no início do ano, liderado por Luiz Guilhardini e José Maria Cavalcante, expulsos do PCB antes do VI Congresso, e que levou a quase totalidade do Comitê Marítimo para o PC do B. O segundo grupo, liderado por Manoel Jover Telles, compunha-se dos que haviam saído do PCBR, em junho de 1968. Nesse mês, o comitê Central do PC do B enviara uma carta denominada "Aos comunistas divergentes do Partido Comunista Brasileiro no Estado da Guanabara", na qual criticava as posições do PCB e do PCBR e os concitavam a ingressarem no PC do

B, afirmando que seria, em verdade, "um reencontro entre velhos camaradas".

Em fins de 1968, esses divergentes realizaram uma reunião em Duque de Caxias, a qual denominaram de "Conferência da Maioria do PC na Guanabara". Foram aprovadas uma "Resolução Política" e uma carta ao CC/PC do B, comunicando a adesão dos divergentes nesse partido, e foi eleito um Comitê Regional do PC do B para os Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. A essa Conferência, assistida por Pedro Pomar, membro do Comitê Central da organização, compareceram quase duas dezenas de pessoas representando cerca de 400 militantes da Guanabara.¹⁹⁸

Em fevereiro, o Comitê Central publicou o documento para estudo "Salve a Vitória da Guerra popular!" de autoria de Lin Piao, um dos dirigentes da República Popular da China, no qual eram sistematizadas as experiências vividas durante os 22 anos da revolução chinesa, em seus aspectos político e militar.

Em maio de 1968, o CC/PC do B¹⁹⁹ aprovou dois documentos. No primeiro, denominado "Alguns problemas ideológicos da revolução na América Latina", posicionava-se, a nível internacional, a favor da China e da Albânia e contra os EUA e URSS. No aspecto ideológico, atacava o "fidelismo" cubano, afirmando que, na América Latina "cada povo fará a sua Revolução". Criticava o caráter socialista da revolução e defendia a passagem por uma "etapa nacional e democrática". No segundo documento, "Preparar o Partido para as grandes lutas", o PC do B, baseado nas agitações estudantis ocorridas nos grandes centros urbanos, nos quatro primeiros meses do ano, fazia o vaticínio de que as massas já se estavam movimentando para fazer a revolução. Apesar de reconhecer que "*o desprendimento e a energia da mocidade, bem orientados, são*

¹⁹⁸ Estavam presentes, entre outros: Manoel Jover Telles, Armando Teixeira Frutuoso, Lincoln Bicalho Roque, Aurélio Pereira Rosa, Helena Boaventura Neto, Roberto Ribeiro Martins, Antônio Miranda que seria expulso no ano seguinte.

¹⁹⁹ A Comissão Executiva do PC do B era integrada por João Amazonas, Mauricio Grabois, Pedro Pomar, Carlos Nicolau Danielli, Lincoln Cordeiro Oest, Ângelo Arroio e Luiz Guillardini. Compunham ainda o CC, dentre outros: Dynéas Fernandes de Aguiar, Elza de Lima Monnerat, Diógenes de Arruda Câmara, Benedito de Carvalho, Wladimir Pomar, Manoel Ferreira e José Maria Cavalcante.

fatores de radicalização das lutas", alertava que "as zonas rurais constituirão as vastas áreas de manobra para os destacamentos armados do povo e nestas zonas encontrava-se o maior potencial revolucionário". Não menosprezava, entretanto, o trabalho das massas urbanas:

"O ascenso das lutas populares nas cidades veio chamar mais a atenção do Partido para a necessidade de incrementar o trabalho no interior, tendo em vista desenvolver o movimento camponês. Por mais importância que tenham as lutas nos centros urbanos elas, por si só, não conduzirão o povo à vitória. O fator decisivo é o movimento de massas e a luta armada no campo(...) Ambos preparam o caminho da guerra popular."

No item final do documento, o PC do B admitia que "teve ativa participação nas recentes ações de massas" e afirmava para todos aqueles que não acreditavam que as agitações de 1968 dirigidas pelos comunistas:

"Ombro a ombro com as massas, seus militantes enfrentaram a reação, procuraram exercer seu papel de vanguarda e prenderam com as massas."



14. A Ala Vermelha do PC do B inicia os assaltos

Estabelecida a sua linha política, de caráter nitidamente foquista, a Ala Vermelha do PC do B (AV/PC do B) iniciou, em 1968, as suas atividades de cunho militarista, pretensamente revolucionárias.

Para isso, criou um Grupo Especial Nacionalista Revolucionário (GENR)²⁰⁰ que, a partir de fevereiro de 1968, iniciou uma série de assaltos, em São Paulo, dos quais se podem citar o do carro pagador do Banco da Lavoura de Minas Gerais, por duas vezes, em fevereiro e

²⁰⁰ O GERN era composto por Diniz Cabral Filho, Plínio Petersen Pereira, Elio Cabral de Souza, Daniel Jose de Carvalho, Devanir José de Carvalho, Aderval Alves Coqueiro, Lucio da Costa Fonseca, James Allen Luz, José Couto Leal, Derly José de Carvalho e Raimundo Gonçalves de Figueiredo.

junho, e o do Banco Francês e Italiano, em maio, com os quais a organização arrecadou centenas de milhares de cruzeiros.²⁰¹

No segundo semestre de 1968, Plínio Petersen Pereira, um dos dirigentes da AV/PC do B e integrante do GENR, desligou-se da organização, levando consigo diversos militantes que foram formar o denominado "Grupo do Gaúcho".

Nessa época, era grande a agitação no Movimento Estudantil, com os estudantes participando de ações diretas contra as forças policiais, incentivados e orientados pelas organizações militaristas. O clima de revolta estudantil, aumentado com o fracasso do Congresso de Ibiúna, serviu de incentivo para os integrantes da AV/PC do B pensarem em iniciar a estrutura de uma organização própria, independente, arrebanhando os jovens estudantes que estavam contagiados pelo vírus da luta armada.²⁰² Assim, foi criada uma Comissão Nacional de Consulta, integrada por Diniz Cabral Filho, Elio Cabral de Souza e Derly José de Carvalho, a fim de dar início ao trabalho de formação do que seria a Ala Vermelha (AV), que se concretizaria no ano seguinte.



15. O PCR tenta realizar trabalho no campo

Desde a sua criação, em maio de 1966, o Partido Comunista Revolucionário (PCR), atendo-se ao preconizado pela sua linha política, que privilegiava o Nordeste como área prioritária da revolução, procurava afirmar-se no meio rural dos Estados de Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Em fins de 1967, Amaro Luiz de Carvalho ("Capivara") e Manoel Lisboa de Moura, a mando de Ricardo Zarattini Filho, foram ao

²⁰¹ Além dos assaltos para obter fundos, realizou dezenas de roubos de carros utilizados nas atividades "revolucionárias" da organização. As organizações comunistas chamam os roubos de "expropriações", termo utilizado por Lenin.

²⁰² Embora seus membros tivessem sido expulsos do PC do B, a AV ainda se considerava uma ala desse Partido.

Uruguai em busca de apoio financeiro de Brizola, para a instalação de uma área de guerrilha no Nordeste. Rescalado pelos sucessivos fracassos, particularmente o de Caparaó, Brizola negou-lhes apoio.

No segundo semestre de 1968, dinheiro passou a não mais faltar ao PCR: Ricardo Zarattini Filho conseguiu-o em quantidade, através do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), que o recebia do "Bom Burguês".

Em agosto, "Capivara" arrendou o sítio "Borboleta", no município de Palmares, em Pernambuco, que passou a ser o centro do trabalho de campo do partido, atuando com um grupo nas regiões de Barreiros, Sirinhaém, Rio Formoso, Água Preta e Joaquim Nabuco. Além do trabalho de recrutamento e divulgação do comunismo no meio rural, praticaram atos de sabotagem, como a queima de canaviais e de engenhos.

Influenciado por ideias militaristas, Ricardo Zarattini foi expulso da organização em dezembro de 1968, e com esse ato a fonte financeira do PCR secou e seu incipiente trabalho no campo não evoluiria.



16. O MR-8 estende suas atividades ao Paraná

Ainda no final de 1967, o MR-8 passou a dedicar-se ao levantamento político, social e econômico do território nacional, com o objetivo de selecionar uma ou mais regiões propícias à instalação de um foco guerrilheiro. Selecionada a área para o início do processo - o Sudoeste do Paraná - em princípios de 1968, um grupo de militantes embrenhou-se nas matas do Parque Nacional do Iguaçu, para realizar o levantamento topográfico da região.

Em julho de 1968, a situação financeira do MR-8 tornou-se crítica. Baseado, por suas origens, no Estado do Rio de Janeiro, a organização mantinha ali uma "frente de publicações", além de grupos de contatos e de recrutamento. A abertura dos trabalhos no

Paraná e o sustento dos militantes "*profissionalizados*"²⁰³ fizeram com que diminuíssem os recursos financeiros, conseguidos at então, apenas pela contribuição de militantes, simpatizantes e colaboradores.

Em agosto, o militante Mauro Fernando de Souza deu um desfalque de 60 milhões de cruzeiros (60 mil cruzeiros novos) no banco em que trabalhava, o Banco Mercantil de Niterói. Canalizado para o MR-8, esse dinheiro desafogou temporariamente os problemas da organização. No Paraná, foram montados alguns "aparelhos" em Curitiba e adquiridos dois sítios, um na região denominada de Boipicuá, na estrada para Assis Chateaubriand, a 25 km do município de Cascavel, e outro, conhecido por Banhadão, nas proximidades de Matelândia, como "aparelho" rural alternativo. Compraram-se diversas viaturas e iniciou-se a montagem de uma infra-estrutura básica.

Entretanto, o dinheiro obtido não seria suficiente para manter as duas frentes de atuação, no Rio de Janeiro e no Paraná. Em dezembro, a direção do MR-8 decidiu criar no Rio de Janeiro, um "Comando de Expropriação" a fim de conseguir fundos através de assaltos, roubos e furtos. O Comando político foi deslocado para o Paraná, para melhor concentrar esforços no projetado foco guerrilheiro.

O MR-8 já lograra assentar 26 militantes no eixo Curitiba-Cascavel-Matelândia.



17. A DI/GB atua no Movimento Estudantil

Dividida pela II Conferência, realizada em dezembro de 1967, em Petrópolis, a DI/GB optou pela atuação no Movimento Estudantil (ME), escudada pelo domínio que possuía na União Metropolitana de

²⁰³ Os comunistas chamam de "profissionalizados" os militantes que dedicam tempo integral à organização e são por ela mantidos.

Estudantes e na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Com isso, a DI/GB esteve a cavaleiro das agitações de rua ocorridas na Guanabara, no ano de 1968, através de seus militantes Wladimir Palmeira, Franklin de Souza Martins, Carlos Alberto Vieira Muniz e Luiz Eduardo Prado de Oliveira, além dos irmãos Daniel e Samuel Aarão Reis.

A organização tinha a sua maior fonte de recrutamento no ME, através da direção dos Grupos de Estudo (GE) e dos Organismos para-partidários (OPP). Os GE eram vistos como a porta de entrada para a DI/GB e atuavam apenas no ME. Seus integrantes estudavam o marxismo-leninismo, particularmente as concepções cubanas de revolução, e as conjunturas internacional e brasileira. Dos GE, seus melhores integrantes passavam para os OPP, onde tomavam conhecimento da existência da DI/GB e estudavam sua linha política. Embora possuíssem uma estrutura autônoma, os OPP obedeciam às decisões da organização e seus militantes usavam codinomes e recebiam orientações para atingir um determinado nível de prática política organizada, ingressando na DI/GB.

A prisão de Wladimir e Franklin no Congresso de Ibiúna, em outubro, mostrou à organização que o ME, por si só, não conseguiria realizar a pretendida revolução. Sob uma visão essencialmente militarista, a DI/GB encerraria o ano de 1968 preparando-se para iniciar as ações armadas, formando um primeiro grupo de ação.²⁰⁴



18. A Dissidência da Dissidência

Durante o transcorrer da II Conferência da Dissidência da Guanabara (DI/GB), em Petrópolis, acirraram-se as divergências que já existiam nessa organização, formando-se três grupos.

²⁰⁴ Esse grupo de ação da DI/GB era constituído por Daniel Aarão Reis Filho, João Lopes Salgado, Cid de Queiroz Benjamin, Cláudio Torres da Silva e Stuart Edgard Angel Jones.

Um deles, denominado de "grupo dos foquistas" e liderado por Jorge Eduardo Saavedra Durão, Sérgio Emanuel Dias Campos e Álvaro Arthur do Couto Lemos Neto, defendia as posições de Guevara e Debray. Esse grupo, sentindo que se tornava impossível a sua permanência na DI/GB, desligou-se dessa organização e, ainda no final de 1967, criou a Dissidência da Dissidência (DDD).

Era um grupo reduzido, com cerca de duas dezenas de militantes, recrutados através de Grupos de Estudo que se organizavam entre os estudantes secundaristas e universitários.²⁰⁵

Apesar de apoiar a luta armada, a DDD nunca executou nenhuma ação, limitando-se a intermináveis discussões sobre sua linha política, efetuadas num apartamento de Copacabana. Através de sua Seção Operária, chegou a distribuir panfletos em bairros operários e, através da Seção Estudantil, participou das agitações ocorridas na Guanabara, em 1968.

Desde cedo, a DDD buscou contatos com outras organizações. No início de 1968, estabeleceu relações com a Dissidência de São Paulo (DI/SP) do PCB, para lá deslocando o militante Claudio Jorge Câmara. Em meados desse ano, chegou a manter infrutíferos contatos com o Núcleo Marxista-Leninista (NML), dissidência da AP na Guanabara, abandonados em face das divergências entre suas linhas políticas.

A partir do 2º semestre de 1968, através de Jorge Eduardo Saavedra Durão, a DDD iniciou contatos com o Comando de Libertação Nacional (COLINA), este representado por Maria do Carmo Brito, a "Lia", o que propiciou, aos militantes da DDD, treinamentos de tiro e manuseio de explosivos.

Em março de 1969, após formular uma autocrítica, a DDD resolveria dissolver-se e ingressar no COLINA.



²⁰⁵ Entre os principais militantes da DDD, além dos três já citados, encontravam-se Fernando Luiz Nogueira de Souza, Cláudio Jorge Câmara, Carlos Minc Baumfeld, Sérgio de Faria Pinho, Ana Cristina Zahar, Gilson Thimotheo Junior e sua esposa Flávia de Camargo Cavalcanti de Thimotheo.

19. O surgimento do Partido Operário Comunista (POC)

Em setembro de 1967, após o IV Congresso, a POLOP viu-se reduzida praticamente à metade dos seus efetivos em razão do afastamento dos dissidentes de Minas Gerais, São Paulo, Guanabara, que foram constituir novas organizações. Entretanto a aproximação da Dissidência Leninista do PCB no Rio Grande do Sul (DL/PCB/RS) trouxe certo alento à POLOP, tendo em vista as perspectivas de atuação junto ao Movimento Operário.

No início de 1968 as duas organizações em conjunto realizaram um "Ativo Operário", onde foram estabelecidas as bases para a fusão e as diretrizes para as atividades nos sindicatos e nas fábricas. Em abril de 1968, em Santos, foi selada a união da POLOP com a DL/PCB/RS, através da realização do Congresso de Fundação do Partido Operário Comunista (POC), considerado como o herdeiro e o continuador da ORM-PO, conhecida como POLOP. Como o conclave era o quinto da POLOP, ficou conhecido como o V Congresso do POC. Contando com o reforço de cerca de 50 militantes da DL, o POC iniciou suas atividades com aproximadamente 700 membros.²⁰⁶

No documento "Resolução Política do Congresso de Fundação do POC", a organização afirmava a falência do reformismo e apontava o POC como uma nova liderança, herdeira de todas as tradições revolucionárias do movimento comunista brasileiro. Ao mesmo tempo, criticava as organizações que romperam com o PCB e optaram pela luta armada, por não terem conseguido estabelecer uma linha política definida. A resolução diagnosticava a necessidade de substituir a discussão meramente ideológica - um problema crônico na POLOP pela aplicação dos princípios, na prática das lutas das classes trabalhadoras.

²⁰⁶ O Comitê Nacional (CN) eleito nesse Congresso era constituído por Érico Czackes Sachs ("Ernesto Martins"), Eder Simão Sader ("Raul Villa"), Ceici Kamayana ("Zé Paulo"), Fábio Oscar Marengo dos Santos ("Emílio"), Flávio Koutzii ("Laerte"), Marcos Faerman ("Gerson"), Otavino Alves da Silva ("Abílio"), Peri Thadeu de Oliveira Falcon ("Romero") e um estudante de nome Jari. A suplência era formada por Nilmário de Miranda ("Augusto") e mais dois, conhecidos por "Armando" e "Azevedo".

O POC elegia a luta armada para desenvolver a estratégia da organização, através da combinação da guerra de guerrilhas no campo com a insurreição urbana. Preconizava a instauração de uma "Frente da Esquerda Revolucionária" (FER), constituída pelas forças combatentes da classe operária, em torno das lutas econômicas e na luta pelo desencadeamento de uma greve geral.²⁰⁷

Os estatutos do POC, emergentes do V Congresso, estabeleceram a revolução socialista para a conquista do objetivo estratégico do Partido. Depois do Congresso, o órgão máximo era o Comitê Nacional (CN), que elegeria, dentre os seus membros, um Secretariado Executivo Nacional (SEN).²⁰⁸

As intenções operárias do POC não se concretizaram, na prática, tendo uma participação muito limitada, quase inexistente, nas explosões operárias desse ano de 1968. Em junho, o CN divulgou o documento "Por uma prática partidária", contendo uma autocritica da atuação do partido e novas orientações para suas atividades. O CN atribuía o fracasso do POC à não colocação, na prática, das concepções teóricas e pela situação de inferioridade advinda das alianças com outras organizações para a atuação no movimento operário. Esses problemas, ainda segundo o CN, somente seriam solucionados pelo recrutamento e pela formação de quadros na classe operária, bem como pela implementação de atividades revolucionárias que servissem de alternativa às diversas organizações e tendências de esquerda que apresentassem uma política "pequeno-burguesa".

²⁰⁷ O Programa Socialista para o Brasil, adotado pelo partido, considerava a FER como o embrião para a sua criação e seus integrantes tinham que concordar com o caráter socialista da revolução. A dificuldade dessa concordância levou o POC a penejar a constituição de uma "Frente Única Proletária" (FUP), que, ao contrário da FER, não excluiria aqueles que não defendessem o caráter socialista da revolução. Suas lutas táticas seriam centradas na luta pela autonomia sindical, tal como constou de uma circular interna, o "Informe às Células" do Secretariado Executivo Nacional (SEN), datado de maio de 1968.

²⁰⁸ Os organismos regionais seriam as Seções dirigidas pelos secretariados regionais e integradas por 3 ou mais células. Núcleos seriam os organismos regionais que não tivessem atingido o status de Seção. A estrutura básica do POC seria a célula, dirigida por um coordenador e constituída de 3 a 5 militantes.

Apesar desses esforços, o POC continuou com dificuldades de penetração no meio operário. A reduzida participação que viria a ter, a seguir, na 2ª greve de Contagem e na greve de Osasco, não foi capaz de lançar raízes na classe operária.

Apesar de sua definição pela estratégia da luta armada, o POC passou o ano de 1968 e parte do seguinte sem tomar a iniciativa do enfrentamento militar. Tal atitude, apesar de colocá-lo à margem da perseguição policial, provocaria as primeiras dissensões e o questionamento interno de sua linha política e atuação prática. Ainda em 1968, começaram as defecções no CN do POC.

O Programa Socialista para o Brasil, adotado pelo partido, considerava a FER como o embrião para a sua criação e seus integrantes tinham que concordar com o caráter socialista da revolução. A dificuldade dessa concordância levou o POC a panejar a constituição de uma "Frente Única Proletária" (FUP), que, ao contrário da FER, não excluiria aqueles que não defendessem o caráter socialista da revolução. Suas lutas táticas seriam centradas na luta pela autonomia sindical, tal como constou de uma circular interna, o "Informe às Células" do Secretariado Executivo Nacional (SEN), datado de maio de 1968.



20. O surgimento do Comando de Libertação Nacional (COLINA)

Após o IV Congresso da POLOP, realizado em setembro de 1967, os dissidentes de São Paulo, Minas Gerais e Guanabara iniciaram articulações no sentido de formarem outras organizações. Enquanto os dissidentes de São Paulo e alguns da Guanabara se reuniam para formar a Vanguarda Popular Revolucionária – VPR - (juntos com os remanescentes do MNR), os de Minas Gerais e a maioria dos da Guanabara entabulavam negociações para a criação de uma nova Organização Político-Militar (OPM).

Em abril de 1968, esses últimos realizaram uma Conferência, na qual aprovaram o documento "Concepção da Luta Revolucionária", onde ficou praticamente aprovada a linha política da futura OPM. O documento definiu a revolução brasileira como sendo de caráter socialista e o caminho a seguir o da luta armada, através do foco guerrilheiro, visto como "*a única forma que poderá assumir, agora, a luta armada revolucionária do povo brasileiro*". O processo para a tomada do poder iniciaria-se com a criação de um pequeno núcleo rural - o foco - que, através do desencadeamento da luta armada no campo, cresceria e se multiplicaria com a conscientização das massas, até a constituição de um Exército Popular de Libertação. As cidades eram vistas como fontes para o apoio logístico e a guerrilha urbana nelas desencadeadas serviria para manter ocupadas as forças legais. Os atos de terrorismo e sabotagem deveriam obedecer a um rígido critério político, estabelecido pelo comando da OPM.

Em julho de 1968, esses dissidentes da POLOP realizaram um Congresso Nacional num sítio em Contagem, Minas Gerais, no qual foi criado o Comando de Libertação Nacional (COLINA), com o seu Comando Nacional (CN) integrado por Ângelo Pezzuti da Silva e Carlos Alberto Soares de Freitas, de Minas Gerais, e Juarez Guimarães de Brito e Maria do Carmo Brito, da Guanabara.

Diretamente ligados ao CN, existiam o Setor Estratégico, com Carlos Alberto Soares de Freitas e Reinaldo José de Melo, e os Comandos Regionais (CR), subdivididos em Comandos Urbano e Militar. O Comando Urbano, constituído pelos Setores Operário e Estudantil, era o responsável pelo trabalho de massa nas fábricas, empresas, sindicatos, faculdades, etc. Esse trabalho era executado pelas células, através das atividades de recrutamento e de agitação e propaganda, editando o jornaleco "O Piquete". O Comando Militar era composto pelos Setores de Levantamento de Áreas, Inteligência, Expropriação, Terrorismo e Sabotagem e Logístico. O Setor de Levantamento de Áreas era o encarregado de estudar e selecionar as áreas favoráveis à implantação dos focos guerrilheiros. O de Inteligência falsificava documentos e planejava as ações armadas, através do levantamento de locais e hábitos de personalidades. O Setor de Expropriação era responsável pela execução das ações armadas, como os assaltos e os sequestros, que visavam a obter recursos financeiros e material bélico para a organização. O de Terrorismo e Sabotagem era o

encarregado da preparação dos engenhos explosivos e da execução dos atos terroristas e de sabotagem. O Setor Logístico preocupava-se em dar o apoio à organização como o estabelecimento de aparelhos e a distribuição de recursos materiais.

A partir de setembro de 1968, o Setor Estratégico deu início a uma série de viagens pelo interior do País, a fim de realizar os levantamentos das regiões mais favoráveis à instalação de guerrilhas. Após estudar mais de sete Estados, o COLINA decidiu-se, em junho do ano seguinte, por uma região de mais de 100 mil km², englobando diversos municípios do Maranhão e de Goiás, tais como Imperatriz, Porto Franco, Barra do Corda e Tocantinópolis.

Embora o COLINA tivesse conseguido recrutar militantes em Porto Alegre, Goiânia, e Brasília, nunca deixou de ser uma OPM tipicamente mineira, com um núcleo na Guanabara, onde havia recrutado um grupo de ex-militares que já tinha atacado duas sentinelas: a primeira, em 17 de março, no Museu do Exército, na Praça da República, a qual foi baleada por Antônio Pereira Mattos e teve o seu FAL roubado; e a segunda, em 23 de maio, na Base Aérea do Galeão, a qual ficou sem a sua pistola .45.

Dentre as ações do COLINA, em 1968, podem ser destacadas: em 28 de agosto, assalto ao Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais, agência Pedro II, em Belo Horizonte; em 4 de outubro, assalto ao Banco do Brasil, na cidade industrial de Contagem, em Minas Gerais; em 18 de outubro, dois atentados a bomba em Belo Horizonte, nas residências do Delegado Regional do Trabalho e do interventor dos sindicatos dos bancários e dos metalúrgicos; em 25 de outubro, no Rio de Janeiro, Fausto Machado Freire e Murilo Pinto da Silva assassinaram Wenceslau Ramalho Leite, com quatro tiros de pistola Luger 9mm, quando lhe roubavam o carro; e em 29 de outubro, assalto ao Banco Ultramarino, agência de Copacabana, no Rio de Janeiro.²⁰⁹

²⁰⁹ Desses assaltos, quando foram roubados centenas de milhares de cruzeiros e morto um civil, participaram Ângelo Pezzuti da Silva, Juarez Guimarães de Brito, Afonso Celso Lana Leite, Antônio Pereira Mattos, João Lucas Alves, Murilo Pinto da Silva, Severino Viana Colon, Pedro Paulo Bretas, Irani Campos, Jorge Raimundo Nahas, Maurício Vieira de Paiva, Nilo Sérgio Menezes de Macedo, Fausto Machado

O ano seguinte seria crítico para o COLINA. Uma sequência de prisões debilitaria a organização, forçando a sua fusão com a VPR e a formação da Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR-Palmares).



21. O surgimento da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)

Nos três últimos meses de 1967, o grupo foquista que “rachou” com a POLOP no IV Congresso, de setembro, estava articulando-se para a formação de uma nova organização, de cunho militarista.

Ao mesmo tempo, diversos sargentos remanescentes do núcleo de São Paulo do Movimento Nacionalista Revolucionário de Brizola, muitos com curso em Cuba, também procuravam organizar-se de acordo com a mesma linha de orientação cubana. Pressurosos em atuar esse grupo já havia assaltado, no penúltimo dia do ano, o depósito Gato Preto, da Companhia Perus, em Cajamar, São Paulo, roubando 19 caixas de dinamite e 200 detonadores.²¹⁰

Em janeiro de 1968 iniciaram-se os encontros formais entre os dois grupos, quando deliberaram atuar em conjunto e traçar os planos para a fusão. Em março concretizou-se o I Congresso que fundou a Organização Político Militar denominada Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).²¹¹

Freire, Erwin Rezende Dutra, Júlio Antônio Bittencourt de Almeida, João Marques e José Raimundo de Oliveira

²¹⁰ Participaram desse assalto: Onofre Pinto, Pedro Lobo de Oliveira, Antônio Raimundo Lucena, José Araújo Nóbrega, José Ronaldo Tavares Lira e Silva e Otacílio Pereira da Silva.

²¹¹ A primeira direção da VPR ficou constituída por Wilson Egídio Fava, Waldir Carlos Sarapu e João Carlos Kfourti Quartim de Moraes, pelo grupo dissidente da POLOP, e Onofre Pinto, Pedro Lobo de Oliveira e Diógenes José de Carvalho, pelo núcleo de remanescentes do Movimento Nacionalista Revolucionário.

A VPR estruturou-se, inicialmente, em um Comando Nacional e Comandos Regionais, estes divididos nos setores Logístico, Urbano e Rural ou de Campo. O Setor Logístico era o encarregado de conseguir meios para a organização, através das ações armadas. O Setor Urbano fazia o trabalho de massa e subdividia-se nos Subsetores Operário, Estudantil e de Imprensa. O Setor Rural ou de Campo subdividia-se no Subsetor de Levantamento Geográfico, para selecionar as futuras áreas de guerrilhas sob o aspecto fisiográfico, no Subsetor de Levantamento Sócio-Econômico, para selecionar as regiões mais favoráveis à arregimentação de trabalhadores, e no Subsetor de Fixação, responsável pela implantação das áreas de guerrilha.

No seu início, a VPR não conseguiu definir integralmente a sua linha política, engolfada pelas contradições internas advindas de sua dupla origem: a militar e a política. Entretanto, o consenso sobre o foquismo cubano conduziu a organização às atividades puramente militaristas, praticando a ação pela ação, sem uma estratégia de conjunto.

No Movimento Estudantil, a VPR participou das agitações ocorridas em São Paulo, onde conseguiu recrutar diversos estudantes. No Movimento Operário, atuou nas greves dos metalúrgicos de Osasco, através de seus militantes José Ibrahim e José Campos Barreto.

Mas foi na área militar que a VPR mais se notabilizou, graças aos contatos dos ex-sargentos oriundos do Movimento Nacionalista Revolucionário. Possuía uma célula no 4º Regimento de Infantaria em Quitaúna, onde sobressaíam o Sargento Darcy Rodrigues e o Capitão Carlos Lamarca, e estava infiltrada na Companhia de Polícia do Exército, em São Paulo.

Foram dezenas as atividades armadas da VPR catalogadas nesse ano de 1968, desde roubos de carros e assaltos para conseguir dinheiro, armas e explosivos, até os atos terroristas a bomba e assassinatos, capitulados como "*justiçamentos*".

Os fatos, a seguir descritos, todos de 1968, em São Paulo, dão apenas, uma pálida ideia da virulência da VPR, que, em nome da

"revolução brasileira", roubou, assaltou e matou indiscriminadamente:

- em 7 de março, assalto ao banco Comércio e Indústria, da Rua Guaicurus, na Lapa, considerado como o primeiro assalto a banco da guerrilha urbana no Brasil;
- em 19 de março, atentado a bomba contra a biblioteca do Consulado norte-americano, na Rua Padre Manoel, onde um estudante perdeu a perna e mais dois ficaram feridos;
- em 5 de abril, atentado a bomba na sede do Departamento da Polícia Federal;
- em 20 de abril, atentado a bomba no jornal "O Estado de S. Paulo", com 3 feridos;
- em 31 de maio, assalto ao Banco Bradesco, em Rudge Ramos;
- em 22 de junho, assalto ao Hospital Geral de São Paulo, no Cambuci, de onde foram roubados 9 fuzis FAL;
- em 26 de junho, atentado a bomba contra o Quartel General do II Exército, no Ibirapuera, que, além dos danos materiais, matou a sentinela o Soldado Mario Kozel Filho e feriu diversos outros²¹²;
- em 28 de junho, assalto à pedreira Fortaleza, na Rodovia Raposo Tavares, de onde foram roubadas 19 caixas de dinamite e grande quantidade de detonadores;
- em 1º de agosto, assalto ao Banco Mercantil de São Paulo, do Itaim;

²¹² Entre planejadores e executores participaram da ação: Waldir Carlos Sarapu, Wilson Egídio Fava, Pedro Lobo de Oliveira, Onofre Pinto, Diógenes José de Carvalho de Oliveira, Dulce de Souza Maia, Eduardo Leite, José Araújo Nóbrega, Osvaldo Antônio dos Santos e Renata Ferraz Guerra de Andrade.

- em 20 de setembro, assalto ao quartel da Força Pública do Estado de São Paulo, no bairro Barro Branco, onde foi assassinado o sentinela, o Soldado Antônio Carlos Jeffery, por Pedro Lobo de Oliveira, Onofre Pinto e Diógenes José Carvalho de Oliveira;
- em 12 de outubro, assassinato do Capitão do Exército dos Estados Unidos da América, Charles Rodney Chandler, que cursava a Escola de Sociologia e Política da Fundação Armando Álvares Penteado, a tiros de metralhadora na porta de sua residência no Sumaré e na frente de sua esposa e um filho de 9 anos, por Marco Antônio Brás de Carvalho, Pedro Lobo de Oliveira e Diógenes José de Carvalho;
- em 15 de outubro, primeiro assalto ao Banco do Estado de São Paulo da Rua Iguatemi;
- em 27 de outubro, atentado a bomba contra a loja Sears da Água Branca;
- em 7 de novembro, roubo de um carro na esquina das Ruas Carlos Norberto Souza Aranha e Jaime Fonseca Rodrigues, com o assassinato de seu motorista, o senhor Estanislau Ignácio Correa, praticado por Yoshitame Fujimore ("Edgar"), Osvaldo Antônio dos Santos ("Portuga") e Pedro Lobo de Oliveira ("Getúlio"). A respeito desse assassinato o jornal "O Estado de S. Paulo" de 9 de abril de 1980 publicou as declarações de um ex militante da VPR, nas quais afirma:

"São três tiros, um no braço esquerdo, outro no tórax e o terceiro na cabeça. Ele morreu instantaneamente, a metade do corpo para fora do carro (...) Maneira estúpida de morrer. Não havia riscos para "Edgar" e "Portuga". O homem estava desarmado, carregava uma pasta de couro na qual não caberia sequer uma arma pequena. Poderia ter sido dominado pelos dois, jovens e fortes e, além disso, protegidos pela cobertura de "Getúlio", estacionado a 30 metros do local e também armado. Por que então atirou naquele homem? Por que matá-lo, se a única ajuda que poderia receber viria de uma frágil e assustada dona de casa que assistia a tudo, paralisada na calçada?"

Eles poderiam simplesmente golpeá-lo na cabeça – uma simples e dolorida, sem dúvida, mas não mortal coronhada (...)”

- em 6 de dezembro, segundo assalto ao Banco do Estado de São Paulo da Rua Iguatemi;
- em 11 de dezembro, assalto à Casa de Armas Diana, na Rua do Seminário, de onde foram roubadas armas e munições e saiu ferido o senhor Bonifácio Ignori, com um tiro na perna, disparado por José Raimundo da Costa.



Atentado em 26 junho de 1968 Quartel General do II Exército

Milhões de cruzeiros roubados, vultosos danos materiais a propriedades públicas e privadas, ferimentos em dezenas de pessoas e quatro assassinatos foi o saldo trágico dos ataques da VPR nesse seu primeiro ano de atuação em atividades “revolucionárias”.²¹³

²¹³ Essas ações foram praticadas pelos seguintes militantes: Onofre Pinto, Pedro Lobo de Oliveira, Antônio Raimundo Lucena, José Araújo Nóbrega, José Ronaldo Tavares Lira e Silva, Otacílio Pereira da Silva, Claudio de Souza Ribeiro, Osvaldo Antônio dos Santos, Diógenes José de Carvalho Oliveira, Hamilton Fernando Cunha, Marcos Alberto Martini, Eduardo Leite, Wilson Egídio Fava, Antônio Nogueira da Silva, Samuel Lavelha, Ladislav Dowbor, Reinaldo José de Melo, Darcy Rodrigues, Melcides Porcino da Costa, Antônio Roberto Espinosa, João Domingos da Silva, Renata Ferraz Guerra de Andrade, Dulce de Souza Maia, Marco Antônio Brás de Carvalho, Hermes

Os órgãos policiais, ainda não preparados para enfrentar essa guerrilha urbana, desconheciam os autores dos crimes e muitos eram imputados a marginais. Foi somente no ano seguinte, com a prisão de alguns militantes, que se pode concluir que esses crimes estavam sendo cometidos em nome da "revolução brasileira".



26 junho de 1968 Quartel Gen. do II Exército –Corpo Sd Mario Kozel Filho

Em dezembro de 1968, explodiu a crise latente entre os "militaristas" oriundos do Movimento Nacionalista Revolucionário, e os "políticos" ou "leninistas", oriundos da POLOP. Numa reunião, ora chamada de conferência ora de congresso, realizada no litoral paulista - conhecida como a "*praianada*" - os "militaristas", apoiados pela adesão de Carlos Lamarca, assumiram a direção da VPR e expulsaram João Carlos Kfourti Quartim de Moraes ("Manoel"), Wilson Egídio Fava ("Amarelo") e sua mulher Renata Ferraz Guerra de Andrade ("Cecília"), que, em seguida, fugiram para o exterior, sendo o primeiro acusado de ter levado dinheiro da organização.



Camargo Batista, Yoshitame Fujimore, Antônio Nogueira Filho, Chizuo Ozawa, José Raimundo da Costa e Ismael Antônio de Souza.

22. O assassinato do Capitão Chandler

Em 1968, as ações de guerrilha urbana perdiam-se no anonimato de seus autores e, muitas vezes, eram, até, confundidas com as atividades de simples marginais. De acordo com os dirigentes de algumas organizações militaristas, já chegara o momento do público toar conhecimento da luta armada revolucionária em curso, o que poderia ser feito através de uma ação que repercutisse no Brasil e no exterior.

Em setembro, Marco Antônio Braz de Carvalho, o "Marquito", homem de confiança de Marighela - que dirigia o Agrupamento Comunista de São Paulo - e que fazia a ligação com a VPR, levou para Onofre Pinto, então coordenador-geral da VPR, a possibilidade de ser realizada essa ação, no "justiçamento" do Capitão do Exército dos Estados Unidos da América, Charles Rodney Chandler, aluno bolsista da Escola de Sociologia e Política, da Fundação Álvares Penteado, e que morava em São Paulo com a esposa e dois filhos pequenos. Entretanto, segundo os "guerrilheiros", Chandler era um *"agente da CIA"* e *"encontrava-se no Brasil com a missão de assessorar a ditadura militar na repressão"*.

No início de outubro, um "tribunal revolucionário", integrado por três dirigentes da VPR - Onofre Pinto, como presidente, e João Carlos Kfourti Quartim de Moraes e Ladislav Dowbor, como membros - condenou o Capitão Chandler a morte. Através de levantamentos realizados por Dulce de Souza Maia, apurou-se sobre a vítima, seus horários habituais de entrada e saída de casa, costumes, roupas que costumava usar, aspectos de sua personalidade e dados sobre os familiares e sobre o local em que residia, numa casa da Rua Petrópolis, nº 375, no tranquilo bairro do Sumaré, em São Paulo.

Escolhido o "grupo de execução", integrado por Pedro Lobo de Oliveira, Diógenes José Carvalho de Oliveira e Marco Antônio Braz de Carvalho, nada é mais convincente, para demonstrar a frieza do assassinato do que se transcreverem trechos do depoimento de

Pedro Lobo de Oliveira, um dos criminosos, publicado no livro "A Esquerda Armada no Brasil".²¹⁴

"Como já relatei, o grupo executor ficou integrado por três companheiros: um deles levaria a pistola metralhadora INA, com três carregadores de trinta balas cada um, o outro um revólver e eu, que seria o motorista, uma granada e outro revólver. Além disso, no carro estaria também uma carabina M-2 a ser utilizada se fossemos perseguidos pela força repressiva do regime. Considerávamos desnecessária a cobertura armada para aquela ação. Tratava-se de uma ação simples. Três combatentes revolucionários decididos são suficientes para realizar uma ação de justificação nessas condições. Considerando o nível em que se encontrava a repressão naquela altura, entendemos que não era necessária a cobertura armada."



Corpo do Cap. Chandler dentro do carro

A data escolhida para o crime foi 8 de outubro, que assinalava o primeiro aniversário da morte de Guevara. Entretanto, nesse dia Chandler não saiu de casa e os três terroristas decidiram "suspender a ação". Quatro dias depois, em 12 de outubro de 1968, chegaram

²¹⁴ Caso, A: "A Esquerda Armada do Brasil" – Moraes Editora, Lisboa – Portugal – 1976 – Depoimento de Pedro Lobo de Oliveira, a partir da pág: 159.

ao local às 7 horas. Às 8 horas e 15 minutos, Chandler dirigiu-se para a garagem e retirou o seu carro em marcha a ré. Enquanto seu filho, de 9 anos abria o portão, sua esposa aguardava na porta da casa, para dar-lhe o adeus. Não sabia que seria o último.

Os terroristas avançaram com o Volkswagen, roubado dias antes, e bloquearam o caminho do carro de Chandler. No relato de Pedro Lobo, *"nesse instante, um dos meus companheiros saltou do Volks, revólver na mão, e disparou contra Chandler"*. Era Diógenes José Carvalho de Oliveira, que descarregava, à queima roupa, os seis tiros de seu Taurus de calibre .38.



Corpo do Cap. Chandler dentro do carro

E prossegue Pedro Lobo, que dirigia o Volks:

"Quando o primeiro companheiro deixou de disparar, o outro se aproximou com a metralhadora INA e desferiu uma rajada. A décima quinta bala não deflagrou e o mecanismo automático da metralhadora deixou de funcionar. Não havia necessidade de continuar disparando. Chandler já estava morto. Quando recebeu a rajada de metralhadora emitiu uma espécie de ronco, um estertor, e então demo-nos conta de que estava morto".

Quem portava a metralhadora era Marco Antônio Braz de Carvalho.

A esposa e o filho de Chandler gritaram. Diógenes apontou o revólver para o menino que, apavorado, fugiu correndo para a casa da vizinha. Após Pedro Lobo ter lançado os panfletos, nos quais era dito que o assassinato fora cometido em nome da revolução brasileira, os três terroristas fugiram no Volks, em desabalada carreira.

É interessante observarmos o destino dos sete envolvidos no crime:

Marco Antônio Braz de Carvalho ("Marquito"), que deu a rajada de metralhadora, viria a falecer, em 26 de janeiro de 1969, após troca de tiros com a polícia.

Onofre Pinto ("Augusto"), o presidente do "tribunal revolucionário" que condenou Chandler à morte, ex-Sargento do Exército, foi preso em 2 de março de 1969 e 'banido para o México, em 5 de setembro, trocado pelo Embaixador dos Estados Unidos, que, havia sido sequestrado. Em outubro, foi a Cuba onde ficou quase dois anos, tendo feito cursos de guerrilha. Em junho de 1971, foi para o Chile, com cerca de 20 mil dólares. Em maio de 1973, foi expulso da VPR, tendo sido acusado de *"conivência com a infiltração policial no nordeste"*, com referência às quedas dessa organização em dezembro de 1972. Temendo ser "justificado" pela VPR, fugiu para a Argentina onde desapareceu, misteriosamente, em meados de 1974.

João Carlos Kfoury Quartim de Moraes ("Manoel"), um dos membros do "tribunal revolucionário", foi expulso da VPR, em janeiro de 1969. Alguns meses depois, fugiu do Brasil, com dinheiro da organização, radicando-se em Paris, onde foi um dos fundadores da revista "Debate". Professor universitário e jornalista, regressou a São Paulo após a anistia, sendo um dos diretores da sucursal da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Em 1983, foi nomeado Secretário de Imprensa do Governo de Franco Montoro, em São Paulo.

Ladislav Dowbor ("Jamil"), também membro do "tribunal", foi preso em 21 de abril de 1970 e banido em 15 de junho, para a Argélia, em troca do Embaixador alemão, outro seqüestrado. No exterior, casou-se com Maria de Fátima da Costa Freire, filha do educador comunista

Paulo Freire. Após passar por vários países, dentre os quais Suíça, Itália, Polônia, Chile, Portugal, Turquia, Cuba e Guiné-Bissau, retornou ao Brasil, após a anistia, e aqui leciona Economia na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e na Universidade de Campinas.

Dulce de Souza Maia ("Judit"), que realizou os levantamentos sobre Chandler, foi presa em 27 de janeiro de 1969 e banida para a Argélia, em 15 de junho. Tem curso em Cuba e percorreu diversos países, tais como, Chile, México, Itália e Guiné-Bissau, onde passou a trabalhar para o seu governo. Retornou a São Paulo em agosto de 1979, passando a desenvolver atividades em "movimentos pacifistas", tendo sido eleita, em 1980, presidente do "Comitê de Solidariedade aos Povos do Cone Sul".

Pedro Lobo de Oliveira ("Getúlio"), o motorista na ação criminosa, foi preso em 23 de janeiro de 1969, quando pintava um caminhão com as cores do Exército para o assalto ao quartel do 4º Regimento de Infantaria, de Quitaúna. Em 15 de julho de 1970 foi banido para a Argélia, em troca do Embaixador alemão. Em fins desse ano foi para Cuba onde fez curso de guerrilha. Após passar por vários países, dentre os quais Chile, Peru, Portugal e República Democrática Alemã, voltou a São Paulo, em novembro de 1980, indo trabalhar como gerente de um sítio em Pariquera-Açu, de propriedade da família de Luiz Eduardo Greenhalgh, advogado de subversivos e um dos dirigentes nacionais do Partido dos Trabalhadores.

Finalmente, Diógenes José Carvalho de Oliveira ("Luiz"), que descarregou o seu revólver em Chandler, foi preso em 30 de janeiro de 1969, quando desenvolvia um trabalho de campo em Paranaíba, em Mato Grosso. Em 14 de março, foi banido para o México, trocado pelo Cônsul japonês (mais um dos diplomatas estrangeiros sequestrados), indo, logo após, para Cuba. Em junho de 1971, radicou-se no Chile. Com a queda de Allende, em setembro de 1973, foi para o México e, daí, para a Itália, Bélgica e Portugal. Em 1976, passou a trabalhar para o governo da Guiné-Bissau, junto com Dulce de Souza Maia, sua amásia. Após a anistia, retornou ao Brasil, indo residir em Porto Alegre, onde vive com a advogada Marilinda Fernandes, tendo trabalhado como assessor do vereador do Partido Democrático Trabalhista – PDT – Valneri Neves Antunes, antigo

companheiro de militância na VPR, até outubro de 1986, quando este faleceu vítima de acidente de automóvel.



23. A definição ideológica da AP

Durante o debate ideológico da AP, ocorrido em 1967, retornou o grupo que fora fazer o curso de capacitação político-militar na Academia Militar de Pequim, liderado por Jair Ferreira de Sá, que assumiu a "Comissão Militar", então criada.

Ao mesmo tempo, José Renato Rabelo, que se encontrava em oposição ao Comando Nacional e dirigindo a Comissão Nacional Estudantil, passou a divulgar os pensamentos de Mao Tsé-tung junto aos estudantes.

Por essa época, já existia um foco de descontentamento no setor secundarista da Guanabara, que julgava a AP uma organização meramente estudantil e de pouca atividade em âmbito nacional. Esse grupo dissidente rompeu com a AP em março de 1968. Alguns militantes incorporaram-se ao PCBR, enquanto que a maioria resolveu constituir-se numa Organização Político-Militar, intitulada Núcleo Marxista-Leninista.

Após a volta do grupo da China Comunista, Vinicius José Nogueira Caldeira Brandt retornou do exílio e reintegrou-se à AP. Ao tomar conhecimento da nova realidade da organização, Vinicius entrou em divergência com sua direção; sendo logo acompanhado por destacados militantes, como o ex-padre Alípio Cristiano de Freitas, Altino Rodrigues Dantas Júnior, Sérgio Horácio Lopes Bezerra de Menezes e Maria do Carmo Ibiapina de Menezes, entre outros.

A maioria da AP, reforçada pelo pessoal que chegara da China, passou a ser conhecida como "Corrente 1", enquanto que o grupo de Vinicius passou a ser a "Corrente 2".²¹⁵

As divergências entre as duas correntes foram sistematizadas no documento "Seis Pontos da Luta Interna", elaborado por Jair Ferreira de Sá, membro do Comando Nacional. Posteriormente e tomando por base esse documento, a "Corrente 1" colocou para discussão o "Esquema dos Seis Pontos". Inspirado na revolução chinesa, o primeiro ponto caracterizava o pensamento de Mao como a terceira etapa da evolução do marxismo, depois de Marx e Lenin; o segundo ponto descrevia a sociedade brasileira como semicolonial e semifeudal; o terceiro definia o caráter da revolução brasileira como sendo nacional e democrática; o quarto fazia a opção pela Guerra Popular como o caminho da revolução; o quinto referia-se à questão do partido, considerando que o PCB se havia "contaminado pelo revisionismo" e o PC do B era um novo partido²¹⁶ e, finalmente, o sexto ponto propunha a "integração dos militantes à produção",²¹⁷ com o objetivo de provocar a transformação ideológica da maioria dos componentes da AP, de origem pequeno-burguesa.

Ainda no "Esquema dos Seis Pontos" aparecia a definição da AP pelo marxismo-leninismo e pela ditadura do proletariado. Havia críticas abertas ao foquismo e ao terrorismo e, de acordo com a experiência chinesa, apresentava opinião contrária a insurreição urbana como o caminho da luta armada no Brasil.

A maioria da AP, constituída pela maior parte do Comando Nacional e da Comissão Nacional Estudantil e liderada pela Comissão Militar, colocou-se ao lado do "Esquema dos Seis Pontos".

²¹⁵ Vinicius enviou um documento para a direção da AP, o qual não foi aceito. Preparou, então, outro texto, que seria levado à consideração da organização somente na primeira Reunião Ampliada da Direção Nacional.

²¹⁶ Significava que não consideravam o PC do B o continuador do PC fundado em 1922, como esse partido queria fazer crer.

²¹⁷ A organização desejava que os militantes estudantes, profissionais liberais, etc. deixassem suas profissões e passassem a trabalhar e a viver como operários ou camponeses.

A "Corrente 2", de Vinicius, opunha-se a esse documento. Não considerava o pensamento de Mao como a terceira etapa do marxismo e caracterizava a sociedade brasileira como capitalista, sem traços feudais, e a revolução como socialista. Alguns dos integrantes dessa corrente defendiam o foquismo, não aceitavam nem o PCB e nem o PC do B como o "partido do proletariado" e, ao invés da "reconstrução do partido", defendiam a sua "construção".

Em setembro de 1968, na cidade paulista de Avaré, a AP realizou, durante oito dias, a sua 1ª Reunião Ampliada da Direção Nacional, com a presença de todo o Comando Nacional, de todas as Comissões Nacionais e de um representante de cada Comando Regional.²¹⁸

Vinicius José Nogueira Caldeira Brandt ("Rolando"), por não pertencer a nenhum organismo dirigente, não compareceu a essa reunião. Entretanto, a "Corrente 2" apresentou um texto elaborado por ele, intitulado "Duas Posições", considerado "ofensivo" pelos membros da "Corrente 1".²¹⁹

Como resolução dessa sua primeira Reunião Ampliada, foi divulgado um documento, no qual a AP elegia a China como a vanguarda dessa revolução. Declarando-se em luta ideológica contra o Partido Comunista de Cuba, a AP retirou-se da OLAS e propôs o afastamento da UNE - um apêndice da AP - da OCLAE, acusada de "imobilismo e

²¹⁸ Participaram da reunião 14 pessoas: Aldo da Silva Arantes, Haroldo Borges Rodrigues Lima, José Renato Rabelo, Rogério D'Oliveira Lustosa, Ronald Cavalcanti de Freitas, Péricles Santos de Souza, Duarte Brasil do Lago Pacheco Pereira, José Gomes Novaes, Jair Ferreira de Sá, Paulo Stuart Wright, Altino Rodrigues Dantas Júnior, Sérgio Horácio Lopes Bezerra de Menezes, Maria do Carmo Ibiapina de Menezes e Rosalvo Vital Gonzaga dos Santos.

²¹⁹ Na 1ª Reunião Ampliada da Direção Nacional, foram expulsos da AP Vinicius José Nogueira Caldeira Brandt, Altino Rodrigues Dantas Júnior, Maria do Carmo Ibiapina de Menezes, Sérgio Horácio Lopes Bezerra de Menezes, Alípio Cristiano de Freitas e posteriormente alguns militantes a eles ligados. A "Corrente 2" passou a ser denominada pejorativamente, de "Grupo Oportunista e Provocador de Rolando" (GOPR), e veio a constituir, em 1969, o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT).

burocratismo". Finalmente, fez a proclamação pelo voto nulo, nas eleições municipais previstas para novembro.

Apesar de vitoriosa na 1ª Reunião Ampliada da Direção Nacional, a "Corrente 1" não conseguiria convencer inteiramente a organização da justeza de suas concepções sobre a "prática proletária". Não se sentindo capazes de "integrar-se na produção", muitos importantes quadros abandonaram a AP. Em contrapartida, tal política alcançou - e já vinha alcançando - sucesso, através da participação de jovens ex-universitários nas greves operárias e na agitação no campo.

Durante o ano de 1968, a AP atuou intensamente junto ao Movimento Estudantil, incentivando e, por vezes, dirigindo as agitações de rua, em contestação aberta contra o Governo.²²⁰

No movimento camponês, a AP esteve presente em importantes acontecimentos. Cita-se, por exemplo, em julho de 1968, entre os diversos choques ocorridos entre policiais e camponeses, o que envolveu Manoel da Conceição Santos, o "Heitor", que orientava a agitação no Vale do Pindaré, no Maranhão, e levou um tiro na perna, vindo a perdê-la (mais tarde, ele implantaria uma prótese, ao realizar um curso político-militar na China).

Desde o final de 1967, a organização, tentando implantar seu trabalho no campo, mantinha, em Água Branca, Alagoas, uma escola para a formação de quadros camponeses, dirigida por Aldo Arantes e José Gomes Novaes. Em dezembro de 1968, após a edição do AI-5, a AP preparou e desencadeou demonstrações de hostilidade ao Governador de Alagoas em visita a Água Branca. Vários militantes foram presos, entre eles Aldo Arantes - que usava o nome falso de "José Roberto de Souza" - sua esposa Maria Auxiliadora ("Dodora") e José Gomes Novaes com a mulher.²²¹

No Movimento Operário, a AP teve destacada atuação em 1968, centrada nas lutas "contra o arrocho salarial". Participou ativamente

²²⁰ No XXX Congresso da UNE, realizado em Ibiúna, em São Paulo, além do seu presidente, Luiz Gonzaga Travassos da Rosa, foram presos dezenas de militantes da AP (ver item 5 deste capítulo).

²²¹ No ano seguinte, a AP planejava e concretizaria a fuga desses dois dirigentes.

na greve dos metalúrgicos de Contagem, em abril, inclusive distribuindo o jornaleco "Companheiro", que incitava à greve e à rebeldia. A manifestação de 19 de maio, na Praça da Sé, em São Paulo, contou com o estímulo da AP, que distribuiu o primeiro número do "Jornal Liberdade".²²² Em julho, a AP participou da Comissão de Greve dos metalúrgicos de Osasco e incentivou as violências havidas quando da manutenção de reféns dentro das fábricas.

O ano de 1968 caracterizou a definição ideológica da AP e sua intensa atuação nos movimentos de massa.



24. Núcleo Marxista-Leninista (NML), uma dissidência da AP

Em 1967, enquanto se desenvolvia, na AP, o "debate teórico-ideológico", surgia um descontentamento no seu setor secundarista do Estado da Guanabara. A efervescência no Movimento Estudantil, gerada pelas diversas dissidências das organizações comunistas, criou, nos militantes da AP, uma sensação de imobilismo e desassossego. Não queriam perder o "bonde da História"!

A morte de Guevara, na Bolívia, em outubro de 1967, acirrou, na juventude secundarista da organização, a expectativa romanesca da constituição do foco guerrilheiro. Em contrapartida, a AP encontrava-se em fase de aproximação com o maoísmo, substituindo o foco pela guerra popular. O grupo "foquista", em sua maioria, constituído por estudantes dos colégios André Maurois e Aplicação, rompeu com a AP em março de 1968 e procurou seu próprio caminho, assumindo a denominação de Núcleo Marxista-Leninista (NML).

O NML constituiu-se em organização político-militar, definindo o caráter da revolução brasileira como socialista e o foco como o

²²² Em maio de 1968, a AP lançou o "Jornal Liberdade", em substituição ao "Revolução", que tivera sua circulação suspensa no ano anterior. Ao contrário deste, o "Jornal Liberdade", além de ser voltado para a organização, propunha-se a atingir também as massas, particularmente as operárias.

caminho revolucionário. Sua estrutura organizacional compunha-se de um Comando, um Grupo de Agitação e Propaganda, um Grupo Logístico, um Grupo de Ação de Vinculamento e Expansão e um Grupo de Ação Vinculada à Expropriação.

Faziam parte do Comando os militantes Jaime Walwitz Cardoso ("Marcelo"), Francisco Celso Calmon Ferreira da Silva ("Túlio") e Alan Melo Marinho de Albuquerque ("Alex").²²³

O NML debatia-se com a falta de recursos e com a deficiência quantitativa de quadros. Visando a contornar esse problema, buscou contatos com a Dissidência da Guanabara e com o Partido Operário Comunista, procurando constituir uma "Frente Revolucionária".

Frustrada a "Frente Revolucionária", tentaria compor outra frente de organizações foquistas, com a Dissidência da Dissidência e com a "Cisão", nome pelo qual eram conhecidas as dissidências da POLOP de Minas Gerais e da Guanabara. Esta tentativa também não obteria êxito e levaria o NML, praticamente, à imobilização, transmitindo um grande desânimo aos seus militantes.

Envolta em séria crise de recursos financeiros e na apatia geral de seus quadros, a organização realizou dois coletivos, buscando alternativas, no afã de sobreviver. A ideia principal e vitoriosa levada aos coletivos era a de que o NML deveria integrar-se e reforçar uma organização foquista de maior porte.

A "Cisão", já constituída no COLINA, havia realizado um Pleno Nacional, onde a estratégia socialista era estabelecida como a posição oficial da organização. Este quesito fez com que o COLINA

²²³ O Grupo de Agitação e Propaganda, responsável pela confecção e pela distribuição de panfletos, tinha a coordenação de Alan Melo e atuava nas áreas fabril, bancária, estudantil e de favelas. O de Logística, responsável pelas finanças e pelo material da organização, era coordenado por Tossiro Komoda ("Lopes"). O de Ação de Vinculamento e Expansão, coordenado por Jaime Walwitz, fazia os contatos com outras organizações, visando a atuação em frente e a coordenação das atividades de massa. O de Ação Vinculada à Expropriação era chefiado também por Jaime Walwitz e tinha a finalidade de participar de assaltos em frente com outras organizações subversivas.

fosse eleito como sendo a organização que o NML reforçaria para formar uma Organização político-Militar mais forte e atuante.

Através de Maria do Carmo Brito ("Lia"), militante do COLINA, foram iniciados os entendimentos, com a fusão concretizando-se em março de 1969, após apenas dez meses de existência do NML.



25. O surgimento da Fração Bolchevique Trotskista (FBT)

A partir de 1967, iniciaram-se as divergências no PORT, centradas no Rio Grande do Sul e, posteriormente, estendidas para São Paulo, Pernambuco e Ceará.

Enquanto o PORT defendia os governos peruano e chinês, respectivamente, citados como nacionalista e sem privilégios, o grupo divergente gaúcho afirmava que no Peru havia um governo de classe operária e que na China o governo era burocrático e dominado por uma classe privilegiada. Enquanto o PORT defendia o nacionalismo de Brizola, os divergentes diziam que a etapa do nacionalismo havia terminado com a fuga de Brizola para o Uruguai. No Movimento Operário, o PORT pretendia fortificar maciçamente os sindicatos existentes enquanto que o grupo gaúcho defendia a necessidade de serem criados sindicatos paralelos, em oposição aos dominados pelos "pelegos". No Movimento Estudantil, enquanto o PORT era de opinião que deveria ser estabelecida uma frente com a "burguesia nacionalista" integrada pelos sindicatos, dero progressista parlamentares, militares nacionalistas, intelectuais e profissionais, o grupo divergente afirmava que os estudantes, por si só, não fariam a revolução e que se deveriam colocar sob a direção da classe operária.

Inicialmente, o grupo de divergentes gaúchos articulou-se em uma tendência, atuando junto aos operários e estudantes, sob o nome de Tendência pela Aliança Operário-Estudantil, procurando, apenas, modificar a linha política do PORT. Acentuadas as divergências, o grupo resolveu constituir-se em fração, tomando uma posição

independente, e, em março de 1968, numa casa em Capão da Canoa, criou a Fração Bolchevique Trotskista (FBT).²²⁴

Alguns meses depois, em agosto, no sítio Itacolomi, em Gravataí, nas proximidades de Porto Alegre, a FBT realizou a sua I Conferência Nacional, que contou com a presença de representantes de São Paulo.

Já estruturada no Rio Grande do Sul, inclusive publicando seu jornal oficial "Voz Proletária", a FBT iniciava a formação de um núcleo, em São Paulo. Somente no ano seguinte, conseguiria criar bases no Nordeste.



26. O surgimento da Organização de Combate 1º de Maio (OC-1ºMaio)

No bojo das divergências ocorridas no PORT e paralelamente à formação, no Rio Grande do Sul, da FBT, surgiu em São Paulo, em maio de 1968, a Organização de Combate 1º de Maio (OC-1ºMaio).

Liderada por Fábio Antônio Munhoz, ex-militante do PORT, a organização, definindo-se pelo trotskismo, adotou uma linha de massa, contrária à luta armada desencadeada por outras organizações comunistas da época. Entretanto, nunca passou de um grupúsculo, atuando apenas no Movimento Estudantil de São Paulo e junto aos metalúrgicos de São Bernardo do Campo.

Estabelecendo rígidas normas de segurança e de clandestinidade para seus militantes, conseguiu manter-se incólume, durante todos os anos em que outras organizações eram desbaratadas pelos órgãos policiais, até sua fusão, em maio de 1976, com a Organização

²²⁴ A FBT teve como fundadores: Vito Antônio Letizia, Devis Hutz, Luiz Antônio dos Santos Aranovich e Luiz Castilhos – estes na direção; e ainda Vera Lúcia Stringhini, companheira de Vito, Sílvio Nogueira Pinto Junior, Alexandre Schneiders da Silva, Wili Alberto Brancs da Zot e sua companheira Jussara Schestasky, Érico Dorneles, Jorge Eduardo Pinto Hausen e sua companheira Magda Maria Zamoni.

Marxista Brasileira (OMB), dando origem à Organização Socialista Internacionalista (OSI), depois conhecida por Fração Quarta Internacional (FQI) e hoje denominada "O Trabalho/Quarta Internacional".



27. O surgimento do Movimento de Ação Revolucionária (MAR)

Em 1968, o conjunto penitenciário da Rua Frei Caneca, na cidade do Rio de Janeiro, abrigava, em sua população carcerária, vários ex-militares que haviam sido condenados por fomentarem a indisciplina e a insubordinação nos tumultuados dias que antecederam à Revolução de 1964.

Aproveitando-se da liberdade a que ficavam sujeitos os presos políticos na Penitenciária Lemos de Brito, o ex-marinheiro Marco Antônio Silva Lima, que estava cumprindo pena, iniciou articulações e criou, junto com outros detentos, um grupo que visava à luta contra o regime. ²²⁵

Os conspiradores trabalhavam em setores-chaves na penitenciária. Marco Antônio da Silva Lima e José Adeildo Ramos, por exemplo, trabalhavam na seção jurídica da Divisão Legal, em contato direto com funcionários, guardas, estagiários, advogados e visitantes - muitos deles subversivos ex-presidiários. Para aumentar o círculo de influência, esse grupo contatou e doutrinou presos comuns, oferecendo-lhes a possibilidade de uma fuga.

O movimento não se restringiu, somente, as articulações intramuros, estendendo-se ao setor externo, através das ligações com Flávio Tavares, jornalista da "Última Hora", que estava respondendo, em liberdade, ao processo sobre a frustrada "Guerrilha do Triângulo Mineiro", de inspiração brizolista. Ele e os ex-marinheiros José

²²⁵ Faziam parte do grupo: Avelino Bioni Capitani, Antônio Duarte dos Santos, José Adeildo Ramos e Pedro França Viegas, ex-marinheiros e Antônio Prestes de Paula, ex-sargento da FAB.

Duarte dos Santos e Edvaldo Celestino da Silva, conjuravam e ligavam-se a outros grupos, no sentido de dar sustentação ao projeto sedicioso. Em novembro de 1968, Flávio Tavares conseguiu o apoio de quatro elementos de São Paulo para ativar a guerrilha urbana na Guanabara.²²⁶

Através do ex-presidiário José Gonçalves Lima, os "revolucionários" da Lemos de Brito conseguiram a adesão de uma célula comunista que atuava na Companhia de Transportes Coletivos da Guanabara. Essa célula, conhecida como "Grupo de Mallet" era chefiada pelo comunista José Ferreira Cardoso.²²⁷

Enquanto isso, no interior da penitenciária, Marco Antônio utilizava a seção jurídica da Divisão Legal como uma verdadeira sede do movimento que, aquela altura, já tinha sido batizado com o pomposo nome de Movimento de Ação Revolucionária (MAR). Nesse local, sucediam-se os encontros dos participantes do movimento, os quais tinham direito a cafezinhos e podiam usar abertamente o telefone.

O indulto concedido a Pedro França Viegas, em 18 de dezembro de 1968, e as facilidades concedidas ao estagiário de Direito Sérgio de Oliveira e Cruz intensificaram os contatos entre os grupos interno e externo, ocasionando as primeiras iniciativas para a concretização do plano de fuga, o que iria ocorrer em maio de 1969.



²²⁶ Compunham o "Grupo de São Paulo" os ex-marinheiros Élio Ferreira Rego e Antônio Geraldo da Costa, o professor Wilson do Nascimento Barbosa e o estudante de economia Leôncio Queiroz Maia.

²²⁷ O "Grupo de Mallet" era assim denominado porque as reuniões ocorriam na Rua Mallet, em Magalhães Bastos, na residência de José Ferreira Cardoso. Era integrado por José Leonardo Sobrinho, Sílvio de Souza Gomes, José Gonçalves de Lima, Francisco de Oliveira Rodrigues e Luiz Mário Neri.

28. O surgimento do Movimento popular de Libertação (MPL)

O Movimento popular de Libertação (MPL) teve suas origens nas ideias revanchistas de elementos que haviam sido afastados da vida pública pela Revolução de 1964.

No início de 1966, na Argélia, Miguel Arraes, ex-governador de Pernambuco, dirigiu diversas reuniões, das quais participavam seus antigos correligionários.²²⁸ A ideia de Arraes era constituir uma "frente anti-imperialista" no Brasil, integrada pelas várias tendências de oposição existentes, que pudesse formar elementos ligados aos movimentos operário e estudantil, atingindo a maior parte do território nacional.

Em abril de 1966, por ordem de Arraes, retornaram ao Brasil, Marcos Correia Lins e Piragibe Castro Alves, trazendo cartas para diversos políticos da oposição, como o ex-governador de Goiás, Mauro Borges, e o deputado federal Márcio Moreira Alves. Mais tarde, outros "pombos-correios" viriam do exterior, como o Frei Francisco Pereira de Araújo ("Frei Chico"), a fim de arregimentar os descontentes.

No início de 1967, Arraes recebeu a notícia de que os políticos e as organizações consultadas haviam concordado com a frente. Durante esse ano, o ex-governador pernambucano movimentou-se, por diversas vezes, no eixo Argel-Paris, procurando contatar e congregar outros asilados brasileiros.

Em 12 de maio de 1968, em São Paulo, foi realizada a reunião de fundação do MPL, com a participação de Márcio Moreira Alves, Mauro Borges, Frei Francisco Pereira de Araújo, Marcos Correia Lins, Miguel Newton Arraes (primo do ex-governador), Dejací Florêncio Magalhães, Piragibe Castro Alves, Raimundo Monteiro Alvares Afonso

²²⁸ Entre outros, citam-se: os irmãos Silvío e Marcos Correia Lins o advogado Dejací Florêncio Magalhães, o ex-ministro Almino Afonso, Roberto Las Casas, o ex-padre Rui Rodrigues da Silva e Piragibe Castro Alves.

(irmão de Almino Afonso²²⁹) e os operários metalúrgicos Vitelbino Ferreira de Souza e Joaquim Arnaldo de Albuquerque.

Sem ter um documento base para orientar suas atividades, o MPL, segundo o pensamento de Arraes, deveria desenvolvê-las em duas fases. A primeira, já em andamento desde 1966, visava à unificação de todas as oposições ao governo federal e ao regime. A segunda fase seria o desencadeamento da luta armada, combinando a guerrilha urbana com a rural.

Logo após a fundação do MPL, parte do núcleo dirigente começou a contestar a ideia da luta armada, embora procurasse preservar a figura de Miguel Arraes, julgada importante pelo peso político e pelo prestígio que carregava para o movimento. No exterior, esse prestígio servia para angariar recursos, principalmente através de entidades ligadas ao clero, como o Conselho Mundial de Igrejas, o CIMADE,²³⁰ o Comitê Católico Francês e o Comitê Católico Canadense, que recebiam influência das esquerdas.

Após fazer uma avaliação, a parte mais influente do núcleo dirigente do MPL no Brasil, liderada por Marcos Correia Lins, não considerou o foquismo como uma alternativa política, prevendo que o governo brasileiro se recuperaria da surpresa e montaria um esquema para anular e destruir a aventura militarista. O tempo lhe daria razão.

Enquanto isso, na Argélia, Arraes acreditava que a política econômica do governo brasileiro provocaria uma crise, que poderia ser aproveitada para derrubá-lo através da luta armada. Essas ideias de Arraes tinham forte aceitação no exterior. As ações terroristas, os assaltos e os justicamentos eram fortemente noticiados pela imprensa europeia e serviam de chamarizes para a obtenção de recursos junto aos organismos de fachada do Movimento Comunista Internacional.²³¹

²²⁹ Ministro do Trabalho no Governo João Goulart. (NE)

²³⁰ Órgão fundado por protestantes para amparar as vítimas da guerra na Argélia.

²³¹ Ver o trabalho da Frente Brasileira de Informação (FBI) no exterior, no Capítulo VIII e seguintes.

Obedecendo as ordens de Arraes, o MPL buscou contatos com as organizações comunistas do Brasil, visando a cumprir o estabelecido para a primeira fase da entidade. Sônia Correia Lins, irmã de Marcos e Sílvio, passou a ser a intermediária desses contatos, sob a cobertura de um consultório odontológico, localizado em São Paulo. Foi assim que o MPL estabeleceu ligações com várias organizações, dentre as quais o PCB, com Luís Ignácio Maranhão Filho e Enildo Pessoa, e a AP, com Marcos Arruda. Eram também assíduos frequentadores do consultório de Sônia os frades dominicanos ligados a Marighela.

Prosseguindo as atividades de aliciamento, o advogado e jornalista Sebastião de Barros Abreu foi contatado por Dejaci Florêncio Magalhães, do MPL, através do jornalista D'Alembert Jorge Jaccoud, então chefe da sucursal de Brasília do "Jornal do Brasil". A intenção do MPL, na realidade, era a de fazer contato com José Porfírio, o mesmo da "guerrilha" de Trombas e Formoso, de quem Sebastião Abreu já fora advogado e ainda era amigo. Dejaci desejava entregar a José Porfírio um documento de Arraes e Almino Afonso, no qual eram expostas as linhas básicas do MPL. Arraes pretendia acelerar o processo revolucionário e via, na figura de Porfírio, o líder para desencadear uma guerrilha rural em extensa área a Leste do rio Tocantins, nos estados de Goiás e do Maranhão. Esse documento foi explicado aos jornalistas Sebastião Abreu e D'Alembert Jaccoud pelo deputado federal Márcio Moreira Alves, em seu próprio apartamento.

O trabalho de arregimentação em Brasília prosseguiu através de Sebastião Abreu, que contatou Aurélio Wander Chaves Bastos, ex-vice-presidente da UNE e líder de um grupo de universitários, entregando-lhe um documento que recebera de Dejaci Magalhães. Através de Aurélio, foi contatado João Humberto Mafra, que controlava um grupo de estudantes secundaristas.

Naquela altura, Sebastião já contatara Jair Cossão, antigo companheiro da "Associação dos Servidores da NOVACAP", e realizava um trabalho de doutrinação, em reuniões realizadas na casa de Jair.

Ainda de acordo com as diretrizes do MPL, o ex-governador Mauro Borges ficaria com a responsabilidade do trabalho em Goiânia,

enquanto que D'Alembert Jaccoud seria o encarregado de Brasília, estabelecendo contatos na área parlamentar.

A partir de meados de 1968, Arraes, visando a preparação da luta armada, montou e colocou em funcionamento um esquema de saída de militantes das diversas organizações comunistas, para a realização de curso de guerrilha em Cuba. O esquema consistia na confecção de passaportes e no fornecimento de passagens e dinheiro para uma viagem inicial a Paris, e daí para Praga, de onde os "candidatos a guerrilheiros" seguiam para Havana, com passaportes falsos. Em julho, com esse esquema, o MPL encaminhou a Cuba dois militantes do PCBR, de codinomes "Camilo" e "Carlos", dois militantes do COLINA - Edson Lourival Reis de Menezes e Osvaldo Soares - dois estudantes de São Paulo - José Augusto Bauer e Newton Camargo Rosa - que se abrigavam sob a sigla da Frente de Ação Revolucionária Brasileira (FARB)²³², e dois militantes do próprio MPL, de codinomes "Antônio" e "Frederico". Num dos esquemas de retorno ao Brasil, passando por Santiago do Chile, o próprio Almino Afonso recebia e orientava os "guerrilheiros" já "formados".

Enquanto Arraes intensificava a preparação da luta armada, confortável e seguramente instalado no exterior, a facção liderada por Marcos Correia Lins, no Brasil, encontrava dificuldades em recrutar militantes para o movimento. A classe média intelectualizada, alvo principal do recrutamento estava, direta ou indiretamente, envolvida com o foquismo, desde o início descartado pelo MPL como opção política. Como alternativa, a facção conseguiu um contato no meio operário com um antigo militante do PCB, Afonso Dellelis, o "Pedro", o que abriu a possibilidade de fazer o proselitismo e o aliciamento nessa área.



²³² Frente de Ação Revolucionária Brasileira (FARB) foi o nome dado a um grupo de cinco estudantes da UEE/SP, José Augusto Bauer, Newton Camargo Rosa, Giovani Jesus Gomes, Adalberto Garcês e Paulo Antonio Guerra, que não concordava com a orientação que a AP imprimia à UEE/SP.

29. Atuação de padres estrangeiros na subversão

O clero latino-americano, de um modo geral, entendeu que as resoluções do Concílio Vaticano II estavam mais voltadas para a Igreja europeia, que vivia num contexto histórico, político, econômico e social completamente diverso. De par com esse problema, havia muitas dúvidas geradas pela interpretação que teólogos e religiosos - influenciados por ideias marxistas - davam às resoluções conciliares. Em decorrência disso, foi realizada em Medelin, na Colômbia, entre 26 de agosto e 6 de setembro de 1968, a II Assembleia Geral do conselho Episcopal Latino Americano (CELAM).

A atmosfera existente na assembleia era muito propícia para a discussão das necessidades de mudanças sociais no continente. Sacerdotes das igrejas peruana, boliviana, uruguaia e nicaraguense haviam lançado proclamações em favor da promoção da justiça social.

Aproveitando-se desse clima, prelados adeptos da "nova teologia" buscaram conduzir os debates de forma a justificar, inclusive, o emprego da violência na consecução dessas mudanças. Essa tese chocava-se com as ideias do Papa, que, na própria Colômbia, por ocasião do Congresso Eucarístico realizado em Bogotá, nesse mesmo ano, proclamava que *"a violência não é nem cristã nem evangélica"*, condenando a luta armada como meio para alcançar-se a justiça social.

Mas, os 16 documentos elaborados em Medelin saíam carregados de influência marxista, em consequência do trabalho dos adeptos da "nova teologia". Não de forma aberta e clara, mas insidiosamente inoculada, através de uma série de termos ambíguos, que iriam permitir releituras e reinterpretações do Evangelho.

Antecipando-se às resoluções de Medelin, no Brasil, Joseph Comblin, do Instituto Teológico do Recife, difundia um documento que ocasionou indignação geral. Conhecido como "documento Comblin", era um estudo que nada tinha de teológico, sob cuja capa pretendeu apresentar-se. De clara conotação ideológica, era uma ode à

violência, propondo expropriações, expulsões de cidadãos e o trabalho forçado para os próprios operários. Alguns bispos criticaram o documento, realçando que pregava "*a instalação de um verdadeiro soviet eclesástico*". Também diversos setores da sociedade reagiram ao documento, pedindo a expulsão do padre do País. Nessa época, começava a esboçar-se uma reação de respeitáveis figuras do clero e dos meios intelectuais católicos à atuação de certos padres, incompatível com a humildade cristã, com sacerdotes e freiras exibindo-se de forma irreverente em celebrações litúrgicas, em concentrações e passeatas, pregando a violência como instrumento de consecução de justiça social.

Nesse ano, o Governo teria problemas com outros padres estrangeiros. Em 17 de julho foi preso quando atuava como ativista na paralisação da fábrica Braseixos, em São Paulo, o padre operário Pierre Joseph Wauthier, que acabou sendo expulso do País. Em Recife, os padres norte-americanos Peter Grams e Dario Rupiper, pertencentes à Ordem dos Oblatas, foram detidos por violentas críticas às autoridades e às instituições nacionais, incitando a população à revolta e à desobediência civil. Gestões do Cônsul dos Estados Unidos permitiram que regressassem a seu País. Em Belo Horizonte, padres franceses tentaram reorganizar a Juventude Operária Católica (JOC) a nível nacional, com finalidade subversiva e sob orientação marxista. Os religiosos pertenciam à Ordem dos Assuncionistas, trabalhavam na Paróquia do Horto Florestal e davam aulas no Instituto Central de Filosofia e Teologia, daquela capital. Foram presos e tiveram a prisão preventiva decretada pela Auditoria da 4ª Região Militar, em 2 de dezembro de 1968, os padres Michel Marie Le Ven, Francisco Xavier Berthou e Nerve Croguennec e o seminarista José Geraldo da Cruz. A CNBB apresentou nota de solidariedade aos religiosos, passando a falar em "Igreja perseguida".

De um dos documentos apreendidos, em poder do Padre Michel, extraiu-se o seguinte: "*Devemos tomar consciência de que uma ação revolucionária é uma ação que tem como objetivo final mudar toda esta maneira de organizar a sociedade. Para isto, ela implica numa luta política (tomada do poder para os operários) e numa luta ideológica (ter outra visão da sociedade), que devem ser feitas na base da clandestinidade e com riscos muito sérios para quem se dedica a ela. Se nos propusermos a esse tipo de ação é necessário*

termos muita segurança no que vamos fazer. Precisamos ter cuidado com nossas conversas (...)" Seguiam-se várias regras de segurança.

Outro documento, apreendido nessa ocasião, reunia anotações que resumiam teses e resoluções de uma reunião do Conselho Nacional da Juventude Operária Católica, realizada em Recife, que diziam: "*O Capitalismo não pode continuar a ser um regime econômico do Brasil (...) o regime que convém ao Brasil é o regime socialista. Nós descobrimos que este problema não é somente do Brasil, mas de toda a América Latina, vítima do imperialismo americano.*"

Esses documentos falam por si sobre a atuação subversiva dessa parte do clero, que propugnava, desde essa época, pela implantação de uma sociedade socialista no País (ditadura do proletariado) através da ação revolucionária. Os objetivos e os métodos eram os mesmos pregados pelas organizações atuantes no País, as quais viemos descrevendo.



30. Expande-se pelo mundo a violência estudantil

No início da década de sessenta, tanto Moscou como Pequim estavam decididos a subverter a ordem no mundo ocidental através da juventude. Ambos os centros irradiadores do comunismo instruíram seus agentes para que se concentrassem nos jovens que eram a parte mais maleável e ingênua das populações.

O Boletim do Partido, de janeiro de 1967, trazia as seguintes orientações de Moscou: "*É a juventude idealista que mais violentamente sente as injustiças, e isso é natural. Os jovens estão começando a experimentar novas emoções e ainda não aprenderam a controlá-las (...) As universidades são os campos de cultura ideais para espalhar as ideias revolucionárias (...)*"

O "Relatório de Ação", de fevereiro desse ano, de Pequim, seguia pelo mesmo caminho: "*A ostensiva divergência política e as marchas de protesto desde muito são atividades estudantis no mundo*

capitalista. Os jovens são entusiastas e ciosos de seus direitos. Anseiam por serem ouvidos e exprimem seus sentimentos em voz alta (...) Se forem submetidos a um inteligente estímulo por chefes subversivos poderão chegar até a violência criminosa (...)"

A infiltração nas comunidades estudantis, que começara no início da década, resultou em distúrbios fora de qualquer previsão com as reivindicações que deflagraram as desordens. Os manifestantes estavam intencionalmente dispostos a provocar uma forte reação da polícia, e isso foi obtido, inclusive na Inglaterra, onde os estudantes raramente se expressam em tumultos violentos.

Nos Estados Unidos, o problema foi mais simples, pois viviam a guerra do Vietnã e os jovens que a ela se opunham manifestavam um sentimento sincero. Suas convicções, porém, foram usadas por astutos agitadores. O ressentimento contra a autoridade varreu as universidades norte-americanas, e em cada parte a intervenção da polícia era como "óleo jogado na fogueira" - em cada confronto, os choques causavam centenas de feridos. Durante o primeiro semestre de 1968, a agitação nos Estados Unidos resultou em mais de 200 demonstrações de vulto em uma centena de universidades. Pelo menos no Estado de Ohio, foi declarada a Lei Marcial e foram proibidos todos os comícios. Na Universidade de Kent, nesse Estado, em maio de 60, a Guarda Nacional matou quatro estudantes, sendo duas moças, e feriram mais nove ao rebater a ação violenta desses. Essas mortes inflamaram os estudantes e, poucos dias depois, nada menos que quatrocentas universidades norte-americanas estavam ocupadas pelos estudantes.

Nesse período, os tumultos e desordens estudantis estavam ocorrendo em todos os países do mundo ocidental.²³³

²³³ Hutton, J. Bernard: "Os Subversivos", Bibliex e Editora Artenova SA. RJ – 1975 – transcreve o texto de uma instrução para a Alemanha da Divisão Especial de Subversão, de Moscou, de abril de 1968, da qual retiramos as partes a seguir: "Segredo –Memorizar e Destruir – É preciso agir imediatamente para criar situações de confusão que abalem os próprios alicerces do sistema capitalista. Os distúrbios devem ocorrer com tal escala que cheguem a amedrontar a população (...) As demonstrações devem ser instigadas em todas as ocasiões possíveis, pois são um sinal de descontentamento público (...) As notícias das demonstrações espalham-se pelo país inteiro e até mesmo no estrangeiro (...) É preciso aumentar a atividade revolucionária estudantil e devem enviar-se todos os esforços para que esta chegue a tumultos em

Em junho de 1967, após os estudantes tentarem ocupar a Ópera de Colônia, na Alemanha Ocidental, seguiu-se uma longa e sangrenta batalha entre estudantes e a polícia, sendo morto um estudante. O governo de Bonn imediatamente proibiu toda e qualquer manifestação, e a polícia recebeu instruções para adotar os métodos necessários para que a ordem fosse cumprida. Em abril de 1968, demonstrações estudantis provocadas por subversivos sucederam-se em toda a Alemanha. A mais violenta delas foi em Berlim Ocidental, mas tumultos e violências ocorreram em vinte e sete cidades alemãs, simultaneamente, com mais de 500 feridos entre policiais e civis. O Ministro do Interior informava, tempos depois, que as investigações procedidas haviam permitido descobrir uma imensa rede de subversão de âmbito nacional, que havia sido a coordenadora das demonstrações. Em muitos casos, os ativistas haviam recebido instruções por escrito sobre a maneira de resistir à polícia e de fabricar armas para os tumultos.

As agitações estudantis em Paris, na primavera de 1968, foram as mais amplas provocadas pelos subversivos, porque conseguiram empolgar outros setores e quase levou o País ao colapso total. Em 20 de maio, a França estava completamente isolada do resto do mundo. Sua vida econômica estava paralisada, com mais de seis milhões de trabalhadores em greve, com todos os aeroportos e estradas de ferro paralisados. Os bancários aderiram à greve e os funcionários públicos não compareceram ao trabalho. No dia 21, a greve já atingia oito milhões de pessoas. O voto de censura, apresentado à Assembleia Nacional pelo Partido Comunista, por poucos votos deixou de derrubar o governo.

Os mesmos padrões de violência foram simultaneamente deflagrados em Amsterdã, Roma, Tóquio, Montevideu, México, etc. Primeiro, os estudantes ocupavam pela força os edifícios das universidades e depois, os subversivos entravam em ação, provocando demonstrações, tumultos, sabotagens, atos de vandalismo e de

larga escala (...) Todos os ativistas devem lembrar-se que, de forma alguma, as suspeitas das demonstrações venham a recair sobre eles ou que sejam de inspiração comunista (...)"

violência, resultando quase sempre em mortes, que provocavam reações em cadeia.

No México, após vários confrontos da polícia com os estudantes, um deles teve resultados trágicos e ficou conhecido como a "Noite do Luto". Nessa noite, pelos dados fornecidos pelo governo mexicano, morreram 28 pessoas e 200 ficaram feridas, mas, segundo dados transmitidos por correspondentes estrangeiros, os mortos devem ter sido 100 e os feridos mais de 500. Quando a Universidade Nacional foi retomada pelo Exército mexicano, os seus auditórios e salas de aula haviam sido rebatizados pelos estudantes com os nomes de Che Guevara, Lenin, Ho Chi Min, etc.²³⁴



31. Um mil novecentos e sessenta e oito

O ano de 1968 transcorria conturbado pelas manifestações estudantis, com os quebra-quebras; o enfrentamento com a polícia e o incêndio de carros e viaturas policiais e militares pelo retorno das greves e pelo início de ações radicais também na área operário-sindical. Havia um clima acentuado e crescente de intranquilidade, com atentados a bomba, roubos de carros, de bancos, de casas de armas, de explosivos e detonadores de pedreiras, além de ameaças e constrangimentos impostos às autoridades.

O Movimento Estudantil estava infiltrado por organizações comunistas atuando revolucionariamente nessa área, em busca de quadros e de maneiras de conduzir a luta armada pela qual haviam optado. O Governo não conhecia pormenores dessas organizações e de suas formas de atuação, assim como ignorava, igualmente, o trabalho que desenvolviam na área operário-sindical, onde, por meio de comitês clandestinos, estavam criando um comando paralelo aos sindicatos e conduzindo ações radicais, como as ocupações de fábricas ou a tomada do palanque das autoridades, ocorrida em São

²³⁴ Para maiores detalhes sobre a paciente preparação e a execução dessa série de tumultos desencadeados sob orientação de subversivos comunistas, ver os 10 primeiros capítulos do documentado livro de J. Bernard Hutton, citado anteriormente.

Paulo no 1º de maio, do qual o governador Abreu Sodré saíra corrido.²³⁵

Essas ações eram atribuídas, via de regra, à reação espontânea dos operários contra o "arrocho salarial" ou a "baderna estudantil". A própria polícia assim o entendia, incluindo entre seus responsáveis os meliantes comuns. Para boa parte dos políticos e da imprensa, essas ações eram encaradas como típicas de uma "vanguarda da oposição política, impedida de realizar-se através dos instrumentos constitucionais".

A Frente Ampla, da qual as esquerdas faziam parte, fomentava o impasse político, com o PCB colocando como sempre seus objetivos táticos mais à frente. No caso, propunha a imediata concessão da anistia e a realização de eleições diretas para a Presidência da República, o que, de resto, atendia aos interesses primordiais dos principais mentores da Frente. Segundo seu secretário-geral, mesmo agindo na clandestinidade, a Frente continuava a atuar, apostando seus componentes numa crise que, para eles, havia entrado num processo irreversível de evolução.

Valendo-se do clima de liberalização que se seguiu à promulgação da Constituição e aliando, ao aspecto político a maturação da política econômica, esses segmentos da oposição, ainda que numa aliança aparentemente informal, buscaram mobilizar a massa em manifestações sociais, que eram apoiadas, na cúpula, por um grupo de deputados de esquerda, eleitos em 1966, infiltrados no MDB. Apesar desse clima de liberalização, reconhecido até por Maria Helena Moreira Alves, esses segmentos de oposição conseguiram impor uma ideia-força - a da existência de uma "ditadura militar" - criando um condicionamento psíquico favorável a aceitação de suas teses pela população e concorrendo para o desgaste da imagem do País no exterior.²³⁶

²³⁵ Detalhes da atuação de organizações subversivas na área operário-sindical, particularmente da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), são narrados por seu militante José Ibrahim em Caso, A: "A Esquerda Armada no Brasil", já citado anteriormente.

²³⁶ Alves, M H Moreira: "O Estado e a Oposição (1964-1984)", Ed. Vozes, 1984, pág: 111.

Assim, iam sendo desenvolvidas com êxito e relativa liberdade as ações preparatórias e iniciais da luta armada, favorecidas por essas condições objetivas. O Governo, não dispondo de informações precisas sobre essas novas organizações, tinha pouco crédito junto à opinião pública, quando realizava esclarecimentos com base na atuação comunista de forma genérica.

No entanto, os Estado-Maiores das forças militares, e, portanto o Governo, sabiam pelo que se passava em outros países e pelos dados que iam sendo colhidos, que a guerrilha urbana era uma experiência-teste do Movimento Comunista Internacional. Sabiam que seus objetivos eram: obter o apoio da população urbana para suas causas; obter fundos; desmoralizar as autoridades; e levantar a população contra o Governo. Igualmente, sabiam que sua técnica se operaria através de perturbações da ordem, consolidação das ações de violência, sabotagens e terrorismo.

Apesar desses conhecimentos, o Presidente esforçava-se para manter-se fiel à sua missão. Quando o problema estudantil caminhava para o impasse, dada a agressividade de ambos os lados, com serenidade escolheu a transigência e a negociação, mesmo correndo o risco de contrariar parte das forças de sustentação de seu governo, que julgariam essa atitude uma fraqueza, como também seria assim entendida por aqueles com quem transigia. Após liberar a manifestação que se realizou no Rio de Janeiro e ficou conhecida como a "passeata dos 100 mil", concordou em receber em seu gabinete, no início de julho, uma comissão de seis representantes desses manifestantes.

Recorde-se que, no dia da Passeata dos Cem Mil, o QG do II Exército tinha sofrido um atentado a bomba, com a morte de um soldado e ferimentos graves em outros cinco, e quatro dias antes, uma organização militar havia sido atacada e dela haviam sido roubados quase uma dezena de armas individuais das mais modernas utilizadas pelo Exército.

No encontro com a comissão representativa dos manifestantes, o Presidente deixou explícito que libertaria as pessoas presas em decorrência de passeatas anteriores, prometendo ainda realizar

gestões para o relaxamento da prisão dos indiciados em inquéritos. A nova passeata, prevista para o dia 4 de julho, estava condicionada à libertação dos presos, e seu objetivo declarado era pressionar nesse sentido. A pauta da reunião da comissão com o Presidente versaria, por isso, sobre a liberdade dos presos e o cancelamento da passeata.

Tendo o Presidente dado mostras de sensibilidade para o problema, os estudantes representados nessa comissão por Franklin de Souza Martins, militante da Dissidência da Guanabara, e Marco Antônio Costa de Medeiros, militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, passaram a fazer uma série de reivindicações políticas. Essa postura irreverente e inoportuna dos estudantes irritou inclusive o escritor Hélio Pelegrino, porta-voz da comissão, que expressou claramente o seu desagrado em nota distribuída à imprensa. O Presidente compreendeu que o atendimento da reivindicação fundamental, liberdade dos presos, não desarmaria os espíritos. O objetivo daqueles estudantes era comparecer à reunião, reivindicar o que não seria possível ser atendido e receber a negativa para poder dar seguimento à mobilização das massas. No dia 4 de julho foi realizada a manifestação que ficou conhecida como "passeata dos 50 mil".

O Governo recomendou, então, aos governadores que não permitissem novas passeatas. Ainda nesse mês, após reunião do Conselho de Segurança Nacional, em nota oficial, o Governo caracterizaria o estado subversivo em curso.²³⁷ Alertaria, ainda, sobre elementos infiltrados também nos "setores formadores da opinião pública", os quais sonegavam informações sobre a "atual situação de prosperidade do País". De fato, embora a economia já apresentasse, nessa altura do ano, claros indícios de reversão, com reflexos na política salarial - onde se tornara possível uma mudança, corrigindo, em parte, o achatamento dos salários imposto desde 1964 - e já fosse considerável o número de novos empregos gerados, o Governo não conseguia sensibilizar a opinião pública para sua obra administrativa.²³⁸ A verdade é que, embora o Governo começasse a

²³⁷ O Conselho de Segurança Nacional – CSN - é constituído por uma grande maioria de autoridades civis. É formado pelo conjunto de todos os ministros de Estado.

²³⁸ Em 1968 haveria uma melhora salarial real da ordem de 10%, o que indicava que, a médio prazo, poderia ser eliminada a permanente crise de salário.

colher os frutos de uma política econômica austera, não tinha um vigoroso programa de ação e nem tomava medidas inovadoras para solucionar os problemas fundamentais do País.

Setores do Governo pediam o Estado de Sítio, mas o Presidente negava-se a adotar medidas de exceção, da mesma forma que julgava inoportuna qualquer abertura política. Projeto visando a anistia de estudantes foi combatido pelo Executivo, por julgá-lo precipitado e ineficaz. O Marechal Costa e Silva, dirigindo-se às lideranças do Governo, em relação a esse projeto, disse que concordaria com a medida, se houvesse algum indício de que cessariam as agitações. E acrescentou saber que elas continuariam "porque obedecem a esquema internacional". Os parlamentares estavam cientes da situação e das preocupações do Governo com a luta armada unilateralmente declarada.

No final de agosto, ocorreu um episódio em Brasília que gerou nova crise. Estudantes com prisão preventiva decretada haviam se homiziado no campus da Universidade. Intimados por edital não se apresentaram. Comunicado sobre o problema, o Reitor ignorou-o. Conhecida a disposição do encarregado do inquérito de fazer cumprir a lei, criou-se um clima de resistência no interior da Universidade, elevado pela presença de parlamentares e ativistas estudantis, que se valiam do incidente para fazer proselitismo. Entre estes últimos, estava Luís Travassos, militante da Ação Popular, presidente da extinta UNE, também com prisão preventiva decretada por sua atuação em outras cidades.

Em 29 de agosto, agentes do DOPS dirigiram-se à Universidade de Brasília, a fim de dar cumprimento ao mandado de prisão. Conhecida a disposição de resistência, fizeram-se acompanhar por tropas da Polícia Militar, que ficaram à distância. Preso Honestino Guimarães, presidente da Federação de Estudantes Universitários de Brasília (FEUB), houve reação por parte dos estudantes, que entraram em choque com a polícia. Várias de suas viaturas foram viradas e algumas incendiadas. Inferiorizada, a polícia civil reagiu como pode. Em seu auxílio, acorreu a Polícia Militar, que, nas circunstâncias, atuou com violência. Dos choques, resultaram feridos dois policiais e dois estudantes. Instalações da Universidade de Brasília foram

depredadas, parte pela polícia em sua natural perseguição aos estudantes e parte pelos estudantes para demonstrar o "vandalismo" da polícia. Um tiro perdido, porém, atingiu um estudante, que nem estava envolvido no conflito, elevando ainda mais o clima emocional que já era alto desde que se resolveu fazer a resistência às prisões.²³⁹

O Governo não compactuava com os métodos utilizados para concretizar as prisões, de resto legais. Em busca da harmonia, expressou sua disposição de punir os que se excederam em suas atribuições. O Presidente da República recebeu o Reitor da Universidade, agora arrolado no inquérito, prestigiando-o e mantendo-o no cargo. Era o que podia fazer na linha do equilíbrio.

Valendo-se desse episódio, o deputado Márcio Moreira Alves, ligado ao Movimento Popular de Libertação (MPL), em aparte na Câmara, chamava os policiais que atuaram na Universidade de "bandidos" e "gangsters". Não satisfeito, voltou a ocupar a tribuna, nos dias 2 e 3 de setembro, assacando injúrias contra as Forças Armadas e incitando a população a isolar os militares na sociedade e a boicotar as comemorações do Dia da Independência. A direção da Câmara não tornou nenhuma providência.

Outro deputado de esquerda, do mesmo grupo dos "imatuross" do MDB, Hermano Alves, publicou no "Correio da Manhã", do Rio de Janeiro, uma série de artigos considerados pelos militares como provocadores.²⁴⁰ Essas ações visavam, sobretudo, a enfraquecer as instituições dentro do processo de desmoralização do Governo.

²³⁹ Para a exata compreensão sobre os tiros perdidos, que sempre ocorrem em manifestações e conflitos desse tipo, ver a criação de "mártires" e "mitos subversivos em ação" na obra de J. B. Hutton, já citada.

²⁴⁰ Sabe-se hoje, com certeza, que havia um grupo de políticos do MDB disposto a desafiar o Governo, tendo elaborado uma estratégia de ação parlamentar, valendo-se de seu direito de imunidade para fazer denúncia de "atos repressivos" do Executivo. *"A atitude provocadora adotada por este pequeno grupo de parlamentares, chamados de 'autênticos', situada no contexto da época, em meio ao sentimento eufórico da ofensiva oposicionista, era a crença de que não só a luta armada seria a única alternativa como a população estava pronta a levantar-se contra o Estado de Segurança Nacional"* – Moreira Alves, M: "Estado e Oposição no Brasil (1954/1970)" – ed. Vozes, RJ, 1974, págs: 129 e 130.

Em razão desses fatos, os três ministros militares representaram contra esses dois parlamentares. O Ministro da Justiça, com base no artigo 151 da Constituição Federal, solicitou a suspensão dos direitos políticos dos dois deputados. De acordo com esse preceito constitucional, a suspensão solicitada só ocorreria se declarada pelo Supremo Tribunal Federal, mediante representação do Procurador-Geral da República. De acordo com o parágrafo único do citado artigo, o processo dependeria de licença da respectiva Câmara, nos termos do artigo anterior.

A Câmara dos Deputados, ao invés de deixar que o Supremo Tribunal Federal julgasse o mérito da questão, preferiu desde logo considerar que essa medida afrontava o instituto da imunidade e o princípio da inviolabilidade do parlamentar no exercício do mandato. A oposição alardeava que os grupos que conseguiram essa investida contra o Congresso criariam fatos novos para esquentar a temperatura e poder dobrar certos setores da Câmara. Estes fatos, porém, não precisavam ser criados. Eles estavam em pleno desenvolvimento, com o desdobramento da luta armada e com as ações cada vez mais audaciosas das organizações subversivas. E havia parlamentares que militavam nessas organizações.

No entanto, as oposições, ao que parece, estavam mais interessadas em elevar a temperatura política. Ainda em setembro, reuniram-se, no Rio de Janeiro, representantes de Kubitschek, Goulart, Jânio e facções de esquerda para novos exames relativos à "Federação das Oposições". O objetivo era estender as ações da extinta Frente Ampla às "oposições informais", unificando-as com os movimentos estudantis e com as lideranças católicas de esquerda. Os líderes da esquerda estudantil, Wladimir Palmeira (Dissidência Comunista da Guanabara) e Luís Travassos (Ação Popular), admitiam essa unificação. Agora, essa união interessava à "revolução". Qualquer que fosse o objetivo de cada um desses parceiros, as atividades resultantes dessa união só poderiam aumentar o ambiente geral de desassossego e a sensação de insegurança que imperava no País.²⁴¹

²⁴¹ Trata-se da mesma Frente de Oposições, que Arraes e o MPL trabalharam para organizar.

A situação interna ia tornando-se crítica. Documentos apreendidos no Congresso da UNE, em Ibiúna, não deixavam dúvidas quanto à interferência de Cuba no processo subversivo brasileiro. Este fato era de conhecimento público, como o era o da determinação do mundo comunista de mudar o eixo de seu esforço para a América Latina, uma vez liquidada a guerra do Vietnã, conforme deliberado na última conferência dos partidos comunistas realizada em Bruxelas.²⁴²

Não há dúvida de que se desenvolvia no País um processo de guerra revolucionária, isto é, a luta de facções da população empenhadas em tomar o poder para implantar uma nova ordem social, com base na ideologia marxista-leninista a que essas facções estavam convertidas.²⁴³

A essa altura, o número de organizações subversivas já ascendia a quase duas dezenas. Incentivadas - algumas, mesmo, financiadas e apoiadas - do exterior, essas organizações vinham realizando o recrutamento e o preparo de seus militantes, aos quais era propiciado treinamento em técnicas de guerrilha, particularmente no exterior, em especial em Cuba, na China e URSS, nesta ordem de importância.

Boa parte dessas organizações havia iniciado em 1968 suas ações armadas - através de atos terroristas - uma técnica de intimidação coercitiva de natureza psicológica. Mais de 50 atentados foram realizados, a maioria em São Paulo, tendo como alvos quartéis, jornais tidos como favoráveis ao Governo ou anticomunistas, meios de transportes coletivos, residências de autoridades e representações diplomáticas (no caso, norte-americanas) e resultaram na morte de diversas pessoas. Houve, também, dezenas de assaltos a bancos ou carros pagadores, para "expropriação" de fundos, vários assaltos a pedreiras, para roubo de dinamite e cordel detonante e diversos

²⁴² Para confirmação do conhecimento público dessas questões, ver Castello Branco, C.: "Os Militares no Poder", Vol. II, pág. 382, 503 e 504, que é uma coletânea de artigos de sua coluna diária na imprensa.

²⁴³ A guerra revolucionária era definida no § 3º, do art. 3º da Lei 6.620, de 17/12/1978, como "um conflito interno, geralmente inspirado por uma ideologia, ou auxiliado do exterior, que visa a conquista do poder pelo controle progressivo da Nação".

assaltos a casas de armas e unidades militares, para roubo de armas e munições.²⁴⁴

Nesse contexto, as greves e os distúrbios estudantis jogavam seu papel nas atividades de agitação e propaganda. Apropriados pelas organizações subversivas, eram, como preconizavam as instruções de Moscou, vistos no item anterior deste capítulo, "um sinal de descontentamento público", com repercussão no País e no exterior, que vinha sendo devidamente explorado pela propaganda. Eram, também, uma forma de amedrontar a população, testar o seu amadurecimento e o grau de aceitação dos movimentos, selecionar líderes ativistas para o recrutamento, incentivar a desobediência civil e até mesmo testar a capacidade repressora da autoridade legal.

Como esse tipo de guerra interna tem seu processo, seus instrumentos e suas atividades codificadas, era possível ao Governo prever as fases de seu desdobramento.

Parece que havia na cúpula dirigente do País uma preocupação muito grande com a possibilidade de evolução da luta armada e o estabelecimento de zonas liberadas ou "zonas de operações" no interior do seu território, internacionalizando o conflito. Hoje, pode parecer fácil concluir pelo exagero dessa preocupação, mas, à época em que se verificou - temos insistido - não havia informações precisas e portanto não se tinha uma visão global da extensão do processo revolucionário. Ademais, o processo em curso no Brasil sofria influências de uma nova linha revolucionária vinda de Cuba, assentada nas ideias de Guevara e Debray. Embora não se constituísse em uma nova teoria revolucionária, era interpretada por nossos pretensos revolucionários como capaz de acelerar o processo, queimando etapas. Esses fatos, então ainda não perfeitamente conhecidos, podem explicar o nível elevado daquelas preocupações. Além disso, quem poderá afirmar que não foram as preocupações e as medidas decorrentes, então tomadas com oportunidade, que impediram o surgimento de zonas liberadas ou "zonas operacionais" e, em consequência, o agravamento do conflito no País?

²⁴⁴ No Anexo I constam as ações subversivas desenvolvidas no ano de 1968.

Tão importante quanto essa preocupação era a dos reflexos negativos para o Brasil, decorrentes das informações, sobre essa situação, que fluíssem para o exterior. A criação de uma imagem de instabilidade do Governo poderia provocar o estancamento do fluxo de recursos externos, indispensáveis à manutenção do processo de desenvolvimento acelerado que o País começava a experimentar. Assim, havia quem julgasse que a melhor maneira de evitar esses reflexos negativos era silenciar sobre o problema, ou deixar que ele transpirasse o mínimo possível. Havia outros que defendiam essa mesma alternativa como a melhor forma de evitar mais intranquilidade para a população.

O Governo enfrentava problemas também na área militar. As denúncias do Brigadeiro Itamar Rocha, sobre a pretensa atuação de grupos radicais na Aeronáutica, e sua prisão domiciliar criavam inconformismo de parte dos oficiais. Os debates sobre a sucessão presidencial postos prematuramente pelo Coronel Mário Andreazza e pelo General Albuquerque Lima criavam inquietação nos quartéis. Havia entre os oficiais sentimentos contraditórios em relação ao Governo. De um lado, estavam os que se consideravam frustrados, não concordando com os sacrifícios que o Governo exigia da Instituição Militar, sem a contrapartida da eficiência para resolver os problemas nacionais - única justificativa para o desgaste que se lhe impunha. Tinham como certo que o apoio da Instituição ao Governo havia atingido o seu limite e que dela deveria ser retirado esse ônus político. De outro lado, existiam os que julgavam que o problema estava na limitação do uso da força para eliminar a subversão e estabelecer uma democracia capaz de defender-se das ameaças extremistas, para que o País pudesse desenvolver-se com tranquilidade. Para esses, a Instituição deveria engajar-se, cada vez mais, até que se implantasse uma verdadeira democracia no Brasil.

Mas, com relação ao caso envolvendo o Deputado Marcio Moreira Alves, somente no início de novembro, o STF encaminhou à Câmara o pedido de licença para processá-lo. O STF não julgou, a priori, a denúncia inepta, como poderia tê-lo feito, arquivando-a. Pedido idêntico, referente ao Deputado Hermano Alves, seria enviado dias depois.

O Governo considerava absurda a hipótese da recusa da licença pela Câmara. Julgava que, tendo a maioria na Casa e esta conhecendo a situação interna e sentindo o empenho do Governo, não lhe negaria o apoio. Considerava, ainda, que seria injustificável que parlamentares governistas viessem a impedir o julgamento, que só poderia ser realizado pelo STF.

Entre os militares das diferentes tendências, havia unanimidade quanto a essa questão. Era notória a incompreensão que, ante a situação interna, a Câmara tolerasse em seu meio a permanência de militantes do movimento subversivo em curso, com o decorrente desprestígio da autoridade.

O episódio, à luz dos preceitos constitucionais, era polêmico, mas, essencialmente político. O plenário da Câmara considerava-o, antes de tudo, como a oportunidade para afirmação do Poder Legislativo. Deliberou no dia 12 de dezembro recusando conceder licença para o prosseguimento do processo.



32. O Ato Institucional nº 5

No dia 13 de dezembro, era promulgado o Ato Institucional nº 5. O Ato mantinha a Constituição de 1967 e autorizava o Presidente da República a decretar o recesso do Legislativo em todos os níveis; intervir nos estados e municípios; suspender direitos políticos; decretar o Estado de Sítio nos casos previstos na Constituição; e decretar o confisco de bens de todos que tivessem enriquecido ilicitamente. Suspendia, ainda, a garantia de "habeas corpus" no caso de crimes políticos e excluía os atos nele baseados da apreciação judicial. Diferentemente dos Atos Institucionais anteriores, não estipularia prazo de vigência.

O episódio do deputado e militante do MDB era, per si, insignificante para justificar o AI-5. De seus "considerandos" fica clara a preocupação com os atos subversivos e os fatos perturbadores da ordem. O mais significativo desses considerandos declara:

"(...) assim, se torna imperiosa a adoção de medidas que impeçam sejam frustrados os ideais superiores da Revolução, preservando a ordem, a segurança, a tranquilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do País comprometidos por processos subversivos e de guerra revolucionária". (grifos do autor)

Embora o ato possa ter respondido, à semelhança da crise de outubro de 1965, à necessidade de restabelecer a unidade militar, que, de qualquer modo, dava sustentação ao Governo, sua razão fundamental foi a preocupação com a subversão. A falta de conhecimento do processo subversivo apenas agravava a situação, porque impedia uma visão correta do perigo e da maneira objetiva e segura de debelar essa insólita forma de luta.

O AI-5 pode ter solucionado o problema conjuntural da unidade militar. Sem dúvida, trouxe facilidades para o combate à subversão, mas, neste aspecto, respondia mais à perplexidade do Governo e das forças de segurança que não dispunham de informações precisas e desconheciam os procedimentos adequados e consolidados para empreender esse combate. Se houvesse esses elementos, talvez seria dispensável. Por isso mesmo, ele não foi uma solução muito boa para o Governo e para o País. Foi uma solução emergencial, que se fez duradoura. Ao ampliar o controle sobre o sistema político, ao invés de folgar o "nó" dado pela Revolução, apertava-o.

Pior ainda, foram seus efeitos para as Forças Armadas. Diminuindo a cada crise o apoio civil à Revolução, cada vez mais sua sustentação dependia delas. Inviabilizavam-se, assim, as desejadas alternativas para as Forças Armadas desembaraçarem-se do poder, particularmente porque a guerra revolucionária estava agora em pleno desenvolvimento.

Houvesse na Constituição de 1967 dispositivos de defesa do regime democrático, adequados a cada circunstância, bem definidos e sem falsos pruridos, que pudessem ser acionados antes que a ténue divisória entre a guerra e a paz - existente nos dias que vivemos - fosse ultrapassada, toda a situação decorrente das medidas tomadas ao arrepio da lei, provavelmente, poderia ter sido evitada.

Pode-se alegar - e os puristas e inocentes úteis o farão com veemência - que essas medidas podem ser mal utilizadas ou que não correspondem aos princípios democráticos. No entanto, é por medo de ser acusada de trair os seus próprios princípios que as democracias têm perecido. Como diz Revel:

*"(...) a democracia inclina-se a ignorar ou mesmo negar as ameaças de que é objeto, tanto lhe repugna adotar medidas adequadas e de dar-lhes a réplica. E só desperta quando o perigo se torna mortal, iminente, evidente. Mas, então, ou falta-lhe tempo para poder conjurá-lo ou o preço a pagar pela sobrevivência torna-se insuportável".*²⁴⁵

Fim do Primeiro Volume



²⁴⁵ Revel, Jean François: "Como Terminam as Democracias" – Difusão Editorial SA – RJ – 1984.